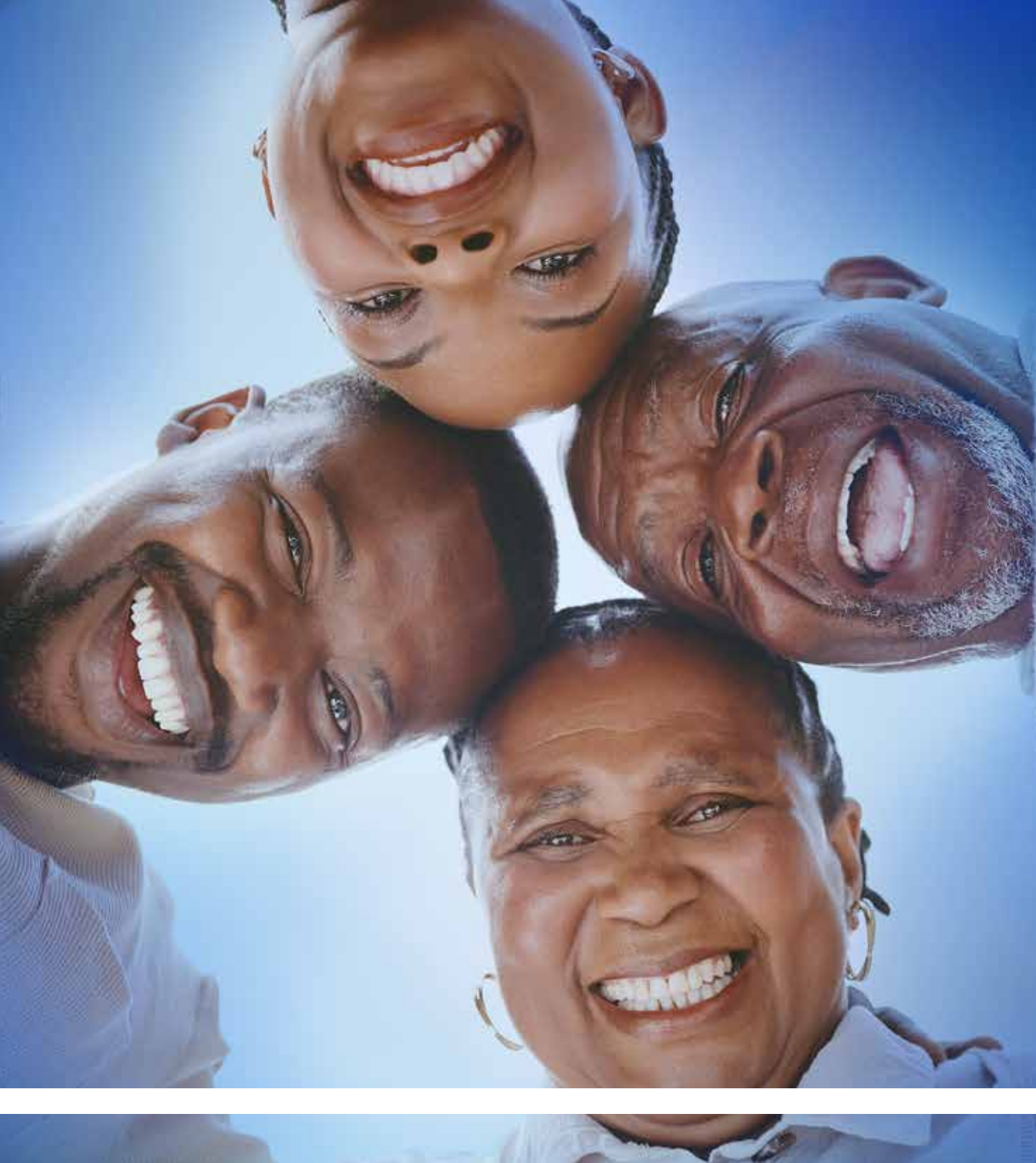




Relatório Semestral 2022



Com a pandemia, a vida deu várias voltas. Rodopiou-se entre máscaras, luvas, álcool-gel, vacinas e confinamentos. Gradualmente, as portas foram reabrindo e a vida novamente celebrada na rua.

2022 é, finalmente, o ano da luz ao fundo do túnel, da apreciação a seguir aos receios e à ansiedade.

Emergiu-se com vontade de fazer acontecer.

Aprendeu-se que a provação tem fim e que se é mais resiliente do que o pensado.

Redobrou-se a coragem e acreditou-se em “Nós” para enfrentar os desafios e as oportunidades que se colocam pela frente.

Percebeu-se que a vida é feita de voltas. As rodas continuam a girar. É, por isso, tempo de escolher as estradas por onde passar.

Depois de dois anos, o futuro é enfrentado com mais confiança.

Para o Standard Bank Angola é tempo de celebrar, de investir, de valorizar, de apreciar os detalhes e de acreditar pois sabemos que juntos, tudo é possível!





Índice

1.1. Objectivo do Relatório de Gestão	07
1.2. A Missão, Visão e Valores do SBA	09
1.3. Quem é o SBA	11
1.4. Marcos Históricos	17

2.1. O contexto macroeconómico	21
2.2. Os números alcançados	35
2.3. Proposta de valor	37
2.4. A estratégia do Standard Bank Angola	40



3.1. Foco no Cliente	48
Banca de Investimento e de Grandes Empresas	49
Clientes Comerciais e de Negócios	59
Clientes Consumo e de Elevado Património	67
O que foi feito para os Clientes SBA	73
3.2. Pessoas e Cultura	77
Capital Humano	78
O que foi feito para os Colaboradores SBA	89
3.3. Risco e Conduta	93
O Sistema de Controlo Interno	94
O Modelo de Gestão de Risco	120

3.4. Excelência Operacional	153
Soluções para Clientes	154
Inovação	162
Engenharia	163
3.4. Resultados Financeiros	166
Os Indicadores do SBA	167
3.5. Impacto relevante na sociedade	180
Responsabilidade social	181

4.1. Modelo de Governação	186
----------------------------------	------------



5.1. Demonstrações Financeiras	208
5.2. Notas às Demonstrações Financeiras	214
5.3. Pareceres dos Auditores Externos e do Conselho Fiscal	329



A apreciação da família

As reuniões familiares e os momentos com os mais próximos são o pilar sobre o qual se ergue o Standard Bank Angola.

01

Introdução

Transmitir uma mensagem clara e transparente a todos os *stakeholders*, não apenas numa vertente financeira, mas de forma mais abrangente, pois a actividade que o SBA desenvolve e os desafios que enfrenta são mais que números.

1.1. Objectivo do Relatório de Gestão	07
1.2. A Missão, Visão e Valores do SBA	09
1.3. Quem é o SBA	11
1.4. Marcos Históricos	17

1.1 Objectivo do Relatório de Gestão

O presente documento tem o propósito de apresentar a evolução financeira, respondendo às exigências regulamentares e legais (Banco Nacional de Angola, Comissão do Mercado de Capitais e Lei das Sociedades comerciais), mas acima de tudo pretende dar a conhecer o Standard Bank Angola (SBA) a todos os *stakeholders* e partilhar a sua visão de futuro!

Neste pressuposto, iremos também apresentar a caracterização do Grupo no qual se insere e recapitular os factos mais relevantes ocorridos no primeiro semestre de 2022. Destacamos o fim de algumas restrições impostas para combater a Covid-19 graças à vacinação massiva da população mundial, bem como a recuperação da economia Angolana, assim como a estabilização da valorização do Kwanza face às moedas estrangeiras.



Considerando a visão multidimensional do relatório de Gestão, a sua construção teve em consideração informação de Estratégia, de Governança, Negócio, Financeira, Operacional e Social preparada por várias áreas do Banco, criando uma visão agregada e espelhando a importância de todos na prossecução dos objectivos do SBA!

Apresenta-se indicadores de diversas naturezas de risco, bem como de gestão de capital. Por último, não se poderia deixar de parte algo de muito orgulho e que cada vez mais tem sido uma prioridade, ou seja, o contar-vos qual foi a actuação do SBA na Sociedade, com a realização de inúmeras iniciativas de cariz social, económica e ambiental.

Sistematizando, o Relatório de Gestão do primeiro semestre de 2022 abordará diversas temáticas, tais como:

- A caracterização do Banco e do Grupo Standard Bank (SBG);
- O contexto macroeconómico em que o SBA opera, quer a nível nacional, quer internacional;
- Uma descrição dos principais *guidelines* da estratégia para o restante exercício de 2022.

O balanço da operacionalização de uma estratégia assente nos seguintes pilares-chave:



Abordagem focada no Cliente

Apresentar a informação sobre as grandes linhas de negócio: **Grandes Empresas e Banca de Investimento** (CIB), **Pequenas e Médias Empresas** (Business and Commercial Clients ou BCC), **Particulares** (Consumer High Net Worth ou CHNW). Com o objectivo de apoiar estas linhas de negócio o Banco tem as seguintes áreas de apoio: Soluções para Clientes, Inovação e Engenharia;



Pessoas enquanto activo fundamental

Abordar os factos mais relevantes das Pessoas e Cultura, assim como as acções desenvolvidas no âmbito desta pandemia;



Risco e conduta

Destacar a forma como o Banco identifica, gere e mitiga o risco, descrevendo as suas principais políticas e ambiente de controlo;



Excelência Operacional

Oferecer aos Clientes serviços e produtos que correspondam às suas expectativas;



Solidez nos resultados financeiros

Demonstrar a performance e solidez financeira, divulgando os números e principais indicadores da actividade do SBA;



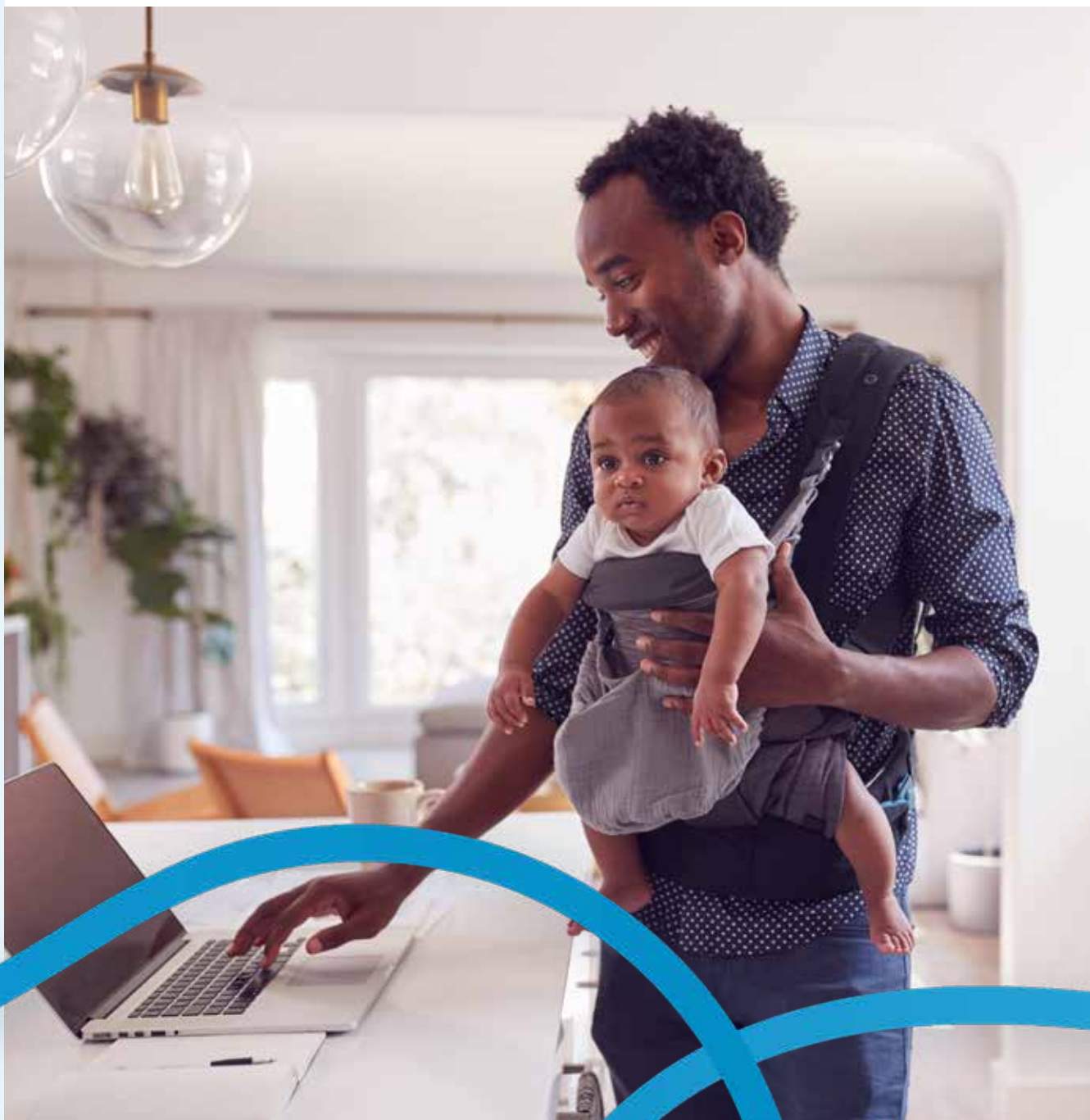
Responsabilidade social

Reservar um espaço para divulgar a actuação perante a sociedade Angolana. Poder contribuir é algo que faz parte da natureza do SBA e do Grupo onde está inserido.

O relatório conta com o contributo da Equipa de gestão, recorrendo a fontes de informação internas e externas de uso comum. Apesar de conter informação não auditada, o Banco desencadeou os procedimentos necessários para assegurar a maior segurança possível na informação que divulga e recorreu, sempre que possível, a informação contida nas suas demonstrações financeiras (anexas), as quais foram auditadas pela KPMG.

Concluindo, o mesmo pretende transmitir uma mensagem clara e transparente a todos os *stakeholders*, não apenas numa vertente tradicionalmente financeira, mas incorporando uma visão abrangente da actividade do SBA.

1.2 A Missão, Visão e Valores do SBA



Visão Geral

O SBA tem vindo a ser reconhecido de forma consistente como uma Instituição Financeira de confiança, sustentável e com um papel relevante na promoção da literacia e inclusão financeira em Angola.

Cultura Organizacional

A cultura do SBA é determinada pela sua missão, visão, valores e propósito. A génese Africana e a cultura de integração internacional orientaram a estratégia do Standard Bank de Angola de forma a otimizar todas as oportunidades que África, e muito particularmente Angola, nos apresenta.

O Código de Ética conduz o Banco a ser mais responsável e a respeitar os seus Clientes, sendo este um dos pontos de referência para os seus Colaboradores.

Missão

Ser a Instituição Financeira líder em Angola e em África, capaz de servir todo o território, oferecendo uma experiência diferenciadora aos Clientes, enquanto cria valor para as sociedades envolventes.

Visão

Ser líder nos serviços financeiros em Angola e África, através da excelência do serviço e da inovação, de forma a trazer valor acrescentado a todos os stakeholders e a fazer ligação entre África e o resto do mundo.

Valores

Os valores apresentados orientam o comportamento e qualidades que definem o Banco e estão na génese da implementação da sua estratégia:



Servir os Clientes



Desenvolver os Colaboradores



Criar valor para os accionistas



Promover o respeito mútuo



Ser proactivo



Elevar constantemente a fasquia



Trabalhar em equipa



Defender os mais altos níveis de integridade

1.3 Quem é o SBA

Destaca-se pelos seus valores intrínsecos basilarmente apoiados na integridade, honestidade, transparência e consistência.

A Cultura assenta-se na “forma como se faz”, reconhecendo “o que se faz”. A constante procura pela optimização do desempenho operacional, alavanca não só a diversificação de produtos oferecidos, mas também a qualidade da oferta, posicionando o Banco com um serviço de excelência.



Sobre o Banco

O Standard Bank de Angola, S.A. é uma sociedade de direito angolano, com sede social em Talatona, Luanda, que foi autorizado a operar pelo Banco Nacional de Angola a 9 de Março de 2010, tendo iniciado a sua actividade operacional a 27 de Setembro de 2010.

Dedica-se ao exercício da actividade bancária nos termos permitidos e definidos na lei, através da obtenção de recursos de terceiros sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, na concessão de empréstimos, depósitos no BNA, aplicações em Instituições de Crédito, aquisição de títulos e em outros activos. Adicionalmente, presta outros serviços bancários e realiza diversos tipos de operações em moeda estrangeira.

Pertence a um grupo financeiro com mais de 150 anos de história e tem como objectivo impulsionar o desenvolvimento do continente africano e, consequentemente, contribuir para o crescimento do mercado Angolano, respeitando os valores e princípios sobre os quais assenta na estrutura organizacional.

Centrando os esforços na satisfação dos Clientes, parceiros e na comunidade, desenvolve a sua actividade de forma rigorosa, avaliando constantemente os riscos, e mitigando-os através da diversificação:

- da oferta de produtos,
- dos seus investimentos,
- modernização dos seus processos e sistemas.

Composição do Conselho de Administração



Octávio Castelo Paulo
PRESIDENTE



Luís Teles
ADMINISTRADOR
EXECUTIVO



Yonne de Castro
ADMINISTRADORA
EXECUTIVA



Eduardo Clemente
ADMINISTRADOR
EXECUTIVO



António Coutinho
ADMINISTRADOR
NÃO EXECUTIVO



Silvano Araújo
ADMINISTRADOR
NÃO EXECUTIVO



Patrício Vilar
ADMINISTRADOR
NÃO EXECUTIVO

De África para o resto do Mundo

O SBA tem contribuído para o desenvolvimento e crescimento de Angola, apresentando actualmente inúmeras oportunidades que potenciam a sua mudança, enorme potencial agrícola, crescimento populacional acelerado, faixa etária predominantemente jovem e crescimento digital acelerado.

A estratégia do Banco assenta em 6 métricas:



Foco no Cliente

A principal prioridade é permitir ao Cliente uma experiência única e personalizada, através da criação de soluções centradas nas suas necessidades e cada vez mais tecnológicas, imaginando a sua experiência, antecipando as necessidades futuras, apostando na inclusão financeira e na digitalização.

Pessoas e Cultura

O Banco encara os seus Colaboradores como um dos seus activos mais importantes para a execução dos objectivos estratégicos, reconhecendo que a sua capacitação e o desempenho dos Colaboradores estão directamente associados ao grau de satisfação dos Clientes. Continuando a apostar em desenvolver futuros líderes em Angola, proporcionando uma constante formação dos Colaboradores, para que tenham um ADN cada vez mais digital.

Risco e Conduta

É essencial fazer os negócios certos da forma correcta. A gestão efectiva dos riscos, Colaboradores, mercado e conduta reflecte os elevados padrões de ética e a prática de negócio responsável, permitindo ganhar a confiança de todos os *stakeholders*. A licença para operar tem por base esta confiança, pelo que o cumprimento com todas as leis e regulamentos não é negociável.

Excelência Operacional

Através da integração e coordenação eficaz dos diversos sistemas de informação. Com o objectivo de entregar com eficiência os produtos/serviços aos Clientes.

Resultado Financeiro

A entrega de retornos sustentáveis aos accionistas depende directamente da satisfação dos Clientes e Colaboradores e da gestão efectiva e eficiente dos riscos da actividade e da conduta. Neste contexto, é preciso garantir o equilíbrio entre o capital alocado aos investimentos estratégicos e o respectivo retorno.

Impacto no Ambiente Económico-social

O Banco continua empenhado em conduzir o negócio de forma sustentada e com crescimento económico em Angola. Para conseguir isso, tem que se garantir que através dos seus Clientes, projectos e parcerias, é criado impacto positivo na vida da comunidade. Essas considerações estão no centro das decisões de negócio.

O Grupo Standard Bank

20 países africanos

Presente em 20 Países Africanos, entre os quais, Angola, Moçambique, África do Sul, Namíbia, Tanzânia, Zâmbia, Uganda, Botswana e Quênia.

7 Localizações fora do continente africano

Conta com presença activa nos maiores centros financeiros a nível mundial, nomeadamente, Reino Unido, Estados Unidos da América, Brasil, Emirados Árabes Unidos, China, Ilha de Man e Jersey.

O Standard Bank de Angola

 669
Colaboradores

 90
ATM's

 69 588
Número de
Clientes activos



Sede do Standard
Bank Angola

1.4 Marcos Históricos

Presente desde 2010 no território nacional, o Standard Bank de Angola oferece soluções completas de produtos e serviços financeiros através de um ecossistema de parcerias.

Tal traduz-se em esforços contínuos para atender plenamente as necessidades de cada Cliente, desde pessoas físicas, pequenas e médias empresas a grandes organizações, procurando proporcionar também a melhor experiência tanto digital quanto presencial.

Participamos nas áreas económicas de maior relevância e exercemos liderança em segmentos que se traduzem no reconhecimento de vários agentes envolvidos no sector bancário.

2010

- Constituição do Banco a 27 de Setembro 2010

2011

- 33 mil milhões de Kwanzas de activos líquidos
- 3 Agências em Luanda
- Aumento de Capital 24,5 milhões de dólares

2012

- 62 mil milhões de Kwanzas de activos líquidos
- Expansão para outras províncias
- Aumento de Capital 50 milhões de dólares

2013

- 143 mil milhões de Kwanzas de activos líquidos
- 32 pontos de contacto com o Cliente
- Carteira de depósitos de 135 mil milhões de Kwanzas

2014

- 200 mil milhões de Kwanzas de activos líquidos
- Boom de Clientes
- Reforço do Modelo de Governação

2015

- 299 mil milhões de Kwanzas de activos líquidos
- Aumento de Colaboradores
- Melhor Banco de investimento em Angola pelo 4º ano consecutivo

2016

- 368 mil milhões de Kwanzas de activos líquidos
- Consolidação do Banco no sector em Angola
- +50 % Resultado Líquido

2017

- 317 mil milhões de Kwanzas de activos líquidos
- Melhor Banco de investimento em AO pelo 6º ano consecutivo

2018

- +90% do Resultado Líquido
- 443 mil milhões de Kwanzas de activos líquidos
- Emissão de obrigações admitidas à cotação na BODIVA no valor de 4,7 mil milhões de Kwanzas

2019

- 606 mil milhões de Kwanzas de activos líquidos
- Considerado o melhor Banco de Investimento e melhor provedor de Tesouraria de Gestão de Caixa em Angola

2020

- *The Banker - Bank of the Year in Angola 2020* / Banco do Ano em Angola 2020
- Reconhecido pela ASSERTYS como o Banco com melhor qualidade de serviço em Angola
- 880 mil milhões de Kwanzas de activos líquidos
- 1º Banco em Angola a obter a certificação do SWIFT *Global Payments Innovation* (GPI) e de Membro do GPI
- Aniversário dos 10 anos do Standard Bank de Angola

2021

- 28 de Fevereiro 2021 – Fecho do processo de transição para a nova sede Standard Bank Angola
- A publicação internacional *Global Finance*, uma das mais relevantes do sector financeiro, atribuiu ao Standard Bank de Angola os seguintes prémios:
 - Melhor Provedor de Operações Cambiais em Angola 2021
 - Melhor Provedor de Tesouraria e Gestão de Caixa em Angola 2021
 - Melhor Banco de Investimento em Angola 2021

2022

- 1ª transacção de investidores internacionais em dívida pública Angolana
- 1ª transacção REPO no mercado interbancário.
- *Roadshow* de investidores internacionais em Angola
- Globo de Ouro – “Melhor Programa de Responsabilidade Social”
- *Hackaton*



A apreciação dos negócios

A pandemia pôs a nu a coragem dos empreendedores e a sua resiliência. Depois da provação, a vontade é de continuar a investir e de deixar uma pegada no mundo.

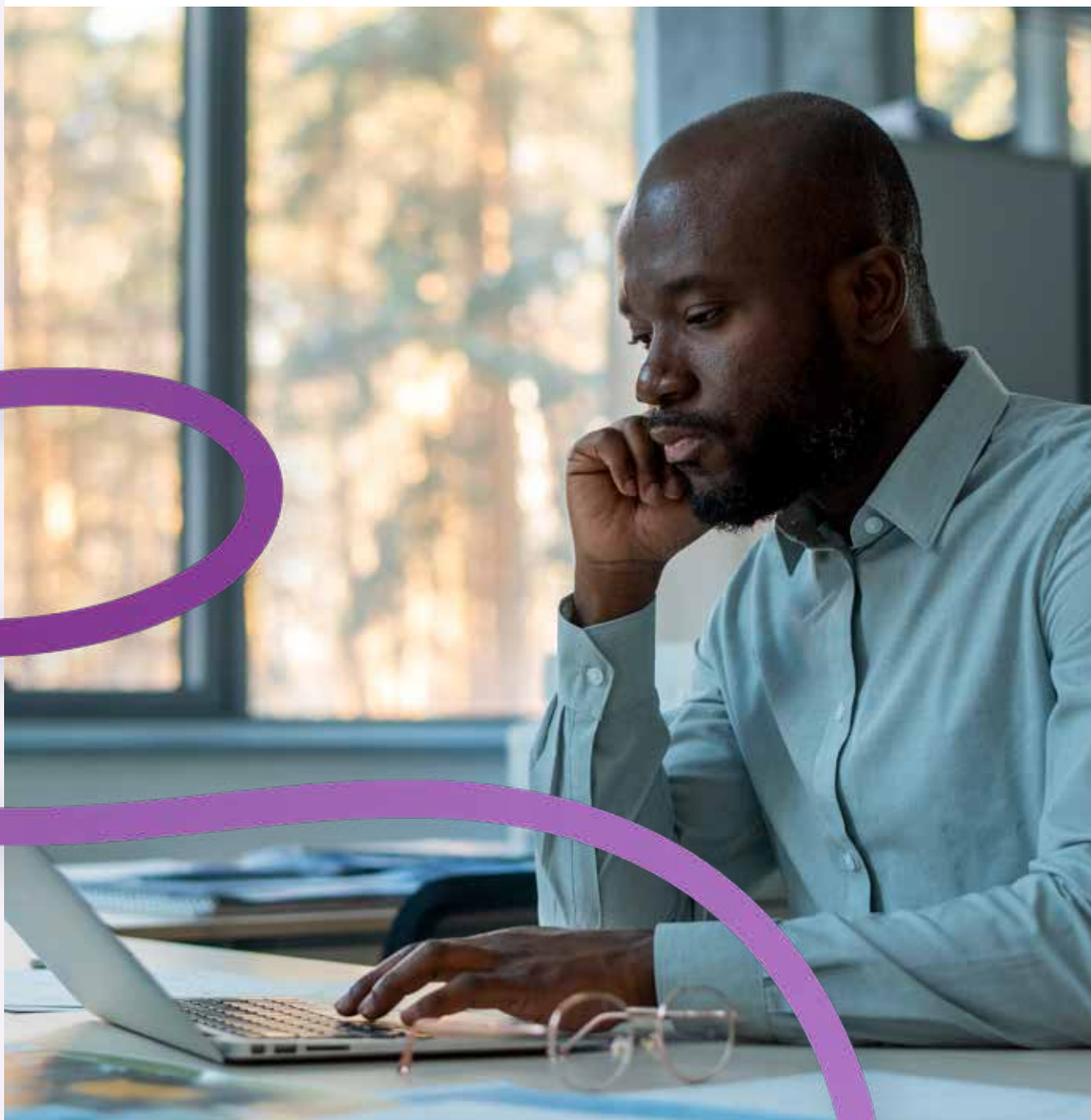
02

Como criar valor

O SBA criou raízes em Angola, transformando-a na sua casa, e estando totalmente comprometido com o seu desenvolvimento e crescimento.

2.1. O contexto macroeconómico	21
2.2. Os números alcançados	35
2.3. Proposta de valor	37
2.4. A estratégia do Standard Bank Angola	40

2.1 O contexto macroeconómico

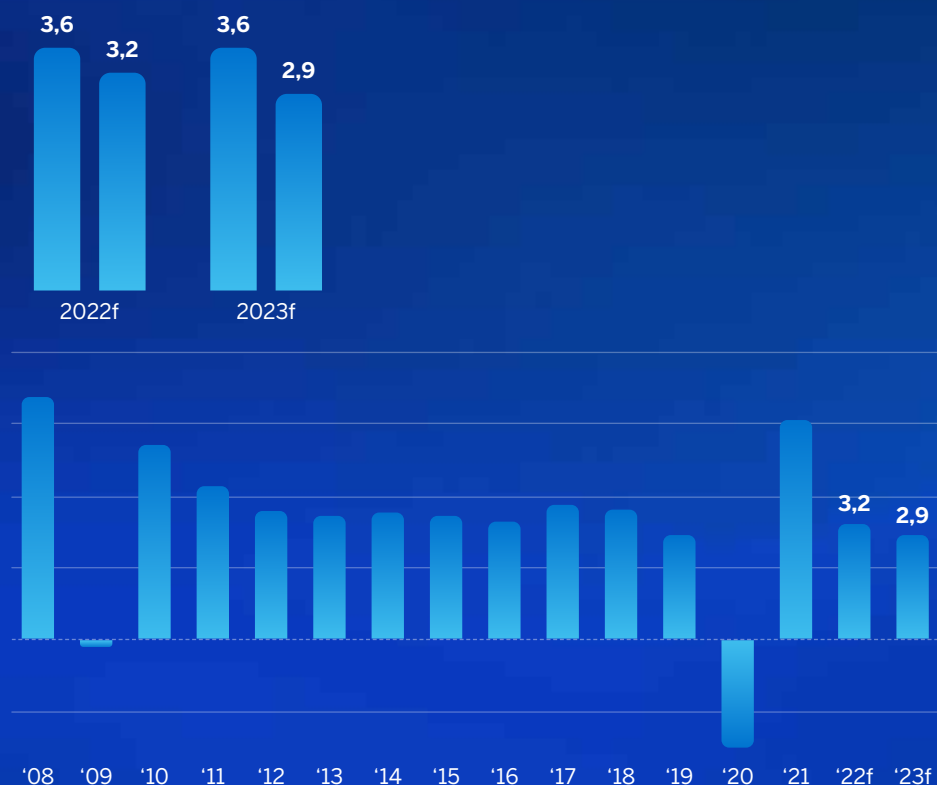


Economia global

A invasão russa à Ucrânia em Fevereiro deste ano e a guerra subsequente que se originou, interromperam a recuperação do crescimento económico global que se registou desde 2020. A guerra na Ucrânia provocou um aumento dos preços já elevados da energia e dos alimentos, o que provocou uma inflação de níveis inesperados nas economias mais desenvolvidas.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) reviu em baixa as suas previsões de crescimento global para os anos de 2022 e 2023 em 0,4 pontos percentuais (pp) e 0,7pp, respectivamente, para 3,2% y/y este ano e 2,9% y/y no próximo ano.

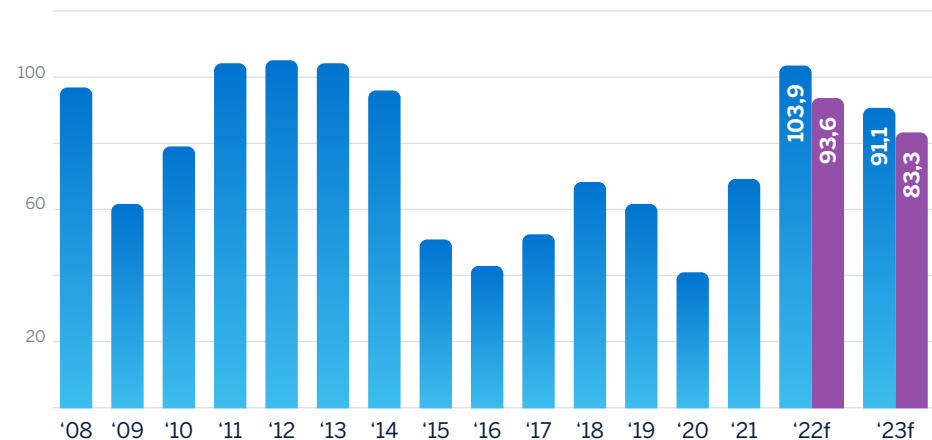
Crescimento Global (%; y/y)



Fonte: IMF; Standard Bank Research

Com os níveis de inflação elevados a nível mundial, foi desencadeada aumentos das taxas de juro de referência por parte da maioria dos bancos centrais. Agora as economias mais avançadas enfrentam agora o risco de recessão

Preço Petróleo (USD/bbl)

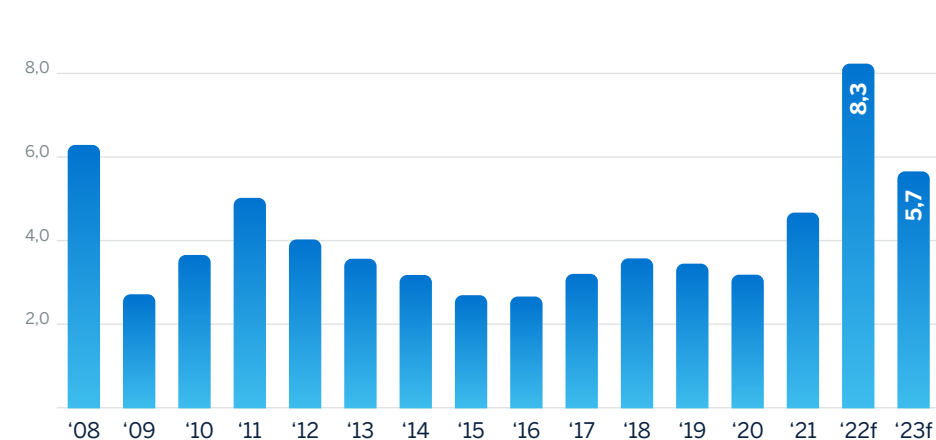


Fonte: IMF; Standard Bank Research

Em relação ao preço do petróleo no ano de 2022 este aproxima-se de uma média de USD93,6/bbl, face a uma média de USD71/bbl, no ano passado. Estima-se que o valor médio no final do ano de 2022 seja de USD83,3/bbl o que representa uma diminuição face ao valor actual o que é justificado pelo declínio do crescimento global que se irá reflectir na oferta e procura no mercado petrolífero.

Segundo as previsões do Standard Bank Research G10 (SBR G10), os riscos de uma recessão nas economias avançadas aumentaram significativamente.

Inflação média global (%; y/y)



Fonte: IMF; Standard Bank Research

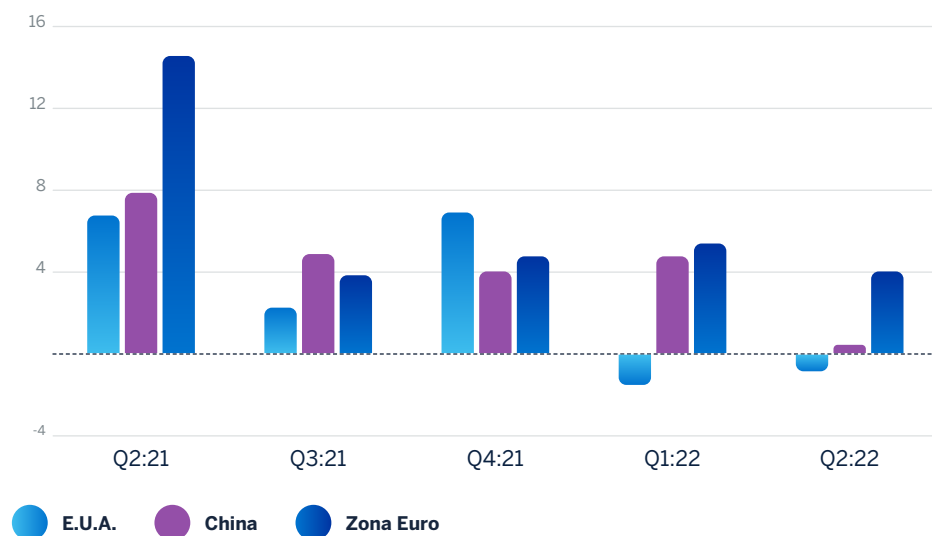
Economic forecasts

País	PIB		Inflação	
	2022	2023	2022	2023
E.U.A.	1,9	1,0	8,2	4,0
Zona Euro	2,2	-0,5	7,9	3,0
Japão	1,5	1,0	1,7	1,5
Reino Unido	2,8	-1,0	9,5	5,5
China	4,0	5,2	2,3	1,3

Fonte: Standard Bank G10 Research Aug 2022

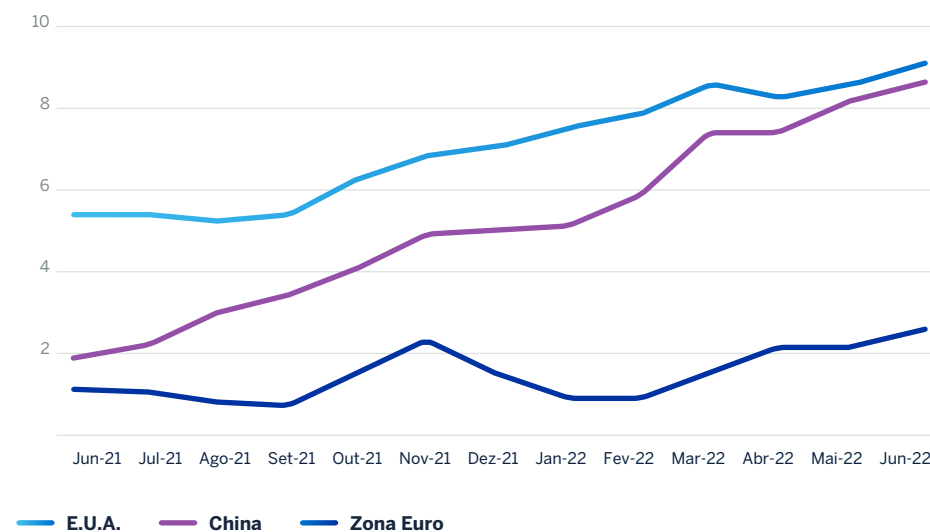
Embora os dados preliminares de primeiro semestre de 2022 já demonstrem uma contracção do PIB nos EUA e uma desaceleração do crescimento económico na China, contudo é expectável que estas economias não entrem em recessão no exercício de 2023. Em relação às economias da Zona Euro e do Reino Unido terão provavelmente o seu crescimento do PIB a tornar-se negativo em 2023.

Crescimento do PIB (%; y/y)



Fonte: Official statistical agencies; Standard Bank Research

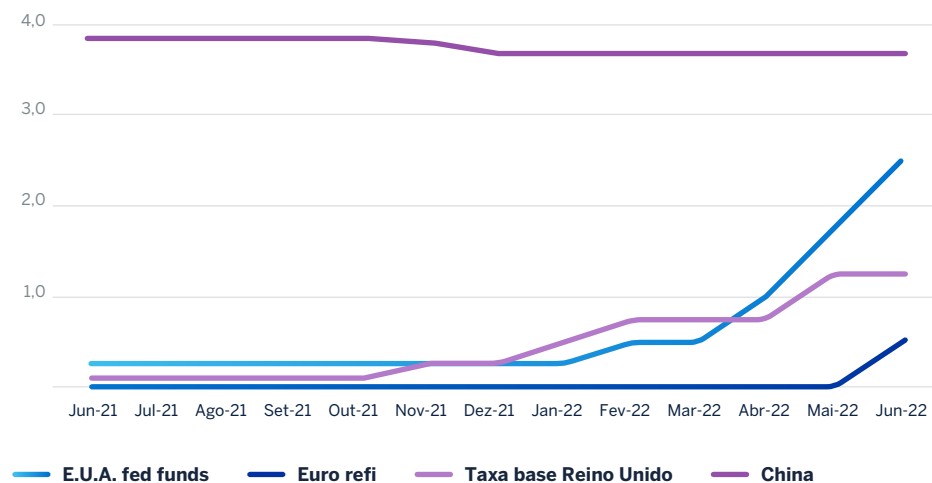
Inflação (%; y/y)



Fonte: Official statistical agencies; Standard Bank Research

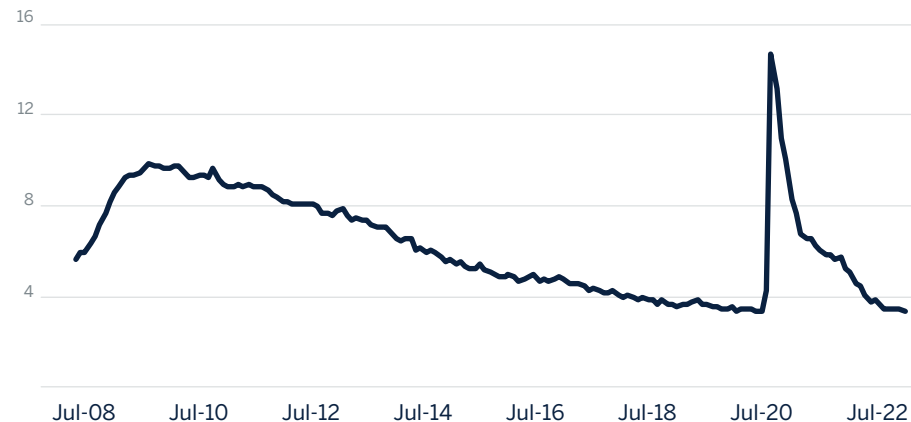
Nos EUA, apesar das taxas de juros de referência serem mais elevadas do que na Europa, esta economia permanece suficientemente robusta para evitar uma recessão, contudo irá provavelmente assistir a uma desaceleração do crescimento para 1,9% y/y este ano, contra um crescimento de 5,7% y/y em 2021, e desacelerar ainda mais para 1% y/y em 2023.

Taxas de câmbio (%; y/y)



Fonte: Official statistical agencies; Standard Bank Research

Desemprego E.U.A. (%; y/y)

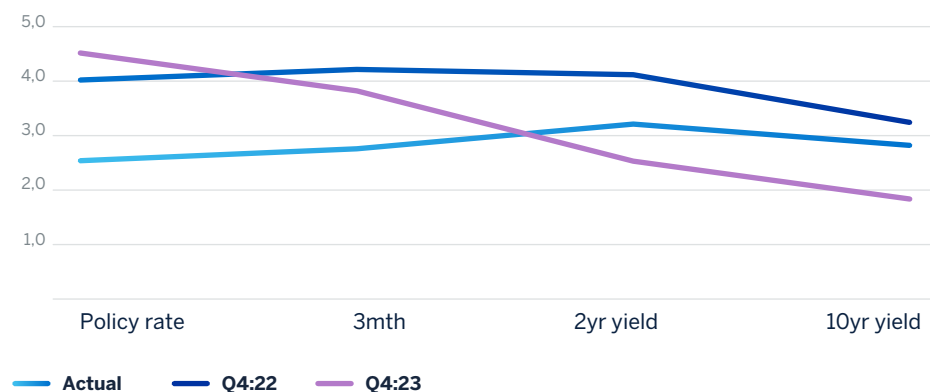


Fonte: US Bureaux of Labor Statistics; Standard Bank Research

De acordo com as expectativas, o banco da Inglaterra (BOE) subiu a sua taxa de juro de referência em 50 pp para 1,75%, em Agosto. O banco central advertiu que a economia do Reino Unido poderia ter 1% de recessão em 2023, uma vez que combate a inflação em alta.

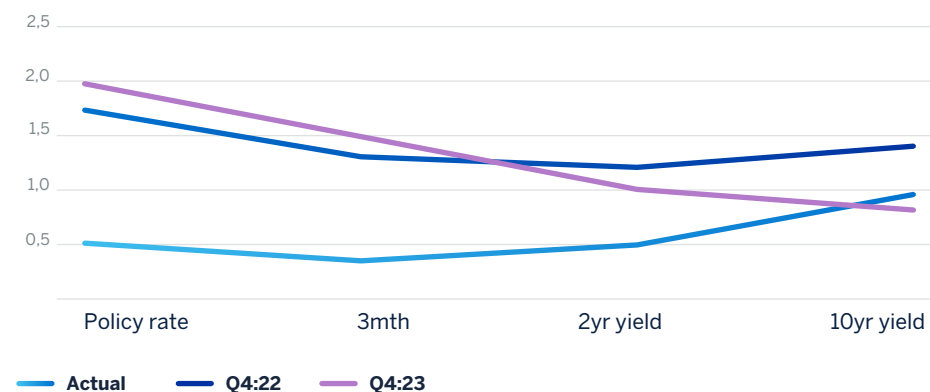
A taxa de desemprego dos EUA atingiu um mínimo de meio século a 3,5% y/y em Julho, o que provavelmente levará a Reserva Federal dos EUA a aumentar a taxa de juro de referência em 75 pp.

Provisões de Taxas de Juro – E.U.A. (%)



Fonte: Standard Bank Research – G10 Daily – Ago 2022; Bloomberg

Provisões de Taxas de Juro – Euro (%)



Fonte: Standard Bank Research – G10 Daily – Ago 2022; Bloomberg

É provável que a inflação permaneça acima do objectivo de 2% y/y tanto nos EUA como na Europa, uma vez que os desequilíbrios globais na procura e na oferta mantêm os preços da energia e dos alimentos elevados.

Com o aumento das taxas de juros de referência pela FED é previsível que a estabilidade registada nos últimos meses na taxa de câmbio USD/EUR dê lugar a um USD mais forte pois poderá haver uma maior procura de activos seguros como o dólar.

Taxas de Câmbio		Actual	1 mês	3 meses	6 meses	1 ano	2 anos
EURO/USD	forecasts	1,02	1,00	0,95	1,00	1,10	1,20
	forwards	–	1,02	1,02	1,03	1,05	1,05
USD/JPY	forecasts	135,00	135,00	140,00	135,00	120,00	110,00
	forwards	–	135,00	134,00	133,00	130,00	125,00
GBP/USD	forecasts	1,21	1,19	1,13	1,20	1,29	1,41
	forwards	–	1,21	1,21	1,21	1,22	1,22
USD/CNY	forecasts	6,76	6,80	7,00	6,80	6,50	6,00
	forwards	–	6,75	6,73	6,71	6,67	6,67

As economias africanas

As economias do continente Africano enfrentam uma infinidade de riscos, que agora estão relacionados com o contágio económico devido à guerra da Rússia na Ucrânia e com a interrupção das cadeias de fornecimentos de bens essenciais pelos novos bloqueios da China à medida que a China ainda visa uma política de zero Covid-19.

No entanto, as previsões de crescimento do PIB para 2022 são largamente inferiores (excepto para a Nigéria e Angola) às do ano anterior. De facto, a previsão de crescimento do PIB para a Nigéria é de 3,2% y/y (de 2,9% y/y anteriormente). O aumento da despesa pública antes das eleições nigerianas é expectável que tenha tido um impacto favorável no crescimento do PIB.

Entretanto, Angola deverá beneficiar da flexibilização das restrições de saúde pública, preços elevados do petróleo, alívio da dívida, valorização do kwanza e novos progressos nas reformas estruturais.

É previsto um crescimento de 3,3% y/y (de 2,3% y/y face ao ano passado).

Em contrapartida, para o ano de 2022, verifica-se uma redução de crescimento do PIB nos países como: o Ghana, Uganda, Senegal e Malawi. Para o Uganda, a previsão é de um crescimento do PIB de (4,0% y/y-4,3% y/y) de (4,5% y/y-4,8% y/y), para o período de 2021/2022. O governo não pretende ceder à introdução de subsídios aos combustíveis nem à redução dos impostos sobre os combustíveis, dando origem a um provável impacto fiscal. Portanto, os preços mais elevados dos combustíveis irão pesar sobre a despesa privada.

A dificuldade permanente do Ghana em atrair financiamento externo manterá o PIB sob pressão.



É previsto um crescimento de 3,1% y/y para 2022 (de 6,2% y/y anteriormente). A política fiscal adoptada limitará a intervenção do governo para apoiar esta economia, por exemplo, impulsionar o investimento público em infra-estruturas ou mesmo a introdução de subsídios ao combustível para amortecer o impacto do preço do combustível nas despesas de consumo privado.

Existe de facto uma previsão de crescimento de 5,4% y/y para o Quénia, entretanto os riscos que este crescimento seja menor do que o previsto poderá ser justificado pela menor produção agrícola devido ao atraso das chuvas de curto e longo prazo, e diminuição do investimento privado devido a perturbações políticas.

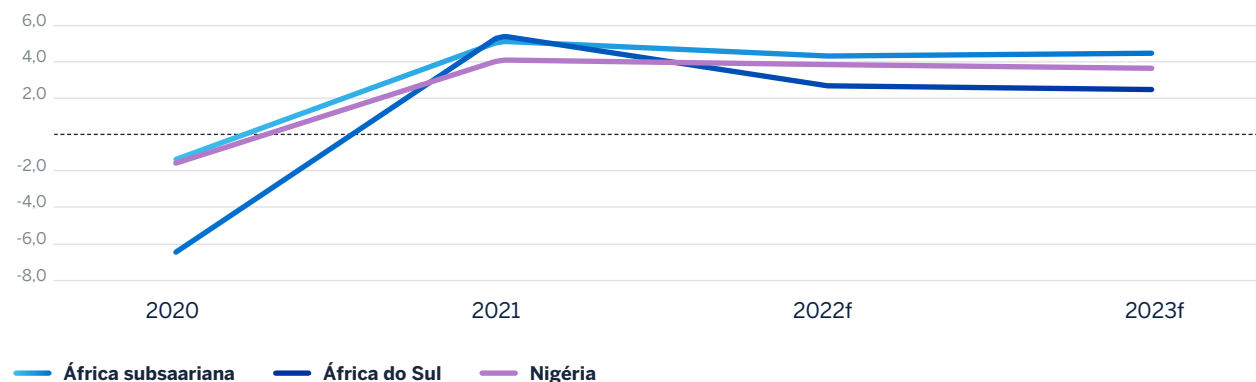
As economias africanas actualmente enfrentam preços elevados do petróleo e dos produtos de base. Ainda assim, os volumes de comércio com a Rússia e a Ucrânia são bastante pequenos. No entanto, por meio da transmissão de preços, à conta de importação para várias economias haverá um aumento dos preços de alimentos, combustíveis e fertilizantes.

A inflação na maioria dos países Africanos aumentou significativamente, e os efeitos secundários principalmente dos preços mais altos do petróleo e dos alimentos, podem deslocar ainda mais as expectativas de inflação. O Senegal, Costa do Marfim, RDC, Quénia e Gana dependem geralmente do fornecimento de fertilizantes da Rússia e da Ucrânia.

As inevitáveis perturbações aqui representam um risco para as suas colheitas - incluindo exportações agrícolas fundamentais, tais como tabaco do Malawi, cacau do Gana e da Costa do Marfim, e chá e café do Quénia e do Uganda, respectivamente.

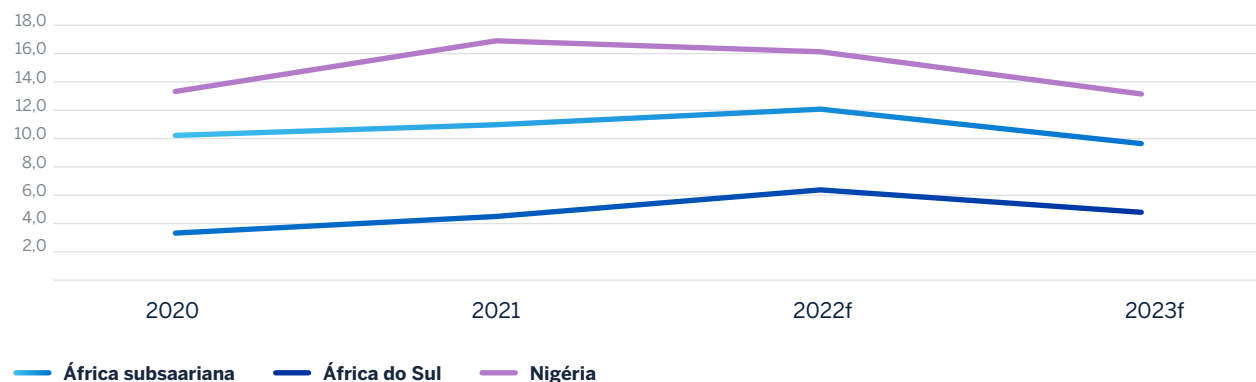
Na edição de Julho do WEO, o FMI deixou intactas as suas previsões de crescimento da África Subsaariana em comparação com a edição de Abril do WEO a 3,8% y/y este ano, acelerando para 4% y/y, após a impressão de 4,6% y/y em 2021.

Crescimento do PIB (%; y/y)



Fonte: IMF; Standard Bank Research

Inflação (%; y/y)



Fonte: IMF; Standard Bank Research

O PIB real na África do Sul recuperou o seu nível pré-pandémia no primeiro trimestre de 2022. As inundações na cidade de KwaZulu-Natal e as incertezas globais fez com que o PIB no segundo trimestre de 2022 não tenha tido o comportamento previsto. No entanto, dados recentes apontam para alguma resiliência, sendo expectável uma reforma política gradual que deverá apoiar o crescimento ao longo do tempo.

África do Sul: previsão macroeconómica

Variável	Unidade	Referência	2020	2021	2022f	2023f
PIB	(%; y/y)	média anual	-6,4	4,9	2,3	2,1
HCE(*)	(%; y/y)	média anual	-5,9	5,6	2,9	1,7
GFCF(**)	(%; y/y)	média anual	-14,6	0,2	4,3	4,8
Inflação	(%; y/y)	média anual	3,3	4,5	6,5	4,8
Taxas de câmbio	USD/ZAR	final do ano	14,86	15,89	16,00	15,65
Repo rate	(%)	final do ano	3,50	3,75	6,25	6,25
10-y bond yield	(%)	final do ano	9,06	9,76	10,50	10,15

As despesas dos consumidores deverão recuperar este ano, apesar de uma inflação e taxas de juro mais elevadas. As despesas de consumo das famílias deverão ser apoiadas por uma recuperação gradual do emprego no sector privado e por um apoio fiscal contínuo, entretanto espera-se que a recuperação se mantenha desigual entre os grupos de rendimento.

Fonte: Standard Bank Research; FX Chartbook Aug22

Notas: (*) household consumer expenditure; (**) gross fixed capital formation



Economia Angolana

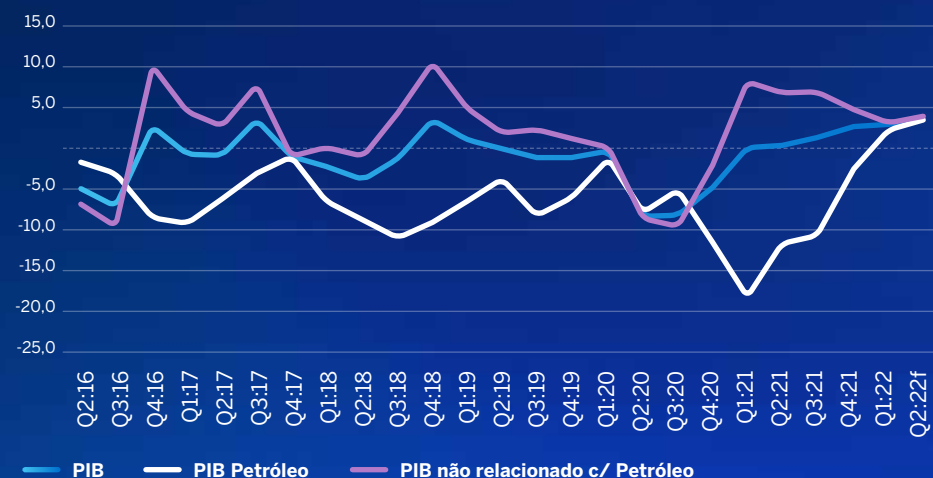
Em relação à economia Angolana, é expectável um crescimento 3,3% este ano, contra 0,8% em 2021, devido ao dinamismo do preço do petróleo, à melhoria da liquidez cambial, ao abrandamento das restrições sanitárias e aos efeitos de base positivos da pandemia.

A previsão para o crescimento o primeiro trimestre de 2022 é de 2,5% y/y, apoiado pelo desempenho do sector petrolífero. Os dados disponíveis reportados ao primeiro trimestre de 2022, mostram que a economia cresceu 2,6% y/y, o que reflecte o desempenho positivo das economias petrolífera e não petrolífera, sendo que esta última, tem vindo a perder dinamismo principalmente devido a contracções na extracção de diamantes e serviços financeiros.

Houve um ligeiro declínio no peso do sector petrolífero no PIB, para 24,9% no primeiro Trimestre de 2022, de 26% no Quarto Trimestre de 2021, e uma média de 27,2% para 2021, com a economia não-petrolífera a representar 75,1% do PIB no primeiro Trimestre. Isto ainda reflecte a elevada dependência do sector petrolífero, uma vez que este sector representa 96% das receitas de exportação e contribui com mais de 50% das receitas fiscais.

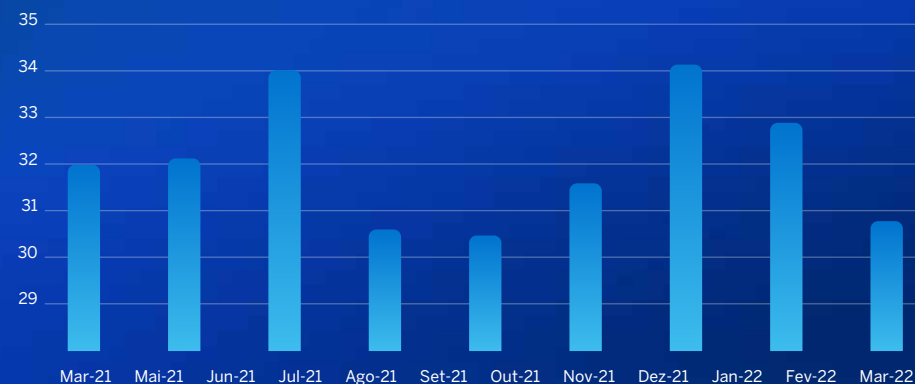
Será necessário mais investimento na economia não-petrolífera para melhorar a diversificação e inclusão económica, uma vez que a pobreza afecta mais de 40% da população, e a taxa de desemprego foi de 30,8% no primeiro Trimestre de 2022.

Crescimento do PIB (%; y/y)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística; Standard Bank Research

Taxa de desemprego (%)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística; Standard Bank Research

O Comité de Política Monetária (CPM) do Banco Nacional de Angola (BNA) manteve a taxa do BNA estável, a 20% em Julho.

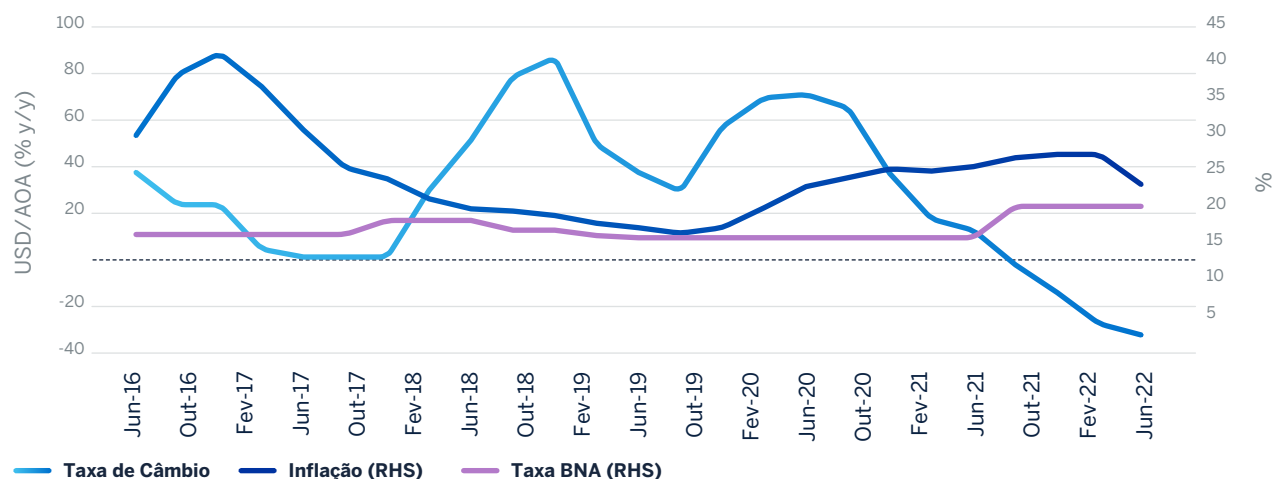
Para garantir que a taxa real de política se torne positiva, a taxa do BNA deverá manter-se estável até que a inflação reduza abaixo dos 20%.

De facto, a inflação, reportada pela última vez em 22,95% y/y em Junho, deverá moderar ainda mais devido ao kwanza que está relativamente forte, à manutenção dos subsídios aos combustíveis e aos efeitos de base favoráveis.

A inflação deverá então abrandar abaixo dos 20% y/y a partir de Agosto, criando assim espaço para a taxa de BNA ser reduzida (provavelmente 150 bps em Setembro e depois novamente 300 bps em Novembro).

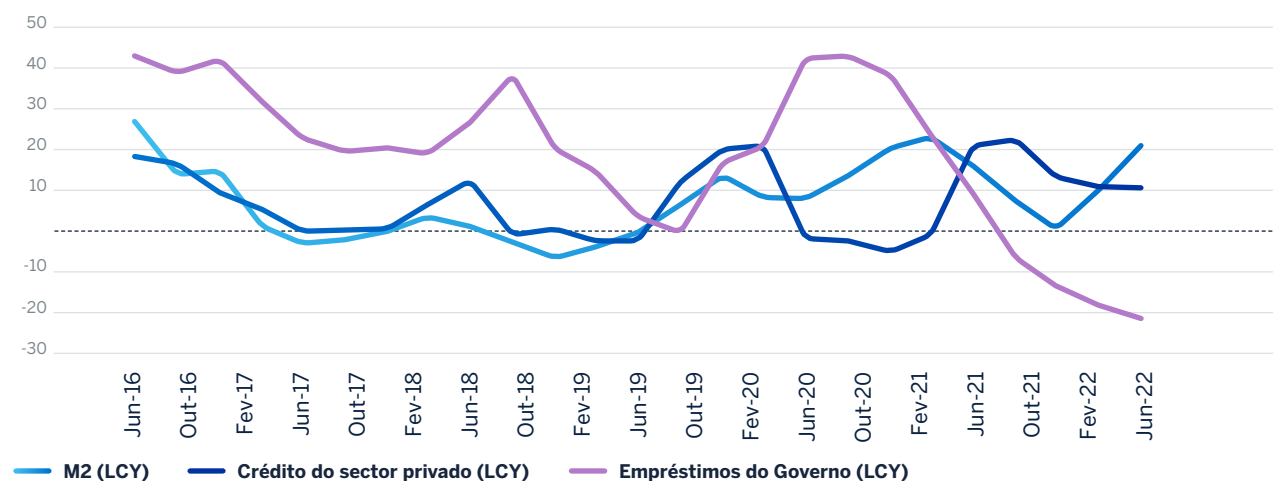
A nossa previsão da inflação no final do ano é de 14,6% y/y, e agora vemos a taxa do BNA em 15,5% até Dezembro; tínhamos previsto 18% na edição de Maio da nossa AMR (*African Markets Revealed*).

Taxa de Câmbio vs. Taxa de inflação e Taxa de Juro



Fonte: Banco Nacional de Angola; Standard Bank Research

Estatísticas monetárias (%; y/y)



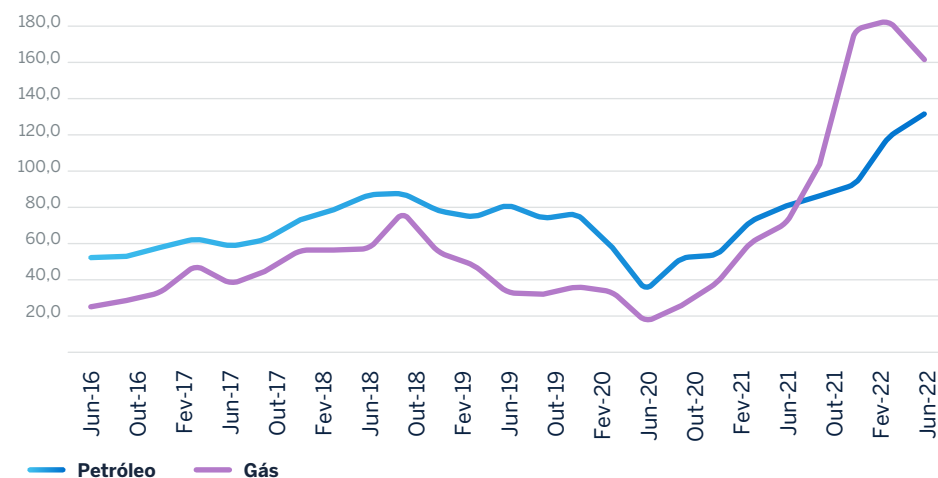
Fonte: Banco Nacional de Angola; Standard Bank Research

O BNA gostaria de ver os bancos comerciais a emprestar mais ao sector privado, o que contribuiria em muito para apoiar o crescimento da economia não petrolífera. Afinal, o crescimento do crédito local do sector privado abrandou este ano, devido a uma lenta recuperação da pandemia. De facto, os dados de Junho mostram um crescimento do crédito do sector privado em moeda local de 10,9% y/y, de 13,6% y/y em Dezembro de 2021 e 21,5% y/y em Junho 2021.

O crescimento do PIB não-petrolífero abrandou para 2,8% y/y no primeiro Trimestre de 2022, de 4,3% y/y para o quarto Trimestre em 2021, uma vez que tanto a extracção de diamantes como os serviços financeiros se contraíram.

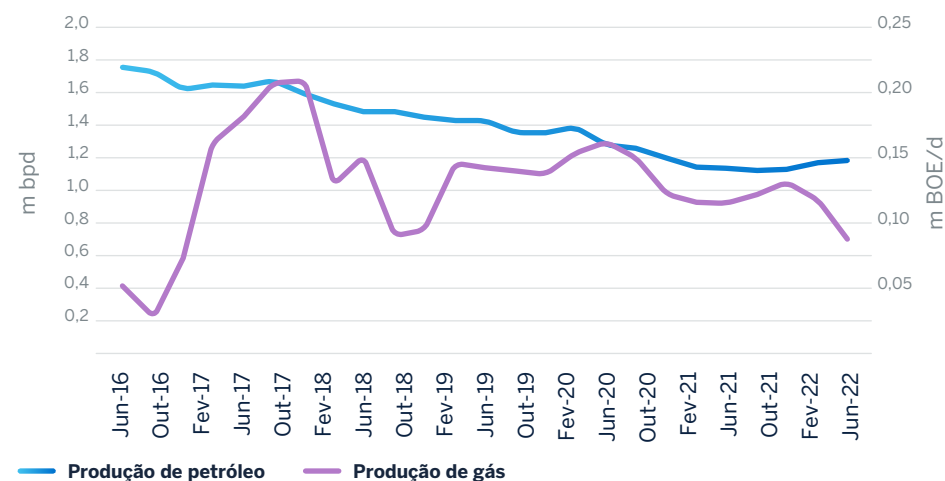
Para criar mais espaço para o crédito do sector privado, o governo tem vindo a acelerar os reembolsos líquidos da dívida interna, graças a um forte desempenho fiscal apoiado pelo dinamismo dos preços do petróleo.

Preços de petróleo e gás (USD/bbl)



Fonte: Banco Nacional de Angola; Standard Bank Research

Produção de petróleo e gás



Fonte: Banco Nacional de Angola; Ministério das Finanças; Standard Bank Research

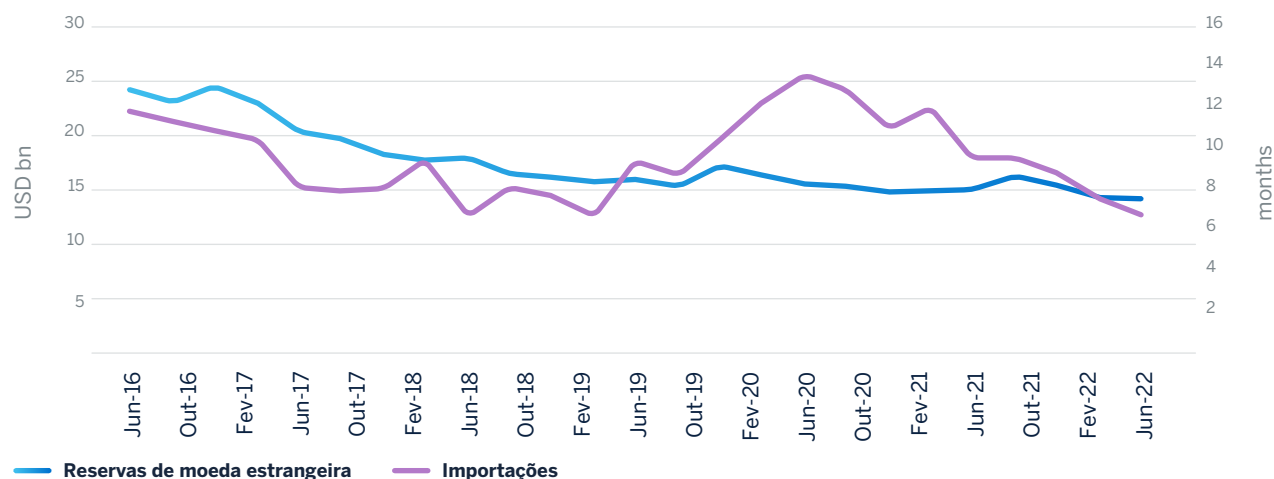
Os rendimentos das obrigações do Tesouro de 4 anos caíram para 18,4%, de 24,8% do PIB.

O crescimento do crédito do sector privado deverá beneficiar de um forte desempenho fiscal e de uma inflação decrescente, exercendo uma pressão descendente adicional sobre os rendimentos das obrigações do Estado.

Com o petróleo ainda acima de USD100/bbl no primeiro semestre de 2022, apoiando as exportações angolanas e melhorando a liquidez cambial, isto manteve o kwanza relativamente estável, com o BNA então susceptível de incentivar o crescimento do crédito para apoiar a economia.

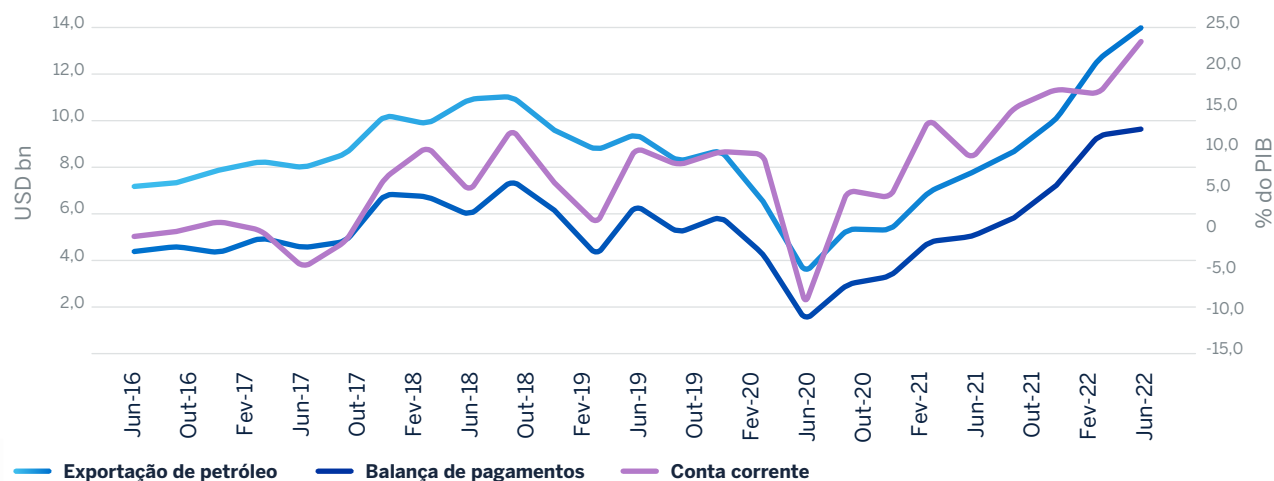
Um kwanza forte tende a suavizar a inflação, tendo o kwanza encerrando em Julho à 433,3/USD, perdeu 1,3% m/m mas ganhou 28,1% ytd e 47,4% y/y.

Reservas de moeda estrangeira vs. importações



Fonte: Banco Nacional de Angola; Standard Bank Research

Exportação de petróleo, balança de pagamentos e conta corrente



Fonte: Banco Nacional de Angola; Ministério das Finanças; Standard Bank Research

O cenário de crescimento a médio prazo prevê Angola a crescer a uma média de 2,5% y/y entre 2022 e 2025, com uma inflação média de 14,8% y/y durante este período. Isto reflecte um aumento limitado da produção petrolífera, que deverá estabilizar-se aos níveis actuais. Também traduz uma pressão sobre os preços resultante de uma esperada reforma do subsídio ao combustível.

Para sustentar um crescimento económico que exceda a taxa média de crescimento da população de 3% y/y, Angola precisa de aumentar a facilidade de fazer reformas empresariais e atrair investimento suficiente para aumentar a produção local e ajudar a baixar a inflação em dígitos únicos.

Cenários de crescimento económico a médio prazo

Variável	Unidade	Referência	2020	2021	2022f	2023f	2024f	2025f
PIB	(%; y/y)	period average	-5,8	0,8	3,3	2,4	2,3	2,1
CPI	(%; y/y)	period end	25,1	27,0	14,6	13,3	11,4	14,3
BNA rate	(%)	period end	15,50	20,00	18,00	13,50	14,50	14,50
3-m rate	(%)	period end	19,0	19,4	10,8	13,6	14,6	14,6
6-m rate	(%)	period end	19,9	14,0	12,2	13,8	14,7	14,8
FX rate	USD/AOA	period end	656,2	555,0	432,0	470,1	523,4	576,0

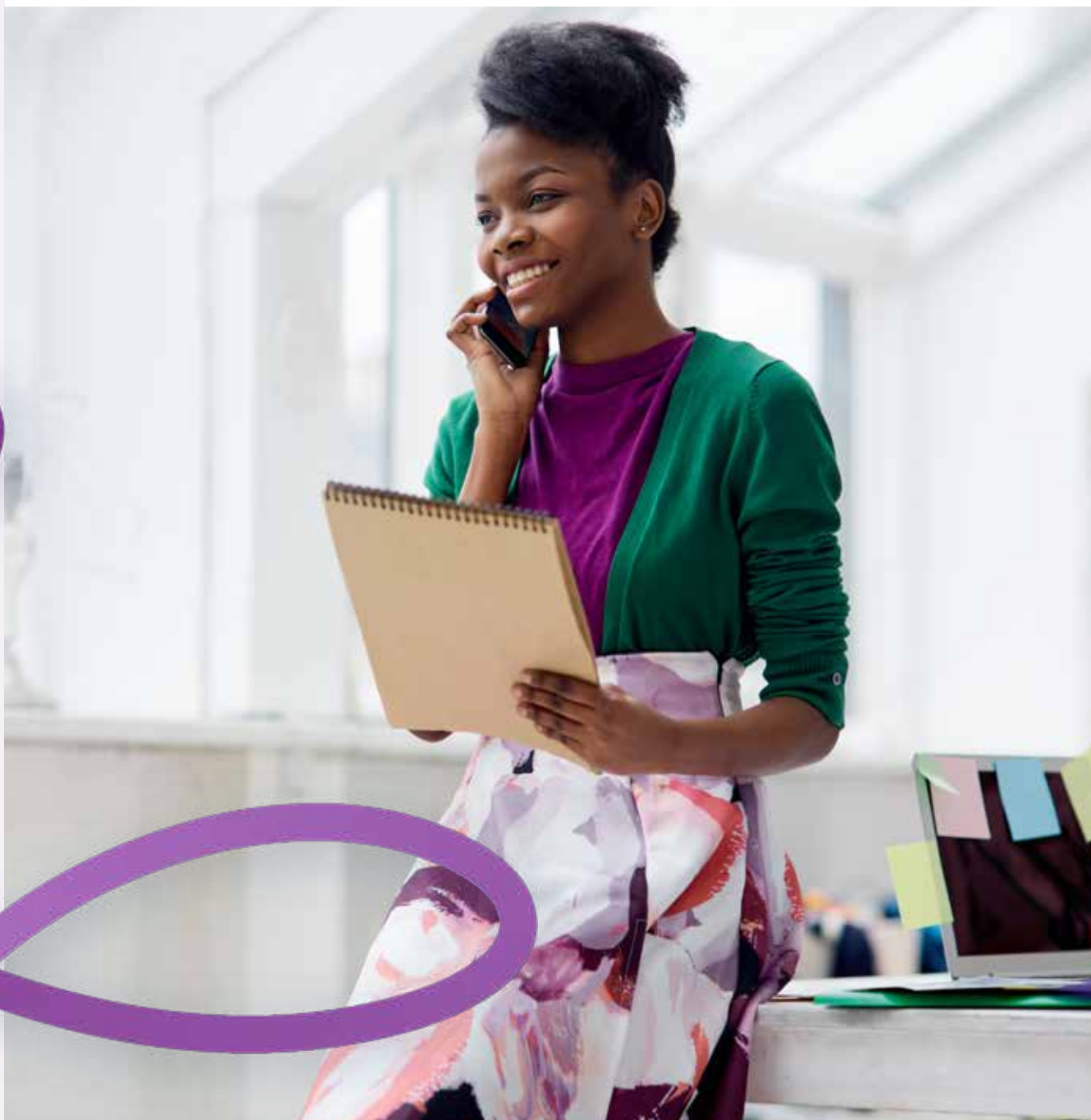
Fonte: BNA; Instituto Nacional de Estatística; Ministério das Finanças; Standard Bank Research

Cenários de crescimento económico a médio prazo

Base	Unidade	Referência	Q1:22	Q2:22	Q3:22	Q4:22	Q1:23	Q2:23	Q3:23	Q4:23	Q1:24	Q2:24	Q3:24	Q4:24	Q1:25	Q2:25	Q3:25	Q4:25
PIB	(%; y/y)	period average	2,6	3,5	3,7	3,3	3,2	2,3	1,8	2,4	2,2	2,3	2,2	2,3	2,2	2,1	1,9	2,1
CPI	(%; y/y)	period end	27,0	23,0	18,2	14,6	12,3	12,3	12,9	13,3	12,6	12,5	12,2	11,4	12,2	13,5	14,4	14,3
BNA rate	(%)	period end	20,00	20,00	20,00	18,00	15,50	15,50	13,50	13,50	13,50	13,50	13,50	14,50	14,50	14,50	14,50	14,50
3-m rate	(%)	period end	19,4	11,7	10,0	10,8	12,1	15,6	13,6	13,6	13,6	13,6	13,6	14,6	14,6	14,6	14,6	14,6
6-m rate	(%)	period end	14,0	12,4	11,1	12,2	13,6	15,7	13,8	13,8	13,8	13,7	13,7	14,7	14,7	14,8	14,8	14,8
FX rate	USD/AOA	period end	446,4	428,2	431,4	432,3	441,5	450,8	460,4	470,1	482,9	496,1	509,6	523,4	536,1	549,1	562,4	576,0

Fonte: BNA; Instituto Nacional de Estatística; Ministério das Finanças; Standard Bank Research

2.2 Números alcançados



INDICADORES ACTIVIDADE (MILHÕES DE KWANZAS)		JUNHO 2022	JUNHO 2021	VARIAÇÃO	DEZEMBRO 2021
	Margem Financeira	40 037	35 265	14% 	76 389
	Resultado líquido	33 099	32 772	1% 	75 736
	Rácio de Eficiência (<i>cost-to-income</i>)	37%	33%	4 p.p. 	32%
	Activo Total	1 064 289	895 037	19% 	968 274
	Crédito Concedido	279 625	195 303	43% 	238 960
	Qualidade de crédito –				
	Cobertura de imparidade para crédito sobre crédito concedido	2%	3%	-1 p.p. 	2%
	Crédito em incumprimento (+90 dias) sobre crédito concedido	0,12%	0%	0 p.p.	0,33%
	Depósitos	779 818	672 654	16% 	678 258
	Rácio de Transformação	35%	28%	7 p.p. 	35%
	Capital Próprio	167 670	134 953	24% 	169 486
	Return On Equity	35%	46%	-11 p.p. 	45%
	Rácio Solvabilidade	19%	38%	-7 p.p. 	45%
	Clientes	69 588	44 085	25 503 	51 654
	Colaboradores	669	645	24 	652
	Posto de atendimento	35	32	3 	35
	Atm's	90	80	10 	91

2.3 Proposta de valor

Seguindo as directrizes do Grupo, o SBA destaca-se pelos seus valores, basilarmente apoiados na integridade, honestidade, transparência e consistência.

A Cultura do Banco assenta na “forma como fazemos”, reconhecendo que esta é tão importante quanto “o que fazemos”.



A proposta de valor

A constante procura pela optimização do desempenho operacional do Banco, permite ao SBA oferecer aos Clientes uma diversificação de produtos, bem como o aumento da qualidade dos mesmos, posicionando assim o Banco num patamar de excelência na sua oferta e actuação.

A execução bem-sucedida da estratégia de negócio torna o Banco mais robusto e capaz de criar valor sustentável a longo prazo para todos os *stakeholders*.

Alocação de Recursos

O Banco aplica uma estrutura de tomada de decisão formal com objectivo definir os recursos a alocar para implementar projectos ou programas que visam alcançar os seus objectivos estratégicos.

Estratégia

1. O investimento ou oportunidade está alinhado com a estratégia do Banco?
2. Criar valor para os Clientes e suportar a capacidade de entregar uma oferta de serviços financeiros integrados?
3. Impulsionar o crescimento de Angola?

não >

sim



Capacidade

O investimento ou oportunidade está de acordo com o apetite de risco e recursos disponíveis, e pode ser entregue através da experiência do Banco, processos e plataformas digitais?

não >

sim



Valor

O investimento ou oportunidade irá gerar um retorno adequado e / ou desbloquear oportunidades futuras para criar valor?

não >

sim



O investimento ou oportunidade será priorizado tendo em consideração os recursos disponíveis a cada momento. ✓



O investimento ou oportunidade será classificado como prioridade baixa, sujeito a um *trade-off* de decisões ou mesmo a não ser aprovado.

Valor Gerado

69 588

**CLIENTES
ACTIVOS**

AUMENTO DA BASE DE CLIENTES

Crescimento da base de Clientes através de soluções digitais, fomentando a inclusão financeira.

54 508

**HORAS DE FORMAÇÃO
EM SALA**

FORMAÇÃO DE COLABORADORES

Considerando os Colaboradores o activo mais importante do SBA a aposta na formação e capacitação através do desenvolvimento de competências vocacionadas para o Futuro Tecnológico.

31%

CAPITAL E RÁCIOS DE LIQUIDEZ ROBUSTOS

Manter níveis de capital e liquidez robustos, de forma a ter flexibilidade para gerir incerteza e mudanças e potenciar o crescimento.



2.4 A estratégia do Standard Bank Angola

A Estratégia do SBA é focada no Cliente, sustentada pelo propósito de fornecer soluções simples, relevantes e que lhes tragam mais valias.

O Grupo Standard Bank está presente em vários países, tendo uma abrangência vasta, com especial enfoque em África, o que significa uma grande diversidade de Clientes e Colaboradores, por isso requer um foco claro para cumprir os objectivos estratégicos.



A Estratégia

Foram definidos três focos estratégicos, as principais áreas de actuação e prazos de cumprimento, a curto, médio e longo prazo. As áreas de foco e a definição de prioridades e prazos foram transferidos para as linhas de negócios e funções corporativas, sendo estes os responsáveis pela sua implementação.

O Propósito SBA

A razão pela qual o SBA se tornou uma referência em Angola

“Angola é a nossa casa, impulsionamos o seu crescimento”

Os Valores SBA

Os valores do SBA servem de base ao comportamento e qualidades que definem o Banco.

- Ser pró-activo
- Apostar no crescimento das nossas pessoas
- Elevar constantemente a fasquia
- Privilegiar o trabalho em equipa
- Promover o respeito entre todos
- Atender às necessidades dos Clientes
- Manter altos níveis de integridade

A Visão SBA

O que o Banco espera alcançar

Ser o líder em serviços financeiros em Angola, entregando experiências excepcionais e de valor acrescentado ao Cliente.

A Cultura SBA

O propósito, visão, valores e abordagem estão de acordo com a cultura SBA.

A cultura do SBA compreende características necessárias para alcançar a estratégia definida, e é sustentada pelo princípio de fazer o negócio certo, da forma certa.



Os Pilares Estratégicos

O que é preciso para executar a Estratégia

Permite direccionar os esforços, para a priorização e alocação dos recursos.



A Estrutura de Execução

Quando precisamos de executar

Permite a definição de expectativas para que as linhas de negócio possam planear e entregar as prioridades de curto prazo e aspirações de médio e longo prazo.



As Métricas

Como medimos a execução da nossa estratégia

Permite medir o progresso em relação ao prazo de execução das metas definidas.



Os Pilares Estratégicos

FOCO NO CLIENTE

Clientes no centro de tudo o que fazemos.

Disponibilizar ao Cliente uma oferta de produtos que vão de encontro às suas expectativas e necessidades.

PESSOAS E CULTURA

Os Colaboradores são o principal activo do Banco.

O desempenho dos Colaboradores está directamente associado ao grau de satisfação dos Clientes do Banco.

O Banco investe continuamente na capacitação da sua força de trabalho, desenvolvendo competências, criando novas oportunidades de carreira e garantindo saúde e bem-estar no trabalho.

DIGITALIZAÇÃO E INOVAÇÃO

Uma maior e melhor experiência digital para Clientes e Colaboradores.

A digitalização dos produtos e processos melhora a forma como servimos os Clientes.

A digitalização permite criar, em tempo real, experiências personalizadas, seguras e relevantes para os Clientes e Colaboradores.





FOCO NO CLIENTE

A principal prioridade do Banco é permitir ao Cliente uma **experiência única e personalizada**, através da criação de soluções centradas nas suas necessidades, com os seguintes objectivos estratégicos:

- **Re-imaginar** a experiência do Cliente
- **Antecipar as necessidades** futuras dos Clientes
- Fomentar a **inclusão financeira**



PESSOAS E CULTURA

O Banco encara os seus Colaboradores como **o activo mais importante**, desta forma são um pilar essencial para a execução dos objectivos estratégicos, reconhecendo que a capacitação e o desempenho dos mesmos está directamente associada ao grau de satisfação dos Clientes. Foram definidos os seguintes objectivos estratégicos:

- Desenvolver **futuros líderes de Angola**
- Ser uma **organização ágil** e em constante aprendizagem
- **ADN Digital**



DIGITALIZAÇÃO E INOVAÇÃO

A aposta na digitalização é **fundamental para o Banco adoptar as melhores práticas, serviços e produtos**, a uma sociedade cada vez mais ágil. Esta aposta passa pelo desenvolvimento dos canais digitais e reformulação de processos internos, bem como pela adopção de novas tecnologias que desafiem a forma tradicional de relação entre Banco e Cliente.

- **Conduzir a Transformação Digital** através da digitalização do core para melhorar a eficiência operacional e a experiência do Cliente e dos Colaboradores
- Diversificar os produtos do Banco, investindo em **novos serviços disruptivos, mais evoluídos** que os serviços oferecidos na Banca tradicional, de forma a aumentar a probabilidade de retenção de Clientes
- **Criar serviços de banca diferenciadores e disruptivos**, integrando diferentes *players* do mercado, para fornecer aos Clientes serviços *end-to-end* num ecossistema único.



A Estrutura de Execução

HORIZONTE 1 | CURTO PRAZO | GERIR O PRESENTE 2022

- Oferecer uma experiência consistente e de excelência aos Clientes;
- Acelerar a digitalização para ir de encontro às necessidades dos Clientes;
- Suportar o crescimento dos Colaboradores e prepará-los para as competências necessárias para o futuro;
- Continuar a gerar retorno aos Accionistas.

HORIZONTE 2 | MÉDIO-PRAZO | ESTAR PRONTO PARA O FUTURO 2023 - 2026

- Assegurar que o Cliente está no centro de tudo o que fazemos;
- Utilizar tecnologia digital e trabalho humano para oferecer serviços e produtos inovadores;
- Remodelar as infra-estruturas para continuar relevantes e competitivos na era digital.

HORIZONTE 3 | LONGO-PRAZO | CRIAR O FUTURO > 2026

- Ser um Banco verdadeiramente digital e com impacto positivo nas comunidades;
- **Verdadeiramente humano:** fornecer soluções e oportunidades necessárias para que os Clientes e Colaboradores consigam alcançar crescimento, prosperidade e realização;
- **Verdadeiramente digital:** ser uma organização digital e orientada por dados para servir melhor os Clientes.

As Métricas do SBA



FOCO NO CLIENTE

- Aumentar a base de Clientes activos;
- Melhorar a satisfação do Cliente;
- Optimizar a notoriedade da Marca Standard Bank em Angola.

Proporcionar uma experiência excepcional aos Clientes, colocando-os no centro de tudo o que fazemos.

PESSOAS E CULTURA

- Garantir a existência de planos de sucessão apropriados para todas as funções-chave;
- Melhorar a satisfação dos Colaboradores e aumentar a percentagem de retenção.

Manter o Standard Bank de Angola na ambição dos profissionais que buscam um desenvolvimento de excelência.

RISCO & CONDUTA

- Garantir auditorias internas e externas satisfatórias e o cumprimento das datas de resolução das situações identificadas;
- Garantir o cumprimento das políticas e procedimentos internos.

Concretizar os negócios certos de forma correcta.

EXCELÊNCIA OPERACIONAL

- Garantir a integração e coordenação dos diversos sistemas de informação;
- Garantir uma tomada de decisão mais eficiente.

Entregar os produtos/serviços ao Cliente de forma rápida e eficaz.

RESULTADO FINANCEIROS

- Aumentar a remuneração do Accionista e otimizar a gestão de custos;
- Garantir a sustentabilidade de crescimento da receita.

Entregar Valor a todos os *stakeholders*

AMBIENTE ECONÓMICO E SOCIAL

- Contribuir para a criação de postos de trabalho e desenvolvimento do tecido empresarial;
- Fazer a diferença na comunidade, actuando junto das camadas da população mais carenciada.

Criar e manter uma organização baseada em valores comuns.



A apreciação dos Colaboradores

Não existem empresas sem pessoas. A exigência e o apoio dos Colaboradores é fulcral para o sucesso do SBA. É sempre tempo e o momento de lhes agradecer o trabalho e de valorizar o empenho. É por causa deles que tudo é possível.

03

A operacionalização de uma estratégia

Apesar do difícil contexto em que se continua a viver devido aos impactos causados pela Covid-19, o SBA manteve em 2021, a sua performance de excelência. Acredita-se que ao colocar o Cliente no centro de tudo o que se faz, se pode exceder continuamente e alcançar resultados extremamente positivos.

3.1. Foco no Cliente	48	3.4. Excelência Operacional	153
Banca de Investimento e de Grandes Empresas	49	Soluções para Clientes	154
Clientes Comerciais e de Negócios	59	Inovação	162
Clientes Consumo e de Elevado Património	67	Engenharia	163
O que foi feito para os Clientes SBA	73	3.4. Resultados Financeiros	166
		Os Indicadores do SBA	167
3.2. Pessoas e Cultura	77	3.5. Impacto relevante na sociedade	180
Capital Humano	78	Responsabilidade social	181
O que foi feito para os Colaboradores SBA	89		
3.3. Risco e Conduta	93		
O Sistema de Controlo Interno	94		
O Modelo de Gestão de Risco	120		

3.1 Foco no Cliente

O Banco oferece aos Clientes um serviço de excelência em todos os momentos. A ambição do SBA é conhecer as necessidades e sonhos dos Clientes e ter uma maior proximidade com os mesmos, seja física ou digital.

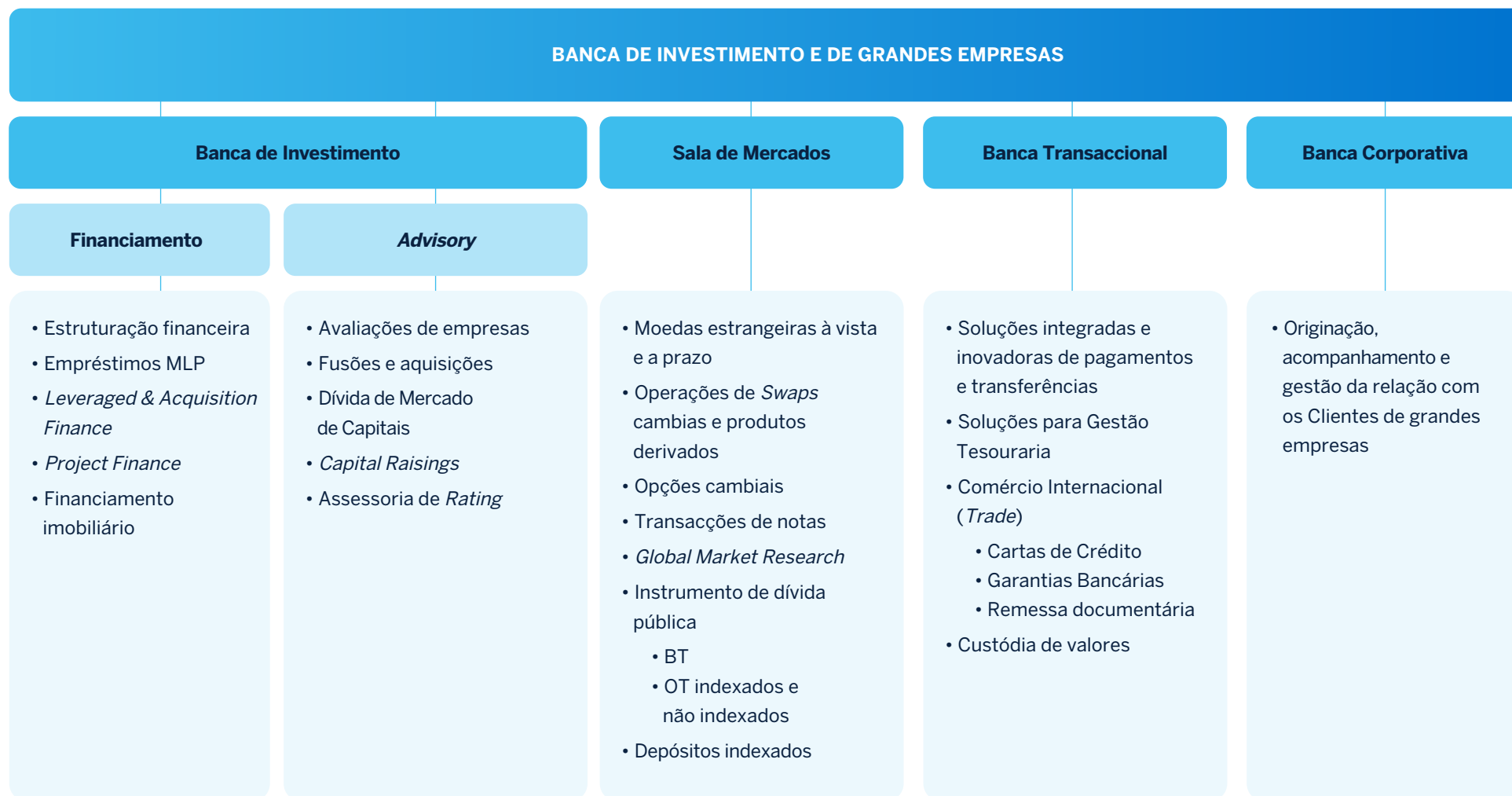


Banca de Investimento e de Grandes Empresas

O propósito do SBA é impulsionar o crescimento de Angola, pretende-se que este seja sustentável e inclusivo. O Banco tem efectuado um esforço para ter um impacto positivo por meio de negócios em aspectos importantes do desenvolvimento de Angola, como educação, infraestrutura, inclusão financeira e outros objectivos de desenvolvimento sustentável.

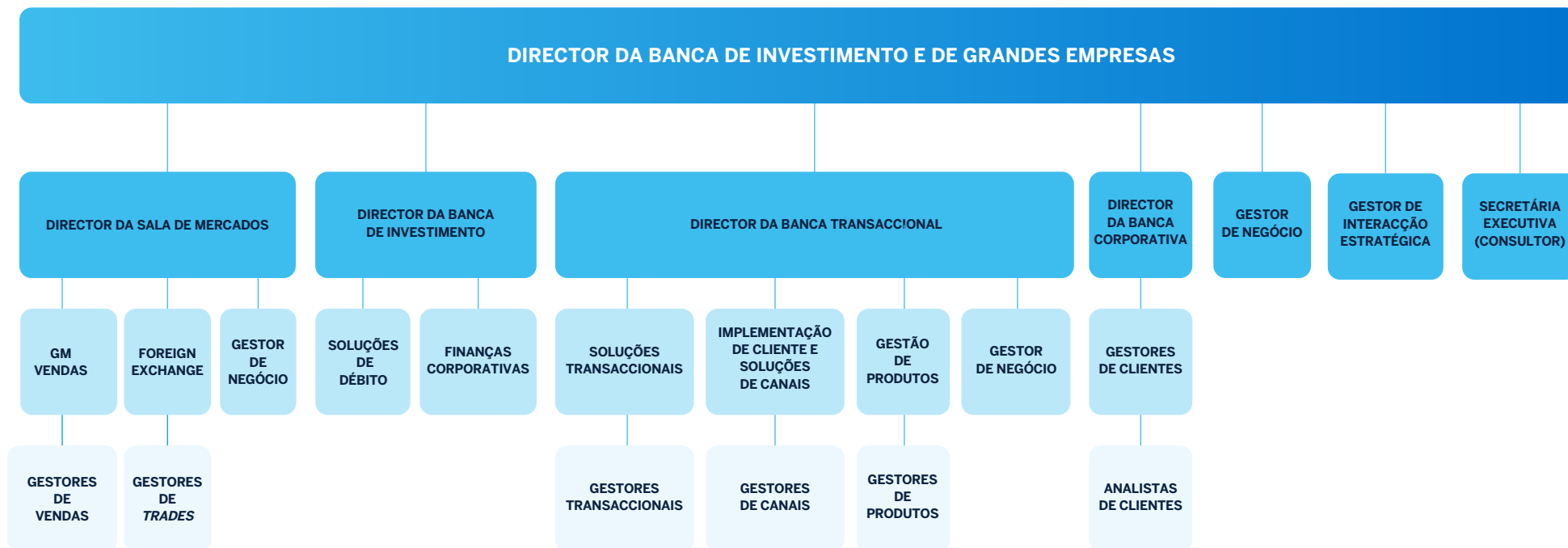


Oferta da Banca de Investimento e de Grandes Empresas (CIB)



Organograma da Banca de Investimento e de Grandes Empresas

Incentivar e ajudar as Pessoas é um dos pilares do SBA, assim como ajudá-las a desenvolver todo o seu potencial.



Desempenho 2022

(1º semestre)

Embora desafiador, o primeiro semestre de 2022 foi positivo para o segmento CIB. O negócio da Banca de Investimento e de Grandes Empresas registou um total de 337 Clientes, no primeiro semestre de 2022, um crescimento da base de Clientes activos na ordem dos 2%, face ao mesmo período de 2021.

O produto bancário atingiu um total de 43 968 milhões de kwanzas, um aumento de 18%, quando comparado ao primeiro semestre de 2021. Este resultado foi essencialmente alcançado devido ao aumento dos créditos desembolsados de mais de 54 mil milhões de Kwanzas face ao período homólogo (+40%). O aumento dos desembolsos foi impulsionado pelo aumento das transacções de compra e venda de moeda, registando um aumento de 17% face ao ano passado, nas receitas cambiais, que por sua vez é consequência da excelente relação que o Banco mantém com as empresas operadoras do mercado e a capacidade de negociação com o sector petrolífero.

Os depósitos atingiram um total de 574 942 milhões de kwanzas, no primeiro semestre de 2022, um aumento de 15%, comparativamente ao ano de 2021, mesmo período, resultante essencialmente da apreciação da moeda local.

Os depósitos a prazo registaram um aumento de 37%, em valor, 176 271 milhões de kwanzas, estes representam 31% da carteira de depósitos, sendo que os depósitos a ordem representam 68% do total de depósitos. Os depósitos em Kwanzas somaram um total de 384 264 milhões de kwanzas, e estes representam 67% do total de depósitos. O volume de depósitos em moeda estrangeira, registou um total

de 190 678 milhões de kwanzas, 9% abaixo do total registado no período homólogo de 2021.

O crédito concedido a Clientes da Banca de investimentos e Grandes Empresas atingiu o patamar de 190 265 milhões de Kwanzas, um aumento de 40%, face ao primeiro semestre de 2021. Este aumento foi sustentado essencialmente pelo aumento substancial do crédito a empresas, no âmbito do Aviso n.º 10/2020 do BNA, evidenciando assim, mais uma vez, o compromisso do SBA com os seus Clientes e com o desenvolvimento da economia angolana.

Do crédito concedido aos Clientes da Banca de Investimento e Grandes Empresas, apenas 17% do montante foi em moeda estrangeira.

O segmento CIB alcançou um rácio de transformação (Crédito/Depósito), de 33%, um crescimento de 6 p.p. quando comparado ao rácio registado no primeiro semestre de 2021, de 27%.

Tal como em 2021, o segmento CIB manteve uma carteira de crédito diversificada no primeiro semestre de 2022, apoiando diferentes sectores do tecido empresarial. O sector de “Bens de Grande Consumo” manteve a primeira posição, com um peso de 51%, seguido de “Instituições Financeiras” com 21%, e “*Oil and Gas*” com 14%.

A Banca de Investimento e Grandes Empresas, manteve o nível de qualidade da carteira de crédito concedido, não se tendo verificado créditos vencidos nem Clientes em incumprimento, uma clara indicação de uma gestão de risco adequada e alinhada às políticas e procedimentos do Banco.

Mercado Cambial

O Standard Bank de Angola é um dos principais intervenientes, encontrando-se entre os maiores traders no mercado cambial spot e a prazo. Com a contínua liberalização do mercado cambial, o Banco tem aumentado a sua participação no mercado. A abordagem de negociação baseado nos pilares de gestão de volume e relacionamento ajudou a posicionar o SBA como uma referência preferencial das empresas operadoras, garantindo uma quota superior a 70% dos petrodólares provenientes do sector petrolífero e subsequente vendas no interbancário, equivalente a 300 milhões de USD.

A qualidade de desempenho foi reconhecida pela Global Finance como “Melhor Provedor de Operações Cambiais em Angola em 2021” e “Melhor Provedor de Tesouraria e Gestão de Caixa em Angola em 2021”.

Os bons resultados obtidos no primeiro semestre de 2022 refletem a força da marca Standard Bank com mais de 150 anos de experiência e assente em dois eixos estratégicos fundamentais: o que fazemos e como o fazemos, num contexto em que a economia mundial está fortemente caracterizada pelo agravamento do conflito no Leste da Europa, tensões geopolíticas, os desafios crescentes na cadeia logística de distribuição e as interrupções no comércio internacional.

A taxa de câmbio do Kwanza em relação ao Dólar Americano, apreciou desde o final do Dezembro de 2021 até ao Junho de 2022, aproximadamente 23,15%. No primeiro semestre de 2022 o Standard Bank de Angola comprou um total de 2,01 mil milhões de USD, fruto da melhoria dos termos de troca e aumento do preço do petróleo.

Os resultados das operações cambiais no primeiro semestre de 2022 ascenderam a 19 719 milhões de Kwanzas, um aumento de 17% face ao mesmo período do ano anterior.

Mercado de capitais

O primeiro semestre de 2022 ficou marcado pela implementação do mercado de Repos, tendo o Standard Bank Angola realizado a primeira transacção de recompra (Buy & Sell Back) no mercado angolano em Maio de 2022, mantendo assim um papel activo no desenvolvimento do mercado de capitais angolano em parceria com a Bodiva. O SBA fez parte da iniciativa pioneira lançada este ano pelo Ministério das Finanças na identificação de Operadores Preferenciais para Títulos do Tesouro (OPTT) – na qual o SBA teve o privilégio de ser seleccionado entre os três bancos. Em Março 2022 o Standard Bank de Angola intermediou a execução da primeira transacção de obrigações para um Cliente Investidor Não-Residente – com um volume de \$20 milhões. Por outro, podemos destacar a implementação do mercado de acções com a primeira Oferta Pública Inicial (IPO).

O Banco registou a quarta posição dos membros mais activos na Bolsa de Valores com base no volume transaccionado no primeiro semestre de 2022. Face ao período homólogo, o montante de transacções realizado na Bolsa de Valores pelo Standard Bank de Angola registou um decréscimo de 66%, atingindo um total de 36,7 mil milhões de Kwanzas, correspondendo a uma quota de mercado de 5%. A redução no valor de transacção foi verificada no mercado de forma geral, tendo a BODIVA registado um decréscimo no



montante transacionado no mercado secundário de 14%. Considerando os factores macroeconómicos como a política monetária restritiva adoptada pelo BNA, maior disponibilidade de divisas no mercado cambial, valorização do kwanza face ao dólar e redução do stock da dívida indexada à taxa de câmbio, contribuíram significativamente para a redução dos valores transaccionados. O Standard Bank de Angola tem contribuído significativamente para o desenvolvimento do mercado angolano através de vendas frequentes de divisas a outros bancos comerciais e uma participação activa na Bodiva através da actividade diária no mercado secundário.

O Standard Bank de Angola permanece bastante activo junto dos principais intervenientes do mercado de capitais, em temas relacionados à regulamentação, à implementação de novos produtos e às questões operacionais, sempre no sentido de elevar a quota de mercado aos níveis dos padrões internacionais.

O foco no Cliente, continua a ser um dos pilares da estratégia do Standard Bank de Angola, e neste sentido, o Banco continua a apostar em estar cada vez mais próximo dos seus Clientes, oferecendo oportunidades de investimento e soluções inovadoras.

Prevê-se que o segundo semestre de 2022 venha a ser mais desafiador para o mercado de capitais em Angola, sendo que a banca tem poucas alternativas de investimentos a curto prazo, num cenário em que se espera continuidade na adopção de políticas monetárias restritivas. Verifica-se um aumento da procura, uma redução significativa das taxas de remuneração dos instrumentos de dívida de curto e médio prazo.

Contudo o SBA continua optimista em relação ao potencial do mercado angolano, pois irá continuar a zelar para a fomento de investimentos por não residentes, contribuir para um maior desenvolvimento dos mercados financeiros angolanos com vista a incluir instrumentos financeiros mais sofisticados, mantendo assim a presença e relevância do Standard Bank de Angola no mercado de capitais.

Canais de Distribuição

O foco estratégico do SBA em canais de distribuição continua a apresentar resultados positivos, o Banco acredita que com a estratégia em vigor e à medida que a economia se reestabelece, está bem posicionado para explorar mais oportunidades e aprimorar os compromissos a nível de canais de distribuição.

SERVIÇOS DE RECOLHA E TRANSPORTE DE VALORES

Registou-se um aumento no número de recolhas efectuados no primeiro semestre de 2022, na ordem dos 60%, face ao mesmo período de 2021 e um aumento de 46% do montante recolhido, como resultado de uma maior proximidade com os Clientes e recuperação no volume de vendas dos Clientes.

INTERNET BANKING

O número de transacções executadas pelo *internet banking* registou um acréscimo de 38%, comparativamente ao primeiro semestre de 2021, e em termos monetários, registou-se um aumento a 37%, quando comparado a Dezembro de 2021.

Conquistas do 1º semestre de 2022

Incentivar e ajudar as Pessoas é um dos pilares do SBA, assim como ajuda-las a desenvolver todo o seu potencial.

- Aumento dos produtos oferecidos aos Clientes (*cross selling products with global market and investment bank*).
- Aumento dos depósitos em cerca de 15%, em valor, 73 203 milhões de Kwanzas comparativamente ao primeiro semestre de 2021.
- Aumento da penetração a nível dos POS (26%) e *Cash in Transit* (CIT) (46%).
- Aumento de 38%, do volume de pagamentos eletrónicos através da oferta de soluções integradas.
- Aumento de 21% na custódia de valores através da captação de investimentos de novos Clientes.
- Programa de Privatizações de Angola: O Standard Bank desempenhou o papel de assessor financeiro na privatização do Banco de Comércio e Indústria, S.A. que foi concluída com sucesso, tendo sido o primeiro leilão em bolsa realizado em Angola.
- Aviso 10/2020: Meta de empréstimos ao abrigo do Aviso 10, atingida e ultrapassada.
- Alta participação de mercado para USD comprado de empresas exportadoras (International Oil Compame e mineração).
- Participação activa no mercado interbancário de câmbio.
- Rápida execução de ordens de câmbio dos Clientes.
- O Standard Bank de Angola fez parte da iniciativa pioneira lançada este ano pelo Ministério das Finanças de identificar Operadores Preferenciais de Títulos do Tesouro – pois, o SBA detém um privilégio de elite que foi concedido apenas a três bancos.
- Uma carteira de investimentos robusta em termos de quantidade, retorno e duração média.
- Em Março do ano em curso o Standard Bank Angola intermediou na execução da primeira transacção de obrigações em nome de um investidor não residente - com um volume de 20 milhões de dólares.
- A equipa de *Trading* do SBA foi um participante activo no desenvolvimento do mercado de reporte angolano em parceria com a Bodiva - executando a primeira transacção de reporte no mercado angolano ocorrido em Maio.

Principais desafios de 2022

- 01 Política monetária restritiva, adoptada pelo BNA (taxa de Custódia)
- 02 Inconsistência na definição da taxa de câmbio do mercado
- 03 Inibição legislativa na promoção e diversificação de novos produtos
- 04 Longo tempo de resposta e burocracia na solicitação de aprovação de novas transacções feitas ao Regulador
- 05 FX Forwards ainda limitados para importação de bens e equipamentos.
- 06 Limite de posição cambial relativamente baixo e impactando a flexibilidade de comercialização e negociação de produtos bancários.
- 07 Aumento das taxas de juro que impactam negativamente os créditos e consequentemente o aumento do balanço.
- 08 Eleições em Agosto de 2022 geram um nível de incerteza no mercado.

A nossa ambição para 2022

Manter a posição como #1 Banco para as empresas multinacionais

Aumento percentual das receitas das grandes empresa locais

Sermos Banco #1 no mercado para a Banca e Investimento, Sala de Mercados e Banca Transaccional.

Estratégia para 2022

A tecnologia mudou a forma de viver e trabalhar, e os serviços financeiros não são diferentes. As expectativas dos Clientes estão a mudar radical e rapidamente, e a estratégia do SBA precisa responder a essas expectativas. O SBA tem efectuado uma aposta no digital de forma a integrar os seus negócios para transformar as experiências dos Clientes e impulsionar a eficiência operacional para um mundo radicalmente diferente. Assim, em 2022, continuar-se-á a investir nos pilares da nossa estratégia:

Foco no Cliente

O primeiro semestre de 2022 ficou ainda marcado por alguma incerteza relativamente à evolução da Guerra entre a Rússia e Ucrânia. Neste sentido **o SBA manteve o compromisso de apoiar os seus Clientes através dos diversos canais disponíveis, garantindo que todas as solicitações fossem atendidas de forma célere e eficaz.** O Banco continua focado em simplificar e acrescentar valor aos negócios dos seus Clientes.

Neste semestre foram retomados no formato presencial os “Foruns Económicos” organizados pela Banca de Investimento e de Grandes Empresas e apresentados pelo Economista do Grupo Standard Bank.

O objectivo de ser uma plataforma de negócio para os Clientes que queiram expandir em África, está bem patente no nosso ADN e o SBA continua a missão de atrair investimentos estrangeiros para Angola e para os países onde o Grupo Standard Bank tem presença.



Eficiência operacional

Os Clientes SBA e o mercado procuram cada vez mais soluções inovadoras e de valor acrescentado. O Standard Bank de Angola está sempre a melhorar a experiência dos seus Clientes e neste sentido tem implementado um modelo de Cliente diferenciado, melhorando os canais *online* e as suas equipas estão a adaptar as suas competências para uma melhor parceria com os Clientes. O SBA encontra-se constantemente a moldar os seus processos e defendendo algumas das principais iniciativas no mercado e em todos os segmentos de Clientes.

Pessoas e Cultura

Gestão humanizada com foco no bem estar das Pessoas, de forma a conseguir ser a melhor empresa para se trabalhar e a mais feliz.

As pessoas são o activo mais precioso e essenciais para a transformação do Banco com foco na inovação e digitalização. Para tal, é essencial o investimento contínuo no desenvolvimento, sendo as future skills uma grande prioridade na atracção e retenção de talento.

O SBA irá continuar a recompensar o resultado do desempenho para a execução da estratégia de negócios, com objectivo de assegurar que os recursos são adequados aos propósitos, capacitá-los e impulsionar o seu crescimento.

Digitalização

A digitalização está impulsionar a convergência de indústrias em todo o mundo, resultando em grupos tradicionais de serviços financeiros enfrentando uma série de novos concorrentes. Existem grandes oportunidades para organizações de serviços financeiros que são capazes de adaptar suas estratégias nestes tempos de mudança.

O SBA tem como objectivo ser um Banco eficiente e moderno, que simplifica, estabiliza e elimina o risco da arquitectura de TI (Tecnologia de Informação) por meio da resiliência do sistema. A priorização da tecnologia e iniciativas digitais continuarão a ser uma forte aposta do SBA, garantindo assim, o foco nos investimentos.

Grande foco em alguns produtos e serviços, no ano em curso, tais como: débito directo, melhorias da nossa plataforma de internet *banking*, *mobile money*, aplicativo para a gestão de recolhas e outros.

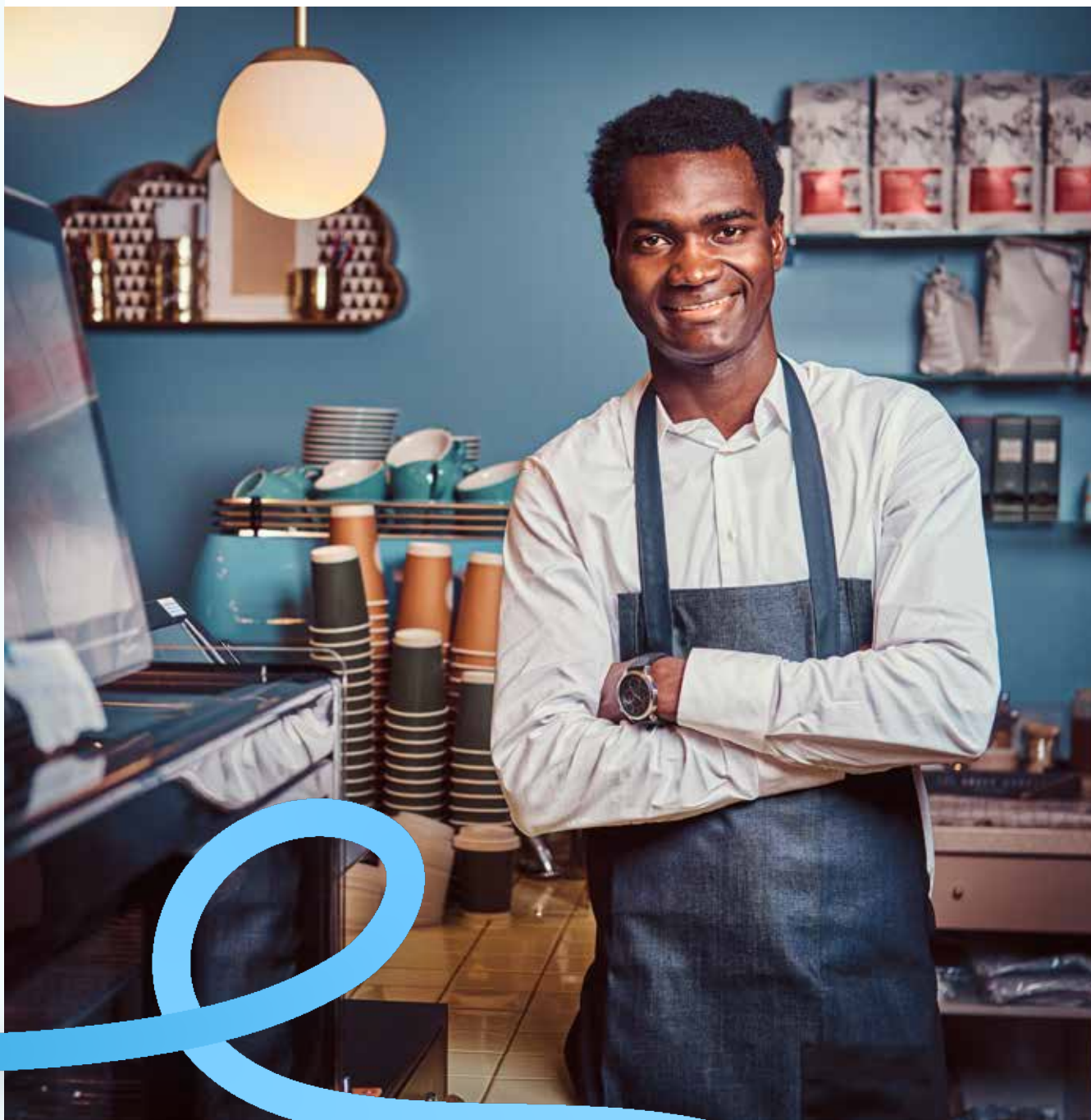
Clientes Comerciais e de Negócios

Visão Geral

No âmbito da reformulação da sua estrutura de gestão, o Standard Bank de Angola criou também a Direcção de Pequenas e Médias Empresas (doravante denominada *Business and Commercial Clients* ou BCC) que adapta um modelo organizativo muito específico, de forma a corresponder todas as necessidades dos Clientes e a criar soluções alinhadas com a sua exigência.

O BCC proporciona uma nova visão estratégica dentro daquilo que são as prioridades dos seus Clientes ou seja, apoia as suas necessidades de serviços financeiros tornando-se fundamental para a construção de um relacionamento sustentável e duradouro.

Esta Direcção disponibiliza um leque de produtos e serviços aos seus Clientes, como por exemplo crédito, produtos de seguro, recolha de valores, aconselhamento financeiro sempre com o objectivo de captar novos Clientes, mas fundamentalmente de manter uma relação de parceria com os mesmos.



Estrutura Organizacional



A Direcção BCC está dividida em 7 novas áreas de modo a segmentar melhor os Clientes, garantindo maior atenção e acompanhamento face às suas necessidades.

Deste modo temos:

01

Banca pequenas e médias empresas:

Neste segmento fazem parte os Clientes com faturação igual ou inferior a 2,5 milhões de dólares. Os Clientes beneficiam de um *call center* dedicado para garantir um serviço personalizado onde o maior foco é a banca transaccional e depósitos. Este segmento é também responsável pelos objectivos comerciais e de crescimento da unidade e por garantir que os Clientes recebem um serviço consistente e de alta qualidade.

De forma a complementar o *Customer Contact Center* (CCC), e no sentido de oferecer um atendimento mais personalizado ao segmento de Pequenas e Médias Empresas, o PME Online constitui um ponto único de contacto, acessível através de telefone e e-mail. Os profissionais bancários intervenientes neste serviço facilitam a abertura de conta, aconselham sobre soluções de investimento, facilitam transacções, providenciam opções de pagamento e recebimento, aconselham sobre soluções de seguros e asseguram o tratamento a pedidos diversos.

Este serviço caracteriza-se pela sua:

CONVENIÊNCIA

- Profissionais bancários acessíveis através de telefone e e-mail
- Resolução de pedidos diversos e *feedback* em tempo real e sem necessidade do Cliente ter de se deslocar a uma agência

SIMPLICIDADE

- Pedidos e serviços bancários efectuados através de telefone e e-mail
- Contacto fácil e rápido com o gestor bancário

ACONSELHAMENTO PROFISSIONAL

- Profissionais bancários que providenciam aconselhamento ao Cliente sobre produtos e serviços bancários e soluções que vão de encontro às suas necessidades

Serviços disponíveis:**Extractos bancários
através de e-mail****Informação sobre
saldos de conta****Activação de contas****Registo nas
plataformas digitais
de banca electrónica e
*mobile Banking*****Desbloqueio de
password na banca
electrónica****Confirmação de dados
bancários e carta de
idoneidade****Solicitação de cartão
de débito multicaixa****Solicitação de cheques****Actualização de dados****Resolução de pedidos
diversos**

02

Banca Comercial

Os Clientes deste segmento têm uma facturação entre 3,5 e 100 milhões de dólares. Os Clientes beneficiam de produtos e serviços alinhados às suas necessidades com gestores dedicados. O foco está na oferta de serviços financeiros de qualidade apropriados às suas necessidades.

05

Sector público

Esta área implementa uma proposta de valor personalizada aos Clientes do sector público, dirigida com bastante experiência, e desenvolve parceiros para a entrega de vários produtos e serviços integrados para o Cliente.

03

Africa China Banking

Este segmento lidera e executa uma proposta de valor para os Clientes ligados a diferentes sectores e identifica novas oportunidades de negócio, envolvendo os Clientes conforme necessário para a prestação de serviços.

06

Comércio digital

Esta área lidera e executa as plataformas Digitais, *Business to Business*, a proposta de valor *e-Commerce* e as suas caixas de ferramentas relacionadas, personalizando em conformidade. Implementa a proposta de valor do Cliente e conduz uma experiência consistente do Cliente através de todas as plataformas. São parceiros com soluções de Clientes na entrega de vários produtos e serviços integrados para o Cliente. Mantém o alinhamento com outras áreas de forma a garantir a entrega de propostas de valor do Cliente e a redução de duplicação entre segmentos.

04

Agronegócio

Esta área é focada na aquisição de novos Clientes do segmento do agronegócio e na identificação de novas oportunidades e gestão de portfolio. É uma área transversal ao Banco trabalhando com *CIB*, *Consumer* e *Business and Commercial Clients* para assegurar que o Banco esteja a trabalhar com toda a cadeia de valor dos Clientes.

07

Ecossistema

Esta área é focada na aquisição de novos ecossistemas – redes que agregam as interações de vários intervenientes das cadeias de valor das organizações, maximizando assim a banca comercial e permitindo aos Clientes uma experiência mais ampla e diversificada.

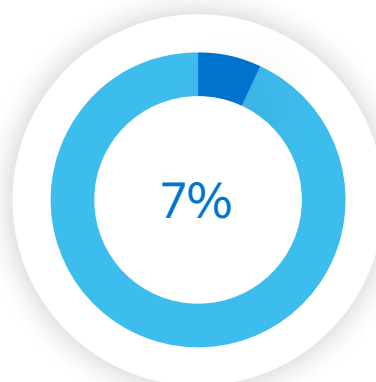
Desempenho 2022 (1º semestre)

A Direcção BCC do Standard Bank de Angola apresentou um aumento do produto bancário na ordem dos 7% face ao período homólogo, como resultado do aumento dos resultados cambiais de 5 749 milhões de kwanzas em Junho de 2022 face a Junho de 2021. O aumento registado no produto bancário foi amortecido pela redução no resultado de prestação de serviços financeiros de 63% em Junho de 2022 face ao período homólogo.

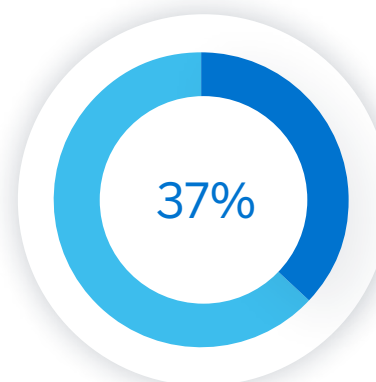
O BCC está comprometido em mudar o curso das pequenas e médias empresas (PMEs) em Angola e ter cada vez mais um papel inclusivo na vida destas empresas. Para isso, tem facilitado junto destes Clientes diversas operações relacionadas com transferências internacionais e a emissão de diversas remessas documentárias.

A Direcção do BCC registou um aumento da base de Clientes activos no último semestre, passando de 1 705 Clientes em Junho de 2021 para 2 339 em Junho de 2022. Como resultado do aumento do número de Clientes em cerca de 37% os depósitos apresentaram igualmente um crescimento na ordem dos 18% durante o mesmo período de referência.

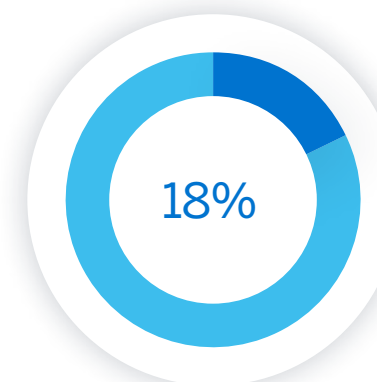
O aumento da base de Clientes é a verdadeira tradução da confiança dos Clientes na marca Standard Bank de Angola, bem como da excelência dos serviços prestados pelos seus Colaboradores.



● Crescimento do produto bancário
● 10 282 Milhões de Kwanzas

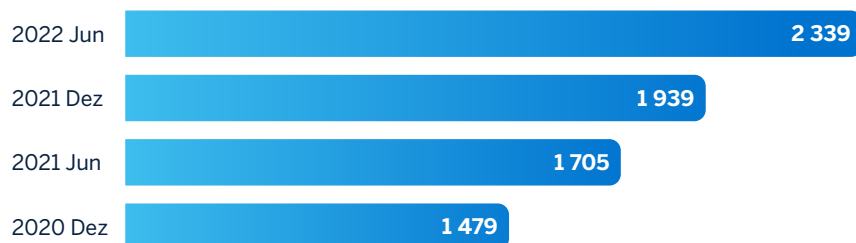


● Aumento dos Clientes activos
● 2 339 Clientes activos



● Crescimento nos recursos de Clientes
● 112 726 Milhões de Kwanzas

Número de Clientes da Banca de Empresas



Crédito

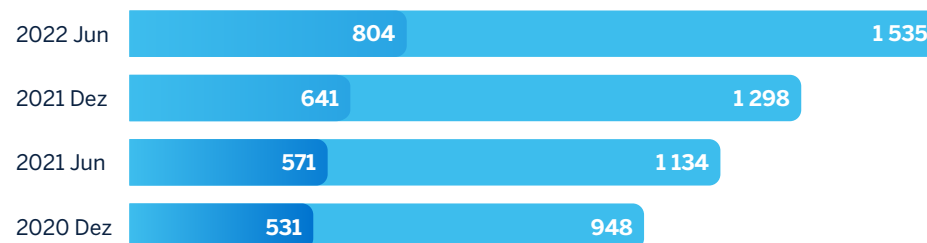
O BCC procura apoiar o fomento da Economia Nacional, visando a concessão de crédito às PME's. Este apoio tem sido transversal a todos os sectores e a todas as empresas, com especial destaque nas PME's dos sectores da agricultura, pecuária, pescas e produção de bens de primeira necessidade.

Este segmento aumentou substancialmente o crédito líquido na ordem dos 68% face ao período homólogo. No leque de produtos de crédito que integram a oferta do Banco, verificou-se pelo terceiro ano consecutivo o aumento exponencial do crédito ao consumo (+56%), evidenciando a continuada aposta no fomento da economia nacional, e fazendo jus ao normativo do Aviso n.º 10/20 do BNA.

O Rácio de transformação sofreu um acréscimo em 18pp, essencialmente justificado pelo aumento da base de créditos que foi superior ao aumento da base dos depósitos, fazendo com que este rácio se cifrasse em 59,8% face aos 42,1% registado no período homólogo (Junho de 2021).

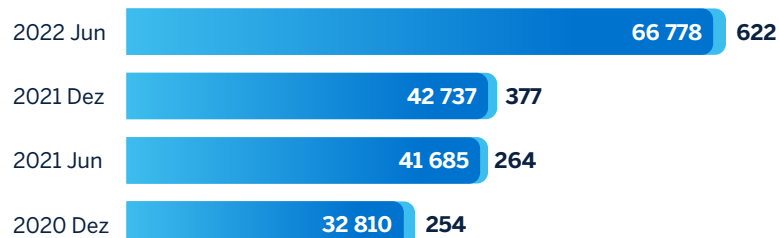
Os níveis de incumprimento de crédito (+90 dias) mostraram-se estáveis, com uma taxa na ordem dos 0,0004%, muito abaixo do mercado que se encontra ainda em níveis acima dos 15%, evidenciando uma vez mais o rigor e a selectividade no que respeita à concessão de crédito.

Tipologia de Clientes



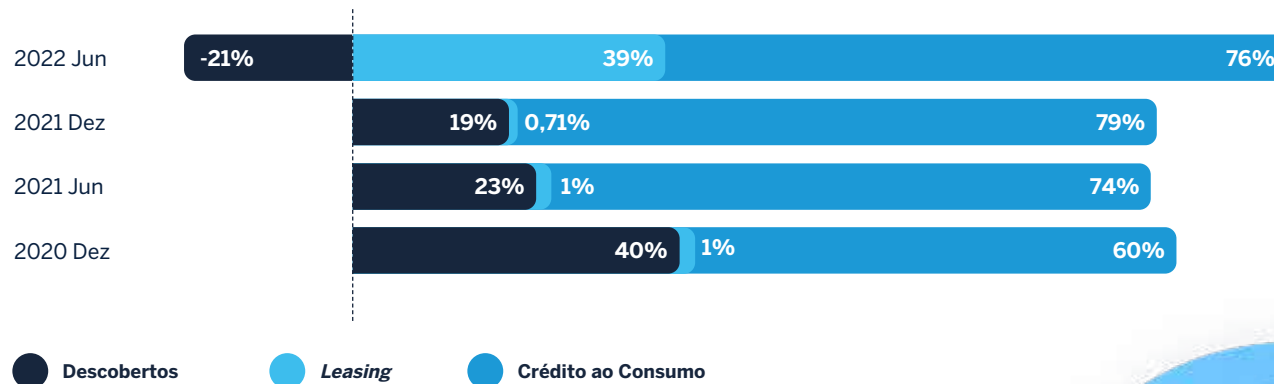
- Médias empresas (Rendimento > 3 Milhões de USD)
- Pequenas e médias empresas (até 3 milhões de USD)

Crédito por tipologia de Clientes (milhões de Kwanzas)



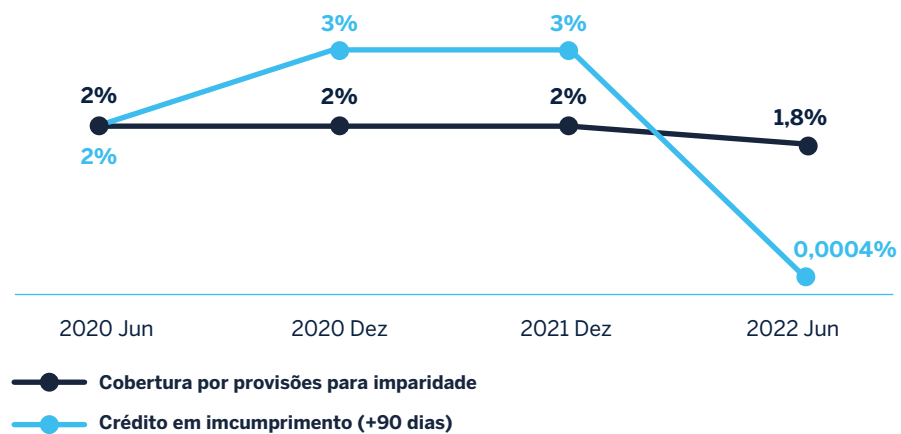
- Médias empresas (Rendimento > 3 Milhões de USD)
- Pequenas e médias empresas (até 3 milhões de USD)

Evolução dos Produtos de Crédito (em %)



As propostas de créditos de médio longo prazo continuam cada vez mais a dominar a carteira de créditos do BCC.

Qualidade da Carteira de Crédito (em %)



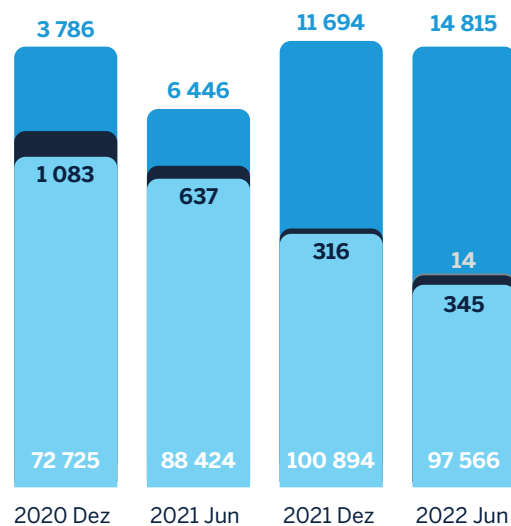
2%
●
2%

Depósitos

Conforme já referido, os depósitos de Clientes acfetos à Direcção BCC totalizaram 112.726 milhões de Kwanzas, apresentando desta forma um aumento de 18% face ao período homólogo.

Relativamente à distribuição dos depósitos captados em função da moeda contratada, observou-se a manutenção da concentração dos depósitos realizados na moeda nacional, representando 79% da carteira total, que se traduz num aumento de 20p.p. comparativamente a Junho de 2021. Os depósitos em moeda estrangeira cifraram-se em 23.672 milhões de Kwanzas (que corresponde a uma diminuição de 40% face a Junho de 2021). Importa frisar que o Standard Bank Angola mantém o compromisso de movimentação das contas em moeda estrangeira dos seus Clientes, sem qualquer restrição, desde que se verifique o cumprimento da lei e das normas vigentes.

Depósitos por Produto (milhões de Kwanzas)



● Contas Correntes ● Conta Vantagem ● Contas Poupança ● Contas Depósito



A Estratégia do BCC

O BCC tem como principal modelo de negócio construir relacionamentos de longo prazo e oferecer soluções inovadoras para os seus Clientes desde a constituição ao crescimento dos seus negócios.

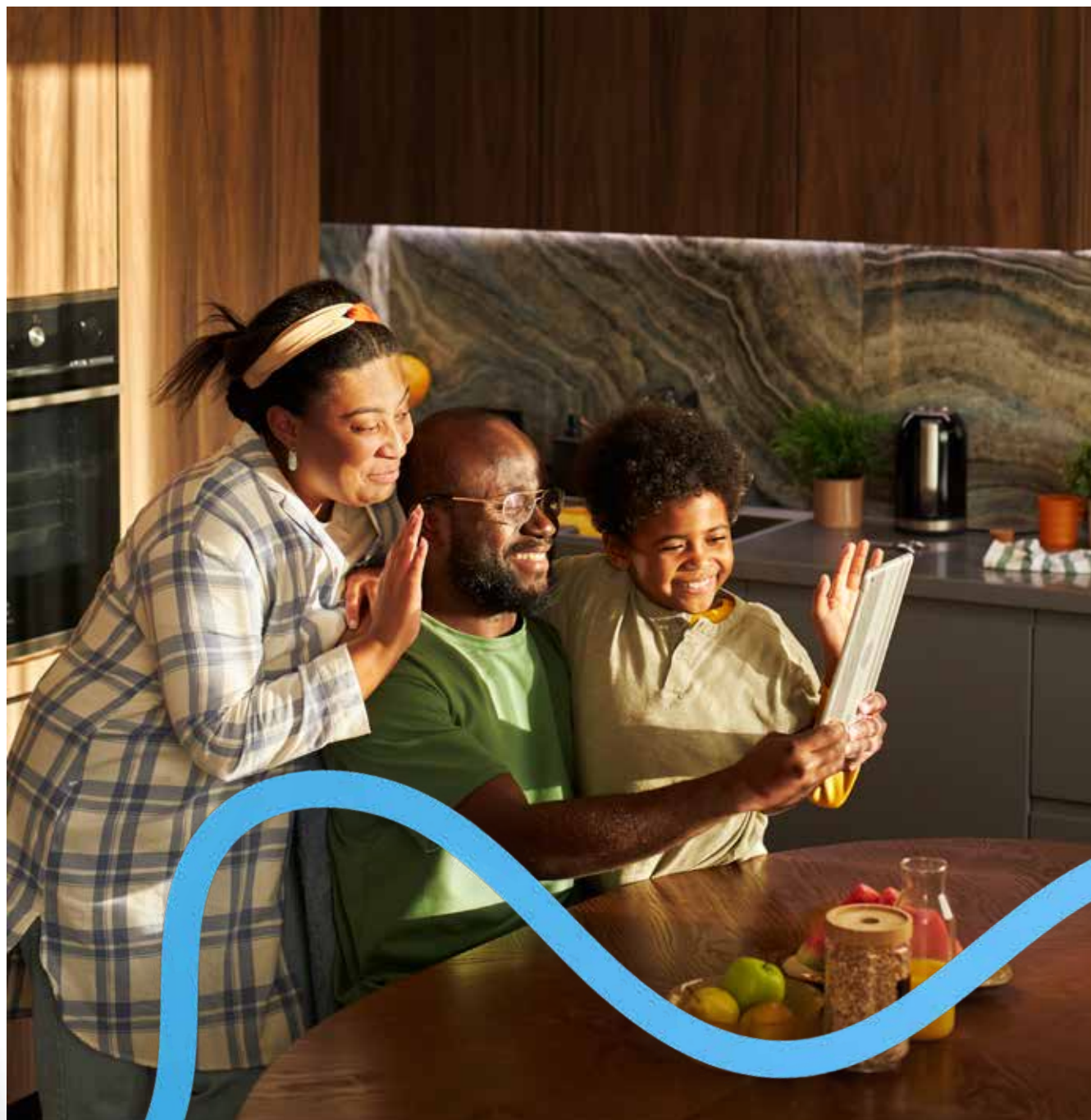
A estratégia passa também pela aquisição de novos ecossistemas, maximizando assim banca comercial, e permitindo aos Clientes uma experiência mais ampla. O BCC continuará a desenvolver a relação com os seus Clientes olhando para o horizonte dos seus ecossistemas a fim de ter maior entendimento de toda a cadeia de valor dos seus Clientes para poder oferecer soluções efectivas e aconselhamento financeiro adequado as necessidades para seus Clientes.

O BCC quer-se destacar pela qualidade dos serviços prestados aos Clientes, por isso investe de forma consistente e contínua na capacitação das Equipas através de programas de formação, que englobam desde capacidades de liderança a competências técnicas e comportamentais.

Clientes de Consumo e de Elevado Património

O Grupo Standard Bank está a acelerar a execução da sua estratégia para se preparar para o futuro. Neste âmbito, o Standard Bank Angola procedeu a uma revisão parcial do seu plano estratégico, de forma a permitir que este esteja alinhado com a actual tendência de evolução macroeconómica. Definindo objectivos menos ambiciosos de forma a desencorajar práticas menos correctas para o alcance das metas definidas. Dentre as revisões efectuadas, destaca-se a revisão do número de Clientes activos definidos como meta até Dezembro de 2022, de 260 000 para 85 000 Clientes activos.

A reformulação da sua estrutura de gestão ocorrida no primeiro semestre de 2021 com a criação da unidade de negócio denominada Direcção de Clientes de Consumo e de Elevado Património (doravante denominada CHNW ou *Consumer & High Net Worth Clients*), permitiu melhorar o atendimento das necessidades dos seus Clientes oferecendo mais serviços e soluções relevantes e impactantes e propostas de valor personalizadas.



Visão Geral

A Direcção de Clientes Consumo e de Elevado Património do Standard Bank de Angola tem como propósito ajudar as pessoas a prosperarem, com a missão de estar mais próximo dos Clientes individuais com vista a permitir alcançar uma maior inclusão financeira.

A invasão da Ucrânia pela Rússia e seus efeitos nos mercados de *commodities*, cadeias de suprimentos, inflação e condições financeiras intensificaram a desaceleração do crescimento global. Com o tempo,

isso pode levar a uma política monetária restritiva nas economias avançadas, o que, por sua vez, pode levar ao *stress* financeiro em alguns mercados emergentes e economias em desenvolvimento. Uma das principais consequências deste conflito é o alto nível de inflação registado, impactando de forma negativa o poder de compra dos consumidores.

Mesmo com a aceleração do processo da transformação da Direcção CHNW, esta continuou a mostrar-se resiliente, disruptiva e apostando

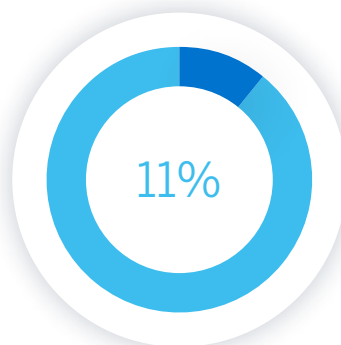
cada vez mais no posicionamento da presença da marca Standard Bank no mercado Angolano, sendo conotado e eleito pelo segundo ano consecutivo (em 2020 e 2021), como o melhor prestador de serviços financeiros em Angola.



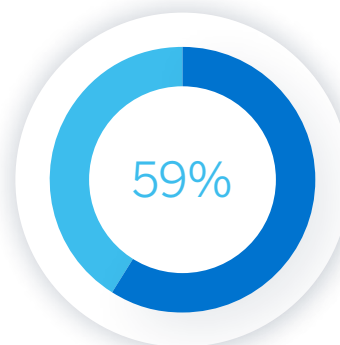
Desempenho 2022 (1º semestre)

No decorrer do primeiro semestre de 2022, a Direcção CHNW registou um aumento do produto bancário de 11% face ao período homólogo, impulsionado substancialmente pelo aumento registado nos resultados cambiais de 5 736 milhões de kwanzas em Junho de 2022 face a Junho de 2021. O aumento registado no produto bancário foi amortecido pela redução verificada no resultado de prestação de serviços financeiros de 52% face ao período homólogo.

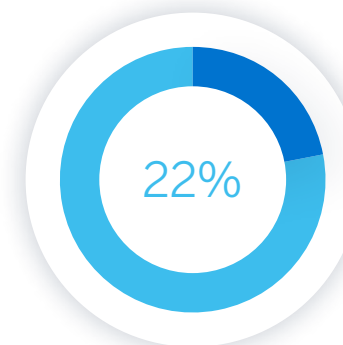
Durante o ano de 2022, a Direcção registou um aumento de 59% da base de Clientes activos face a Dezembro de 2021, passando de 41 998 para 66 907, respectivamente.



● Crescimento do produto bancário
● 9 917 Milhões de Kwanzas



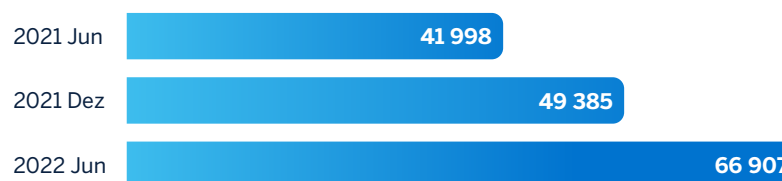
● Aumento dos Clientes activos
● 66 907 Clientes activos



● Crescimento nos recursos de Clientes
● 92 150 Milhões de Kwanzas

O aumento da base de Clientes é a verdadeira tradução da confiança dos Clientes na marca Standard Bank de Angola, bem como da excelência dos serviços prestados pelos Colaboradores.

O desempenho geral do *Net Promoter Score* (NPS) do SBA, a métrica que mede os níveis de satisfação dos Clientes em relação ao SBA tem vindo a aumentar de forma contínua, ano após ano, como resultado da nossa estratégia no que diz respeito ao foco na experiência dos nossos Clientes.



SB24

Com a implementação da nova plataforma digital SB24 em Novembro de 2020 e condução do Processo de Garantia da Qualidade do Produto (PQA) durante o primeiro semestre de 2022 para a identificação da má aderência por parte dos Clientes, o CHNW registou um aumento de 59% de Clientes digitais em relação ao período homólogo. Actualmente 50% dos Clientes activos estão registados digitalmente, 44% destes usam o SB24 e executam transacções digitais diárias.

Durante o ano de 2021 o SB24 apresentou uma funcionalidade inovadora para os Clientes particulares que se traduziu no envio de transferências internacionais para apoio familiar. Em paralelo, estão em curso desenvolvimentos para novas funcionalidades e melhorias na usabilidade.

Crédito

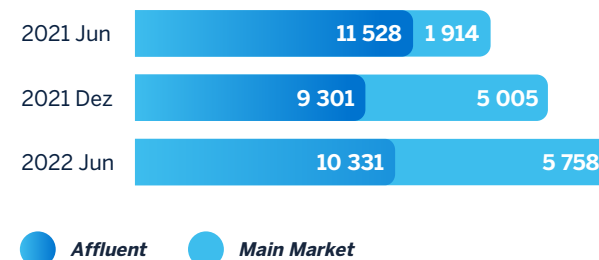
A Direcção procura apoiar e melhorar a vida das pessoas através da concessão de crédito. Apesar de um contexto macroeconómico adverso, impactado por altos níveis de inflação, torna-se crucial para a construção de um relacionamento duradouro entre Banco e Clientes apoiar os Clientes numa dimensão transversal, suprimindo não só as suas necessidades financeiras básicas, como também necessidades mais complexas que requerem um maior grau de conhecimento e aconselhamento.

O segmento CHNW aumentou substancialmente o crédito líquido, na ordem de 20%. No que concerne à oferta de produtos de crédito que integram a oferta do Banco, verificou-se um aumento de 20% no crédito consumo e um aumento de 10% no crédito à habitação comparativamente a Junho de 2021.

Neste contexto é de destacar o excelente desempenho quer ao nível dos depósitos quer ao nível do crédito concedido, que permitiu a manutenção do rácio de transformação em 17%.

Os níveis de incumprimento de crédito (+90 dias) mostraram-se estáveis, com uma taxa na ordem dos 2%, muito abaixo do *benchmarking* do mercado que se encontra acima dos 15%, evidenciando uma vez mais o rigor e a selectividade no que respeita à concessão de crédito.

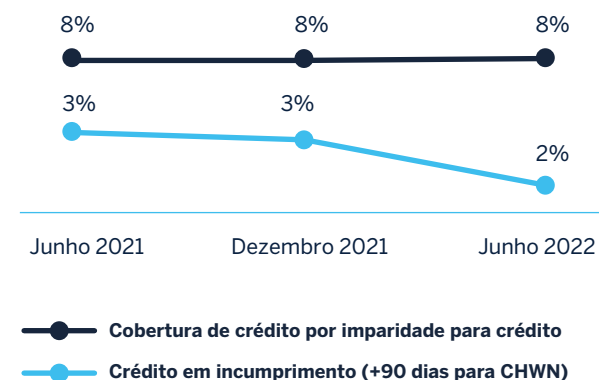
Crédito por segmento de Clientes (milhões de Kwanzas)



Evolução dos Produtos de Crédito (em %)



Qualidade da Carteira de Crédito (em %)

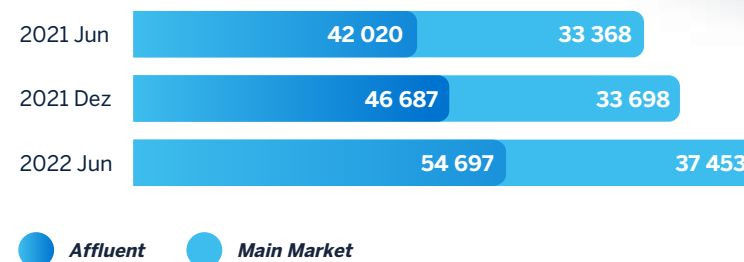


Depósitos

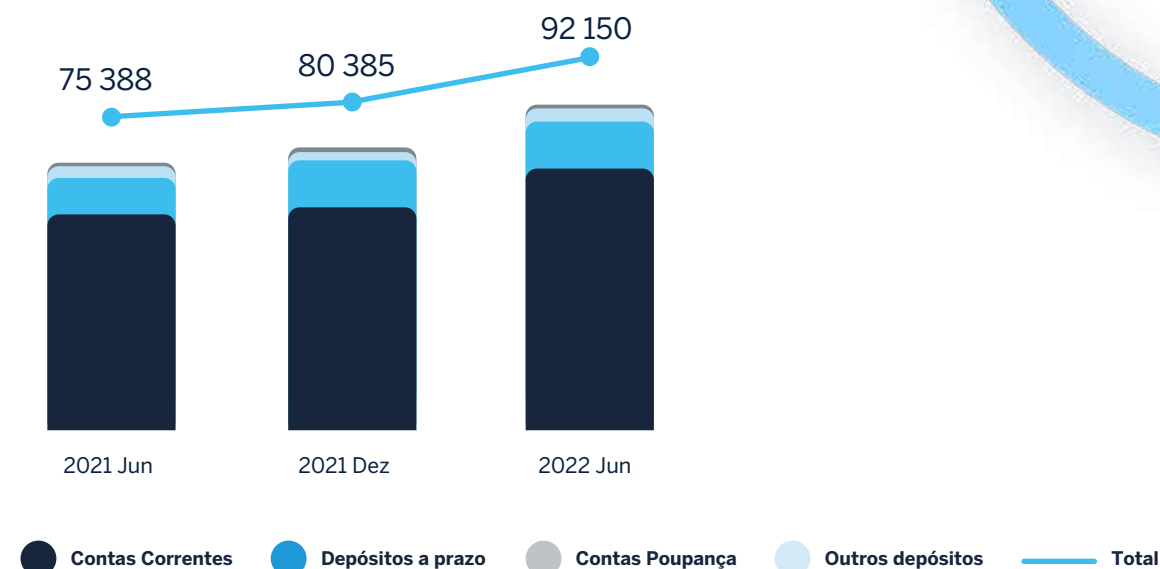
A Direcção de Clientes Consumo e de Elevado Património, mantém a política de diversificação da sua oferta de produtos e apresentação de um preço cada vez mais competitivo.

Os depósitos de Clientes de Consumo e de Elevado Património cifraram-se em 92 150 milhões de kwanzas um incremento de 22% face a Junho de 2021, como resultado da grande aposta na digitalização, atendimento qualificado através dos diversos pontos de atendimento, oferta de produtos que aderem e entrosam com as necessidades dos Clientes, bem como a aposta cada vez mais na inclusão financeira. Observou-se a manutenção da concentração dos depósitos realizados na moeda nacional, representando 86% da carteira total, que se traduz num aumento de 15 pontos percentuais em relação ao período homólogo. Os depósitos em moeda estrangeira cifraram-se nos 12 901 milhões de kwanzas, cerca de 41% abaixo do valor de Junho 2021. O Standard Bank de Angola mantém o compromisso de movimentação das contas em moeda estrangeira dos seus Clientes, sem qualquer restrição, desde que se verifique o cumprimento da lei e das normas vigentes.

Depósitos por tipologia de Clientes (milhões de Kwanzas)



Depósitos por produto (milhões de Kwanzas)



Canais de Distribuição

O Standard Bank de Angola está presente em 6 províncias (Luanda, Cabinda, Namibe, Huíla, Benguela e Huambo), dispondo de uma rede comercial composta por 36 canais físicos:

18

Agências

3

centros de empresa (serve Clientes do segmento BCC)

1

posto de atendimento

3

suite private

AGÊNCIA SB24

O SBA disponibiliza uma linha de atendimento ao Cliente, tendo como principal objectivo aproximar o Banco dos seus Clientes através da prestação de informação sobre os seus produtos e serviços, dar resposta às necessidades e esclarecimentos decorrentes das suas operações bancárias diárias e analisar eventuais reclamações.

Durante o primeiro semestre de 2022, o SBA respondeu a várias chamadas e e-mails por parte dos seus Clientes e potenciais Clientes, tendo registado um aumento no número de chamadas recebidas. Este aumento é fundamentalmente explicado por uma base de Clientes cada vez mais robusta, mas igualmente por um conjunto de potenciais Clientes cada vez mais interessados no leque de produtos e serviços que o SBA disponibiliza, nomeadamente na nossa plataforma digital SB24.

Estratégia

A estratégia da Direcção de Clientes Consumo e de Elevado Património assenta em “Angola é a nossa casa e nós impulsionamos o seu crescimento” tendo como ambição melhorar a vida das pessoas sendo mais que um Banco.

A nossa visão é materializada em duas iniciativas estratégicas, nomeadamente: 1) defender a posição de líder como Experiência do Cliente em todos os segmentos prioritários e 2) aumentar a nossa base de Clientes activos para 85 mil até final de 2022.

Ciente da relevância deste processo para a sociedade e totalmente empenhado em criar um conceito disruptivo, durante o primeiro semestre de 2022 foi registado um aumento de 24 909 Clientes face a Junho de 2021. De premissa simples, a estratégia aliada a esta iniciativa estará focada em dois principais pilares:



Aumento dos pontos de representação em todas as províncias do país, de forma a criar uma marca reconhecida, disponível, conveniente e próxima dos Clientes, para que a ida ao Banco seja uma experiência célere e descomplicada.



Oferta adequada de produtos e serviços, pensada para servir os interesses e necessidades de um segmento que, na sua maioria, será o primeiro contacto com o sistema bancário, pelo que se exigem produtos simples e de comissionamento adequado.

Totalmente comprometida com o propósito da Inclusão Financeira e determinado a apoiar o País em melhorar o acesso ao sistema financeiro, a iniciativa do Ponto Azul afigura-se como um dos principais projectos em curso e totalmente alinhado com a estratégia do Banco.

Ponto Azul: serviço de agentes bancários onde pode-se fazer levantamentos, depósitos, consultas de saldos e muito mais, numa loja parceira do Standard Bank.

O que foi feito para os Clientes SBA



2ª Edição do Briefing Económico 2022

O SBA realizou o Briefing Económico, o primeiro presencial pós-pandemia, onde foram apresentadas as perspectivas para a economia angolana, seguindo-se de uma abordagem sobre o Agronegócio como fonte de diversificação da economia.

O evento realizado em Junho, contou com mais de 200 participantes, entre reguladores, instituições públicas, como também representantes de sectores chave.



Standard Bank de Angola promoveu um webinar com o ICBC - Industrial and Commercial Bank of China

Realizado em Junho teve como objectivo partilhar a situação macroeconómica e financeira, o mercado e políticas cambiais, assim como produtos e serviços relacionados com actividade especial entre Angola e a China.



Standard Bank patrocinou a 1ª Edição da Feira Universitária de Inovação

O referido evento ocorreu em Junho e teve lugar no Instituto Superior Politécnico de Tecnologias e Ciências (ISPTEC) com a exposição de projectos de soluções inovadoras para resolução de problemas sociais e empresariais específicos. Toda envolvente da feira esteve relacionada para troca de conhecimentos e experiências entre o mundo académico e o empresarial.



SBA promove Roadshow com Investidores não Residentes

O Banco após realizar a primeira operação de investimento em valores mobiliários com um investidor não residente, em Março do corrente ano, volta a reforçar o seu posicionamento enquanto plataforma de negócios, ao ter convidado e reunido em Angola um conjunto de potenciais investidores com interesse em compreender a dinâmica do mercado angolano.

O roadshow teve lugar em Maio, tendo sido concretizado um conjunto de reuniões com distintas instituições, nomeadamente, o BNA, a BODIVA, o Ministério das Finanças, a AIPEX, o IGAPE, a Sonangol, a Universidade Católica e o FMI.

O objectivo desta iniciativa passou por conquistar a confiança destes investidores no mercado local em função das reformas que têm sido feitas ao nível da economia e do sistema financeiro em Angola.



Standard Bank patrocina a 1ª Edição do Angola Digital Fórum

O referido evento visou estimular a criação, disseminação e aplicação de conhecimento da Área de Transformação Digital, na integração entre negócio e tecnologia, e entre a academia e prática.

O primeiro dia teve como tema “A Transformação Digital em Angola” e o segundo dia foi sobre “O Papel das Startups para a Diversificação da Economia.”

1ª Edição do Briefing Económico 2022

Com o tema “Recuperação do crescimento apoiada por reformas e valorização do preço do petróleo, num ano politicamente movimentado” o evento realizado em Fevereiro, contou com um total de 156 participantes, entre reguladores, instituições públicas, como também representantes de sectores chave que se juntaram a partir de Angola e de outras regiões do mundo.



Desenvolvimentos Onboarding

Com o objectivo de melhorar a experiência dos nossos Clientes, foram efectuados desenvolvimentos no sistema de *Workflow* e T24, para o processo de Abertura de Conta de **Particulares** e de **Empresas**.

SBA foi responsável por 26% de todo o crédito concedido ao mercado ao abrigo do Aviso 10/20 do BNA

Representando um apoio directo à criação de 6 144 postos de trabalho. O Aviso aplica-se à concessão de crédito pelas Instituições Financeiras Bancárias, para a produção de bens essenciais que apresentam défices de oferta de produção nacional, a matéria-prima e o investimento necessário à sua produção, incluindo o investimento na aquisição de tecnologia, máquinas e equipamentos.

No que respeita ao crédito concedido ao mercado pelo SBA ao abrigo do Aviso 10, foram aprovados 189 249 426,78 kwanzas e desembolsados 158 435 995,09 kwanzas.

Dos 6 144 empregos criados graças ao apoio do SBA, 2 655 são no sector da indústria alimentar, 2 527 na indústria transformadora, 822 na pesca e aquacultura e 140 na agricultura.

Modelo Diferenciador de Cliente

Com o objectivo de prestar um melhor serviço aos nossos Clientes *Corporate & Investment Banking* (CIB), respondendo de forma customizada às suas necessidades, foi implementado em Janeiro o modelo de *Client Differentiator Model* na Área de *Client Services*. Com este novo modelo de Serviço os Clientes CIB foram agrupados em 3 categorias (*Tiers*):

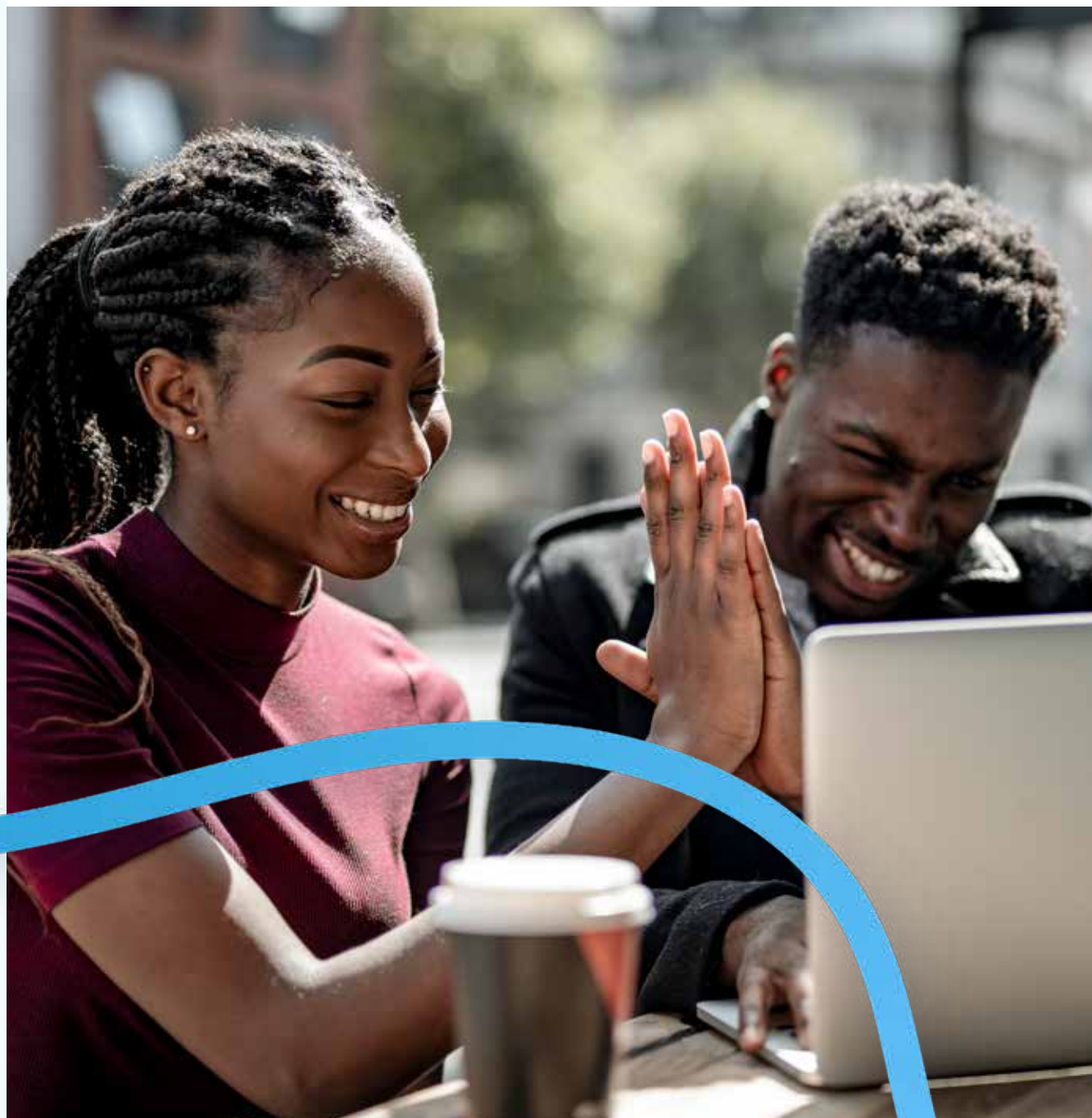
- *Premium* – Tier reservado aos 115 Clientes CIB com a maior receita local e internacional;
- *High Touch* – Tier composto pelos 235 Clientes com maior receita a seguir aos “*Premium*”;
- *Standard* – Tier composto pelos demais Clientes CIB.

O novo modelo visa atingir a excelência no atendimento dos Clientes CIB com agentes dedicados aos Clientes do *Tier Premium* e *High Touch*, através de uma relação mais próxima e tempo de resposta reduzidos com o apoio da nossa equipa especializada e dedicada, reforçando o nosso pilar estratégico de “Foco no Cliente”.

Correcto Preenchimento na Pesquisa de Clientes PPE's

No âmbito da Lei n.º 5/2020 de 27 de Janeiro (Lei de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais, do Financiamento do Terrorismo e da Proliferação de Armas de Destruição em Massa) estabelece que Pessoas Politicamente Expostas (PPE's) foi solicitado aos Colaboradores para o acto de pesquisa dos Clientes, para a correcta classificação do risco associado com o intuito de executar correctamente a diligência exigida no processo de abertura de contas e revisão de Clientes.

3.2. Pessoas e Cultura



Capital Humano

Pessoas e Cultura

O SBA tem vindo a reforçar a sua posição competitiva no mercado financeiro, através da execução da sua estratégia de crescimento, com foco na melhoria da qualidade do serviço prestado ao Cliente.

Apesar do contexto económico extremamente desafiante, os resultados alcançados durante a primeira metade do ano de 2022 traduzem o sucesso do investimento do Banco nos seus Colaboradores. A Direcção de Pessoas e Cultura (DPC) desempenha um papel fundamental, através de um conjunto relevante de iniciativas que assumem como grande propósito melhorar os níveis de satisfação e motivação dos Colaboradores do Banco. Com efeito, só se pode crescer enquanto Organização, ao caminhar em conjunto para atingir esse objectivo.

A Direcção de Pessoas e Cultura mantém a visão “ser a melhor organização para trabalhar” e assenta em 3 pilares estratégicos: desenvolver os líderes do Futuro de Angola, ser uma Organização de aprendizagem constante e ágil, e ainda, ter um ADN digital.

Desta forma, o foco do Banco está orientado para a promoção, crescimento e valorização dos seus Colaboradores, pretendendo que estes estejam capacitados e motivados para prestar o melhor serviço aos nossos Clientes internos e externos. O Banco recorre ao seu activo mais importante, os Colaboradores, para assegurar a excelência e qualidade do serviço.

Direcção de Pessoas e Cultura

A DPC do SBA é responsável pelo recrutamento, selecção e admissão de pessoal, bem como pela gestão do ciclo de vida dos Colaboradores do Banco.

Qualquer acção de recrutamento e consequente admissão, carece do total envolvimento e prévia aprovação desta Direcção. A DPC possui uma estratégia alinhada com a do Grupo Standard Bank, e, ao longo do primeiro semestre do exercício 2022, continuou a apoiar as unidades de negócio na prossecução dos seus objectivos.

PRINCIPAIS RESPONSABILIDADES

- 01 Gerir o processo de recrutamento do SBA**, nomeadamente, contratação de novos Colaboradores, gestão de mobilidades internas e gestão da saída de Colaboradores;
- 02 Desenvolver e reter os Colaboradores do Banco**, através da gestão da formação de Colaboradores, da gestão de talentos e da definição de planos para retenção e/ ou sucessão de Colaboradores;
- 03 Gerir o processo de remuneração e benefícios**, nomeadamente, processamento de salários e subsídios, e atribuição de benefícios aos Colaboradores;
- 04 Monitorizar o processo de avaliação** de desempenho, de revisão salarial e de atribuição de bónus aos Colaboradores.

Pilares de Actuação 2022

Para o ano de 2022 a nossa estratégia está assente em 3 pilares de actuação que visam acelerar a liderança eficaz, capacitar a força de trabalho do Futuro (através da aquisição e retenção de talentos críticos e do desenvolvimento de habilidades e capacidades críticas) e ainda, sustentar o impulso na execução da estratégia.

De forma a manter a sua missão de apoiar o crescimento do Banco através da capacitação e desenvolvimento dos seus Colaboradores, a Direcção de Pessoas e Cultura regeu-se por 5 princípios:



Ajudar na melhoria da organização do negócio, de forma a facilitar o trabalho dos nossos Colaboradores no serviço ao Cliente

- Garantir o foco nos pilares “*Future Ready Transformation*”, através do alinhamento da estrutura e das respectivas Unidades de Negócio;
- Recrutar especialistas na área de *Talent Aquisition*;



Gerar envolvimento e *sponsorship* para acelerar o crescimento da Cultura Standard Bank

- Reduzir barreiras entre lideranças e linhas hierárquicas na gestão do Banco, promovendo acções de contacto entre ambas, que possam servir de inspiração para todos os Colaboradores;
- Definir as competências prioritárias para o desenvolvimento das nossas pessoas;
- Reforçar a importância e alinhamento da cultura corporativa, assim como das suas lideranças, mantendo o Cliente no centro da Cultura do Banco;
- Continuar o Programa de Graduados;
- Desenhar o Programa Liderança no Feminino, que irá contribuir para um ambiente de trabalho mais igualitário e preparado para o futuro;
- Continuar os Seminários trimestrais de Pessoas para Pessoas, de modo a criar uma maior proximidade com a Direcção do Pessoas e Cultura e trazendo temas transversais e de interesse relevante para todos;
- Continuar o programa *Pakhama coaching*, com o objetivo de fortalecer os futuros líderes do Banco;
- Desenhar o *Leadership Effectiveness Program*.



Alavancar o Poder dos Dados para tomada de decisões

- Adoptar ferramentas de trabalho direccionadas para a Cloud, que permitiram ao SBA adaptar-se ao contexto de pandemia com facilidade e rapidez, promovendo uma cultura mais ágil e mais digital;
- Adoptar a ferramenta “Visier - Meaningful Workforce Insights” e reforço da sua utilização durante este primeiro semestre;
- Focar no desenvolvimento de competências designadas “Future Skills”;
- Incentivar o uso de ferramentas mais digitais e tecnologicamente mais avançadas, com foco no desenvolvimento de plataformas de aprendizagem online;
- Implementar *Masterclasses* sob temáticas de *Salesforce / Trailhead*.



Apoiar os nossos Colaboradores na construção de longas e relevantes carreiras alinhadas com as suas aspirações futuras

- Capacitar os Colaboradores com as ferramentas do futuro, melhorando as suas competências tanto na utilização de ferramentas mais digitais, como as competências humanas;
- Melhorar os programas de Indução e *Onboarding*, proporcionando oportunidades de crescimento e desenvolvimento para os novos e actuais Colaboradores;
- Continuar o *Accelerate Program - Phase IV* garantindo melhor desenvolvimento das nossas pessoas nas áreas comerciais;
- Reforçar a familiarização dos Colaboradores à utilização da plataforma “*Degreed*” – que integra diferentes soluções de formação e desenvolvimento.



Orientar os nossos Colaboradores para o melhor desempenho e Reconhecimento dos seus Sucessos

- Encorajar uma cultura de elevado desempenho, reconhecendo os sucessos e vitórias dos nossos Colaboradores;
- Desenvolver modelos de compensação associados à performance dos Colaboradores, de forma a incentivar e reconhecer a melhoria de desempenho, com a ferramenta *My Performance*;
- Melhorar a qualidade de vida dos nossos Colaboradores, continuando a recorrer ao programa de bem-estar.

Formação e Desenvolvimento

O sucesso do SBA depende da qualidade dos seus Colaboradores, especialmente dos que se encontram em posições-chave. Como tal, o SBA deu continuidade ao investimento na formação e desenvolvimento dos quadros em 2022, com o seguinte enquadramento:

- Propagação da cultura organizacional com o objetivo de uniformizar comportamentos ajustados à nossa cultura, e promover a excelência pessoal e interpessoal dos Colaboradores no desempenho das suas funções;

- Formação de líderes com competências de gestão de equipas e de negócio, motivando-as a atingir os objetivos propostos e uniformizar boas práticas de gestão e de negócio transparentes, mobilizadoras e rigorosas;

- Promoção de uma visão holística das tendências do futuro das organizações, e da preparação das nossas pessoas para essa transformação, e ainda a capacitação em competências tecnológicas / inovadoras / digitais para o *roadmap* tecnológico do Grupo.

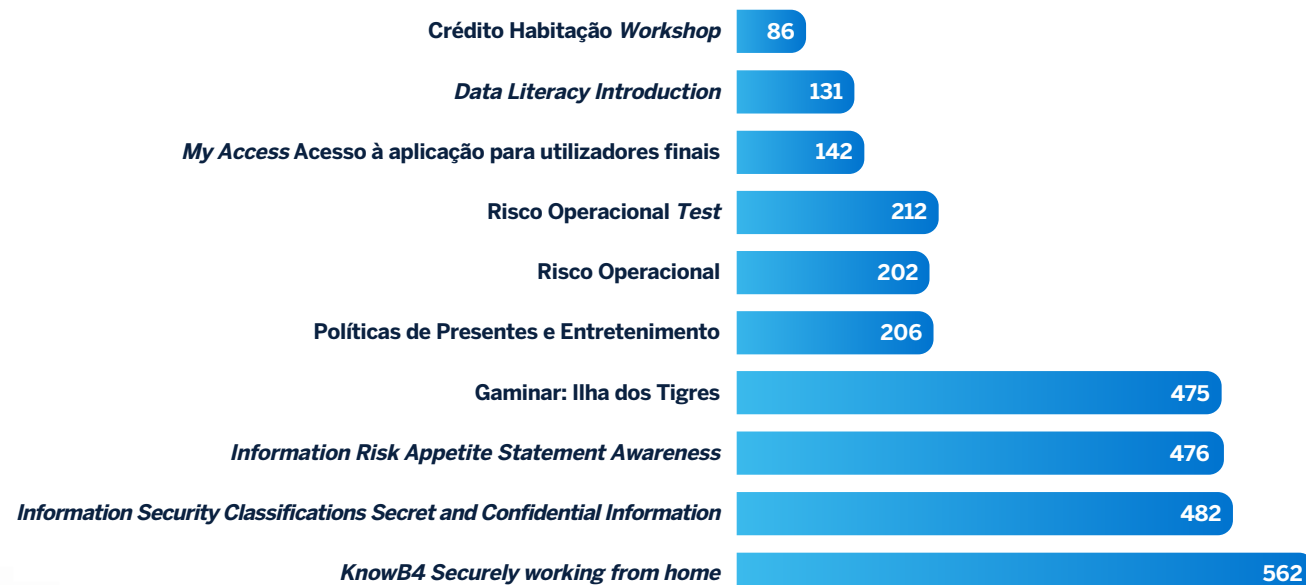


Sempre focado no Futuro, o Banco está dedicado em preparar as suas pessoas para a expansão das competências, impulsionar a gestão dos talentos e promover o sentido de pertença ao Grupo. No decorrer do primeiro semestre de 2022 destaca-se:

01

TOP 10 FORMAÇÕES MAIS REALIZADAS

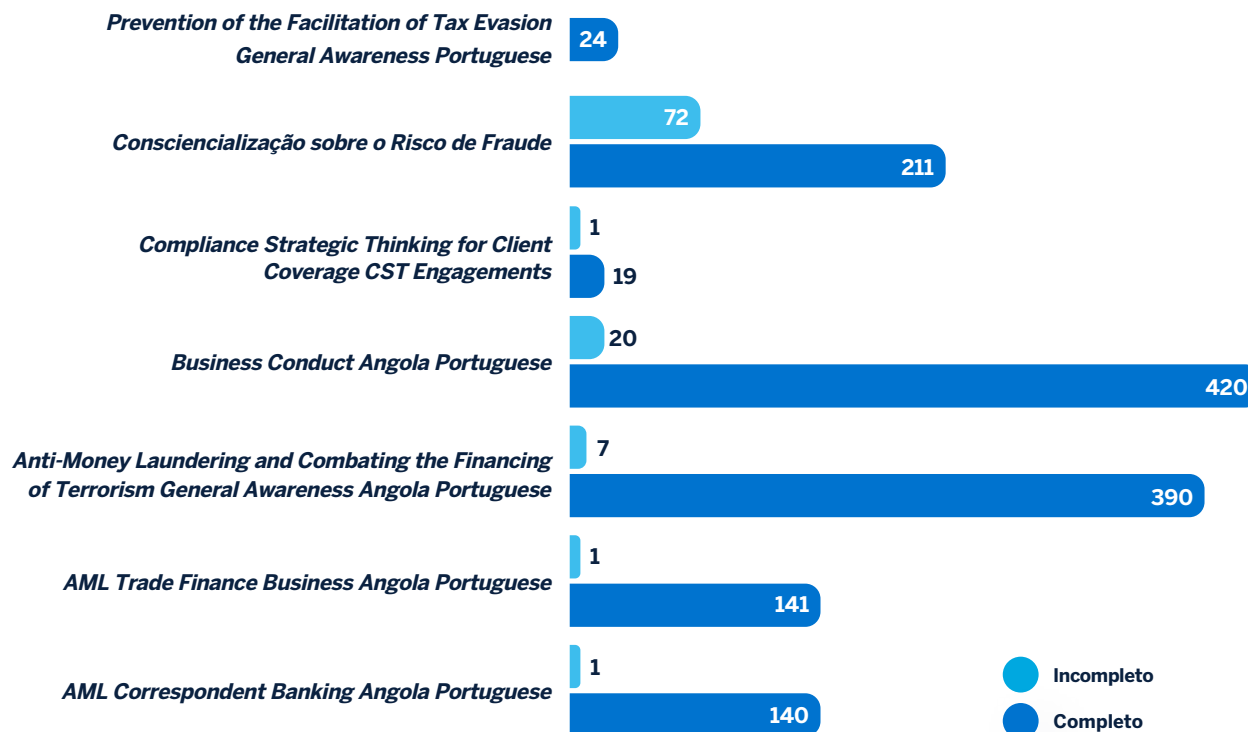
A procura pela aprendizagem e a pelo crescimento contínuo, observa-se que tanto *soft skills* como *hard skills* são importantes na organização.



02

FORMAÇÕES COMPLIANCE

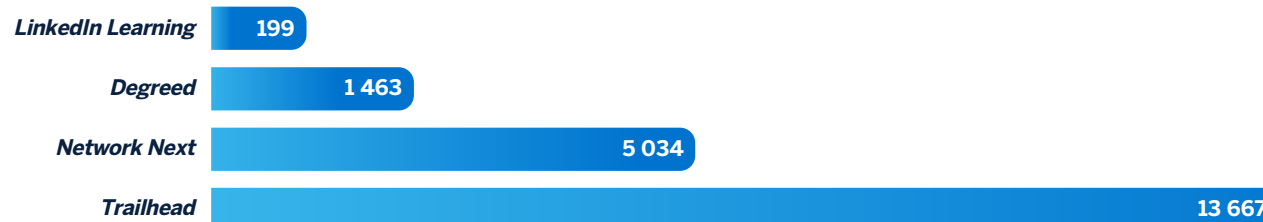
Foco na importância de formar todos os Colaboradores em temas de Compliance, sempre com as mais recentes actualizações ao nível Nacional e Internacional



03

PLATAFORMAS DE FORMAÇÃO MAIS USADAS

O Standard Bank Angola disponibiliza, a todos os seus Colaboradores, plataformas digitais de formação permitindo o acesso e ao conhecimento.



RESUMO DO 1º SEMESTRE



64

ACÇÕES DE FORMAÇÃO EM SALA



306 077

ACÇÕES DE FORMAÇÃO ONLINE



54 508

HORAS DE FORMAÇÃO ONLINE

(Média de 81 horas de formação
por Colaborador)



671

COLABORADORES FORMADOS

181 479 777 AOA

INVESTIMENTO EM FORMAÇÃO

Estratégia de Bem Estar

De modo a alcançarmos o *People Promise* e para ser o melhor lugar para trabalhar a estratégia do SBA está assente em 4 pilares de Bem-Estar: emocional e mental, social, financeiro e físico.

Para o primeiro semestre do presente ano o foco continua a ter como principal objectivo dar suporte ao Colaboradore através de programas e iniciativas que visam o desenvolvimento e manutenção de hábitos saudáveis pelo que seguintes áreas continuam a ser priorizadas:

- **No decorrer deste semestre foi reforçada a importância do bem-estar emocional junto dos Colaboradores através de comunicação via email:** partilhas de bem-estar (com mensagens que visem a reflexão e o incentivo a práticas saudáveis); continuação do nosso Programa de Apoio ao Colaborador-ICAS com intuito de a criar maior envolvimento, conexão e desmistificar questões relacionadas com o foro psicológico e de modo a incentivar a participação, sempre que necessário (comunicação via email, *teasers* e junto dos responsáveis de áreas e Colaboradores); criação de um protocolo com ginásio e escola e continuar a trabalhar no sentido de estabelecer outras parcerias;
- **Workshops com o tema: Seja um Embaixador de Bem-Estar** - esta formação destina-se a capacitar os Colaboradores, ajudando-os a desenvolver um conjunto de competências específicas que lhes permitirá compreender a importância do bem-estar e apoiar outros Colaboradores no local de trabalho;
- **Modelo de Trabalho Híbrido (Experimental):** Todo o processo de regresso ao trabalho foi cautelosamente debatido nos diferentes fóruns a nível da liderança do Standard Bank Angola. O objectivo era o de garantir um regresso faseado e seguro para todos os Colaboradores. Por saber a importância das interações humanas, o abrandamento da própria pandemia, o facto de se ter vindo a garantir o retorno seguro e faseado ao escritório foi implementado este regime experimental até ao final deste ano, com o objectivo de garantir aos Colaboradores uma maior comodidade e uma melhor gestão de tempo.



- **De modo a esclarecer possíveis dúvidas e apresentar as opções de trabalho híbrido** aos Colaboradores realizámos uma *Masterclass* sobre o tema para maior esclarecimento de todos.
- **Sessões “Mulheres que Inspiram” com o objectivo de elevar o papel da Mulher na Organização.** Com estas sessões e através do recurso ao *storytelling*, pretende-se dar voz a mulheres líderes que possam inspirar e motivar as pessoas em termos de liderança e crescimento profissional, partilhando a sua história de vida (percurso pessoal e profissional).

Prioridades para o Ano de 2022

Alinhados à estratégia do Banco, a Direcção de Pessoas e Cultura está orientada para o desenvolvimento e implementação de iniciativas direccionadas para o Bem-Estar, Capacitação e adesão aos três pilares estratégicos do Banco: Foco no Cliente, Pessoas e Cultura e Digitalização e Inovação.

Covid-19: Proteger os Colaboradores

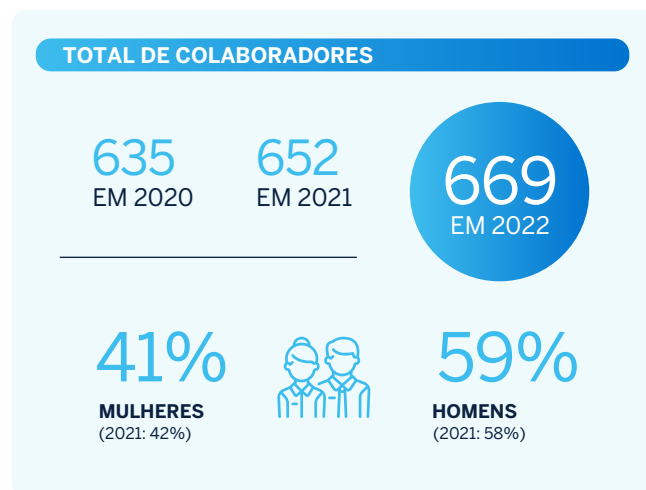
A segurança dos Colaboradores é a maior prioridade e, como tal, todos os esforços no sentido de garantir o cumprimento das regras de Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho. Sendo assim, e de forma a reduzir o risco de contágio entre os Colaboradores do Banco e tendo em conta o fim do estado de emergência no país, foram mantidas as seguintes medidas:

- Implementação piloto do trabalho híbrido
- Distribuição de material de biossegurança para todos os Colaboradores (máscaras, gel desinfectante, luvas,...)
- Testagem para despiste de covid, aos contactos directos de Colaboradores positivos e respectivo agregado
- Descontaminação das Instalações sempre que se verifique um positivo
- Medição da temperatura corporal de todos os Colaboradores que prestam trabalho presencial
- Garantia do uso obrigatório de máscaras em todas as Instalações
- Cumprimento do distanciamento social entre cada posto de trabalho
- Disponibilização de comunicados regulares sobre a actual situação do país e sobre medidas a serem implementadas em resposta à mesma.

Pessoas e Cultura em 2022

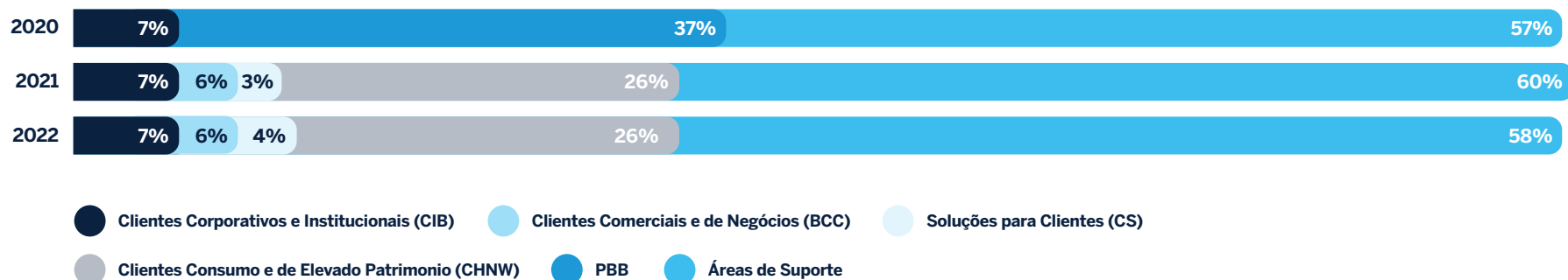
TOTAL DE COLABORADORES

Entre 1 de Janeiro e 30 de Junho de 2022 foram admitidos 30 Colaboradores para todas as áreas do Banco

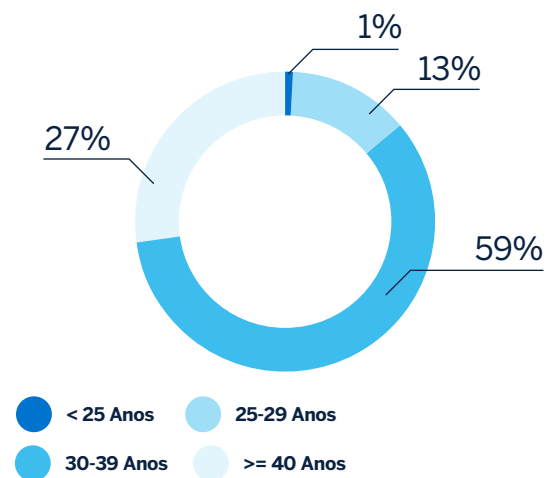


EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE COLABORADORES, POR UNIDADE DE NEGÓCIO

No âmbito do processo de reestruturação, a área de Negócio PBB foi dividida nas áreas independentes de Pequenas e Médias Empresas (*Business and Commercial Clients* ou BCC), Particulares (*Consumer High Net Worth* ou CHNW).

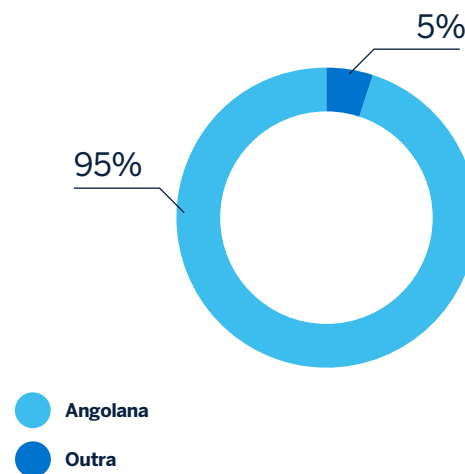


FAIXA ETÁRIA



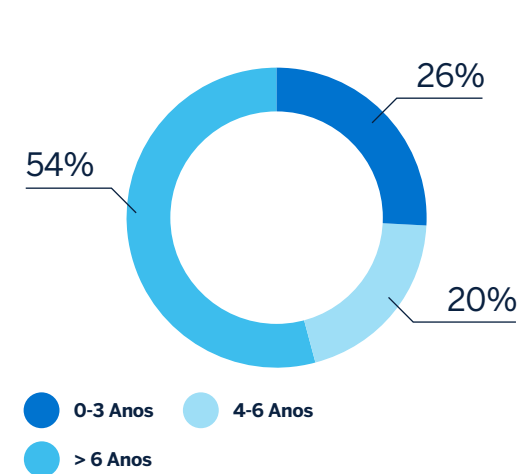
Das admissões realizadas ao longo do semestre, as faixas etárias de 25 aos 39 anos foram as predominantes.

NACIONALIDADE



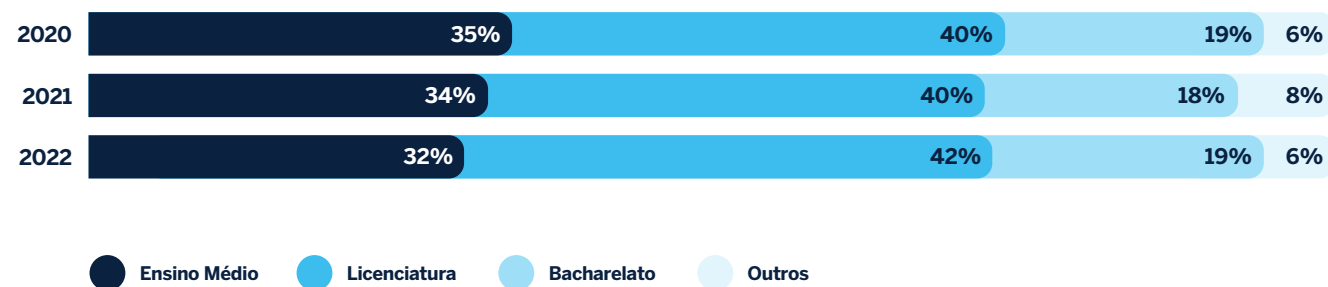
Das admissões realizadas durante o primeiro semestre, 9% apresentam nacionalidade Angolana e 3% outras nacionalidades.

ANTIGUIDADE



Da antiguidade verifica-se uma percentagem mais elevada de quem está presente no SBA há mais de 6 anos.

NÍVEL DE ENSINO DOS COLABORADORES



O que foi feito para os Colaboradores SBA



Página de Inovação na Intranet

É conhecido o objectivo de tornar o SBA num Negócio de Plataformas focado na **colaboração** com os parceiros do Banco, exploração de novas indústrias e modelos de negócio. Transformar o Banco e Inovar requer a participação de todos.

De modo a inovar, estará disponível na Página de Inovação, **notícias sobre inovação e tecnologias emergentes, provas de conceito** e iniciativas associadas aos ecossistemas, assim como a divulgação de **eventos** sobre empreendedorismo, ciência e tecnologia, entre outros.



Os desafios do SBA

Mensagem do CEO, com o intuito de inspirar os Colaboradores a fazer algo pela primeira vez. Uma reflexão em formato de vídeo relacionada com a estratégia do SBA, apelando à consistência no serviço ao Cliente, foco na execução dos projectos, e mais inovação na forma de pensar, para se atingir as metas ambiciosas do SBA.



Resultados financeiros 2021

Foi com uma grande satisfação que foi comunicado o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras aprovados pela Assembleia Geral de Accionistas, no dia 29 de Abril de 2022.

Projectos como o SB24, o *Salesforce*, os Agentes Bancários (“Ponto Azul”), a migração para a *Cloud*, a estratégia de Dados, entre outros igualmente relevantes, são essenciais para atingir o propósito do Banco, já que nos permitem acompanhar os Clientes

em todos os momentos da sua vida, e compreender profundamente as suas necessidades.

O Banco tem vindo a investir nas Pessoas, em infra-estruturas e plataformas digitais, para que se consiga oferecer uma experiência de excelência aos Clientes. O enorme trabalho de transformação da cultura e do negócio que se tem vindo a fazer no Banco reflecte-se no crescimento do número e envolvimento dos Clientes e também nos resultados. Numa época

em que o sector bancário apresenta os resultados auditados de 2021, é com enorme orgulho que se verifica a consolidação do Standard Bank de Angola como um dos Bancos mais rentáveis e mais sólidos do mercado.



Standard Bank promove a 1ª Edição do Fórum de Segurança e Saúde Trabalho

O objectivo desta iniciativa foi chamar a atenção das empresas e dos Colaboradores para a importância de adoptar medidas preventivas que garantam a segurança e saúde no trabalho. O fórum insere-se no âmbito do Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho que se realiza no dia 28 de Abril.

Mulheres que inspiram

Iniciativa mensal denominada de “Mulheres que Inspiram”, acção que pretende dar voz a Mulheres Líderes que com a sua partilha de percursos de vida inspiram e motivam.





Mudamos Juntos

Programa de cultura que tem como objectivo inspirar, motivar e desenvolver os Colaboradores para entregar a visão e estratégia. Com o objectivo de inspirar os angolanos a alcançarem os seus sonhos.

A liderança do SBA está focada no desenvolvimento dos Colaboradores, com o propósito de oferecer uma óptima experiência aos Clientes e agregar valor às nossas comunidades, a fim de expandir o negócio de forma sustentável.

Ideias Brilhantes

Programa que tem como objectivo contribuir para a transformação do SBA num Negócio de Plataformas, através da exploração de novas indústrias, novos modelos de negócios e o desenvolvimento de ecossistemas alavancados em tecnologia. Para tal é fundamental a correcta preparação do Banco através do fomento da eficiência e colaboração interna.

Na preparação para transformação do negócio, será solicitado o contributo dos Colaboradores por intermédio da “Campanha de Ideias Brilhantes”.



3.3. Risco e Conduta



O sistema de Controlo Interno

Visão Geral

O sistema de controlo interno do SBA continua forte, porque o Banco tem vindo a ser alvo de um investimento contínuo no sentido de desenvolver um Sistema de Controlo Interno robusto e eficiente, que lhe permita assegurar a execução das suas operações e acrescentar valor para os Clientes. Através do aumento da eficácia dos processos e procedimentos de controlo, o Banco tem reforçado a sua solidez financeira, aperfeiçoado o seu Sistema de Controlo Interno e oferecido um melhor serviço ao Cliente. O Banco tem feito um investimento significativo na digitalização e automatização dos seus processos, no sentido de promover uma maior eficiência operacional, o que envolveu a adopção da *IA/Machine Learning and Robotics*.

A título de exemplo, no âmbito do processo de auditoria interna, estão a ser feitos investimentos na formação de todos os Colaboradores da área de auditoria em matérias sobre análise de dados e realização de auditorias através de processos automatizados e sistemas avançados de análise de dados. A génese desta evolução está na base de um dos pilares estratégicos do Banco, a “Digitalização e Inovação”.

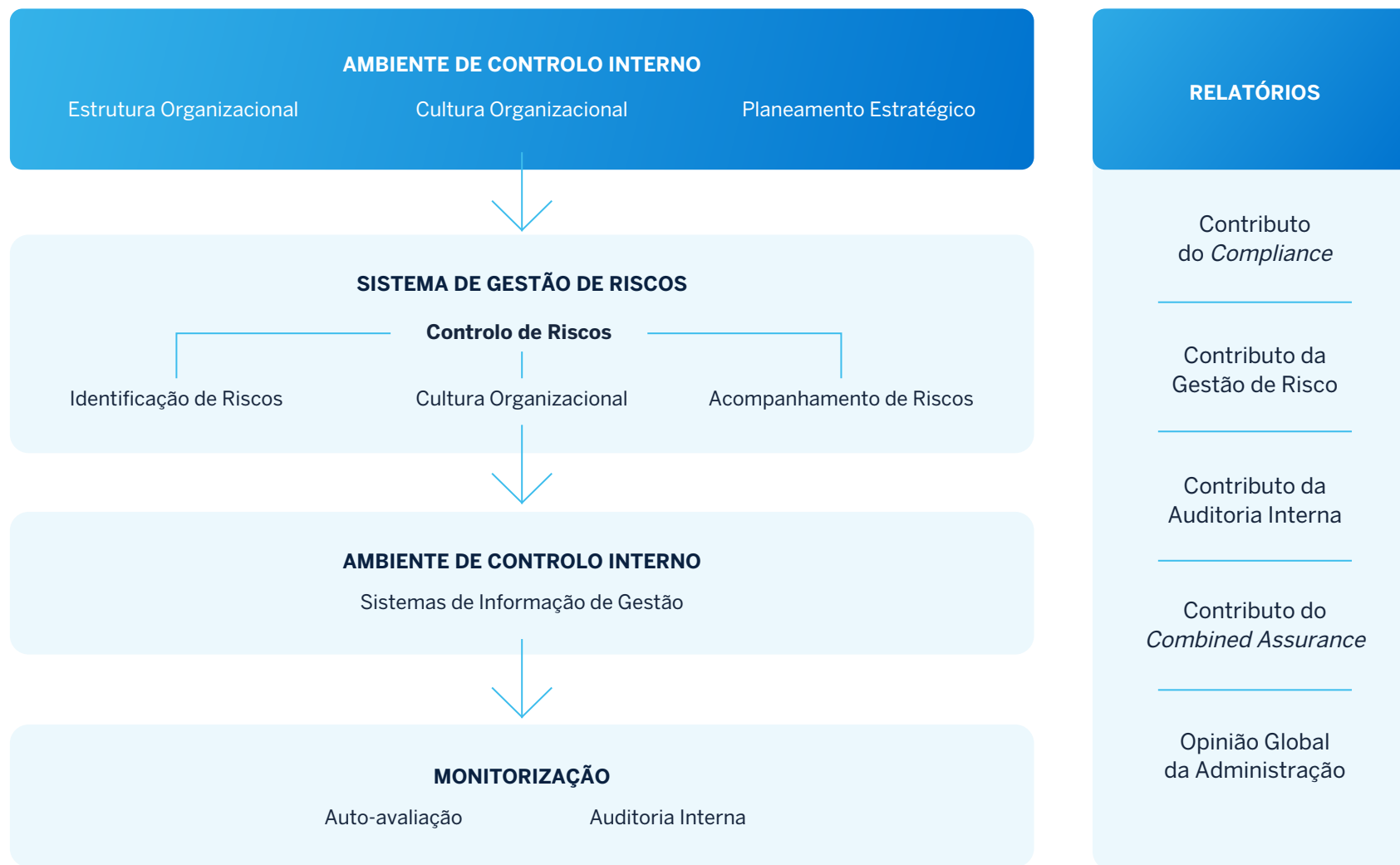
Tendo por objectivo gerir e mitigar potenciais riscos que possam surgir no decorrer da sua actividade, o Sistema de Controlo Interno do Banco encontra-se em conformidade com os princípios estabelecidos no Aviso n.º 10/2021 do BNA, bem como alinhado com as melhores práticas internacionais de Sistemas de Controlo Interno e Governança Corporativa.

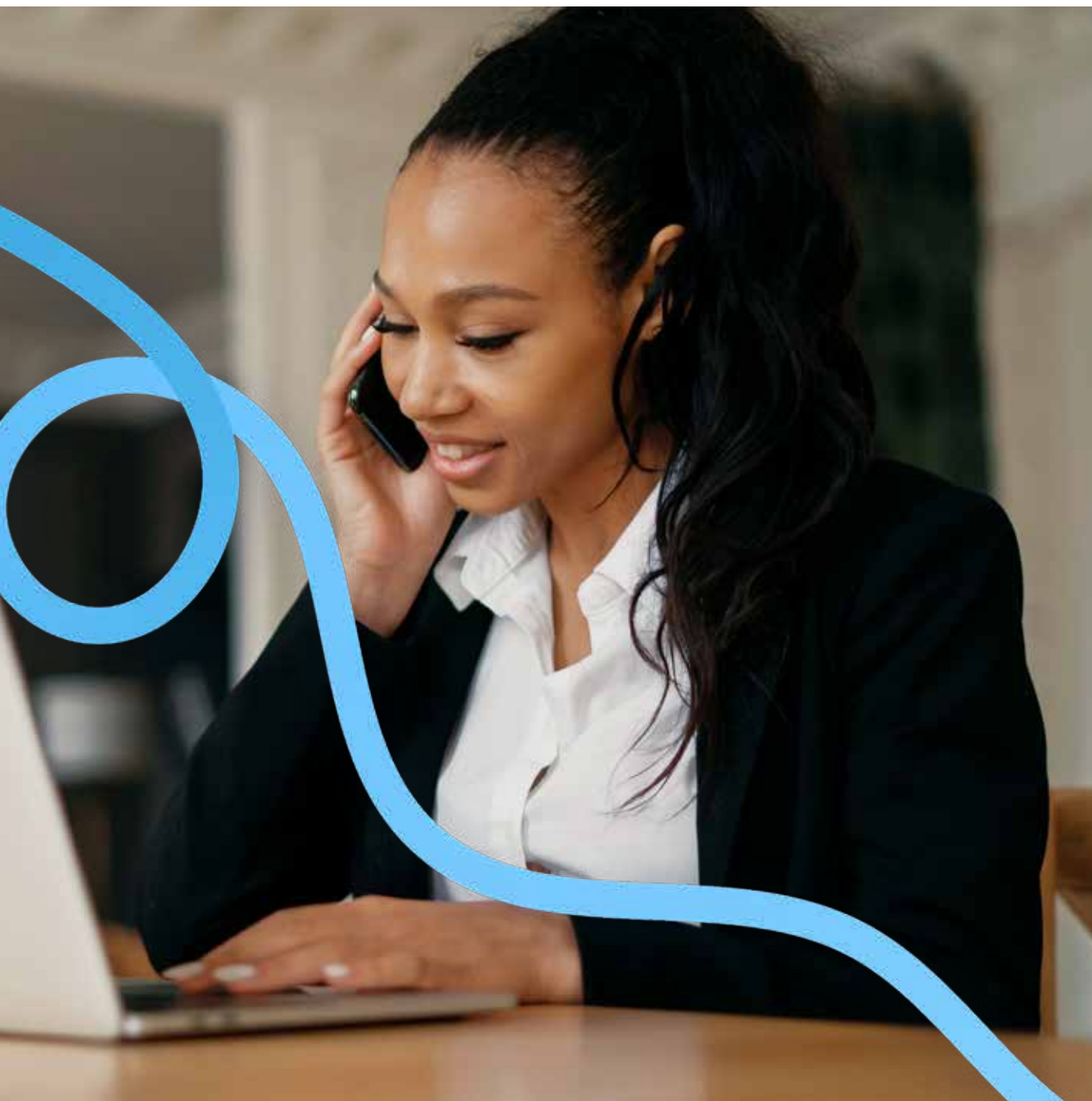
O Sistema de Controlo Interno do SBA é composto pelas funções que definem 3 linhas de defesa:

- 01 Unidade de Negócios e Gestão de Entidades Jurídicas; que devem conceber e implementar um programa eficaz de gestão de risco em todo o Banco;
- 02 Risco, funções de Gestão de Conformidade e Conselho de Administração; com a responsabilidade de acompanhar as áreas de negócio e implementar mecanismos de gestão de risco que garantam a execução da actividade do Banco em linha com o apetite ao risco estabelecido pela administração, controlando, continuamente, para garantir que o Banco não apresenta exposições excessivas a determinados riscos da sua actividade;
- 03 Auditoria Interna, que deve fornecer garantias sobre a adequação e eficácia do ambiente de controlo e do programa de gestão de riscos e garantir a definição de planos de mitigação/remediação pelas áreas auditadas, permitindo a redução do risco na instituição para níveis aceitáveis, de acordo com o respectivo apetite ao risco.

SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

A monitorização e avaliação contínua dos riscos e do ambiente do controlo interno das actividades assegura que o Sistema de Controlo Interno do SBA esteja devidamente alinhado com as melhores práticas internacionais.





No decorrer do primeiro semestre do exercício de 2022, o SBA deu continuidade à implementação e melhoria dos seus processos, políticas e procedimentos, no âmbito do seu Sistema de Controlo Interno, de modo a acompanhar o crescimento da actividade e assegurar o cumprimento dos objectivos estratégicos e operacionais, salvaguardando a segurança das suas operações.

PROCESSOS, PROCEDIMENTOS E POLÍTICAS

A monitorização e avaliação contínua dos riscos e do ambiente do controlo interno das actividades assegura que o Sistema de Controlo Interno do SBA esteja devidamente alinhado com as melhores práticas internacionais.

Os processos, procedimentos e políticas implementados complementam as estratégias e Sistemas de Controlo Interno do SBA que, em conjunto:

- Garantem o cumprimento das normas e regulamentos;
- Protegem os activos do Banco;
- Protegem os Clientes;
- Previnem e detectam fraudes e erros;
- Criam um sistema de reporte cada vez mais robusto e transparente;
- Asseguram o registo contabilístico de todas as transacções, o que permite a preparação de demonstrações financeiras fidedignas.



As funções e respectivos reportes asseguram o desenvolvimento e a melhoria contínua das actividades no âmbito do Sistema de Controlo Interno, aumentando a eficácia do Banco na minimização de potenciais perdas decorrentes da existência de riscos.

Suportado por uma estrutura e cultura de controlo interno claras, o Sistema de Controlo Interno do SBA coloca em prática as actividades de gestão de riscos, de monitorização, comunicação e reporte, assegurando deste modo a sustentabilidade da sua actividade, tendo por base uma melhoria permanente e contínua da sua prática.

Função de Auditoria Interna

A missão da função de Auditoria Interna consiste em fornecer uma garantia independente e objectiva da adequação da governação e eficácia dos controlos implementados para a gestão e mitigação dos riscos associados à actividade do Banco, bem como prestar serviços de “consultoria” interna, com vista à introdução de melhorias e ganhos de eficiência nos processos e procedimentos em vigor.

A independência da função é garantida através do reporte funcional ao Comité de Auditoria do Banco, que é dirigido por um Administrador Não Executivo (Presidente do Comité de Auditoria), complementado pelo reporte ao presidente da Comissão Executiva, apenas para assuntos de natureza administrativa do Banco. Adicionalmente, a função de Auditoria Interna reporta igualmente à Auditoria Interna do Grupo Standard Bank, o qual tem a sede em Joanesburgo, África do Sul, para questões de natureza técnica e administrativa.

OBJECTIVO DA AUDITORIA INTERNA

Avaliar os processos de governação do Banco, incluindo os princípios de ética e conduta em vigor, com vista à salvaguarda de activos, protecção da reputação do Banco e sustentabilidade do negócio e da organização

Responsabilidades da Função de Auditoria Interna

Executar uma avaliação objectiva da efectividade da gestão do risco, do Sistema de Controlo Interno e da função de *Compliance*.

Verificar a existência de oportunidades de melhoria nos processos de governação e de gestão do risco.

Analisar e avaliar de forma contínua os processos das áreas de negócio e seus procedimentos de controlo.

PLANOS DE ACÇÃO DE AUDITORIA INTERNA

- 
- 01 Foco nos principais riscos resultantes da avaliação anual de risco no País, alinhado com o risco do Grupo Standard Bank;
Com base na avaliação consolidada de cada risco, as áreas e processos que comportam riscos elevados são seleccionados para inclusão no plano de auditoria semestral/anual, assegurando que todos os processos críticos e/ ou aqueles identificados como de elevado risco são avaliados com uma periodicidade mínima trianual;
 - 02 Garantia de que o plano de auditoria do Banco está coordenado com o plano semestral/anual de auditoria do Grupo Standard Bank e com a estratégia de negócio, contribuindo para o esforço de cumprimento das metas estratégicas e garantindo que todos os desafios de governação, gestão de risco e controlo interno associados são efectivos;
 - 03 Garantir que o plano semestral/anual de auditoria segue um processo dinâmico e flexível de forma a endereçar novos negócios, processos e riscos emergentes, incluindo pedidos expressos decorrentes de preocupações específicas ou “consultoria” relativamente à robustez e adequação de processos ou procedimentos.
 - 04 Com o intuito de controlar o seu grau de implementação, apurar desvios e definir medidas correctivas, quando necessário, a equipa de Auditoria Interna efectua o acompanhamento regular das acções acordadas para resolução das constatações identificadas no decorrer das várias acções de auditoria.
 - 05 Registou-se alterações na proporção de auditorias insatisfatórias, uma vez que no ano de 2021, 44% das auditorias tiveram classificação insatisfatória e cultura de risco reactiva, e a actual percentagem de auditorias insatisfatórias reduziu para 40% em 2022.
 - 06 De realçar que até 09 de Agosto de 2022, o Banco encerrou 100 acções de melhoria acordadas, contra 103 acções que foram encerradas até 05 de Dezembro de 2021.

ACTIVIDADES DE COORDENAÇÃO DAS ÁREAS DE CONTROLO INTERNO (COMBINED ASSURANCE)

O *Combined Assurance* é um fórum mensal em que participam as áreas de controlo e tem como objectivo alavancar todas as linhas de defesa do Banco, de modo a evitar sobreposições e lacunas, garantindo uma linha de defesa eficiente de ponta a ponta, assegurando uma visão holística e uma abordagem coordenada na gestão dos principais riscos do Banco. O mandato do *Combined Assurance* foi revisto em Outubro de 2021.

Os principais temas discutidos nas reuniões são os seguintes:

- Análise do ambiente do controlo interno do Banco;
- Mapeamento e avaliação dos principais riscos do banco;
- Partilha de planos de atividades anuais;
- *Findings* em aberto da auditoria interna e externa;
- Controlo e gestão de incidentes pendentes;
- Revisão de questões-chave de Auditoria / Controlo / Monitorização de Riscos;
- Relatório de tendência de fraudes;
- Partilha de melhores práticas (melhores formas de trabalhar);
- Partilha de recursos e confiança no trabalho de outros, formações e *feedbacks* sobre a interacção com os *stakeholders*;
- Análise de pedidos de extensão de *issues* levantados pelas áreas de risco, *monitoring* e *Compliance*.

As reuniões do *Combined Assurance* têm sido realizadas mensalmente com a participação e envolvimento de todas as áreas de controlo do Banco (Auditoria Interna, *Compliance*, Risco, Controlo Interno, Controlo Cambial, Tecnologia de Informação e Segurança Cibernética e Auditores Externos).

Como resultado da implementação das sessões de *Combine Assurance*, foram obtidos os seguintes resultados em 2022:

- Elaboração e partilha, em Comissão Executiva e Comité de Auditoria, do plano consolidado, de modo a identificar os riscos e a áreas a serem cobertas em 2022;
- Consolidação dos resultados de todas as áreas de controlo de risco (*Dashboard*), eliminando a duplicação de acções;
- Realização de sessões de sensibilização da cultura de risco para várias unidades de negócio, tendo sido efectivamente realizadas 10 sessões de cultura de risco para as áreas de abertura manutenção, CVU, cartões, IT infraestrutura, Clientes consumo e elevado património, recuperação de crédito, controlo interno, licenciamento e segurança de IT.
- Elaboração, desde Abril de 2022, do relatório com um *dashboard* com os principais riscos e indicadores de controlo que é partilhado e apresentado, todos os meses, no Comité de Gestão de Riscos (RMC).

DIGITALIZAÇÃO - ABORDAGEM DE AUTOMAÇÃO E ROBÓTICA

De acordo com a estratégia de digitalização do Standard Bank, a Auditoria Interna do Grupo (GIA) embarcou na jornada para digitalizar a abordagem de auditoria, para melhorar a eficiência e eficácia da emissão de opiniões e na gestão do risco do Banco.

Os benefícios do processo de digitalização são:

- 01 O motor robótico permitiu a passagem da auditoria convencional para auditorias robóticas e orientadas por dados;
- 02 A equipa da TI reforçou a integridade do processo de auditoria através de testes 100% populacionais e gerou novos *insights* através da análise de dados, sempre que aplicável;
- 03 A abordagem robótica assegurará uma auditoria contínua, uma vez que os relatórios do motor robótico serão concomitantemente disponíveis para vários intervenientes nas três linhas de defesa;
- 04 O perfil de risco bancário será controlado de forma proactiva e contínua devido à detecção precoce de riscos e atempada tomada de decisões, devido a auditorias e relatórios contínuos;
- 05 A auditoria robótica resultará numa redução de custos e tempo, uma vez que haverá uma redução significativa nas viagens e tempos para a realização de cada uma das auditorias;
- 06 Facilitar a requalificação do pessoal em tecnologias novas e emergentes;
- 07 Melhoria da colaboração entre as 3 linhas de defesa através da garantia digital integrada, que leva à eficiente gestão do risco empresarial;
- 08 Auditorias baseadas na população auditada e não em amostras. Contudo é importante salientar que este benefício também representa um desafio para as unidades de negócio na medida em que estas têm de garantir a digitalização dos seus processos.

O processo de digitalização e automação, apesar de ser benéfico para o Banco, também trouxe desafios à área de auditoria tais como:

- Reforçar a equipa com elementos com conhecimentos em tecnologias de informação;
- Elaborar um plano de formação dos Colaboradores que esteja alinhado ao projecto de digitalização do Banco.



ACÇÕES DE ACOMPANHAMENTO

60%

Das auditorias realizadas no ano de 2022 foram satisfatórias, contra 56% de auditorias satisfatórias realizadas no ano anterior.

5

Auditorias realizadas em 2022, contra 9 realizadas em 2021.

100

Acções de melhorias a processos implementadas.

11

Sessões de Cultura de Risco realizadas até 30 de Junho 2022.

Desafios para 2023:

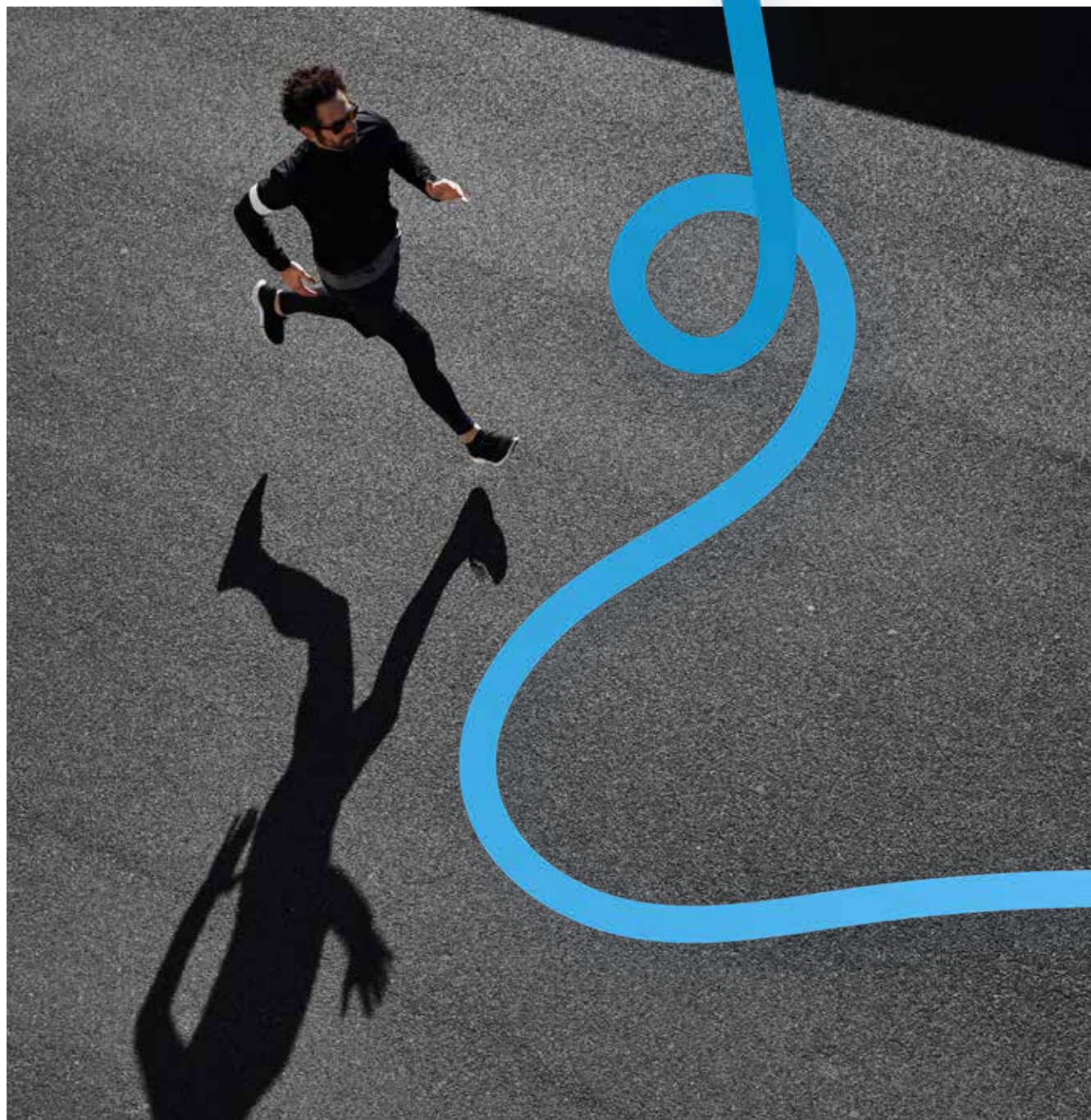
- Continuar com o processo de implementação da estratégia de digitalização dos processos de auditoria, que incluirão a substituição da actual plataforma de auditoria (GIANT) por uma outra mais moderna, digital e localizada em *cloud*;
- Continuar o processo de capacitação da equipa em conhecimentos alinhados com a transformação digital em curso no Banco.

Função de Gestão de Risco

A função de Gestão de Risco, enquanto linha secundária de defesa, tem como objectivo garantir uma gestão transversal e integrada dos vários riscos que existem no Banco. O principal propósito do SBA é minimizar o impacto dos vários eventos, quer de natureza interna, quer externa. O SBA monitoriza também os riscos correntes da sua actividade e outros que possam surgir. A função de Gestão de Risco também é responsável pela definição do apetite pelo risco, assim como garantir que o *framework* de gestão, as suas políticas e *standards* estão a ser cumpridos.

De acordo com a sua estrutura actual, a Direcção de Risco tem, sob sua alçada directa, os Riscos de Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional (incluindo Gestão de Continuidade de Negócios; Risco de Informação; Gestão de Coberturas – Garantias e Seguros; Risco de *Compliance* e Risco de Fraude). O Risco de Conduta tem vindo a ganhar importância e o SBA encontra-se a implementar processos e procedimentos para gerir este tipo de risco de forma mais eficiente. A função de Gestão de Risco é apoiada por um conjunto de Comitês, os quais supervisionam os riscos a que o Banco se encontra exposto, nomeadamente, o Comité de Activos e Passivos, Comité de Gestão de Risco de Crédito e o Comité de Gestão de Risco.

Ainda assim, a Direcção de Risco tem autoridade para intervir em operações, projectos ou decisões, onde exista potencial risco financeiro ou outro. Desta forma, a função de Gestão de Risco é um membro activo e obrigatório nos Comitês que reportam à Comissão Executiva e ao Conselho de Administração.



RESPONSABILIDADES

A função de Gestão de Risco define a estrutura de gestão de risco do Banco, bem como as políticas subjacentes, aprovando os riscos assumidos e proporcionando uma visão objectiva e completa da eficácia da gestão de risco à primeira linha de defesa.

As principais responsabilidades da função são:

- 01 Elaborar/ recolher modelos, metodologias, dados e informação, interna e externa a servir de suporte à tomada de decisão e avaliação de risco;
- 02 Aconselhar as unidades de negócio e o Conselho de Administração em relação a políticas e práticas de gestão de risco a adoptar;
- 03 Definir indicadores chave e limites prudenciais para cada tipo de risco;
- 04 Realizar mensurações periódicas dos diversos riscos do Banco, tanto numa perspectiva quantitativa como qualitativa;
- 05 Realizar testes de *stress* de forma a determinar a resiliência do Banco;
- 06 Identificar debilidades no modelo de gestão de risco e formular e implementar as respectivas medidas correctivas;
- 07 Documentar os processos associados à sua intervenção;
- 08 Monitorizar o cumprimento dos limites definidos para os diversos riscos, bem como a efectivação do modelo de gestão de risco;
- 09 Comunicar transversalmente o perfil de risco assumido, incluindo os riscos mais emergentes e respectivas acções de mitigação;
- 10 Elaborar documentos periódicos referentes ao perfil de risco e ao modelo de gestão de risco.

Função de *Compliance*

A Função de *Compliance* é independente e autónoma e emite relatórios sobre o estado de Gestão de Riscos de *Compliance* para os vários Comitês. Esta função reporta a quatro níveis, nomeadamente, (i) à Comissão Executiva, através da apresentação de relatórios mensais de actividade; (ii) ao Comité de Gestão de Risco, através da apresentação de relatórios mensais; (iii) ao Conselho de Administração, através da apresentação do relatório trimestral de actividades, destinados aos Comitês de Auditoria e Risco, ambos subcomitês do Conselho de Administração; e iv) ao *Compliance* do Grupo Standard Bank.

A Função de *Compliance* do SBA é organizada de acordo com as disposições e requisitos legais espelhados nos Avisos n. 01/2022¹ de 28 de Janeiro e Aviso n.º 14/20² de 22 de Junho, ambos emitidos pelo BNA. O SBA opera uma Função de *Compliance* “híbrida”, a qual incorpora funções centrais e funções das linhas de negócios. Dentro do seu Mandato foi concedida a autoridade para intervir em qualquer operação/projecto onde exista razão para acreditar que há uma violação de requisitos legais ou regulamentares, ou incumprimento das políticas internas. Para o efeito, a Função de *Compliance* tem acesso ilimitado a todos os Colaboradores do Banco e aos registos razoavelmente necessários para suportarem a sua função.

RESPONSABILIDADES

- 01 Estabelecer e manter um registo permanente e actualizado dos normativos internos e externos a que o Banco esteja sujeito, com identificação dos responsáveis pelo seu cumprimento e, de forma oportuna, reportar o não cumprimento com as leis e regulamentos ou requisitos de supervisão à Comissão Executiva, Comité de Gestão de Risco, Comité de Auditoria e Conselho de Administração;
- 02 Exigir que os requisitos regulatórios relevantes sejam incorporados nos manuais de procedimentos operacionais;
- 03 Garantir, na medida do possível, que não existe qualquer conflito de interesse com/entre outras funções de controlo interno;
- 04 Ser responsável por estabelecer uma cultura de *compliance* no Banco, a qual contribui para o objectivo geral de gestão prudente de riscos do Banco;
- 05 Avaliar os processos de prevenção e detecção de actividades criminosas, incluindo a prevenção do branqueamento de capitais, financiamento ao terrorismo e da proliferação de armas de destruição em massa, assim como assegurar as comunicações legalmente devidas neste âmbito com as autoridades competentes, designadamente, Unidade de Informação Financeira (“UIF”);
- 06 Garantir que é adoptada uma abordagem baseada nos riscos na avaliação do perfil de riscos de *compliance* do Banco;

¹ Sobre o Código do Governo Societário das Instituições Financeiras Bancárias;

² Que estabelece as Regras sobre as Condições de Implementação Efectiva das Obrigações Previstas na Lei n.º 5/20, de 27 de Janeiro, Lei de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais, do Financiamento do Terrorismo e da Proliferação de Armas de Destruição em Massa

07

Garantir que os Colaboradores do Departamento de *Compliance* e do Banco recebem formação contínua, a fim de garantir que possuem conhecimentos técnicos adequados, compreendem e cumprem com o quadro regulamentar aplicável ao Banco, bem como os riscos a que o Banco está exposto face ao que se segue:

- Vigilância no âmbito de Combate ao Branqueamento de Capitais, Financiamento ao Terrorismo e da Proliferação de Arma de Destruição em Massa;
- Conduta de Mercado;
- Gestão de Conflito de Interesses;
- Privacidade de Dados;
- Monitorização de Rotina.

Com o objectivo de corresponder às exigências do BNA e restantes entidades reguladoras, no que diz respeito à implementação de uma cultura de *Compliance*, o SBA continua a apostar numa abordagem de tolerância zero, por um lado, à não adesão a formações obrigatórias de *Compliance* e por outro, ao não cumprimento de políticas e procedimentos.

O Banco governa-se por uma cultura de *Compliance* e a sua implementação e gestão são visíveis através de acções de formação/sensibilização e políticas/procedimentos internos.

FUNÇÃO REGULATÓRIA E DE ACONSELHAMENTO

A Função Regulatória e de Aconselhamento (doravante abreviadamente designada por “RAF”) tem como principais responsabilidades:

- Proceder ao acompanhamento de respostas e processos junto das entidades reguladoras, nomeadamente, Banco Nacional de Angola, Comissão de Mercado de Capitais, Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros, Autoridade Reguladora da Concorrência e Agência de Protecção de Dados;
- Garantir a sensibilização, actualização e o desenvolvimento da nova legislação com impacto nas actividades do Banco;
- Gerir o universo regulatório (e o respectivo *compliance*) e o plano de gestão de risco de *compliance* das áreas do Banco e verificar a implementação dos controlos e o cumprimento das normas internas e de toda a legislação em vigor, imprescindível e de alto risco;
- Garantir o cumprimento das regras sobre (i) privacidade de dados, (ii) conflito de interesses, (iii) interesses comerciais externos, (iv) transacções pessoais, (v) abuso de mercado e todas as políticas inerentes à função de *Compliance* aprovadas e publicadas;
- Garantir a protecção da confidencialidade das informações dos Clientes;
- Garantir os direitos de defesa do consumidor;
- Ministras formações internas em relação às políticas de *Compliance* consideradas de alto risco;
- Prestar aconselhamento regulatório às Unidades de Negócios e áreas de suporte;
- Garantir a adequação (customização) das políticas à legislação em vigor;
- Proceder à Análise de Impacto de Privacidade e Protecção de Dados.

ALERTA LEGISLATIVO

O alerta legislativo consiste na divulgação interna da publicação de um novo regulamento com relevância para a actividade do Banco. Tem por objectivo dar a conhecer as novas regras decorrentes da entrada em vigor do regulamento, uma vez que permite aos Colaboradores conhecer os respectivos conteúdos e os impactos que pode ter nas suas áreas e passar a criar mecanismos de controlo para garantir o cumprimento das obrigações. Normalmente, contém um resumo das principais disposições do regulamento.

A tabela abaixo fornece informações sobre o número de regulamentos emitidos por Órgãos Reguladores durante o primeiro semestre do ano de 2022 e que têm impacto no Banco:



Suporte consultivo/Aconselhamento: Novos produtos e serviços / Alterações feitas em produtos e serviços / Procedimentos internos do Banco

A RAF assegurou, durante o primeiro semestre do ano de 2022, que o desenvolvimento dos produtos das unidades de negócio fosse efectuado de acordo com a legislação em vigor, bem como, apoiou e aconselhou as diversas áreas do Banco nas questões que as mesmas levantaram e quando necessário, incluindo produtos que foram submetidos ao Comité de Novos Produtos (NPC) e outros fóruns relevantes. A Direcção de *Compliance* procedeu, durante o primeiro semestre do ano 2022, à revisão e análise de 38 procedimentos e processos internos do Banco, que foram submetidos pelo *Business Process and Improvement* (BPI), garantindo que esses procedimentos e processos estão de acordo com a legislação em vigor aplicável aos respectivos procedimentos e processos, bem como, validou diversos produtos submetidos pelas unidades de negócio e assegurou que as Fichas Técnicas Informativas e seus respectivos termos e condições estivessem em conformidade com o disposto no Aviso 13/16, Aviso 14/16 e Carta Circular nº 001 / DCF / 2020 de acordo com as Directrizes do seminário de licenciamento de produtos e serviços e demais legislação em vigor.

Principais actividades desenvolvidas em matéria de protecção e privacidade de dados

Com o aumento das exigências da Agência de Protecção de Dados (doravante abreviadamente designada por “APD”), em termos de regulamentação e de supervisão, bem como, com o aumento da utilização de soluções e mecanismos digitais, torna-se imperioso assegurar o cumprimento das normas de protecção e privacidade de dados, razão pela qual, durante o primeiro semestre do ano de 2022, a RAF orientou e assegurou o cumprimento da legislação em vigor, através de:

- Avaliação do Impacto da Privacidade de Dados: foram analisados diversos formulários de avaliação de protecção de dados submetidos pelas unidades de negócio no sentido de assegurar que o risco de incumprimento dos requisitos de protecção de dados;
- Aconselhamento e pareceres para outras áreas do Banco: foram emitidos diversos pareceres às solicitações feitas pelas unidades de negócio, bem como, sempre que identificada qualquer questão que exigisse a identificação dos riscos a que o Banco estava exposto em caso de incumprimento dos requisitos emitidos;
- Interacção com a APD: foram submetidos aproximadamente 6 processos para análise, avaliação e aprovação da APD;
- Sensibilização: foram enviadas *Awareness* ao Banco, com a identificação dos requisitos da Lei da Protecção de Dados e requisitos mínimos de protecção de dados, bem como, identificação das regras e cuidados a serem observados durante a prestação de trabalho remoto.

Universo Regulatório e Gestão de Risco de Compliance

Foram realizados, durante o primeiro trimestre do ano de 2022, diversos *workshops* de aproximadamente 7 diplomas emitidos pelas diversas entidades de supervisão, no sentido de cumprimento do Manual da Metodologia do Universo de Risco de *Compliance*, cujo objectivo é auxiliar a Direcção de *Compliance* e unidades de negócio na gestão do risco regulatório e dos planos de gestão do risco de *Compliance*.

Políticas / Normas

Foram criadas, actualizadas e revistas, aproximadamente 12 Políticas, Procedimentos e Manuais de Compliance durante o ano e submetidos à aprovação do Comité de Gestão de Riscos e do Comité de Auditoria do Conselho de Administração, conforme aplicável.

FUNÇÃO DE MONITORIZAÇÃO

O Aviso 01/2022 do BNA define, entre outras responsabilidades, que compete à função de *Compliance*:

- a) estabelecer processos de detecção e avaliação do risco decorrente do incumprimento das obrigações legais e deveres da Instituição, bem como corrigir as deficiências detectadas.

Para além disso, o Manual de *Compliance* do Standard Bank de Angola, SA, estabelece que são responsabilidades da área de monitorização de *compliance*:

- Estabelecer uma linha de comunicação permanente com os responsáveis das várias unidades de negócio, por forma a garantir uma observação contínua das normas de *compliance*;
- Garantir que as unidades de negócio cumprem com as suas responsabilidades de monitorização das actividades do dia-a-dia;
- Estabelecer mecanismos adequados para reporte e resolução de não-conformidades;
- Documentar os *findings*, as suas acções correctivas e responsáveis;

Neste contexto, a monitorização é um elemento fundamental da gestão do risco de *Compliance*, devendo ser efectuadas revisões periódicas para garantir que o SBA cumpre, de forma adequada, os requisitos legais e internos.

Assim, a área de Monitorização da Direcção de *Compliance* é responsável por conduzir as actividades de monitorização de acordo com os riscos identificados.

Essas actividades de monitorização incluem 3 tipos de análises:

- **Revisões de rotina** - É o trabalho realizado de forma contínua e envolve a validação periódica da aderência ao material de maior risco, à legislação, políticas, regras e padrões aplicáveis. O âmbito dessas actividades de monitorização e teste garante que o Banco assegura continuamente os seus riscos materiais de conformidade. Esta monitorização de rotina inclui os seguintes procedimentos:
 - Conclusão de formações de *Compliance* por todos os Colaboradores;
 - Declaração de contas de negociação pessoal dos Colaboradores para garantir que a negociação excessiva seja limitada e os conflitos de interesse evitados;
 - Registos e processos de “presentes” e “entretenimento”;
 - Declaração de interesses comerciais externos.
- **Revisões profundas** - Estas revisões, planeadas concentram-se em testar a adequação e eficácia dos controlos para garantir a aderência à legislação, regras, políticas e padrões aplicáveis. Os controlos devem ser suficientes para mitigar o risco.
- **Revisões *ad hoc*** - revisões *ad hoc* são específicas, as quais podem surgir como resultado de eventos que podem ser internos (violação material, novas ou acrescidas iniciativas de negócio, perda de pessoal, por exemplo) ou externos (áreas de nova preocupação regulatória, preocupações/foco da gestão, incluindo acções sancionatórias). Essas revisões não são planeadas e precisam ser consideradas com base na capacidade de resposta e prioridade.

MONITORIZAÇÃO DE ROTINA

Conclusão da formação por todos os Colaboradores

No primeiro semestre de 2022, a área de Monitorização de Compliance manteve o seu método de seguimento constante junto das diversas áreas do Banco, tendo-se focado intensamente na redução do número de Colaboradores com formações em atraso. Este método possibilitou o registo de taxas de competência acima dos 96% em todos os meses, sendo que a taxa acumulada para o período é de 99%. Não obstante os bons resultados alcançados, foi mantido o seguimento e reporte ao Comité de Gestão de Risco do Standard Bank de Angola, SA, dos Colaboradores que não completassem atempadamente as suas formações obrigatórias de *compliance*. A tabela abaixo reflecte o estado das formações obrigatórias de Compliance, no fim do primeiro semestre de 2022.

TÍTULO DA FORMAÇÃO	COLABORADORES ELIGÍVEIS	COLABORADORES QUE CONCLUÍRAM A FORMAÇÃO	% CONCLUSÃO
PBC Bancos Correspondentes	155	148	95%
PBC Organizações Sem Fins Lucrativos	155	149	96%
PBC <i>Trade Finance</i>	155	147	95%
PBC Transferências Bancárias	561	558	99%
Prevenção ao Branqueamento de Capitais	663	657	99%
Sensibilização sobre Anti-Suborno e Corrupção	663	658	99%
Conduta de Negócios	663	657	99%
Conduta com Clientes	663	648	98%
Abordagem Estratégica de <i>Compliance</i> para o <i>Client Coverage</i>	29	29	100%
Política de Comunicação da Sala de Negociação	7	7	100%
Sanções Financeiras e Combate ao Financiamento do Terrorismo	155	153	99%
Abuso de Mercado para a Direcção de Mercados Globais	15	14	93%
Conduta Pessoal	663	657	99%
Total	4547	4482	99%

Interesses comerciais externos

A Política de Interesses Comerciais Externos estabelece que todos os Colaboradores devem proceder pelo menos uma vez por ano à revisão dos seus interesses comerciais externos, devendo fazê-lo até ao dia 31 de Março de cada ano. Desta forma, o Compliance esteve envolvido, durante os primeiros 3 meses de 2022, numa campanha de sensibilização e monitorização para auxiliar e garantir que todos os Colaboradores do Banco cumprissem com o requisito. Estas acções resultaram numa taxa de cumprimento de 100%. Para o segundo semestre de 2022, está prevista a monitorização do conteúdo das declarações efectuadas pelos Colaboradores.

Presentes e Entretenimento

O ano de 2022 iniciou, no que diz respeito à Política de Presentes e Entretenimento, com a introdução de uma alteração significativa, isto é, a introdução do princípio da não aceitação de presentes, independentemente do seu valor. Esta alteração foi precedida de sessões de formação, as quais tiveram como objectivo a sensibilização dos vários requisitos da Política. Estas sessões tiveram também como resultado o aumento no número de declarações de presentes e entretenimento. Importa realçar que, em observância do princípio da não recepção de presentes, os presentes declarados foram doados para instituições de caridade.

UNIDADE DE NEGÓCIO	NÚMERO DE DECLARAÇÕES EFECTUADAS
Funções Corporativas (CF)	6
Banca de Empresas e Comércio (BCC)	1
Banca de Investimento e Grandes Empresas (CIB)	17
Soluções para Clientes (CS)	2

Negociação de contas pessoais

Simultaneamente à condução do processo de declarações de interesses comerciais externos foram também desenvolvidas acções com o objectivo de garantir que todos os Colaboradores tivessem concluído as suas declarações anuais até ao dia 30 de Junho, tendo nesta data se registado uma taxa de cumprimento de 99%.

Por outro lado o ano de 2022, viu também a introdução de duas alterações significativas em matéria de monitorização de conflitos de interesse que possam resultar de uma má conduta no mercado por parte dos Colaboradores do Standard Bank de Angola. Estas alterações foram, a introdução do processo de pré-aprovação de aquisição de instrumentos normalmente negociados em mercados de capitais/ activos por parte de Colaboradores e do processo de aprovação das declarações de contas de negociação pessoal a nível do país, este último introduzido somente no mês de Junho.

NÚMERO DE DECLARAÇÕES DE CONTAS APROVADAS

19

NÚMERO DE PEDIDOS DE PRÉ-APROVAÇÃO PARA NEGOCIAÇÃO DE ACTIVOS

17

COMBATE AO BRANQUEAMENTO DE CAPITALS, FINANCIAMENTO DO TERRORISMO E PROLIFERAÇÃO DE ARMA DE DISTRIBUIÇÃO EM MASSA

A Lei n.º 5/20, de 27 de Janeiro, estabelece que as instituições financeiras devem adoptar e implementar medidas para prevenir e detectar actividades criminosas, incluindo a prevenção do branqueamento de capitais, do financiamento do terrorismo e da proliferação de armas de destruição em massa, bem como, assegurar as comunicações com as autoridades competentes, em particular a Unidade de Informação Financeira (“UIF”).

A Direcção do *Compliance* tem uma área funcional específica, que trata dos assuntos ligados à Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais, Financiamento do Terrorismo e Proliferação de Armas de Destruição em Massa (BC/FT/PADM), cujas responsabilidades incluem, mas não se limitam a:

- Controlo, cumprimento e adesão às políticas de AML;
- *Surveillance* – Gestão de Alertas;
- Alertas de sanções/preparação de reporte à UIF;
- Alertas de operações suspeitas/preparação de reporte à UIF;
- Alertas PEPs/registo de PEPs;
- Reporte de operações em numerário acima de USD 15.000 e controlo de declarações de origem e destino;
- Investigação;
- Monitorização de KYC para contas existentes;
- Formação interna de combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo e matérias conexas;
- Sensibilização sobre matérias de combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo;
- Monitorar transacções transfronteiriças e velar pelo controlo de Branqueamento de Capitais afecto às mesmas (i) *Safewatch*, (ii) Alertas enviados de Bancos Correspondentes;
- Gestão da matriz de risco de *Compliance*;
- Velar pela confirmação de troca de chaves/RMA.

GESTÃO DO RISCO DE BC/FT/PADM**a) Know Your Customer (KYC)**

O SBA tem implementada uma política rigorosa de KYC, que abrange o conhecimento do Cliente, da sua actividade e da origem dos respectivos fundos. Para além de ser uma medida eficaz de combate às actividades de BC/FT/PADM, permite também ao Banco entender as obrigações e necessidades gerais dos seus Clientes.

O principal objectivo consiste em assegurar que todos os Clientes com os quais o SBA estabelece uma relação de negócio são devidamente identificados e sujeitos a revisões periódicas com base no risco, cumprindo com as obrigações regulamentares estabelecidas.

b) Clientes de Alto Risco Submetidos ao Comité durante 1º semestre do ano 2022

A fim de gerir o risco de BC/FT/PADM, o Conselho de Administração aprovou a composição do Comité de Alto Risco que tem o mandato de decidir sobre o início, manutenção e cessação das relações com Clientes de alto risco “A (Risco Alto) e P (Risco PEP)”, à luz da análise de risco que o seu perfil representa para o Banco. Nestes termos, este Comité, no acto de avaliação, tem a prerrogativa não só de decidir o início, encerramento e/ ou manutenção da relação de negócio com determinado perfil de Cliente, bem como, solicitar a revisão de processos e procedimentos afectos ao perfil de Clientes de alto risco, analisando e propondo alterações às políticas existentes, e sistemas em uso.

A tabela abaixo ilustra o número de Clientes submetidos ao Comité de Alto Risco para aprovação:

SECTOR	CLIENTE NOVO	MANUTENÇÃO DA RELAÇÃO	APROVADOS	PENDENTE DE AVALIAÇÃO ADICIONAL
BANCA DE PARTICULARES	45	28	70	3
BANCA DE PEQUENAS EMPRESAS	25	47	65	7
BANCA DE GRANDES EMPRESAS	8	62	63	7

SISTEMAS OPERACIONAIS DE PREVENÇÃO DE BRANQUEAMENTO DE CAPITAL E FINANCIAMENTO AO TERRORISMO

Ao longo dos anos o Banco tem vindo a apostar na optimização de sistemas operacionais de suporte ao BC/FT/PADM, assegurando a filtragem e monitorização contínua da actividade transaccional e do comportamento dos Clientes do Banco. Neste sentido, estes sistemas de monitorização identificam, com base em parâmetros e cenários de risco pré-definidos, pessoas, entidades, transacções e comportamentos potencialmente suspeitos, possibilitando uma atempada e efectiva detecção de actividades e transacções que possam configurar a prática de BC/ FT/PADM.

Importa referir que, de modo a melhorar os mecanismos de combate ao Branqueamento de Capitais, Financiamento do Terrorismo e da Proliferação de Armas de Destruição em Massa e para estar em plena conformidade com os regulamentos em vigor, o SBA iniciou, em 2020, um projecto com o intuito de actualizar a ferramenta denominada **Nice Actimize**, que permite efectuar a monitorização de transacções suspeitas; filtrar Clientes contra listas de Sanções e Pessoas Politicamente Expostas; atribuir automaticamente o nível de risco do Cliente, entre outras funcionalidades. Para o efeito, o projecto foi dividido em três fases detalhadas a abaixo:

Fase 1

Implementação do NICE Actimize AML SAM em Lote

Fase 2

Afinação e Implementação das Regras do AML SAM (Monitorização de Actividades suspeitas)

Fase 3

Implementação do NICE Actimize AML WLF (Triagem de lista de Sanções e PPEs) e CDD em Tempo Real

1ª Fase

Implementação do NICE Actimize SAM em Lote - entrou em produção a 10 de Dezembro de 2021 e viu essencialmente serem desenvolvidos os seguintes requisitos:

- Actualização da solução para monitorização de transacções suspeitas em Lote (D+1) com base na nova versão do aplicativo;
- Implementação da solução de filtragem contra listas de Sanções em modo de Lote;
- Realizar a monitorização em lote de todas as transacções dos Clientes, com base nas regras definidas tendo em consideração as tipologias de risco globais e locais, ajustadas de acordo com os limites de apetite de risco definidos pelo Banco.

2ª Fase

Afinação e Implementação das Regras do AML SAM – Entrou em produção a 6 Maio 2022 e viu serem desenvolvidas 22 regras geradoras de alertas.

3ª Fase

Implementação do NICE Actimize AML WLF e CDD em Tempo Real: Neste momento com uma percentagem de execução de 87% e com data de entrada em produção a 30 de Setembro de 2022. Esta fase consiste no seguinte:

- Desenvolvimento, testes e implementação da disposição de alertas em Tempo Real
- Implementação em, Tempo Real, da filtragem diária contra as listas de Sanções e Pessoas Politicamente e Expostas de: Clientes, fornecedores e Colaboradores do SBA.
- Efectuar a classificação do risco associado aos Clientes de forma automática.

a) Monitorização de Transacções e Clientes

No período em referência o Banco identificou, com base na ferramenta de monitorização de transacções, denominada Nice Actimize, um total de 12125 alertas de transacções isto porque a regra “*Pagamento Excessivo de Cartões num Curto Prazo*” apresentou problemas, gerando um número excessivo de alertas que totalizou 9652 no período deste reporte. No entanto, até a presente data o problema já foi identificado e solucionado, pelo que, estão a decorrer as diligências para o encerramento em massa dos alertas gerados pela regra mencionada. Neste período, 2341 alertas foram encerradas como não suspeitas e 72 encerradas como suspeitas³.

Adicionalmente, no período de reporte o sistema gerou 114 alertas suspeitos relacionados com sanções, sendo que, nenhum foi confirmado e 478 alertas relacionados com Pessoas Politicamente Expostas (PEPs) que dentre os quais 78 foram confirmados como PEP.

b) Comunicações à Unidade de Informação Financeira

De acordo com a legislação sobre a BC/FT/PADM, no âmbito da obrigação de reporte, o Banco identificou e comunicou à UIF 7450 transacções de numerário, bem como 205 operações suspeitas de estarem relacionadas com práticas de branqueamento de capitais, essencialmente, por execução de transacções fora do perfil financeiro inicialmente declarado pelos Clientes.

Listas Internacionais de Sanções e PEP

O SBA, bem como o Grupo Standard Bank, reconhecem o regime de sanções e efectuam uma monitorização contínua - *Customer Due Diligence* - através dos seus sistemas, tanto a nível de pagamentos, como nos seus processos de abertura de conta. Para execução do processo, são reconhecidas as seguintes listas internacionais de rastreio de entidades sancionadas:

- **HMT:** Her Majesty's Treasury (UK)
- **EU:** European Union
- **OFAC:** Office of Foreign Assets Control (US)
- **UNSC:** United Nations Security Council
- **MINEFI:** French Ministry of Economics, Finances and Industry

Este reconhecimento não afasta a inclusão e reconhecimento de outra lista que o Estado Angolano venha a considerar, nem o facto de o SBA ter em consideração a lista de PEPs locais aquando das suas avaliações.

³ Ao número de 72 alertas encerrados como suspeita, inclui alertas do ano 2021.

POLÍTICAS E MANUAIS – DIRECÇÃO DE COMPLIANCE

De forma a garantir a eficácia legalmente exigida, a função de Compliance possui um conjunto de políticas, procedimentos e processos para a gestão e mitigação do risco de *Compliance*.

- Política de Gestão de Risco de *Compliance*
- Manual de *Compliance*
- Política de Governação de Gestão de Risco de *Compliance*
- Política de Conflito de Interesses
- Política de Interesses Comerciais Externos
- Transacções a Título Pessoal
- Política de Presentes e Entretenimentos
- Política de Informação Estritamente Necessária
- Política Barreiras de Informação
- Política de Controlo de Sanções Financeiras e de Financiamento contra o Terrorismo
- Abuso de Mercado
- Processo *Safewatch*
- Política de Prevenção à Facilitação da Evasão Fiscal
- Política Anti-Suborno e Corrupção
- Matriz de Risco de Compliance para CBC/FT
- Processo de Aprovação de KYC
- Política de Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo - CBC/FT
- Normas sobre Sanções Financeiras e Combate ao Financiamento do Terrorismo
- Normas Mínimas para Estabelecimento de Relação com Bancos Correspondentes
- Processos e Procedimentos do Surveillance
- Procedimento de Restrições de Contas e Congelamento de Fundos
- Procedimento para Tratamento de Solicitação de Informação de Bancos Correspondentes.
- Procedimento de submissão de informação à Agência de Protecção de Dados
- Manual de Diligência Reforçada de Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo - CBC/FT
- Procedimento do Comité de Alto Risco
- Mandato do HRC
- Estrutura de Abordagem Baseada no Risco de Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo
- Normas de Monitorização de Transacções Suspeitas
- Manual da Metodologia do Universo do Risco de Compliance Regulatório e Plano de
- Gestão do Risco de Compliance
- Normas Operacionais de Privacidade de Dados
- Política Lista de Observação e Lista Restrita
- Normas Operacionais de Combate ao Branqueamento de Capitais, Financiamento do Terrorismo e da Proliferação de Arma de Destruição em Massa CBC/FT/PADM
- Política de Comunicação da Sala de Negociações
- Política do Risco de Conduta
- Política de Negociação de Conta Pessoal
- Política de Anti-Concorrência
- Manual de Concorrência
- Normas de Governação da Gestão de Risco de Compliance
- Manual de Interação com Entidades de Supervisão
- Directrizes de Interação com Reguladores
- Directrizes de Compliance para Equipa Multidisciplinar de Serviço ao Cliente
- Mandato da Unidade de Investigação e Risco de Fraude
- Política de Denúncia
- Política Anti-fraude

INVESTIGAÇÃO E RISCO DE FRAUDE

Investigações

Em termos de incidentes de fraude, o 1º trimestre de 2022 apresentou uma tendência consistente com o período homólogo em 2021, no qual a maioria das reclamações esteve relacionada com fraudes em cartões de débito, mais concretamente com transações realizadas no produto EMIS Multicaixa Express. Até Junho de 2022, foram reportados à equipa de Investigação e Risco de Fraude incidentes no valor de AOA 57,1 milhões, comparando com AOA 50,0 milhões no mesmo período do ano anterior. As reclamações recebidas foram principalmente relacionadas a fraudes com cartões de débito, onde as transações não foram reconhecidas pelos Clientes. No período em análise, o Banco incorreu em perdas operacionais totais de AOA 2 milhões, sendo 70% relacionadas com reclamações de fraude em cartões de débito e 30% relacionadas com reclamações de fraude em cartões de crédito.

Prevenção

No segundo trimestre de 2022, a equipa de Investigação e Risco de Fraude realizou dois exercícios de investigação preventiva com o objetivo de rever o comportamento transaccional dos funcionários, bem como realizar análises sobre transações realizadas em contas inactivas ou dormentes, pertencentes à Clientes externos.

Revisão do comportamento transaccional

No mês de Abril de 2022, a IFR compilou dados referentes ao período compreendido entre Dezembro de 2021 e Março de 2022, e por amostragem, seleccionou-se 30 funcionários para avaliar os seguintes aspectos:

- Existência de fonte alternativa de rendimento.
- Justificativa legítima da fonte alternativa de rendimento.
- Em caso de existência de actividade comercial externa, verificamos se a justificativa está de acordo com a declaração de Interesses Comerciais Externos (OBI).

Do teste realizado identificamos 1 Colaborador que não respondeu ao pedido de informação por ter saído da organização durante o período em análise. Em termos de respostas recebidas, não foram identificadas irregularidades. O IFR verificou que a maioria das justificativas para os recursos recebidos, para além do salário, envolveram apoio familiar, venda de bens e OBI declarado, representando 89% da amostra testada.

Análise transaccional de contas inactivas e dormentes

No mês de Maio, o IFR compilou dados referentes ao período compreendido entre Janeiro de 2022 e Maio de 2022, e com suporte de relatórios gerados pela tecnologia de automação existente no Standard Bank de Angola, seleccionamos 15 contas bancárias em estado inativo/adormecido, por amostragem, para avaliar os seguintes aspectos:

- Existência de alterações não autorizadas realizadas na conta bancária inactiva/dormente.
- Transação realizada durante o período de dormência/inactividade foi confirmada pelo Cliente.
- Período de dormência/inactividade comparado com Extrato Bancário das contas seleccionadas.

Do teste realizado, não identificamos nenhuma irregularidade, tendo em consideração que todas as transações realizadas nas contas inactivas e dormentes incluídas na amostra foram confirmadas pelos Clientes, proprietários das mesmas.

SUMÁRIO DAS INICIATIVAS E PROJECTOS DO COMPLIANCE

DATA	INICIATIVAS	ESTADO	VALOR	COMENTÁRIOS
2022	Criar um painel na ferramenta <i>workflow</i> , para que os membros do Comité de Alto Risco tenham acesso aos ficheiros a serem analisados pelo Comité	Em Curso	Melhorar o processo de aprovação de Clientes de alto risco	O objectivo desta iniciativa é automatizar a submissão de Clientes de alto risco ao Comité de Alto Risco.
2022	Automatização dos alertas legislativos	Concluído	Digitalização	Concluída a automatização a pesquisa e notificação de diplomas emitidos pelos reguladores, BNA, CMC, BODIVA, e ARSEG. Sempre que seja publicado um diploma na página da internet das entidades reguladoras supra mencionadas, o robot emite um alerta a informa que foi emitido um diploma e identifica a entidade que o emitiu.
2022	Disponibilizar na <i>intranet</i> do Banco a legislação e os regulamentos chave, bem como os alertas legislativos	Em Curso	Centralização do Cliente	Foi criado um repositório de legislação chave e resumos de alertas legislativos para permitir uma consulta fácil pelos intervenientes internos relevantes (BUs e CFs). Deverão paulatinamente ser incluídos os alertas legislativos no referido repositório.
2022	Ferramenta de Gestão de Partes Relacionadas	Em Curso	Digitalização	Desenvolvimento de uma aplicação de apoio à gestão da informação dos membros dos órgãos sociais e suas partes relacionadas, incluindo funcionalidades para elaboração de relatórios regulamentares e recolha de dados de outros sistemas bancários de forma a apoiar a execução do acompanhamento de transações relevantes.
2022	Inquérito de opinião para se ter a noção do que os funcionários entendem ser as responsabilidades da equipa, como avaliam o trabalho realizado pela mesma numa escala de 0 a 5 (sendo 0, muito mau e 5, muito bom) e receber críticas ou sugestões que possam existir.	Concluído	Melhorar processos e qualidade do serviço prestado.	Das respostas obtidas, verificamos que 81% dos participantes do inquérito demonstraram entendimento sobre as responsabilidades da equipa de investigação e Risco de Fraude, mas estamos cientes de que é necessária uma divulgação mais profunda do mandato e respectivas políticas. Em relação à qualidade do trabalho realizado, foi dada nota positiva "BOM" pelos participantes do inquérito.

FORMAÇÕES

No decorrer do ano de 2022, foram realizadas as seguintes sessões de formação ministradas através do Microsoft Teams, organizadas pela Direcção de *Compliance*:

DATA	TEMA	PÚBLICO ALVO
Janeiro	Política de Presentes e Entretenimento	Formação direccionada a todos os Colaboradores do Standard Bank de Angola
Janeiro	<i>Workshop</i> sobre o Manual da Metodologia do Universo Regulatório e Plano de Gestão de Risco de Compliance	Membros do Comité do <i>Combined Assurance</i>
Fevereiro	<i>Workshop</i> - Directiva No. 002/DSP/DRO/2019 (Prazo de Validade de Cartões de Pagamento)	Colaboradores afectos as diversas áreas às quais o diploma tem impacto
Março	<i>Workshop</i> sobre o Instrutivo 24/2021 (Limites de Valor em Operações Realizadas nos Sistemas de Pagamento)	Colaboradores afectos as diversas áreas às quais o diploma tem impacto
Março	<i>Workshop</i> sobre o Aviso 06/2020 (Concessão de Crédito aos Detentores de Participações Qualificadas)	Colaboradores afectos as diversas áreas às quais o diploma tem impacto
Maio	<i>Workshop</i> sobre o Instrutivo nº 10/2021 (Processo Interno da Avaliação da Adequação do Capital - ICAAP)	Colaboradores afectos as diversas áreas às quais o diploma tem impacto
Maio	<i>Workshop</i> sobre Instrutivo n.º 181/2021 (Processo Interno de Avaliação da Adequação da Liquidez – ILAAP).	Colaboradores afectos as diversas áreas às quais o diploma tem impacto
Maio	No segundo trimestre de 2022, a equipa de investigação e Risco de Fraude deu início as sessões de consciencialização sobre fraudes, nas quais, aproximadamente 200 funcionários foram expostos ao mandato e às políticas de investigação e Risco de Fraude, bem como a conceitos gerais de fraude.	Formação direccionada a todos os Colaboradores do Standard Bank de Angola

O modelo de Gestão de Risco

Visão Geral

O Standard Bank Angola adopta uma abordagem consciente, holística e transversal à gestão do risco, avaliando continuamente os riscos actuais a que se encontra exposto, bem como, os riscos emergentes, adoptando assim uma postura de rigor e transparência. O apetite e exposição ao risco é revisto regularmente, em resposta a mudanças no contexto operacional e do mercado em que opera.

Os principais riscos estão intrinsecamente ligados à natureza do negócio. Assim, geri-los com eficácia é essencial para proteger os interesses dos Clientes e accionistas e criar valor partilhado para os diversos *stakeholders*. De salientar que a Gestão de Risco é crucial na execução da estratégia do Banco.

As constantes mudanças na indústria e no ambiente operacional, dão origem a riscos emergentes cujo impacto potencial na estratégia e nas operações do Banco deve ser compreendido e gerido. Estes riscos são discutidos nos Comitês de Gestão e Governação, permitindo agir de modo a mitigar o seu impacto, tanto a nível financeiro, como reputacional. Com efeito, o SBA dispõe de processos internos apropriados, preparando o Banco para reagir, de forma adequada, aos riscos emergentes. O processo de identificação dos riscos emergentes continua a sofrer uma melhoria contínua, conduzindo assim a um reforço da cultura de risco em todo o Banco.

Os diferentes tipos de risco, tanto actuais como potenciais, são identificados, avaliados, acompanhados e mitigados com uma periodicidade regular e, consequentemente, são produzidos relatórios periódicos, avaliando a materialidade dos riscos detectados. Estes relatórios, não só cumprem com os requisitos internos do Banco, como também com as imposições estabelecidas na política de risco do Grupo Standard Bank.

De acordo com a estrutura do Banco, o Conselho de Administração é o responsável máximo pelo sistema de gestão de riscos do Banco, suportado por cada Director responsável pela sua linha de actuação, garantindo um desenho adequado e a operacionalidade dos controlos, com base nos requisitos e orientações do Grupo Standard Bank e tendo em conta o Aviso n.º 10/21.

O universo de risco do SBA é representado por aqueles que se apresentam como inerentes ao próprio negócio do Banco. Estes riscos encontram-se organizados em categorias; i) riscos financeiros; ii) riscos estratégicos; e iii) riscos não financeiros. Existe uma supervisão contínua do ambiente dos riscos a que o Banco se encontra exposto com objectivo de assegurar de forma eficaz a gestão de risco.

Governança e Estrutura de Gestão de Risco

O SBA dispõe de uma estrutura orgânica que assenta numa gestão de riscos avançada, preservando a independência da função e mantendo a proximidade necessária às áreas de negócio, onde o risco é originado.

De acordo com a estrutura do Grupo, o Presidente da Comissão Executiva é o responsável máximo pelo

Sistema de Gestão de Riscos do Banco, garantindo um desenho adequado e a operacionalidade dos controlos, com base nos requisitos e orientações do Grupo e tendo em conta o Aviso n.º 10/21 do BNA que entrou em vigor em 31 de Dezembro de 2021. O Administrador, com o Pelouro da Direcção de Risco, apoia o Presidente da Comissão Executiva (PCE) a

desempenhar a sua responsabilidade e faz parte de um órgão independente, responsável pela Função de Gestão de Riscos do Banco, tendo como principais objectivos a supervisão e avaliação do Sistema de Gestão de Riscos e o aconselhamento ao Conselho de Administração em matéria de Risco.

MODELO DE GESTÃO DE RISCO

ASSEMBLEIA GERAL

Conselho Fiscal

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Comité de Auditoria

Comité de Risco

Comité de Governança de Crédito

Comité de Gestão de Capital Humano

Comité de Engenharia

Comité de Nomeações e Remunerações

COMISSÃO EXECUTIVA

Comité de Gestão de Risco

Comité de Activos e Passivos

Comité de Risco de Crédito

Comité de Análise de Cliente de Alto Risco

Comité de Experiência do Cliente

Comité de Capital Humano

Comité de Risco de Conduta

Comité de Pricing

Comité de Novos Produtos

Comité de Projectos

Comité de Procurement

Comité de Controlo Financeiro

Comité de Governança de Dados e Informação

MODELO DE GESTÃO DE RISCO E ORGANIZAÇÃO

O modelo de gestão de riscos do SBA assenta em três linhas de defesa, visando garantir a independência e eficiência da gestão, e assegurar a monitorização e governação adequada dos diversos riscos, nomeadamente, Crédito, *Compliance*, Mercados, Taxa de Juro, Cambial, Liquidez, Operacional, Estratégico, Reputacional e Sistemas de Informação.

UNIVERSO DO RISCO

O universo de risco de um Banco representa os riscos que são inerentes ao negócio e podem ser classificados da seguinte forma:

1

Riscos financeiros

Alterações inesperadas nos mercados externos, preços, taxas e oferta e procura por liquidez. Os riscos financeiros incluem os riscos de crédito, de mercado e de liquidez, riscos de país e de seguro.

2

Riscos estratégicos

O risco de que o plano de negócio e estratégia futuros possam ser inadequados para evitar perdas financeiras ou proteger a posição competitiva e o valor para os accionistas. Inclui os riscos estratégico, de negócio e de reputação.

3

Riscos não financeiros

São considerados inerentes às operações de uma empresa. Geralmente, não tem uma vantagem financeira e nem sempre pode ser medido em termos financeiros, o que pode levar a graves danos reputacionais. Os riscos não financeiros normalmente excluem aqueles riscos que podem ser quantificáveis e mensuráveis, como os riscos de mercado, de crédito e de liquidez. Este tipo de riscos têm uma natureza complexa e por vezes apresentam uma sobreposição entre eles, como é o caso dos riscos de conduta, contraparte, cibernético, entre outros.

CICLO DE VIDA DO RISCO

Os vários riscos que um banco se encontra exposto são geridos ao longo do ciclo de vida do risco, da identificação até ao reporte. A avaliação de risco por parte do Banco inclui uma rigorosa quantificação dos riscos em condições normais e cenários de stress. O modelo de gestão de riscos do SBA baseia-se na identificação, avaliação, monitorização e mitigação dos riscos actuais e potenciais numa base contínua.

1

Identificação

As actividades de identificação de riscos possuem técnicas específicas definidas e têm por base a disponibilização de informação actualizada e correcta. Neste sentido, encontra-se definida uma estratégia de detecção de riscos e processos inerentes à mesma. Os processos são desenvolvidos analisando a informação recolhida das diversas áreas e tendo em consideração os indicadores e limites de risco do SBA.

2

Avaliação

Os riscos identificados são posteriormente hierarquizados de modo a proceder, de forma atempada, à sua avaliação. A avaliação desenvolvida encontra-se suportada por modelos de mensuração de risco que contemplam análises qualitativas e quantitativas que, por conseguinte, permitem perceber a probabilidade de ocorrência de perdas e respectiva magnitude. Adicionalmente, a avaliação dos riscos inclui a realização de exercícios de testes de stress.

3

Acompanhamento

De modo a assegurar a sustentabilidade e eficácia do modelo de gestão de risco este é regularmente revisto e actualizado em conformidade com as melhorias identificadas de forma a garantir a sua robustez e eficiência. O acompanhamento da exposição a cada risco encontra-se suportado por um processo sistematizado que inclui a elaboração de relatórios periódicos com base em informação fidedigna.

4

Mitigação

Após os procedimentos de comunicação dos riscos, são definidos, implementados e executados os controlos adequados à sua mitigação, permitindo a adopção de medidas correctivas face a factores externos ou internos.

APETITE AO RISCO

O apetite de risco é o nível de tolerância ou tipo de risco que o Banco está disposto a assumir na prossecução dos seus objectivos financeiros e estratégicos, reflectindo a sua capacidade de suportar perdas e continuar a cumprir as suas obrigações, tanto num cenário normal, como em condições adversas.

De forma a garantir um aumento da rentabilidade e um crescimento sustentável, é essencial garantir uma associação entre o apetite de risco e a estratégia definida pelo Banco, encontrando assim um equilíbrio adequado entre risco que o Banco está disposto a correr para atingir determinado retorno.

Para o primeiro semestre de 2022 o apetite de risco cobre três níveis diferentes:

Nível I: Dimensões de apetite de risco

- Capital regulamentar
- Capital económico
- *Stressed earnings*
- Liquidez

Nível II: Dimensões de apetite de risco, por tipo de risco

- Risco de crédito
- Risco operacional
- Risco de mercado
- Risco de taxa de juro
- Risco de liquidez
- Risco de negócio

Nível III: Limites de portfolio por tipo de risco

- Risco de crédito (rácio de perdas de crédito, crédito vencido, concentrações)
- Risco operacional (perdas de risco operacional (em %) para o total de rendimentos)
- Risco de mercado: (limites *Value at Risk* (VaR) e *Shareholder Value at Risk* (SVaR))
- Risco de taxa de juro (sensibilidade da taxa de juro)
- Risco de liquidez (rácio de financiamento estável líquido, rácio de cobertura das necessidades de liquidez)
- Risco do Negócio (relação custo-benefício)

STRESS TEST

O Banco está exposto a vários riscos decorrentes do ambiente em que opera. Os *stress test* é um exercício importante na gestão do risco e são utilizados para avaliar a sensibilidade do perfil de risco actual e futuro em relação a diferentes níveis de exposição ao risco.

Os stresses test são utilizados num conjunto de processos de tomada de decisão do Banco, incluindo:

- Planeamento estratégico e orçamentação financeira;
- O Processo de Auto-avaliação da Adequação do Capital Interno (ICAAP), incluindo planeamento e gestão de capital, e o estabelecimento de *buffers de capital*;
- O planeamento e gestão de liquidez;
- Informação sobre o apetite pelo risco do Banco;
- Identificação e mitigação proactiva dos riscos através de acções como a revisão e alteração de limites, limitação de exposições e cobertura;
- Facilitar o desenvolvimento de planos de mitigação do risco ou de contingência, incluindo planos de recuperação, através de uma série de condições de stress; e
- Apoiar a comunicação com as partes interessadas internas e externas.

O nosso programa de testes de *stress test* abrange vários níveis, desde o *business as usual* até à análise de vários cenários, desde o moderado ao extremo.

O programa de testes de esforço do Banco utiliza uma combinação de técnicas, incluindo análise de cenários, análise de sensibilidade e testes de esforço inverso para abordar diferentes realidades.

Os testes de esforço realizados no primeiro semestre de 2022, alinhados com os requisitos políticos e regulamentares, confirmaram que o impacto dos stresses test após consideração das acções de mitigação na demonstração de resultados, balanço e no capital do Banco está em linha com o nosso apetite para o risco.

O SBA geriu as métricas do seu apetite de risco dentro dos limites definidos, contudo nos casos em que não o é possível, as situações foram geridas pelos respectivos comités de acompanhamento, de forma a que voltassem a estar dentro dos limites de tolerância.

Há uma revisão contínua para garantir que os planos estratégicos, de capital e financeiros de curto e longo prazo do Banco estejam alinhados a propensão de risco. O apetite de risco também foi integrado no programa de testes de esforço do Banco, no sentido de garantir que os resultados dos testes obtidos encontram-se em linha com o Apetite de Risco definido.



Tipologia de Riscos

Como mencionado anteriormente, e de forma inerente à sua actividade, o Banco enfrenta diariamente um conjunto relevante de riscos sobre os quais dedica uma atenção e controlo permanente.

O SBA faz, anualmente, uma avaliação abrangente dos riscos a que se encontra exposto de forma a identificar aqueles que requerem uma maior atenção e acompanhamento devido ao seu potencial impacto nos objectivos estratégicos. O Banco analisa os principais factores de geração de risco e aplica controlos, de forma a minimizar os seus impactos, caso ocorra um evento desfavorável.

Os principais riscos identificados no primeiro semestre do exercício de 2022 foram: Crédito; Regulatório; Tecnologia; Cibernético e de Informação; Risco estratégico; Perturbações do Negócio; Conduta; Crime Financeiro e Pessoas.

O acesso à informação do Banco é um tema que requer a devida atenção, considerando o aumento significativo do uso de dispositivos móveis privados dentro das organizações. Considerando o risco iminente e a necessidade de proteger a informação, a Direcção de Sistemas de Informação implementou, proactivamente, em 2021, várias soluções de segurança tais como:

- **Actualizações de Vulnerabilidades Remota:** a solução permite a actualização de *patches* de segurança nos dispositivos usados por Colaboradores em regime de trabalho remoto.
- **Campanhas de Phishing:** Foi introduzida uma ferramenta que permite aferir o grau de susceptibilidade a ataques cibernéticos de *phishing*. A solução permite o envio de *targeted* emails para os Colaboradores e registo automático para formações de *phishing*.
- **Fraude:** o Banco já disponibiliza uma solução de Fraude interna, que foi desenvolvida via robótica, e que permite identificar transacções fraudulentas por parte dos Colaboradores.
- **Testes de Penetração:** testes de penetração ao novo canal digital, SB24, foram efectuados com um resultado positivo. Os mesmos validaram a capacidade do banco em operar a partir do seu site secundário, por um período de uma semana.

Risco de Mercado

O risco de mercado consiste numa alteração do justo valor, nos ganhos reais ou efectivos ou nos fluxos de caixa futuros de uma carteira de instrumentos financeiros, causados por movimentos adversos nas variáveis de mercado, tais como acções, preços de obrigações e mercadorias, taxas de câmbio e de juros, spreads de crédito, taxas de recuperação, correlações e volatilidades implícitas em todas estas variáveis.

A identificação, gestão, controlo, análise e reporte do risco de mercado são classificados da seguinte forma:

Risco de mercado na carteira de negociação:

Este risco surge em actividades de negociação em que o Banco actua como agente principal, sem intermediários, com os investidores. A política do Banco é que todas as actividades de negociação estejam contidas nas operações da Banca de Investimento e de Grandes Empresas (CIB).

Risco de investimento em acções na carteira bancária:

Este risco resulta de alterações de preços em investimentos em acções cotadas e não cotadas.

Risco Cambial:

Tem a sua génese na alteração do justo valor futuro dos fluxos de caixa, com diferentes níveis de exposição financeira, devido a alterações na taxa de câmbio subjacente.

Risco de taxa de juro na carteira bancária:

Este risco refere-se ao risco actual e/ou futuro para os ganhos e capital do Banco resultante de movimentos adversos nas taxas de juro que afectam as posições bancárias do Banco.

GOVERNAÇÃO

O Conselho de Administração aprova o apetite e os padrões de risco de mercado para todos os tipos de risco de mercado. O Conselho concede ao Comité de Activos e Passivos (ALCO) autoridade geral para assumir a exposição ao risco de mercado.

O ALCO define políticas de risco de mercado para garantir que a medição, produção de relatórios, monitorização e gestão do risco de mercado associado às operações do Banco seguem uma estrutura de governação holística. O ALCO é responsável por assegurar que o apetite de risco está em linha com o capital disponível, assim como as receitas orçamentadas/projectadas, as estimativas de negócios e a diversificação da carteira.

O ALCO reporta à Comissão Executiva (EXCO) e ao Comité de Gestão de Risco do Conselho de Administração.

A gestão de risco de mercado em Angola é efectuada com o apoio do Grupo Standard Bank para assegurar que os padrões do Grupo são respeitados e que os requisitos mínimos sejam alcançados.

A Unidade de Gestão de Risco, reporta directamente ao ALCO, é independente da actividade de negociação e controla as exposições ao risco de mercado decorrente da actividade do Banco. Esta Unidade monitoriza diariamente as exposições e respectivos excessos, reportando mensalmente ao ALCO, e numa base trimestral ao Comité de Gestão de Risco do Conselho de Administração.

POLÍTICAS DE RISCO DE MERCADO

A Política de Risco de Mercado pretende cobrir todo o risco de mercado incluído nas carteiras de justo valor através de resultados (FVTPL ou negociação), justo valor através de outro rendimento integral (FVTOCI) e custo amortizado do Banco.

Norma de Gestão de Risco de Mercado

A norma sobre risco do mercado garante que os riscos do mercado são claramente identificados, avaliados e geridos com prudência, garantindo, assim, que a mensuração, o reporte, a monitorização e a gestão do mesmo obedece a um quadro de governação comum ao Grupo e em cumprimento com a regulamentação angolana.

Procedimento de Backtesting

O Banco tem definidos procedimentos de Backtesting e estes devem ser efectuados em conjugação com a Política de Risco do Mercado, à qual está subordinado.

Princípios de VaR

O SBA tem princípios centrais que devem ser utilizados no cálculo do VaR e na elaboração dos correspondentes relatórios visando as actividades de negociação, sendo aplicáveis aos motores VaR existentes e aos novos implementados.

Procedimento de Testes de Stress

Existem procedimentos de testes de stress que devem ser conduzidos em complemento de outras medidas de análise do risco utilizadas pelo Banco de acordo a legislação em vigor, como o VaR e a sensibilidade a factores de risco do mercado.

TÉCNICAS PARA MEDIR E CONTROLAR O RISCO DE MERCADO

Posição cambial diária

O Conselho de Administração sob sugestão do ALCO define os limites para o nível de exposição por moeda, e para as posições *overnight* de forma agregada. Estes limites estão alinhados com os limites especificados pelo BNA que correspondem a uma percentagem do capital do Banco.

Value-at-Risk (VaR) diário

O VaR é uma técnica que estima as perdas potenciais que possam ocorrer em resultado de movimentos do mercado, durante um período de tempo específico e com uma probabilidade pré-determinada. Os limites definidos para o VaR e para a medição do nível de risco encontram-se estipulados para todos os riscos de mercado a que o Banco se encontra exposto. Para chegar a medidas quantitativas para o risco de mercado, o SBA utiliza, em condições normais de mercado, a abordagem do VaR histórico. Esta metodologia contempla dados históricos observáveis no mercado e, implicitamente a correlação de dados. Para operações em que existem posições não lineares consideráveis, este tipo de cálculo é mais rigoroso que a variação/co-variação, porque tem explicitamente em consideração efeitos de segunda e de terceira ordem.

A utilização do VaR histórico, no entanto, por se basear no pressuposto de que a volatilidade e preços futuros vão seguir a distribuição histórica observada, apresenta mais limitações do que quando se adopta uma simulação de Monte Carlo. São efectuadas simulações de Monte Carlo para complementar o cálculo do VaR e auxiliar a análise de novas transacções, sempre que necessário.

Backtesting do VAR

A área de Risco de Mercado testa o rigor da métrica VaR através de um processo de *backtesting*, ou seja, uma comparação ex-post da medida do risco gerado pelo modelo VaR com as alterações diárias efectivas do valor da carteira devido a alterações das variáveis do mercado, de acordo com o pressuposto de compra e detenção por 1 dia, seguindo o VaR do dia anterior. Os lucros ou perdas do *backtesting* baseiam-se em lucros ou perdas teóricas derivados dos movimentos de mercado e se calculam para 250 dias de negociação acumulados, com um intervalo de confiança de 95%. A Unidade de Risco reporta as excepções e respectivas justificações com uma periodicidade mensal ao ALCO.

Testes de Stress

Os testes de *stress* permitem quantificar as perdas potenciais que podem ocorrer em condições de mercado extremas, mas plausíveis. São um complemento a outras medidas de análise de risco utilizadas pelo Banco, como o VaR e a sensibilidade a factores de risco de mercado. O exercício de testes de *stress* praticado pelo SBA, para além de ser uma ferramenta crucial à gestão de risco interna do Banco, também responde às directrizes previstas no Instrutivo N.º 03/22 do BNA, que tem como objectivo uma gestão de risco eficaz e eficiente, bem como, salvaguardar a solvabilidade e liquidez das Instituições Financeiras que operam no Sistema Financeiro Angolano.

Point value 01 (Pv01)

O PV01 é uma medida de risco utilizada para avaliar o efeito de uma alteração de um ponto base, numa determinada taxa sobre o preço de um activo. Este limite é definido para as carteiras de rendimento fixo, de negociação no mercado monetário, de negociação de crédito, de derivados e de negociação cambial.

Outras medidas de risco de mercado

Algumas das medidas de risco de mercado, específicas para as Unidades de Negócio, incluem a utilização de instrumentos admissíveis, a concentração de exposições ou a automatização dos limites máximos e mínimos para a exposição ao risco de mercado. Por outro lado, apenas produtos que estejam aprovados e correctamente processados poderão ser alvo de negociação. Os modelos de *pricing* e as métricas de gestão de risco em vigor no Banco, desenvolvidas pelo SBA ou por entidades externas, são avaliados de forma independente pela área de Risco de Mercado, cujo parecer é decisivo para a sua posterior utilização. Para além disso, estes modelos são também alvo de acções de revisão periódica, de forma a assegurar a permanente aplicabilidade dos mesmos. Do mesmo modo, a área de Risco de Mercado avalia o preço líquido de fecho do dia dos *inputs* utilizados no *pricing* dos diferentes instrumentos, realizando uma revisão dos preços relativos dos instrumentos menos líquidos, numa base quinzenal. Sempre que sejam identificadas diferenças significativas são executados os ajustes *mark-to-market* necessários.

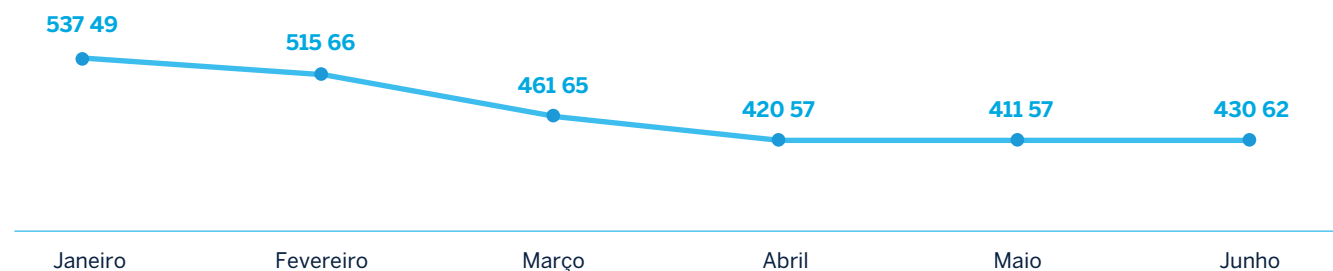
Monitorização e reporte

O controlo e acompanhamento do risco de mercado é realizado, diariamente pelas Unidades de Negócio, mensalmente pelo ALCO e trimestralmente pelo Comité de Risco.

RISCO CAMBIAL

As posições de câmbio do Banco surgem principalmente de actividades de negociação de câmbio, que são regidas por limites de posição aprovados pelo ALCO de acordo com a política de risco de mercado do Grupo Standard Bank e normas regulamentares. Esses limites de posição estão sujeitos a revisão, pelo menos anualmente, e as exposições cambiais são monitorizadas diariamente pela função de risco de mercado e revistas mensalmente para garantir vão ao encontro do apetite de risco aprovado pelo Comité. O gráfico abaixo apresenta o comportamento da taxa de câmbio AOA/USD durante o ano de 2022.

TAXA DE CÂMBIO MÉDIO MENSAL (KWANZAS/ USD)



Fonte: BNA

Risco de Crédito

O risco de crédito corresponde à probabilidade de incumprimento efectivo da contraparte e é um dos riscos mais relevantes da actividade do Banco. Dada a sua materialidade, a formalização de políticas, procedimentos, metodologias, ferramentas e sistemas, torna-se vital para assegurar a estabilidade financeira e a solvabilidade do Banco.

Os acontecimentos dos últimos anos, a nível global, levaram a que houvesse uma análise constante da carteira de crédito do SBA, tendo sido efectuadas revisões frequentes do risco assumido, por forma a garantir que o impacto da pandemia fosse gerido de forma adequada.

Para o SBA, a gestão deste risco baseia-se numa metodologia que abrange cada uma das fases do processo de gestão, entre elas i) Análise; ii) Aprovação; iii) Monitorização e, quando necessário, iv) Recuperação. Esta gestão difere entre Clientes “particulares” e “empresas”, sendo por isso efectuada a segmentação dos Clientes tendo por base:

- Recurso a sistemas internos de *rating* e *scoring* apropriados aos diferentes segmentos do negócio e utilização de um modelo de monitorização de *portfolio* de detecção antecipada de potencial risco de incumprimento;
- Estrutura sólida de análise e avaliação de riscos que abrange processos integrados de monitorização diária das exposições de crédito;
- Dedicação exclusiva de unidades estruturais para a reabilitação e recuperação de crédito em situações de incumprimento;
- Acompanhamento regular da evolução da carteira.

A exposição ao risco que o SBA se encontra exposto tem em consideração o seu apetite ao risco, a sua estratégia e as técnicas de mitigação existentes. Gerimos e alocamos capital de forma eficiente para acrescentar valor ao accionista, garantindo o cumprimento dos requisitos regulamentares de capital. Estes limites devem ser cumpridos nas medidas de concessão e gestão da carteira de crédito.

MODELO DE GOVERNAÇÃO

Com o objectivo de poder assegurar uma adequada gestão do risco, o modelo definido de gestão do risco de crédito, suportado numa organização matricial, está integrado na estrutura geral de controlo do Standard Bank de Angola, envolvendo todos os níveis que intervêm na tomada de decisões de risco, mediante a atribuição de funções, utilização de procedimentos, circuitos de decisão e ferramentas que delimitam claramente as responsabilidades.

O nosso sistema de gestão de risco é regido por comités de governação e documentos de governação. Os comités de governação estão em funcionamento tanto no nível do Conselho de Administração quanto na gestão. Esses comités têm mandatos e autoridades delegadas que são revistos regularmente. Os membros têm as habilidades e conhecimentos necessários para gerir riscos.

POLÍTICAS DE CRÉDITO

O SBA rege-se pela política do Grupo Standard Bank que estabelece e define os princípios e métodos de gestão utilizados na identificação, monitorização e reporte do risco de crédito.

A política do Grupo Standard Bank é transversal a todas as Unidades de Negócio e funções de apoio com actividades relacionadas com a gestão de risco de crédito e explicita, entre outros:

- Processos e princípios de avaliação e medição do risco de crédito
- Delegação de autoridade e poderes na gestão de risco de crédito
- Definição das principais responsabilidades
- Estrutura de reporte a utilizar

FACTORES DE RISCO DE CRÉDITO

01

Avaliação do risco de crédito

O SBA usa uma escala de classificação principal de 25 pontos para quantificar o risco de crédito para cada mutuário (classes de activos corporativos) ou facilidade de crédito (empréstimos especializados e classes de activos de varejo). As classificações são mapeadas para PDs (Probabilidade de *Default*) por meio de fórmulas de calibração que usam taxas de incumprimento históricas e outros dados do portfólio aplicável.

Quanto aos níveis de aprovação, são quantificados, tendo em consideração as classes de risco das contrapartes, sendo-lhes atribuída uma classificação de risco com a exposição ou limite de risco alocado.

Adicionalmente, o SBA definiu modelos de avaliação de crédito para atribuição do nível de risco para o segmento de Clientes empresa, tendo em consideração a opinião especializada do Analista de Crédito e alinhada às políticas e procedimentos internos.

02

Avaliação de garantias hipotecárias

O SBA tem um modelo de avaliação de garantias hipotecárias, em cumprimento com as orientações do BNA, que depende de pareceres externos especializados efectuados por peritos designados.

As suas avaliações devem ser realizadas de acordo com os métodos de avaliação já aprovados e utilizados pelo Banco, para que as garantias sejam consideradas como medidas mitigadoras de risco.

03

Aprovação de crédito

De forma a garantir que as Pessoas e Comités com qualificações cumprem os seus deveres, a delegação de poderes é definida na norma de crédito do Banco. Assim a eficiência operacional da concessão, gestão de contas e função de cobrança dos departamentos de crédito é otimizada.

Enquanto vigorar a nomeação de cada Pessoa para determinado cargo, os poderes são concedidos, individualmente.

A política esclarece ainda que de 2 em 2 anos devem-se a realizar testes regulares para que os mandatos de crédito sejam alocados aos devidos Colaboradores, com as qualificações necessárias.

04

Imparidades para crédito

O SBA calcula as imparidades para crédito através de um modelo interno em conformidade com a IFRS9.

Este modelo permite identificar a probabilidade de incumprimento da carteira (PD ou *Probability of Default*) e a sua percentagem de perda (LGD ou *Loss Given Default*).

Para cada Cliente que apresente um incumprimento igual ou superior a 90 dias, é realizada uma análise que determina o justo valor da carteira de crédito, considerando o valor actual dos *cash-flows* futuros estimados.

05

Risco de concentração

Com o intuito de salvaguardar potenciais incumprimentos dos requisitos regulamentares e/ ou os limites definidos pelo Conselho de Administração, para além da monitorização, o SBA avalia e reporta regularmente as grandes exposições de crédito, face ao nível de fundos próprios do Banco.

06

Monitorização e reporte do Risco de Crédito

Adicionalmente, para acompanhar a evolução do risco da carteira de crédito, o SBA adopta um conjunto de iniciativas:

- **Testes de stress:** é uma ferramenta chave de gestão dentro do Standard Bank Angola e é usado para avaliar a sensibilidade do perfil de risco actual e futuro em relação aos diferentes níveis de apetite de risco.

Estes testes são uma ferramenta chave de apoio para processos de negócio: (i) planeamento estratégico e financeiro; (ii) planeamento de gestão de capital; (iii) planeamento e gestão de liquidez; (iv) actualização e definição do apetite de risco; (v) identificação e mitigação pro-activa de riscos através de limites dinâmicos.

- **Análise/ impacto do risco de país à carteira:** prevê quais os Clientes da carteira de crédito que, numa eventual queda da notação de risco do país, terão impacto negativo.
- **Gestão de contratos:** monitoriza de forma contínua, os termos e condições dos contratos celebrados.
- **Avaliação de garantias:** actualiza as avaliações de garantias hipotecárias, alinhadas com as orientações estipuladas pelo BNA.



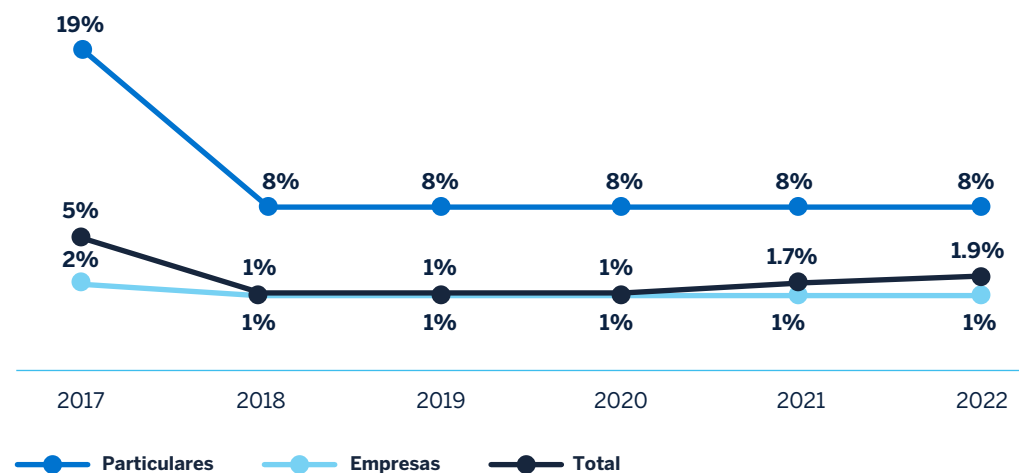
07

Qualidade de Crédito

O nível de provisionamento da carteira de crédito do SBA manteve-se nos de 2% o mesmo nível registado no exercício de 2021. Este resultado reflecte a manutenção do nível de incumprimento, resultado da adopção de medidas de risco preventivas e da revisão do apetite de risco de crédito do Banco para combater o contexto macroeconómico adverso.

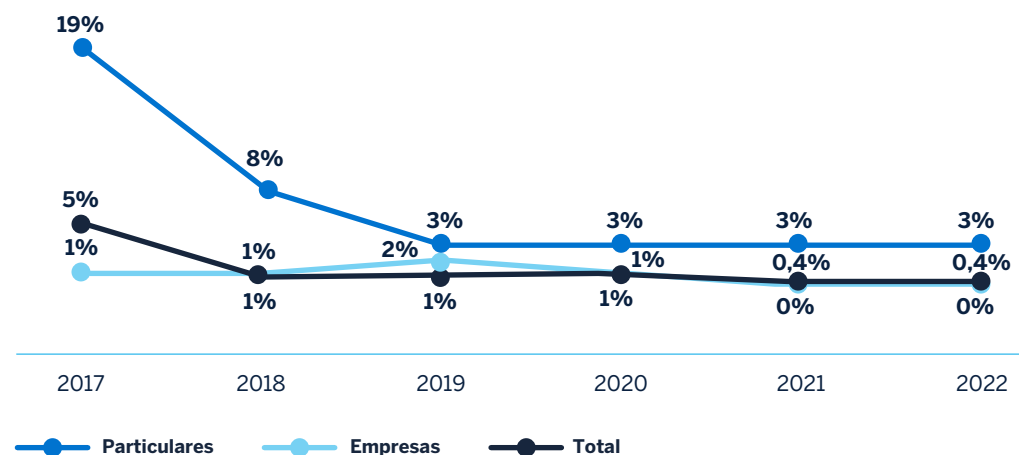
De realçar que a carteira de crédito de particulares tem um risco associado relativamente maior do que o segmento de empresas, no exercício de 2022 assistiu-se a uma ligeira deterioração do rácio de cobertura da carteira em 0,9p.p., atingindo os 8,9% em 2022, face aos 8% de 2021.

Paralelamente, o rácio de incumprimento superior a 90 dias da carteira de crédito, situou-se nos 0,12% para o ano de 2022, comparativamente a 0,33% em 2021. Contudo, observou-se uma ligeira deterioração do segmento de particulares no rácio de incumprimento acima de 90 dias, registando uma ligeira diminuição em 2022 de 1,5%, face a 3,6% registado em 2021. Estes valores resultaram de uma avaliação contínua e de uma adequada gestão do risco por parte do Banco.

COBERTURA DA CARTEIRA DE CRÉDITO

Fonte: Demonstrações financeiras 2022

Nota: Cobertura da carteira de crédito = Imparidade de Crédito / Crédito Total Bruto

INCUMPRIMENTO SUPERIOR A 90 DIAS

Fonte: Demonstrações financeiras 2022

Nota: Incumprimento superior a 90 dias = Crédito em Incumprimento com mais de 90 dias / Crédito Total Bruto

EXPOSIÇÃO AO RISCO DE CRÉDITO

Com base na qualidade de crédito, os contratos são categorizados de acordo com dois conceitos:

Incumprimento

- A definição de incumprimento, que desencadeia a classificação de imparidade de crédito (estágio 3), é baseada na abordagem e nas definições internas de gestão do risco de crédito. Embora a determinação específica de incumprimento varie de acordo com a natureza do produto, ela está em conformidade com a definição de incumprimento da Basel aquando dos seguintes eventos:
- Improbabilidade de pagamento do montante devido na data de vencimento ou pouco tempo depois deste, sem que a contraparte recorra a alienações de títulos (tendo indícios objectivos por base);
 - Quando a contraparte é devedora há mais de 90 dias.

Crédito vincendo (PL ou Performing Loans)

- Crédito ainda não vencido, que cumpre todas as obrigações e condições contratuais. Os créditos cuja monitorização não requer especial atenção, são classificados de 1 a 21 na escala do Banco, enquanto que os que necessitem de monitorização regular são dadas classificações de 22 a 25, aplicável à carteira do CIB;
- Créditos que sofreram falhas contratuais nos pagamentos estando há menos de 90 dias em falta. É esperado que o valor facial seja recuperado. Neste caso a probabilidade de perda é baixa, mas poderá ocorrer aquando da persistência de condições adversas.

Crédito em incumprimento (NPL ou Non-Performing Loans)

- Créditos onde são identificados indícios de incumprimentos pelo Banco, como a quebra de obrigações ou condições contratuais, ou a existência de prestações em dívida há mais de 90 dias.
- A tabela abaixo define a escala de scoring do Banco e é utilizada para garantir o alinhamento com as políticas de crédito do Banco.

	CLASSIFICAÇÃO	QUALIDADE DE CRÉDITO	MOODY'S INVESTOR SERVICES	STANDARD & POOR'S	FITCH
1-4	Investimento	Monitorização normal	AAA, AA1, AA2, AA3	AAA, AA+, AA, AA-	AAA, AA+, AA, AA-
5-7			A1, A2, A3	A+, A, A-	A+, A, A-
8-12			BAA1, BAA2, BAA3	BBB+, BBB, BBB-	BBB+, BBB, BBB-
13-21	Sub- investimento	Monitorização próxima	BA1, BA2, BA3, B1, B2, B3	BB+, BB, BB-, B+, B, B-	BB+, BB, BB-, B+, B, B-
22-25			CAA1, CAA2, CAA3, CA	CCC+, CCC, CCC-	CCC+, CCC, CCC-
INCUMPRIMENTO	Incumprimento	Incumprimento	C	D	D

Risco Operacional

O risco operacional é definido como o risco de perdas sofridas em consequência da inadequação, ou falha em processos internos, pessoas, sistemas ou de eventos externos. No Standard Bank Angola (SBA) o risco operacional é um dos subtipos de risco não-financeiro gerido e acompanhado pelo Departamento de Riscos Não-Financeiros.

Os outros subtipos incluem os Riscos Fiscal, de Conduta, de Modelo, Jurídico, de Pessoas, de Conformidade, Contabilístico, de Informação, Cibernético, Tecnológico, de Interrupção do Negócio, Controlo de Crimes Financeiros, Ambiental, Social e de Governação, Activos Físicos, Segurança e Protecção, de Terceiros e Processamento de Transacções.

GOVERNAÇÃO

O modelo de gestão do Banco testa a capacidade de resposta em situações de crise do negócio, desde a sua ocorrência até à recuperação da operacionalidade da actividade do Banco, e prepara respostas em casos de emergência.

O Banco dispõe de:

- Mecanismos de mitigação para eventos externos, nomeadamente mecanismos de segurança física e electrónica eficazes;
- Plano de continuidade de negócio, saúde e segurança no trabalho, com foco em programas de primeiros socorros e evacuação ou centros de dados alternativos;
- Registo de activos de informação do Banco, com as suas devidas classificações;
- Sistemas de detecção de fraude e branqueamento de capitais.

A função da gestão de riscos não-financeiros é independente da função de gestão do negócio e faz parte da 2ª linha de defesa do sistema de controlo interno, sendo responsável por desenvolver e manter o modelo de governação de risco operacional e facilitar a sua adopção.

Existem equipas dedicadas a cada Unidade de Negócio, bem como as áreas de especialização (ou seja, gestão de resiliência de negócio, gestão de risco de informação e gestão de risco de terceiros) que facilitam a adopção do modelo de governação de risco operacional.

O Departamento de Riscos Não-Financeiros monitoriza, supervisiona e reporta temas de risco operacional nos seguintes fóruns:

- Gestão de continuidade de negócio e risco de informação
- Comité de Gestão de Risco da Comissão Executiva
- Comité de Gestão de Risco do Conselho de Administração

DEPARTAMENTO DE RISCOS NÃO-FINANCEIROS

RISCO DE ACTIVOS FÍSICOS DE SEGURANÇA E PROTECÇÃO	RISCO DE DISRUPÇÃO DE NEGÓCIO	RISCO AMBIENTAL, SOCIAL E DE GOVERNAÇÃO	RISCO DE PROCESSAMENTO DE TRANSACÇÕES
Risco Legal	Risco Cibernético	Risco de Informação	Risco de Conformidade
Risco de Modelo	Risco de Tecnologia	Risco Tributário	Risco de Conduta
Risco Fiscal	Risco de Pessoas	Risco de Terceiros	Risco de Crimes Financeiros

POLÍTICAS DE RISCO NÃO-FINANCEIROS (INCLUÍDO OPERACIONAL)

O Banco tem uma preocupação crescente com a mitigação do risco operacional, com um investimento contínuo para aplicação/transposição das melhores práticas internacionais para a sua realidade. A gestão dos riscos não-financeiros no SBA, preconiza as políticas seguidas pelo Grupo e assenta, essencialmente, em pilares como:

- **Apetite de Risco**
- **Gestão de incidentes**
- **Avaliação de Controlos de Risco**
- **Indicadores Chave de Risco Operacional (KRI ou Key Risk Indicator)**
- **Análise de cenários de riscos e teste de esforço**

GESTÃO DE RISCO OPERACIONAL

O risco operacional tem vindo a ganhar cada vez mais destaque no sector financeiro, dada a sua importância face a potenciais impactos negativos resultantes de uma gestão danosa.

Por sua vez, o risco operacional impacta outros tipos de risco, como o de crédito e o de liquidez. Desta forma, é essencial para o Banco implementar mecanismos de gestão robustos e eficazes, de forma a minimizar a exposição a este risco.

Para a identificação, monitorização e mitigação do risco operacional, o SBA recorre a 4 instrumentos de gestão de risco:

- 01 Procedimento de gestão de incidentes:** procedimento que regula a identificação, registo, investigação, quantificação e reporte de incidentes de risco operacional e subsequente implementação de medidas correctivas. Os incidentes devem ser reportados em 48 horas e introduzidos numa aplicação informática que permite a sua gestão centralizada.
- 02 Key risk indicators (KRI):** implementação de indicadores-chave de risco operacional que permitem monitorizar adequadamente os níveis de risco a que o Banco se encontra exposto, bem como todos os processos dos controlos implementados.
- 03 Avaliação de Controlos de Risco:** metodologia de auto-avaliação de risco na qual são analisados os processos de negócio para identificar os riscos inerentes e actividades de controlo necessárias para a mitigação desses riscos.
- 04 Análise de cenários de risco:** ferramenta de abordagem de gestão avançado (AMA) para gerir o risco operacional. AMA é uma abordagem oficial do Grupo Standard Bank para o cálculo e alocação de capital de risco operacional.

1º. SEMESTRE DE 2022 EM ANÁLISE

Nos últimos meses, os tópicos a seguir moldaram a função, considerando um espectro mais amplo de riscos. A função de risco operacional passou por uma mudança estrutural com um foco mais directo em todos os riscos não financeiros:

- Avaliação de riscos mais voltado a cada categoria de riscos não financeiros, garantido assim uma cobertura mais ampla da gestão de riscos emergentes.
- O aprimoramento contínuo do sistema de Gestão de Riscos (RMP), como a automação do processo de resiliência do negócio, gestão de informação e gestão de risco de terceiros, ainda em curso.
- O Banco implementou uma política de trabalho híbrido para oferecer uma maior flexibilidade da gestão de tempo e bem estar dos seus Colaboradores, melhorando a qualidade de vida e entrega do trabalho pós pandemia.
- A implementação de uma nova estrutura de integração de novos fornecedores e a realização de uma análise e avaliação dos fornecedores considerados críticos. Isso permite que o Banco avalie sua capacidade de resposta em termos de gestão da continuidade do negócio, tratamento da informação, bem como os seus controlos ao nível da segurança física e electrónica.
- Revisão de políticas de risco não financeiro, planos de recuperação e gestão de informação e análise de dados para se alinhar com as novas mudanças estruturais e lições aprendidas com a pandemia para garantir que o Banco se mantenha resiliente para continuar a servir os seus Clientes.
- Revisão de Normas de seguro para garantir que o Banco e seus Colaboradores tenham uma maior cobertura de riscos a qual o Banco possa estar exposto.
- A melhoria contínua e implementação de trabalho remoto e acesso a plataformas digitais para apoiar uma transformação pronta para o futuro.
- Melhorias ao nível da análise da raiz de causa de incidentes materiais e apresentação do relatório dos comités relevantes, para evitar soluções robustas sejam implementadas no sentido de prevenir a ocorrência dos mesmos.

Risco de Taxa de Juro

Este risco refere-se ao risco presente e/ou futuro sobre os lucros e o capital do Banco, decorrente de movimentos adversos nas taxas de juro que afectem as posições da carteira bancária do Banco.

As alterações das taxas de juro afectam os lucros de um Banco, alterando o nível da margem financeira gerada a partir de activos, passivos e rubricas extrapatrimoniais sensíveis à taxa de juro. O valor económico de um Banco também é afectado quando as taxas de juro mudam, dado que o valor actual e as datas dos fluxos de caixa futuros se alteram, afectando assim o valor subjacente dos seus activos, passivos e rubricas extrapatrimoniais.

GOVERNAÇÃO

É da responsabilidade do ALCO definir as orientações de gestão de risco da taxa de juro na carteira bancária (*Interest Rate Risk of Banking Book – IRRBB*), de modo a salvaguardar a margem financeira e valor económico dos fundos próprios do Banco.

A IRRBB é gerida pela Direcção de Tesouraria e Gestão de Capital (TCM), que tem total responsabilidade pela monitorização e medição do risco de taxa de juro a que o Banco está exposto, para posteriormente reportar os resultados ao ALCO.

GESTÃO DO RISCO DE TAXA DE JURO

1

Risco de refixação

Surge aquando de divergências entre as maturidades residuais e/ ou de prazos de refixação da taxa de juro dos instrumentos financeiros.

2

Risco da curva de rendimentos

Sempre que existem alterações imprevistas na curva de rendimentos (taxa de juro) que têm consequências adversas no rendimento ou no valor económico do Banco. Ao contrário do risco de refixação, este admite a possibilidade de se verificarem alterações não paralelas na curva de rendimentos, constituindo, por isso, um refinamento de abordagem face ao anterior.

3

Risco de indexação

Consequência da correlação imperfeita entre as taxas recebidas e pagas nos diferentes instrumentos, que de outro modo têm características de refixação semelhantes, por dependência de diferentes indexantes.

4

Risco de opção

Resultado da inclusão de cláusulas de opção em instrumentos de balanço, ou nas contas extrapatrimoniais, que facultam ao proprietário não a obrigação, mas apenas o direito de comprar, vender, ou de alterar o fluxo financeiro associado a um instrumento financeiro.

PRINCÍPIOS DE GESTÃO DO RISCO DE TAXA DE JURO

Análise de Sensibilidade do Valor Económico

O valor económico do activo e passivo das Instituições Financeiras é afectado por variações nas taxas de juro do mercado. Este valor representa uma avaliação actual dos seus fluxos de caixa líquidos futuros.

Ao contrário da perspectiva de sensibilidade da margem de juros, a perspectiva do valor económico oferece uma visão mais abrangente dos possíveis efeitos e impacto das alterações das taxas de juro no longo prazo.

As alterações no valor económico por consequência do choque padrão das taxas de juro, serve de base para o cálculo do risco associado a este valor. Assim, é realizada uma quantificação dos efeitos das variações da taxa de juro no valor económico através da aplicação de ponderadores de sensibilidade para cada banda temporal.

Actualmente, o alerta de apetência de risco do valor económico do SBA é de 20% sobre os fundos próprios regulamentares do Banco.

Análise de estatística de gaps

Esta análise quantifica o impacto na margem financeira de juros, causado por alterações das taxas de juro.

Os activos, passivos e elementos extrapatrimoniais sensíveis a taxa de juro, são colocados em bandas temporais com base nas respectivas características de refixação da taxa de juro. Deste modo, o gap de refixação surge da subtração dos passivos em cada uma das bandas temporais aos activos correspondentes. Para dar um número aproximado da alteração na margem de juros, resultante do anteriormente referido movimento das taxas de juro, estes gaps podem ser multiplicados por uma suposta alteração nas taxas de juro. Contudo, não são especificados quaisquer limites de tolerância ou alertas de apetência ao risco, devido às limitações desta metodologia.

Análise de sensibilidade da margem financeira

Para quantificar a exposição prevista do Banco às taxas de juro, é utilizada uma previsão dinâmica e prospectiva da margem de juros.

Para tal, de forma a determinar o impacto que estas alterações possam ter na margem de juros futura, é necessária uma abordagem que envolve um balanço reinvestido e a previsão de cenários de taxas de juro.

Para calcular o impacto das alterações das taxas de juro na margem de juros e nos preços de mercado dos instrumentos da carteira bancária, devem ser considerados pelo menos 12 meses de previsão. Esta análise permite não só a interacção dinâmica de pagamentos e taxas de juro, como também captura o impacto das opções incorporadas e explícitas.

• Medição do Risco de Taxa de Juro na Carteira Bancária em Condições Normais de Mercado:

A exposição ao risco de taxa de juro na carteira bancária nos cenários de taxa de juro optimista, esperado e em baixa deve ser quantificado e relatado mensalmente ao ALCO. Estes cenários devem ser específicos para o tipo de moeda, seja nacional ou estrangeira, e basear-se em possíveis alterações das taxas de juro no curto prazo que poderão acontecer devido a aumentos ou cortes das taxas de referência pelo BNA e/ou alterações das taxas de juro de mercado no curto prazo.

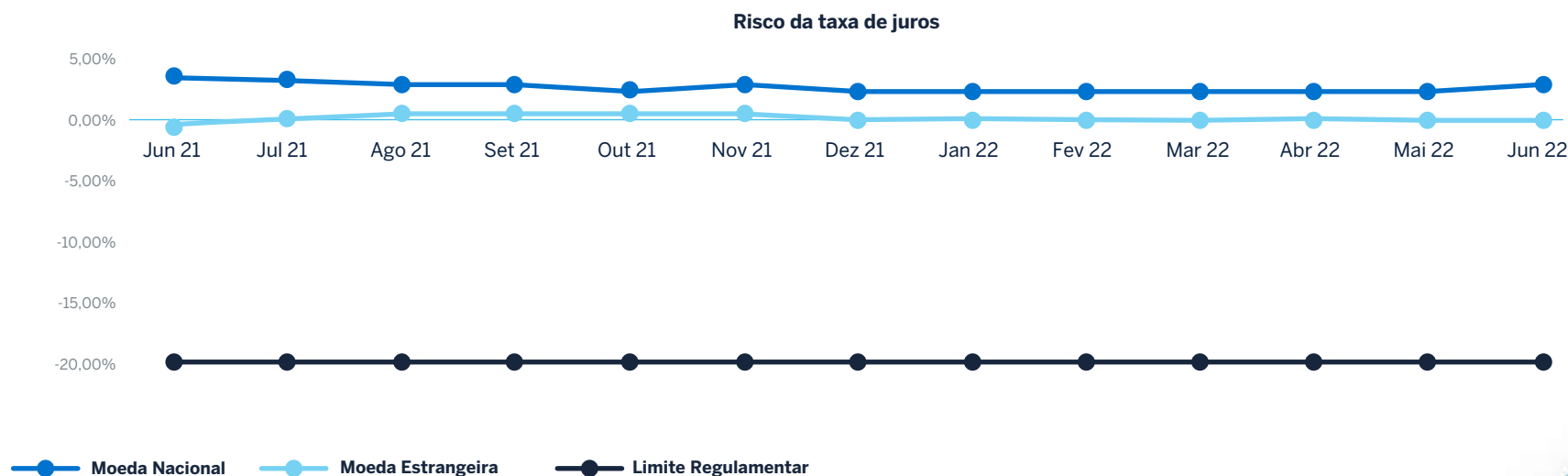
• Medição do Risco de Taxa de Juro na Carteira Bancária para Efeitos de Teste de Stress Macroeconómico:

Considerando os termos exigidos pelo regime de governação de testes de stress do SBA, os testes de esforço macroeconómicos devem ser realizados pelo menos uma vez por ano.

• Medição do Risco de Taxa de Juro na Carteira Bancária em Condições de Mercado Adversas:

Quantificação e relato mensal ao ALCO da exposição ao risco de taxa de juro na carteira bancária em condições de mercado adversas. Para esta análise são aplicados choques paralelos (*up and down*) de taxa de juro nos activos e passivos, que têm como limite de tolerância um máximo de alteração negativa igual a 10% da margem de juros prospectiva para 12 meses. O princípio orientador é que o choque de taxa de juro deve reflectir um ambiente de taxas razoavelmente incomum e adverso que seja suficientemente significativo para capturar, para além do delta, os efeitos das opções incorporadas e da convexidade existente nos activos e passivos do Banco.

IMPACTOS DA TAXA DE JURO



Segundo as tabelas acima, é possível constatar que em 2022, o impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juro nos fundos próprios regulamentares do Banco esteve dentro do limite de 20% tanto em moeda nacional, como em moeda estrangeira, neste caso o dólar americano (que continua a ser a única moeda estrangeira, cujos elementos expostos ao risco de taxa de juro representam mais de 5% da carteira bancária).

Para além do requisito de reporte de risco de taxa de juro na carteira bancária ao Banco Nacional de Angola, o Banco deve também reportar, ao ALCO local e do Grupo, métricas internas de risco de taxa de juro na carteira bancária e, para efeitos de consolidação por parte do Grupo Standard Bank, o Banco deve reportar o risco de taxa de juro de acordo com os requisitos do regulador sul-africano (SARB) que tem Basileia III como base.

De acordo com os requisitos do regulador sul-africano, os fluxos de caixa esperados dos activos e passivos são agrupados na respectiva banda temporal tendo em conta a data de refixação (para os instrumentos de taxa variável) ou maturidade contratual (para os instrumentos de taxa fixa) e isto permite determinar os gaps de taxa de juro para cada uma das bandas temporais.

Consiste numa previsão dinâmica e prospectiva da margem financeira para quantificar a exposição antecipada do Banco à taxa de juro. Envolve a previsão de alterações da estrutura do balanço e dos cenários de taxa de juro, para determinar o efeito que estas alterações possam ter em receitas futuras. A análise é realizada para condições de mercado normais e para condições de mercado extremas.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como o risco de que o Banco, embora solvente, não possa manter ou gerar recursos financeiros suficientes para atender às suas obrigações totais de pagamento na maturidade, ou só o possa fazer em termos materialmente desvantajosos.

Risco de liquidez de financiamento

Representa o risco dos financiadores do Banco retirarem ou não renovarem o seu financiamento.

Risco de liquidez de mercado

Associado ao risco de transformar activos líquidos em ilíquidos, por ocorrência de uma perturbação generalizada dos mercados, que leve a potenciais perdas, como consequência da venda forçada de activos que resulte em rendimentos abaixo do seu justo valor de mercado.

GESTÃO DE RISCO DE LIQUIDEZ

01

Gestão tática de liquidez (curto prazo)

- Gestão diária de liquidez
- Gestão de fluxos de caixa de curto prazo
- Monitorização dos requisitos de caixa

02

Gestão estrutural de liquidez (longo prazo)

- Garantia de estrutura apropriada do balanço
- Determinação e aplicação do perfil comportamental
- Gestão dos fluxos de caixa de longo prazo
- Indicação dos requisitos de fundos a longo prazo
- Garantia de preços de transferência de fundos (FTP)

03

Gestão contingente do risco de liquidez

- Monitorização e gestão de indicadores antecipados de alerta
- Estabelecimento e manutenção de um plano formal de contingência de liquidez
- Realização de testes de esforço de liquidez regulares e análise dos diversos cenários

A gestão de liquidez do Banco foi criada para garantir uma gestão completa e ampla do risco de liquidez, de forma a garantir o cumprimento dos rácios prudenciais e dos requisitos internos mínimos (em ambas as moedas nacional e estrangeira).

Para cada moeda material (quando os depósitos totais específicos nesta moeda excederem 5% do total do passivo relacionado com Clientes) são calculados os seus limites de tolerância, alertas de apetência de risco, elementos de monitorização e os requisitos adicionais.

GOVERNAÇÃO

É responsabilidade do ALCO estabelecer as linhas orientadoras de gestão do risco de liquidez, de forma a proporcionar a gestão dos recebimentos e pagamentos adequada e atempada.

Para tal, a TCM responsabiliza-se pela gestão do risco de liquidez, monitorizando e medindo o risco de liquidez a que o Banco está exposto e reporta os resultados ao ALCO.

Princípios de Gestão de Risco de Liquidez

- Teste de esforço de liquidez e teste de cenário;
- Gestão do desfasamento estrutural de liquidez;
- Rácio de financiamento a longo prazo;
- Manutenção de níveis mínimos de activos líquidos;
- Restrições à concentração de depósitos;
- Testes de Esforço e análises de cenário;
- Planos de contingência de liquidez;
- Rácio de transformação dos depósitos em moeda local;
- Rácio de transformação dos depósitos em moeda estrangeira;
- Dependência do mercado interbancário;
- Gestão de liquidez intra-diária;
- Gestão de garantias (colaterais);
- Gestão do fluxo de caixa diário;
- Preços de transferência de fundos (FTP);
- Planos de financiamento;
- Quantificação do risco de financiamento

POLÍTICA DE RISCO DE LIQUIDEZ

Norma de Risco de Liquidez

Determina e define os princípios em que o SBA assume riscos de liquidez, assim como o quadro geral para governação, identificação, mensuração, monitorização, gestão e reporte de forma consistente e uniforme.

Política de Risco de Liquidez

Estabelece os princípios de gestão de risco de liquidez concretos para o Banco, em conformidade com a norma de risco de liquidez definida pelo Grupo Standard Bank.

Documento de métodos de criação do perfil comportamental face ao risco de liquidez

Para a análise de risco de liquidez, tem como objectivo identificar um perfil de maturidade dos activos e passivos.

Gestão do desfasamento estrutural de liquidez

Tem como objectivo medir a liquidez do Banco, através das diferenças entre as entradas e saídas de caixa, dentro de bandas temporais diferentes (assumindo uma escalada de maturidades limitada aos 12 meses).

A medição desta liquidez, é feita através dos fluxos de caixa ajustados ao perfil comportamental dos activos e passivos. De acordo com a sua probabilidade de vencimento, estas são enquadrados nas diversas bandas temporais.

De forma a evidenciar potencial risco de liquidez, antecipando as disparidades entre as entradas e

saídas de caixa, a análise do desfasamento estrutural é feita regularmente.

Para tal, a posição de liquidez do Banco é avaliada através do desfasamento cumulativo líquido, em cada banda temporal, como percentagem do total do passivo relacionado com Clientes – através das saídas agregadas de fluxo de caixa subtraídas às entradas agregadas em cada banda temporal.

De forma a restringir este desfasamento acumulado nas diferentes bandas temporais, o Banco define limites internos.

Plano de contingência de liquidez

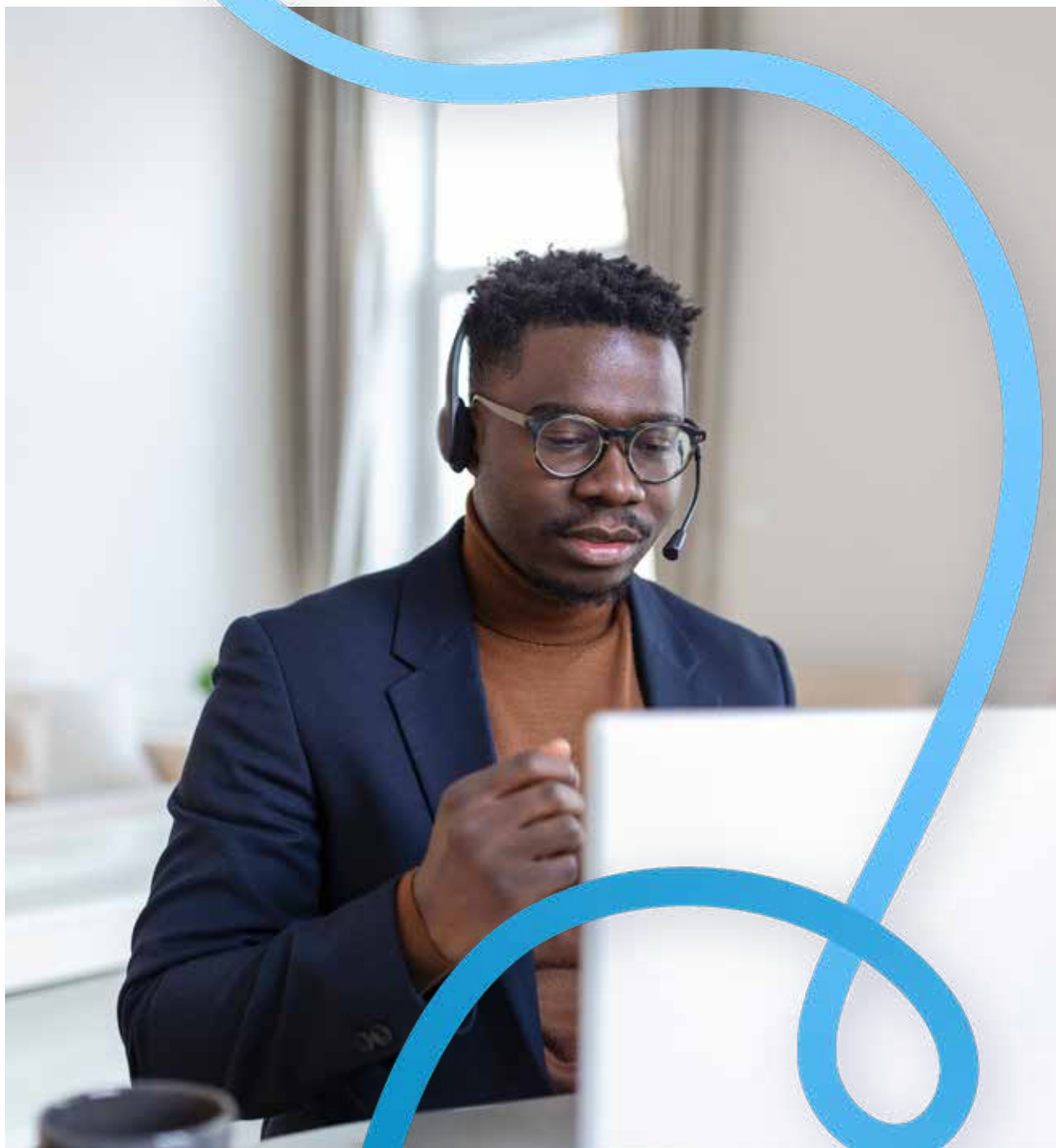
Pretende garantir a disponibilidade adequada de liquidez durante situações adversas e proporcionar um mecanismo de resposta pré-planeado para gestão das eventualidades temporárias e de longo prazo.

Adicionalmente, tem como objectivo servir como mecanismo de resposta pré-planeado de gestão de potenciais situações adversas. Incorpora os diversos elementos que permitem identificar, avaliar, comunicar e remediar um evento de crise de liquidez, para que desta forma o Banco possa ter acesso a uma resposta rápida e eficaz durante períodos de crise de liquidez.

Assim que revisto pela TCM e aprovado pelo ALCO, o plano deve ser formalmente reconhecido e adoptado pelo Conselho de Administração do Banco.

Processo de Avaliação da Adequação Interna de Liquidez (ILAAP)

O processo de avaliação da adequação interna de liquidez (ILAAP) segundo o Instrutivo N° 11/2021, visa assegurar uma gestão prudente do risco de liquidez



através da identificação, quantificação e controlo do risco de liquidez em diferentes horizontes temporais garantindo, desta forma, níveis adequados de liquidez. Adicionalmente, é mantida uma carteira de activos líquidos de alta qualidade e livre de encargos, por forma a resistir a uma série de eventos de esforço, incluindo os que envolvem a perda ou deterioração de fontes de financiamento seguras e não seguras. Assim, para além da monitorização frequente da liquidez (diária/semanal) através da ferramenta EWIS e dos indicadores de liquidez definidos no RAS, existe uma monitorização mais conservadora de indicadores específicos no âmbito do exercício ILAAP.

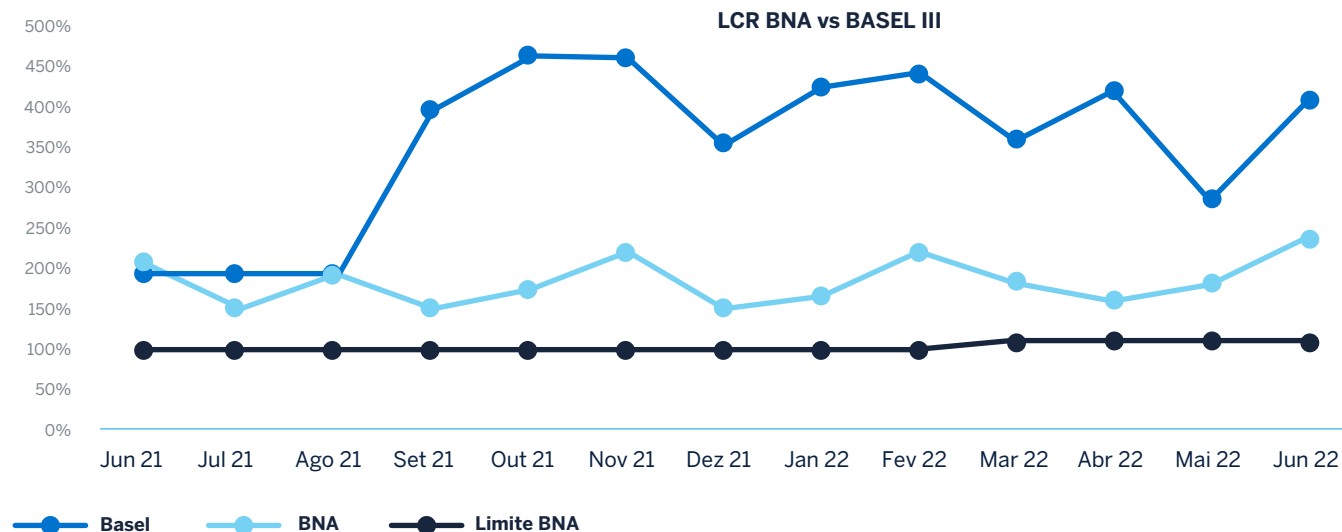
O ILAAP é conduzido pelo Conselho de Administração do SBA, directa ou indirectamente através de Comité especializado.

Monitorização do rácio de liquidez BNA e Basileia III

O reporte dos rácios de liquidez deve ser feito ao BNA, de acordo com a legislação local, Instrutivo Nº14/2021 de 27 de Dezembro, e ao regulador de África do Sul (SARB ou South African Reserve Bank), de acordo com Basileia III.

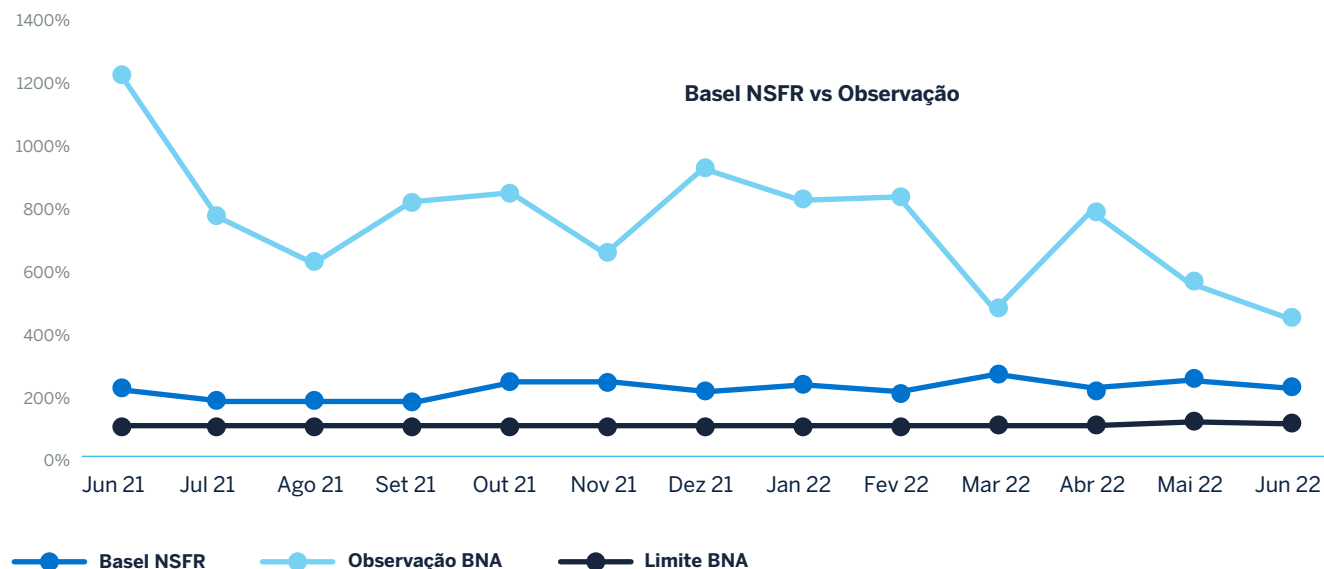
Na metodologia Basileia III, o objectivo do rácio de cobertura de liquidez é promover a resiliência dos activos líquidos de curto prazo, ao reconhecer o valor dos títulos na íntegra no seu método de cálculo. Por outro lado, a legislação angolana tem como objectivo garantir que o Banco detém os activos líquidos suficientes para fazer face às suas necessidades de liquidez de curto prazo, através do rácio entre os activos líquidos e a diferença entre as saídas e entradas de fluxo de caixa.

RISCO DE LIQUIDEZ: BNA E BASELEIA III



O Banco reporta o rácio de observação em conformidade com o Instrutivo n.º 14/2021 do BNA. Adicionalmente, calcula o Rácio de Financiamento Líquido Estável (NSFR) de acordo com a estrutura de Basileia III, tanto para os balanços patrimoniais em moeda nacional como para estrangeira, para reporte ao Grupo. O gráfico acima mostra a variação de ambos os rácios do SBA, ao longo do ano de 2022.

RÁCIO DE OBSERVAÇÃO: BNA E BASELEIA NSFR



Encontram-se de seguida os princípios internos com maior influência na actividade de gestão de liquidez do Banco:

Teste de Esforço de liquidez e análise de cenários

Realização de testes de esforço de liquidez internos para identificar eventuais fontes de crise de liquidez e assegurar que as exposições actuais estão dentro dos limites de tolerância e do perfil de risco definido pelo Banco. Estes incluem cenários sistémicos e específicos ao Banco (individualmente e combinados, sempre que possível).

Tanto os testes de esforço como a análise de cenários são baseados em episódios históricos e hipotéticos, devendo estar sempre em conformidade com os requisitos regulamentares, quando aplicável.

Apesar do Banco monitorar o rácio de liquidez diariamente, de acordo com o Instrutivo n.º 3/22 e a Directiva nº02/2022 do BNA, o Banco deve realizar testes de esforço anualmente de forma a ter uma gestão do risco efectiva e eficiente, bem como salvaguardar liquidez, assim como apoiar no processo de planeamento e gestão do capital e da liquidez e outros.

Para tal, é feita uma análise de cenário aplicando os resultados ao balanço do Banco com objectivo de aferir como é que potenciais variações afectariam os rácios de liquidez numa perspectiva futura.

O quadro abaixo ilustra a posição de liquidez no final de Junho 2022 e as posições de liquidez futuras após as variações no balanço resultantes dos cenários identificados.

RESULTADOS TESTE DE ESFORÇO

	AOA	USD
Rácio Liquidez / Dez 2021	130%	198%
Rácio de Liquidez em esforço / Dez 2022	121%	198%
Rácio de Liquidez em esforço / Dez 2023	123%	177%
Limite de tolerância	110%	160%

Face ao exposto, podemos verificar que o rácio de liquidez continuará muito acima do limite de tolerância (110%), o que significa, que num cenário de esforço o Banco ainda conseguiria honrar com as suas obrigações nos respectivos períodos 2022 e 2023, como resultado de uma gestão efectiva da liquidez e das políticas internas e externas que obrigam ao Banco a manter o mínimo de activos líquidos que corresponda às saídas líquidas em cenários atípicos tanto no mercado quanto no próprio Banco.

Manutenção de níveis mínimos de activos líquidos

Com o objectivo de manter os requisitos prudenciais e de teste de esforço interno, o Banco mantém um *portfolio* de activos líquidos, podendo desta forma proteger-se contra perturbações inesperadas nos fluxos de caixa.

O valor agregado dos activos líquidos do SBA não onerados, às cotações de fecho do dia menos um desconto de venda forçada, deve sempre ultrapassar o maior entre 5% dos passivos relacionados com os Clientes e ainda, o limite prudencial imposto pela entidade reguladora.

A tabela seguinte apresenta os activos líquidos (milhões de AOA) do Banco a 30 de Junho de 2022:

ACTIVOS LÍQUIDOS

	MOEDA NACIONAL	MOEDA ESTRANGEIRA
Notas e Moedas	9,31	3,23
Disponibilidade no BNA	19,98	79,15
Contas Nostro	–	70,72
Aplicações em Instituições de Crédito (até 1 mês)	109,78	–
Aplicações em Títulos	187,15	–
Total de Activos Líquidos (TAL)	216,44	153,11
Mínimo (TPRC x5%)	27,94	12,08
TAL/ TPRC	39%	63%
Total do Passivo Relacionado com o Cliente (TPRC)	559	242

Risco Reputacional

O risco reputacional é o dano real ou potencial para a imagem do Banco, que pode prejudicar a rentabilidade e a sustentabilidade dos seus negócios. Esses danos podem resultar numa quebra de confiança ou relações de negócios por parte dos Clientes, contrapartes, accionistas, investidores ou reguladores, bem como partes sociais interessadas mais amplas que podem afectar negativamente a capacidade do Banco de manter relacionamentos existentes ou gerar novos relacionamentos e acesso continuado a fontes de financiamento. O SBA tem valores e um código de ética definidos, os quais fornecem orientações sobre os comportamentos e tomada de decisão que auxiliam a gestão do risco reputacional.

O principal objectivo do SBA é manter o foco na excelência do serviço prestado junto do Cliente e impulsionar melhorias constantes na experiência do mesmo. Neste sentido, há uma constante preocupação com a dimensão de riscos reputacionais.

Com o intuito de garantir que as actividades de potencial impacto nos Clientes estão alinhadas com os procedimentos internos do Banco, é adoptado um guia interno com os procedimentos e legislação associadas.

Deste modo, o SBA consegue gerir as situações de risco reputacional a que se encontra exposto, minimizando a percepção negativa dos stakeholders. De entre os diversos métodos de gestão do risco reputacional, o Código de Ética do Banco é essencial como forma de mitigação do risco reputacional e é um ponto de referência para todos os Colaboradores do Banco. A Comissão Executiva é o último responsável pelo cumprimento do Código de Ética.

GOVERNAÇÃO

A área responsável pela gestão de risco reputacional procura identificar potenciais situações com impacto para o Banco e promove diversas actividades que garantam uma adequada gestão do risco reputacional.

Adicionalmente, a gestão das reclamações efectuadas pelos Clientes, é feita pela área do Service que pertence ao *Experience – Client Solutions*, garantindo uma resolução eficaz através da identificação da causa e respectivos planos de acção, por forma a que não existam recorrências, assegurando, assim, a satisfação contínua dos Clientes.

O Banco pretende conhecer e satisfazer continuamente as necessidades dos Clientes e contribuir para a eliminação do risco reputacional que possa estar associado à qualidade dos serviços. Com base nas estratégias dos vários departamentos e segmentos, foram criados e implementados, em 2019, diversos mecanismos que possibilitam monitorizar e avaliar as várias actividades e serviços prestados.

OS PRINCIPAIS PILARES DA GESTÃO DO RISCO REPUTACIONAL



Código de Ética

De modo a assegurar que os seus Colaboradores actuam em conformidade com os princípios e valores do Banco, existe um Código de Ética de referência. Este documento é apresentado a todos Colaboradores no âmbito do programa de acolhimento.



Brand Awareness

A área de Relações Institucionais gere a marca SBA, identifica e avalia quaisquer notícias que envolvam o nome do Banco e possa impactar a sua actividade e/ ou reputação. Deste modo, o Banco consegue actuar com eficiência perante quaisquer acontecimentos que envolvam, de forma menos positiva, o nome da Marca.



Gestão de Reclamações

Sendo a prestação de um serviço de excelência ao Cliente um aspecto primordial da estratégia do Banco, é dada especial atenção à gestão de reclamações, identificando e acompanhando as causas da reclamação e garantindo o cumprimento do prazo de resposta e resolução estabelecido no Aviso n.º 12/16 do BNA. Esta Gestão é feita pela área de Qualidade de Serviços.

QUALIDADE DE SERVIÇOS

A área de Qualidade de Serviços do SBA tem como foco principal, proporcionar uma experiência positiva aos nossos Clientes, sempre que estes interajam connosco, conseguindo ultrapassar positivamente as expectativas do Cliente e garantir um atendimento de excelência.

A Voz do Cliente

Para o Banco prestar um serviço de Excelência é necessário ouvirmos a Voz do Cliente. O SBA possui mecanismos de avaliação da Satisfação do Cliente. Esta avaliação é feita anualmente usando várias ferramentas internas e externas, desde estudos como o NPS, CSI, ABT, eNPS, Cliente Mistério, Focus Group e inquéritos de satisfação, permitindo-nos conhecer as necessidades dos Clientes, as suas ambições e preocupações. Associado a este sistema de avaliação está implementada uma plataforma do *Sales Force*, o *Service Cloud*, que permite fazer a gestão de todas as reclamações e pedidos de serviços.

Através da análise dos dados provenientes dos sistemas acima mencionados, são elaborados planos de acção direccionados a cada situação de forma a assegurar a não existência de recorrências e, consequentemente, reduzir exponencialmente a probabilidade associada ao risco reputacional dos serviços prestados pelo Banco.

Métodos e sistemas de transacção

Avaliação da eficiência e eficácia dos diversos sistemas de transacção, nomeadamente:

- Automatização de processos;
- Redefinição de SLAs, priorizando as necessidades dos Clientes;
- Métricas de *Turn Around Time* (TAT);
- Dinamizar o uso das plataformas digitais disponíveis e dos serviços associados através de campanhas alinhadas com as áreas de negócio e os pilares estratégicos do Banco.

Reclamações, pedidos de serviço e de esclarecimento

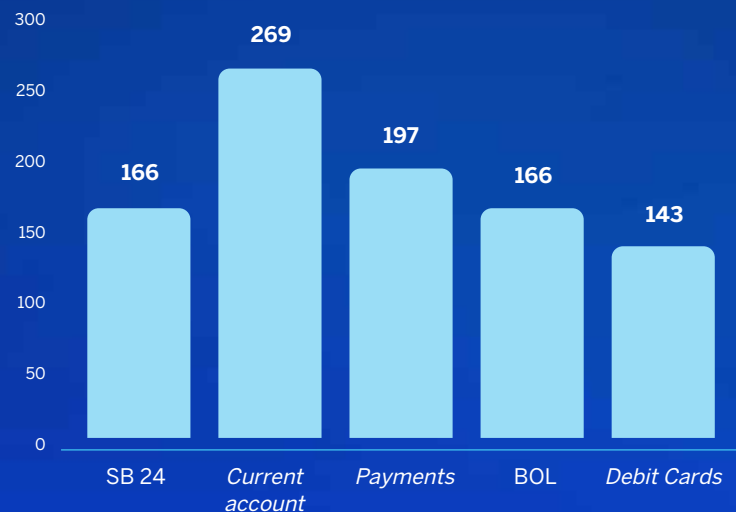
Através das reclamações e ou pedidos de serviço, identificam-se falhas humanas, processuais e tecnológicas, o que permite identificar oportunidades de melhoria. Através desta identificação de oportunidades de melhoria, é possível implementar alternativas em colaboração com todas as partes envolvidas.

Eficiência dos sistemas

- Análise da operacionalidade dos sistemas do Banco (*uptime* e *downtime*);
- Análise do funcionamento de ATMs;
- Acompanhamento e monitorização de todas as solicitações de serviços e reclamações no sistema *Service Cloud* / QRM;

1º SEMESTRE DE 2022 EM ANÁLISE

Top 5 Reclamações por Produto



Os números apresentados abaixo fornecem a clara perspectiva da qualidade do serviço prestado pelo SBA, onde o total de reclamações tem um peso de 1,5% no universo total de Clientes Activos .



Clientes Activos

69 588



Total Reclamações

1 066

Peso

1,5%

Risco de *Compliance*

O Risco de *Compliance* compreende a ocorrência de sanções legais ou regulamentares que pode resultar em perdas financeiras materiais ou na perda da reputação do Banco devido à incapacidade de cumprir leis, regulamentos, regras e normas de conduta aplicáveis à sua actividade.

A abordagem proactiva do Banco na gestão do risco de *Compliance* está alinhada com os padrões do Grupo Standard Bank, que se baseiam em princípios e requisitos regulatórios internacionais.

O objectivo da função de *Compliance* é alcançado através da adopção da abordagem baseada no risco que permite ao Banco identificar, gerir e mitigar eficazmente o risco de *Compliance*. Paralelamente aos procedimentos internos adoptados pelo SBA, a comunicação regular e transparente, assente na confiança mútua com os órgãos reguladores, é uma mais-valia na gestão deste risco.

GOVERNAÇÃO

Realizado de forma contínua, este trabalho envolve a validação periódica da aderência ao material de maior risco, legislação aplicável, políticas, normas e padrões. O *scope* de tais actividades de monitorização e teste garante que o Banco cumpra, continuamente, com os seus riscos materiais de conformidade. Esta monitorização de rotina inclui os seguintes procedimentos:

- Conclusão da formação de *Compliance* para todos os Colaboradores;
- Declaração de contas de negociação e contas de funcionários para garantir que seja limitada a negociação e os conflitos de interesse;
- Cadastro e processos de “presentes” e “entretenimento”;
- Declaração de interesses comerciais externos.

AValiação DE RISCO DE *COMPLIANCE*

A avaliação de risco de *Compliance* no SBA, inicia-se com a identificação dos riscos associada a cada actividade. Neste processo, é determinado o âmbito do risco de *Compliance* aplicável às respectivas actividades, por forma a auxiliar as unidades de negócio a priorizar as estratégias de gestão do risco de forma adequada.

É efectuada a quantificação do risco de *Compliance*, através da determinação do impacto, que descreve a gravidade ou significância do requisito de *Compliance* e da probabilidade de ocorrência, tendo como referência o ambiente de controlo actual do Banco.

Desta forma, o processo de avaliação de risco de *Compliance*, identifica o nível de risco de *Compliance* a que o Banco se encontra exposto e estabelece o que pode levar ao não cumprimento do requisito. Possibilita ainda a indicação da medida em que os requisitos de *Compliance* estão a ser geridos no Banco e é uma fonte de referência para os planos e testes de monitorização deste risco a serem realizados.

Foco para 2022

O SBA destaca um conjunto de dimensões a serem endereçadas em 2022, no âmbito da função de risco:

01 | Implementação de ferramenta online de prevenção de fraudes para monitorizar contas e canais digitais.

02 | Implementação de ferramenta de avaliação de risco fiscal com capacidade em tempo real de revisão da base de Clientes.

03 | Implementação de um sistema de classificação automática da informação produzida, de forma a garantir que a informação sensível não seja partilhada com pessoas indevidas ou fora do Banco.

04 | Implementação de uma estrutura de risco de conduta e formação de um comité de risco de conduta.

05 | Implementação e incorporação de sistema de gestão de risco de terceiros e avaliação de fornecedores, para avaliar a sua resiliência cibernética, por forma a rever e avaliar consistentemente os fornecedores considerados críticos.

06 | A Cibersegurança é um tópico de extrema importância no mundo digital de hoje. O crime cibernético tem aumentado exponencialmente nos últimos anos, especialmente no sector financeiro, que continua como o mais atacado. O investimento em cibersegurança irá continuar sob a forma de um programa que contempla campanhas de *awareness*, formações para Colaboradores e a implementação de projectos específicos para proteger os canais do Banco.

3.4. Excelência Operacional



Soluções para Clientes

Visão Geral

Derivado de um processo de transformação organizacional cujo propósito incide em uma aposta num modelo de negócio assente em plataformas, e de forma a proporcionar uma experiência mais integrada, instantânea e com uma proposta de valor superior, aos Clientes e PARceiros do SBA, nasce uma nova Direcção dentro do Standard Bank de Angola – a Direcção de *Soluções para Clientes*.

Constituído por uma fusão de competências já existentes com novas apostas, a direcção declara-se como o produtor modular do Banco, com o intuito de desenhar e conduzir a implementação de novos produtos, serviços e soluções que sirvam não só para consumo interno, pelas unidades de negócio, mas também para ir de encontro

às necessidades dos nossos Clientes e parceiros, nos seus respectivos ecossistemas e plataformas.

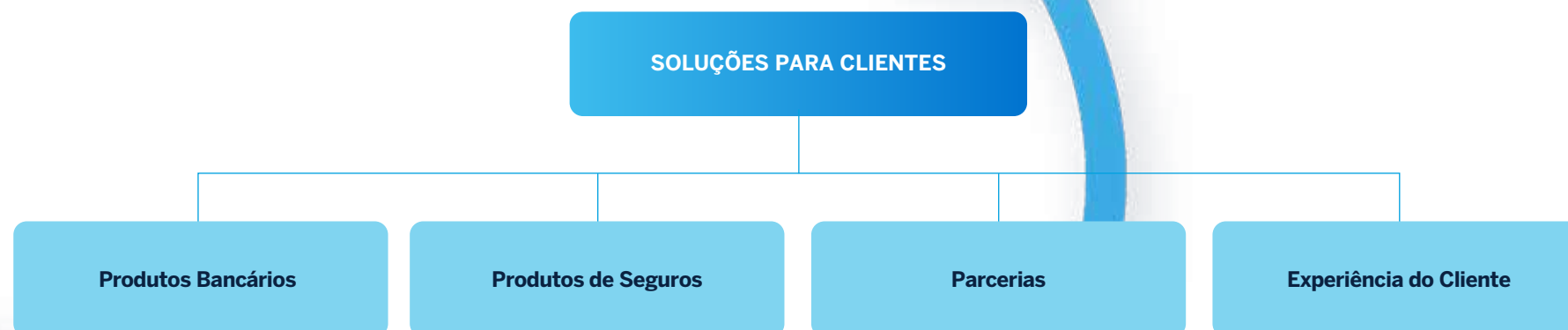
Por outro lado, pretende-se um foco, não apenas na satisfação das necessidades imediatas dos Clientes e Parceiros mas numa visão estratégica de longo prazo. A Direcção de Soluções para Clientes irá trabalhar em parceria com os segmentos de negócio, de forma a criar soluções verdadeiramente inovadoras, que complementem e aumentem a proposta de valor do Banco para os Clientes, em parceria com as Direcções de Engenharia e Inovação para garantir a entrega dessas mesmas soluções.

O SBA pretende ser mais que um Banco para os seus Clientes e Parceiros, por isso quer oferecer produtos e serviços não financeiros, caracterizados por:

- Parcerias em que a oferta dos parceiros é usada para aumentar a proposta de valor dos produtos e serviços financeiros que o SBA presta aos seus Clientes, dando origem a um produto final que reúne as características das duas entidades;
- Parcerias em que a oferta dos parceiros é integralmente distribuída para os Clientes do SBA, através dos canais de distribuição e pontos de representação do SBA;
- Parcerias em que os produtos e serviços financeiros do SBA são distribuídos pelos seus Parceiros, nas suas plataformas e com o potencial de alcançar todos os integrantes do ecossistema em que os parceiros do SBA actuam.

Estrutura Organizacional

A Direcção de Soluções para Clientes é constituída por 4 direcções que visam agregar valor e ajudar o banco na execução da sua estratégia, sendo estas o **Produtos bancários**, **Produtos de Seguros**, **Parcerias** e **Experiência do Cliente**.





PRODUTOS BANCÁRIOS

Esta Direcção é responsável pelo desenho, criação e manutenção de soluções que permitam aos Clientes do Banco a utilização de produtos e serviços financeiros. Estes produtos incluem transacções, poupanças e crédito, incluindo o acesso a meios de pagamentos, tais como cartões de débito, crédito, *homebanking* e outras soluções digitais.



PRODUTOS DE SEGUROS

Com uma missão em tudo semelhante à direcção de Produtos Bancários, o âmbito da actuação da direcção Produtos de Seguros incide sobre produtos e serviços ligados à área de seguros.

Mais do que um simples canal de distribuição de uma ampla variedade de produtos oferecidos pelos parceiros do Banco, que passam por um processo selectivo que visa garantir a entrega de um produto de qualidade aos Clientes, esta Direcção exerce um papel colaborativo com os parceiros para alinhar a oferta às exigências dos Clientes do SBA.

Um dos principais focos da direcção tem sido no sentido de digitalizar a cadeia de distribuição, criando as bases para que, cada vez mais, os beneficiários destas soluções possam aderir às mesmas em canais totalmente digitais e de forma completamente autónoma.



PARCERIAS

A direcção de Parcerias nasce do processo de mudança estratégica do Banco. Mudança com o propósito de se transformar numa organização virada para o futuro, com ofertas mais abrangente que a tradicional oferta produtos e serviços financeiros.

Assim, consciente da mudança de paradigma exigida por este processo, esta direcção é responsável pela constituição de parcerias que visem a oferta de produtos e serviços não financeiros, além daquilo que é a banca convencional, de forma a transformar o banco no destino preferencial dos nossos Clientes e parceiros para tudo aquilo que sejam as suas necessidades do dia a dia, sejam elas financeiras ou não.

Com um foco inicial na identificação de potenciais parcerias no mercado, é intenção que este primeiro passo evolua no sentido de disponibilizar novos produtos e serviços que possam ser completamente disruptivos e que contribuam para alcançar os objectivos estratégicos do banco.



SATISFAÇÃO DO CLIENTE

A criação da Direcção de Satisfação do Cliente reflecte uma aposta cada vez maior do Banco, no sentido de ser verdadeiramente focado no Cliente.

Responsável pela definição do modelo de relacionamento e qualidade de serviço do Banco para com os seus Clientes, de forma a garantir a melhor experiência possível em todas as interações que os Clientes têm com o SBA, a direcção assume um papel fundamental em ouvir o Cliente e garantir que a voz do Cliente é activamente utilizada em todos os processos de desenho, criação e evolução de todos os produtos e serviços que o banco oferece no seu catálogo.

A Oferta Soluções para Clientes

MEIOS DE PAGAMENTO

Emissão de cartões de débito e crédito, assim como uma oferta de Terminais de Pagamento Automático (TPA), pagamentos via Débito Directo e pagamentos online através da *Gateway* de Pagamentos Online.

PRODUTOS DE CRÉDITO

No decorrer do primeiro semestre do exercício de 2022, o Standard Bank de Angola continuou a apresentar uma variada oferta de soluções de financiamento – crédito habitação, automóvel, produtos estruturados e soluções distintas de curto, médio e longo prazo para particulares e empresas, alinhadas às necessidades dos Clientes mais exigentes.

Continua a promover a oferta de um produto de crédito instantâneo – Credijá, tendo disponibilizado nos canais digitais de Internet e Mobile Banking (SB24), mantendo a sua atractividade e oferta diferenciada por permitir o desembolso em 3 cliques e de forma imediata na conta do Cliente, num processo totalmente digital, sem papel e sem necessidade de documentos notariais.

Foi desenvolvimento um novo produto de crédito especificamente concebido para responder às necessidades das pequenas e médias empresas. Este produto traz melhorias ao processo actual, reduzindo a burocracia e documentação, permitindo assim uma entrega mais rápida.

SEGUROS

Seguros de curto e longo prazo para particulares (vida, saúde, automóvel, viagem, multirriscos, protecção salarial, funeral e acidentes pessoais) e empresas (seguro de saúde grupo, mercadoria transportada, multirriscos, acidentes de trabalho, interrupção de negócio, quebra de máquinas, frota automóvel, responsabilidade civil e vida grupo, BBB, Seguro de riscos Cibernéticos, Construção).

POUPANÇA E INVESTIMENTO

Ao longo do primeiro semestre de 2022 o Banco manteve a sua oferta de depósitos a prazo, contas-poupança, contas de investimento para particulares e empresas, em moeda nacional e estrangeira.

Promoveu ainda a actualização da taxa de juros para o produto Depósito a Prazo Standard, tornando-o mais competitivo e apelativo aos Clientes, assim como várias campanhas de incentivo à poupança, oferecendo taxas remunerativas promocionais para os aderentes.

Re-branding de um produto existente, anteriormente conhecido como “Swaep and Poupa” para “Risca e Poupa” com a intenção de tornar o produto mais familiar com a linguagem do mercado local, permitindo assim uma melhor compreensão e aceitação por parte do Cliente.

Lançamento de uma conta poupança destinada a crianças, denominada “Conta Monami”, que está a ser testada com um grupo de foco para obter sugestões de melhorias antes do lançamento ao público.

PRODUTOS TRANSACCIONAIS

O Banco focou-se na monitorização da utilização dos seus produtos e serviços transaccionais, colhendo junto aos seus Clientes e utilizadores internos reclamações e sugestões de melhoria. Neste sentido, e respondendo de forma directa a essas preocupações, as seguintes iniciativas foram priorizadas:

- **Pagamento de Impostos ao Estado (RUPE)** – Como resultado do processo de melhoria contínua, o processo de Pagamento de Impostos ao Estado (RUPE) foi melhorado, possibilitando uma experiência superior, permitindo o pagamento de impostos acima dos 100M de kwanzas a partir dos canais digitais como SB24, SWIFT, *Workflow* de Pagamentos. Até ao final do ano esta funcionalidade estará disponível no BOL para os Clientes CIB.
- **Avaliação da capacidade de pagamento** – Revisão da infraestrutura de pagamentos em preparação para adoção digital, através de identificação de *gaps*, novas necessidades de Clientes e alinhamento com a estratégia do Banco.
- **Integração SINOC** – Transferência internacional é um processo extenso e com muitas intervenções manuais, entre as quais o registo das operações no sistema SINOC do Banco Central. Está em curso a implementação da integração com o recurso ao consumo de API disponibilizadas pelo BNA que permitirão a automatização desta fase do processo que se traduzirá em ganhos de desempenho, eficiência da equipa e satisfação do Cliente.
- **Sistema de Transferências Instantâneas** – Para a segunda metade do ano prevê-se a adesão ao STI que é uma infraestrutura centralizada para a liquidação de pagamentos instantâneos entre as instituições participantes com, vantagens para os Clientes, que terão os pagamentos efectuados em menos de 10 segundos.
- **Débitos Directos** – Finalização da certificação dos processos de débitos directo junto da EMIS. Este serviço de pagamento permitirá ao Cliente bancário (devedor) efectuar os seus pagamentos periódicos através de uma autorização de débito na sua conta bancária, previamente entregue ao credor.

Os débitos directos permitem ao Cliente bancário efectuar todo o tipo de pagamentos que resultem de contratos duradouros e/ou tenham carácter periódico, ou até mesmo os pontuais. Para os credores, os débitos directos representam um meio eficiente para efectuar as suas cobranças.

PRODUÇÃO DE SOLUÇÃO MODULAR - FACILITADOR DE WALLET

Os serviços financeiros móveis (MFS) estão a ganhar vantagem. À medida que as tecnologias digitais e a conectividade móvel evoluem, a capacidade limitada dos bancos de melhorar a inclusão financeira tem deixando de ser um problema. O SBA posiciona-se como entidade de suporte para implementação de *wallets* de parceiros, oferecendo a conta fiduciária e os mecanismos de *cash in*, *cash out*, *wallet to account* e *account to wallet* de forma modular.

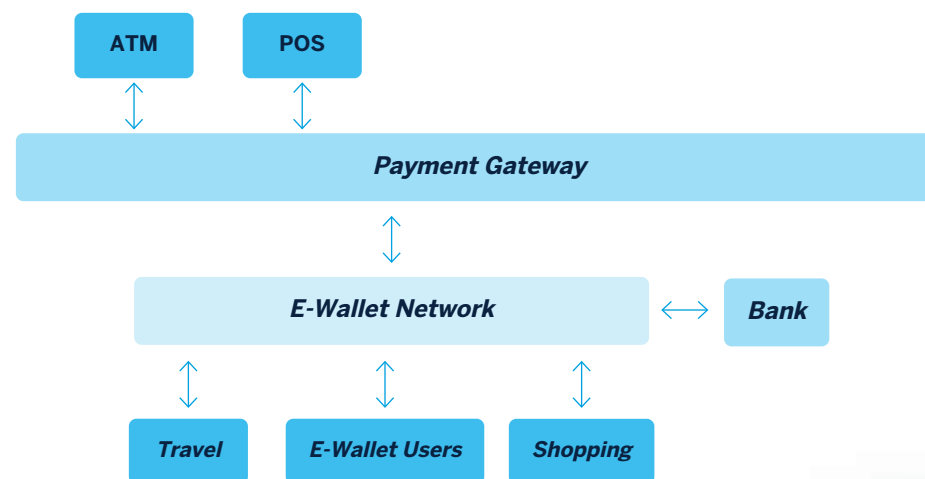


Fig.1 *Wallet* como oferta modular

CARTÕES, ATMS E TPAS

O primeiro semestre de 2022 traduziu-se num aumento contínuo da base de Clientes, expressão clara da aposta dos Clientes na marca Standard Bank de Angola, com um consequente aumento dos números de cartões, ATMs e TPAs activos.

Para o período em análise, regista-se um crescimento na ordem de 30% no número de cartões activos (débito e crédito) em comparação com o período homólogo, num total de 103 699 cartões.

Os cartões de débito registaram um incremento de 34%, encerrando Junho de 2022 em 100 867, sendo que correspondem a 97%, face ao universo total de cartões.

A nível de cartões de crédito activos registou-se um crescimento na ordem de 10%, o que corresponde a 3%, face ao universo total de cartões.

Por outro lado, o número total de TPAs activos aumentou 32% em relação aos números registados no período homólogo, registando uma taxa de TPAs activos (3 682) de 69%, face ao número de TPAs matriculados. A média de operações diárias em TPAs, aumentou em cerca de 31% em relação ao período homólogo, em consequência do aumento da utilização destas soluções por parte dos Clientes, sentido de maximização das oportunidades face à tendência crescente do aumento da utilização de cartões, como soluções de pagamentos em detrimento de dinheiro físico.

Até ao final do primeiro semestre de 2022, 91 ATMs encontravam-se operacionais, tendo havido um incremento de 10 ATM face ao período homólogo.



SEMESTRE 2022

103 699

Cartões activos



SEMESTRE 2022

100 867

Cartões de débito activos



SEMESTRE 2022

3 682

TPAs



SEMESTRE 2022

2 832

Cartões de crédito activos



SEMESTRE 2022

91

ATMs



2021

97%

São cartões de débito

A Estratégia do SBA

O objectivo é que seja dada continuidade ao trabalho desenvolvido, de acordo com os 4 principais pilares, definidos no plano estratégico de 2021.

01 **Optimização, Digitalização e Automatização:** O SBA reconhece a necessidade de melhorar os processos actuais, que consomem tempo e recursos dos seus Colaboradores. O foco neste processo interactivo de optimização terá como benefício adicional permitir que a Organização se dedique cada vez mais aos processos “*change the bank*”, ao garantir que as actividades “*run the bank*” sejam executadas de forma eficiente. No âmbito do processo de automatização e optimização de processos implementamos no primeiro Semestre de 2022, a Plataforma de Gestão e Atribuição de TPAs, que permite melhorar os prazos de entrega de TPAs para os nossos Clientes e a monitorização do processo de atribuição.

02 **Produção de módulos:** O Banco reconhece que o conceito estratégico de produtor modular que irá permitir uma optimização das tarefas, já que poderá reutilizar, tanto para consumo interno como externo, as soluções desenvolvidas internamente. Desta forma, os processos de optimização interactivos desenvolvidos sobre os módulos trarão benefícios imediatos a todos os seus utilizadores.

03 **Parcerias:** No contexto da mudança reconhece-se a importância da aposta nas parcerias. O objectivo é reunir as pessoas e tecnologias certas, para criar novas oportunidades. Esta expansão pela criação de novas soluções, que ao longo do tempo, vão além dos serviços financeiros e impulsionarão o aumento de valor incremental para os nossos parceiros e Clientes. Soluções que possam ser dimensionadas interna e externamente. Entregues por meio de plataformas e ecossistemas do banco e parceiros, de modo, a gerar novas fontes de receitas. Acima de tudo, pretendemos ser cada vez mais reconhecidos, como o Banco de eleição no espaço das parcerias no país.

04 **Experiência:** O Banco reconhece a importância de colocar o Cliente no centro de tudo o que faz e de o ouvir activamente, de forma a responder às suas necessidades e ambições, assim como dos seus Parceiros e Colaboradores. O objectivo é ligar e integrar todas as áreas do Banco, contribuindo para a construção de uma cultura virada para as pessoas, com métricas definidas para garantir a melhor experiência em todos os pontos de contacto. A informação obtida nas interações com os Clientes, auxilia na criação de um conjunto de produtos e soluções ajustados às necessidades dos mesmos, assim como à identificação de novas oportunidades, novos mercados e/ ou aumento dos lucros, potenciando uma experiência personalizada e consciente que as necessidades dos Clientes são mutáveis ao longo da sua vida e influenciadas pelos seus principais eventos.

II Semestre 2022

O Client Solutions pretende focar-se em aspectos, que trarão valor acrescentado à operacionalização da estratégia do Banco, ao crescimento da instituição e ao impacto que o Banco pretende ter na sociedade, focado nas seguintes vertentes:

- **Modernização** – Actualização da infraestrutura, arquitectura e instrumentos, prevendo o futuro na intereção Cliente/banco, centrado na modernização de meios e canais de pagamento.
- **Impulsionar adopção digital** – Impulsionar a adoção de recursos de pagamento digital adicionando mais funcionalidades ao SB24 e promovendo a sua utilização em massa.
- **Expandir a oferta de pagamento não tradicional** – Aproveitar a escala e a oportunidade para impulsionar fluxos de dinheiro móvel tais como cash in /out, P2P,P2B, B2P.
- **Parcerias** – Foco em parcerias com marcas de retalho e plataforma de terceiros (*Wallets* de pagamento).
- **Open Payments (API):**
 - Plataformas: Curadoria e operação de novos modelos para consumo interno ou de terceiros.
 - Expor serviços de pagamento na forma de APIs para consumo interno e de terceiros.
- **Reestruturação de todo o nosso catálogo de produtos e serviços:** Com um catálogo constituído por blocos pensados, na sua maioria, em tempos e contextos económicos diferentes, debaixo de outra conjuntura e contexto económico, urge um processo de análise e reestruturação dos produtos, de forma a adequar a oferta às necessidades actuais de todos os Clientes. O Banco auscultou os seus Clientes e, com base na informação obtida conseguiu criar uma oferta de VAF específica para as necessidades dos mesmos.



Inovação

Digitais, Inovadores e Disruptivos

O futuro é indissociável da tecnologia, e, para o SBA, o presente também. Neste sentido, o Standard Bank de Angola tem vindo a promover a digitalização dos seus processos e procedimentos e a modernização dos seus sistemas.

A inovação e transformação digital do Banco é uma das maiores preocupações, tendo sempre como propósito tornar o SBA mais eficiente, ágil, seguro e mais capaz de disponibilizar um serviço de excelência aos Clientes.

Visão Geral

Com o surgimento de novos modelos de negócios, as constantes mudanças nas expectativas dos Clientes e a rápida adopção das tecnologias emergentes, é essencial estar preparado para os desafios resultantes desta nova dinâmica a que o mundo assiste. A forma do negócio bancário será muito diferente do que é hoje, por isso, é necessário o SBA reinventar-se e procurar fazer diferente.

A mais recente transformação tem como objectivo tornar o Banco numa Plataforma que irá alargar a oferta de serviços e soluções aos Clientes. A Direção de Inovação enquadra-se neste contexto, e tem como missão alavancar a estratégia de parcerias, exploração dos ecossistemas e introdução de inovação disruptiva no mercado.

RESUMO 1º SEMESTRE 2022

O primeiro semestre serviu para alavancar a estratégia de parcerias com diversos *players* do ecossistema de *fintechs* e *startup*, com objectivo de melhorar a oferta de serviço a Clientes. Foi este *mindset* que fez com que o SBA participasse em diversos eventos como o Angola Digital Forum (ADF) e contribuisse para a realização da 1ª Edição da Feira de Inovação (FUI) do ISPTEC (Instituto Superior Politécnico de Tecnologias e Ciências).

O SBA foi o impulsionador de um estudo aprofundado sobre o ecossistema da agricultura, com o objectivo de perceber as reais dificuldades do sector, de forma a possibilitar o desenho de soluções adequadas às necessidades deste importante sector da economia.

Neste período implementou-se mecanismos que irão permitir a simplificação significativa dos processos de abertura e manutenção de conta, por via da aposta em arquiteturas de APIs e integração com entidades do Estado.

Foi também conduzido o primeiro *Hackathon* de 2022, que teve como objectivo a captação de talentos através de um programa de dois dias, durante os quais os candidatos tiveram que resolver vários desafios apresentados pelo Banco.

A 2ª Edição da Campanha de Ideias Brilhantes (evento interno do Banco para a captação e incubação de ideias) foi pela primeira vez realizada em formato híbrido, permitindo a todos os Colaboradores participarem no evento.

PERSPECTIVAS PARA O 2º SEMESTRE DE 2022

O Standard Bank de Angola tem em carteira um leque de iniciativas alinhadas com a estratégia de parcerias, que pretende finalizar até o final do ano, dentre as quais soluções de pagamentos e de micro-crédito, que serão anunciadas no decorrer do resto do ano.

Um outro objectivo do SBA até ao final do ano de 2022 é lançar a solução de Social Banking, que irá permitir aos Clientes transaccionarem em qualquer uma das redes sociais.

Por último, o SBA dará continuidade à colaboração com os diversos *§* do ecossistema, no sentido de perceber as suas necessidades, para posterior colaboração e co-criação de soluções e novas propostas de valor que resultem na melhoria do serviço ao Cliente.

Engenharia

Principais Destaques 1º Semestre de 2022

Visão Geral

O Standard Bank de Angola tem um programa ambicioso em curso, alinhado com o objectivo de digitalizar os serviços e de apostar na simplificação e localização do parque tecnológico, bem como em criar as fundações que sustentam o negócio.

A Direcção de Engenharia tem como propósito assessorar a Comissão Executiva e suportar as áreas de negócio, de forma a garantir o alinhamento entre a estratégia do negócio e a sua operacionalização, no que concerne às áreas de Tecnologia & Operações, Dados e Analítica, Segurança de Informação e Património.



Nova estrutura da Engenharia

Durante o primeiro semestre de 2022, o grande foco a nível de pessoas foi continuar a organização da estrutura da Direcção de Engenharia, assegurando as correctas linhas de reporte e a organização das pessoas de acordo com as suas competências. Destaque para a junção das áreas de Tecnologia e Operações, de forma a gerir, coordenar e entregar as funções, considerando o conceito de DevOps, ou seja, ter a Tecnologia a trabalhar de forma integrada com as Operações, por forma a serem criadas sinergias.





Tecnologia & Operações

Com o objectivo de continuar a ser o Banco mais inovador, é preciso que toda a camada de *back-office*, seja continuamente trabalhada e melhorada a nível processual e tecnológica.

A estratégia a nível tecnológico seguida pelo SBA, registou avanços significativos neste primeiro semestre de 2022, nomeadamente nas seguintes dimensões:

- 01 • **Dar continuidade à revisão e optimização dos processos** para assegurar um nível de integração mais próximo do *straight-through process*;
- 02 • **Conduzir um conjunto de automatizações no *back-office*, e implementar ferramentas** que irão permitir reduzir a complexidade nos sistemas de informação e no banco;
- 03 • **Dar continuidade ao programa de *Always-On* que visa assegurar que os sistemas sejam cada vez mais estáveis, seguros e fiáveis**, mesmo em constante evolução devido às mudanças e crescimento que o mercado impõe;
- 04 • **Continuar a melhoria do canal digital de internet banking**, o SB24, com a introdução de melhorias e a estabilização do mesmo. Mais do que uma app, agora existe uma plataforma digital que irá servir como ferramenta de inovação;
- 05 • **Aumentar a capacidade de gestão de tesouraria central** de modo a melhor servir os Clientes corporativos com inovações processuais e tecnológicas.



Digitalização do Core Bancário

Neste ano, o Standard Bank de Angola deu continuidade à implementação do pilar de Digitalização e Inovação da estratégia do banco com o *kick-off* do projecto de *upgrade* e conversão da arquitectura de desenvolvimento do core bancário.

O projecto conta com 3 fases: implementação de alta disponibilidade multiaplicacional; conversão de arquitectura de desenvolvimento para uma nova tecnologia, de modo a evoluir as capacidades digitais do *core* bancário, permitindo a evolução para *DevOps* no desenvolvimento; e o ***upgrade* para a versão mais recente do *core***.



Segurança de Informação

O acesso à informação do Banco é um tema que requer a devida atenção, considerando o aumento significativo do uso de dispositivos móveis privados dentro das organizações. Considerando o risco eminente e a necessidade de proteger a informação, proactivamente a Direcção de Segurança de Informação, alinhado ao programa Always-Secure, implementou várias iniciativas de segurança tais como:

- **Campanhas de Phishing:** Foi introduzida uma ferramenta que permite aferir o grau de susceptibilidade a ataques cibernéticos de *phishing*. A solução permite o envio de emails direccionados para os Colaboradores e registo automático para formações de *phishing*.
- **Testes de penetração:** testes de penetração ao novo canal digital, SB24, foram efectuados com um resultado positivo.
- **Simulacro de incidente de segurança:** Com o suporte de uma empresa especializada na temática, foi realizado um simulacro de resposta a um incidente de segurança. Isto permitiu avaliar a capacidade de resposta a incidentes deste tipo e implementar melhorias nos processos, de modo a responder proactivamente e reduzir possíveis impactos negativos dos mesmos.
- **Exercício de recuperação de desastre:** Durante este período foi conduzida a preparação para o exercício anual de recuperação de desastres, que se insere dentro do plano de continuidade operacional. O exercício será realizado durante o segundo semestre do ano e terá duração de um mês, para aferir a capacidade do banco operar em cenário de desastre.



Dados e Analítica

No seguimento da conversão da base de dados do sistema core, o Banco concluiu a replicação de dados em *real-time* do *core* para a central de dados, o que está neste momento a permitir a actualização contínua de dados, geração de *insights* em tempo útil e monetização dos dados.

Parte deste processo inclui também a introdução da ciência de dados e *machine learning* para captar valor dos dados disponibilizados e gerar valor para a instituição.

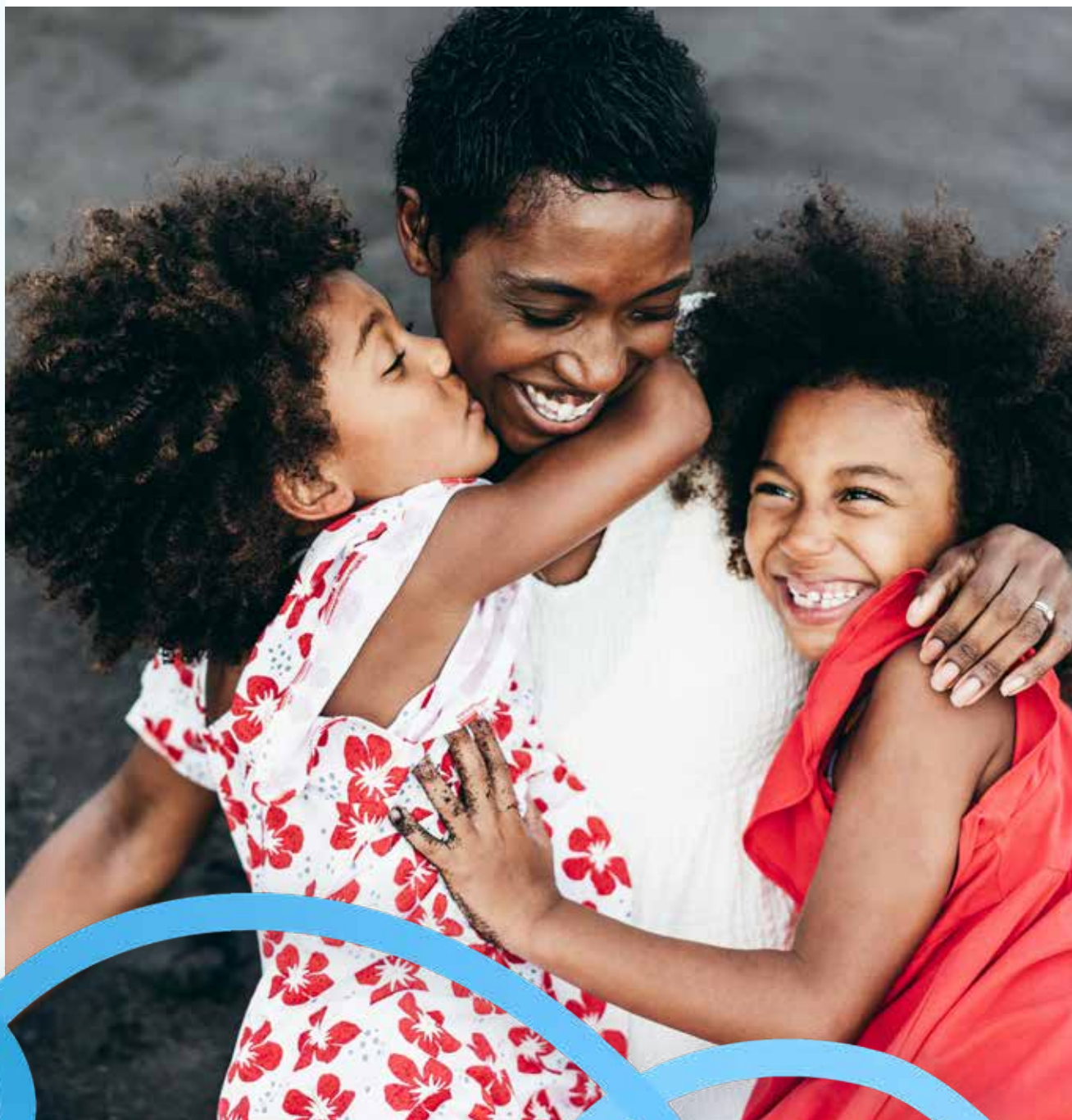
A automatização de processos é uma das grandes apostas que irá permitir ao Banco introduzir mais eficiência e valor nos processos de rotina, utilizando a robótica.



Património

No primeiro semestre do ano foi dada continuidade à adaptação à nova sede e novas formas de trabalhar, com melhorias contínuas nos processos de manutenção, gestão de instalações, segurança física e logística. Este trabalho foi suportado com a introdução de uma nova plataforma de modo a digitalizar os processos, automatizar rotinas e inovar a forma de trabalhar do área do património.

3.5. Resultados Financeiros



Os indicadores do SBA

Para o SBA, a criação de valor para os seus Accionistas está intimamente ligada com a criação de valor para a Sociedade, e os dados financeiros do primeiro semestre de 2022 representam o sucesso desta relação.

As contas do SBA

Num ambiente económico particularmente exigente, no qual, de acordo com o Banco Mundial é previsto um crescimento da economia angolana na ordem dos 2,7% face a recepção registada nos exercícios anteriores, o SBA obteve, graças à qualidade da sua gestão um resultado líquido 33 098 milhões de kwanzas no 1º semestre do exercício de 2022.



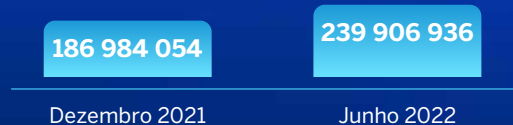
CRÉDITO A CLIENTES



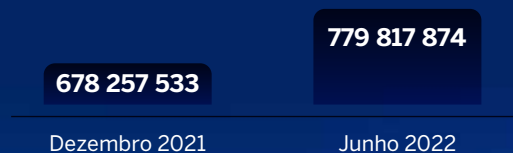
OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS



APLICAÇÕES EM BANCOS CENTRAIS E EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO



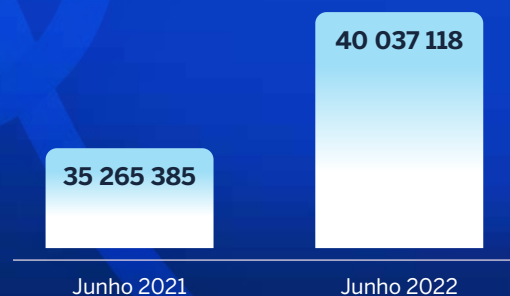
RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS



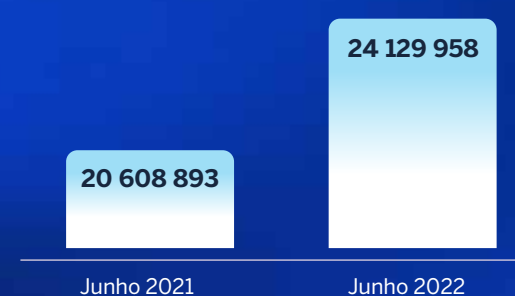
CUSTOS DE ESTRUTURA



MARGEM FINANCEIRA



MARGEM COMPLEMENTAR



Análise de Balanço

No primeiro semestre do exercício de 2022 o Standard Bank de Angola verificou um aumento de 10% no valor do seu activo total o qual se suportou essencialmente na retenção do valor gerado pela sua actividade operacional e no contínuo reinvestimento em activos de reduzido risco e de elevada rentabilidade, contribuindo desta forma para a sustentabilidade do seu crescimento a longo prazo.

BALANÇO

	(milhares de kwanzas)			(milhares de USD)		
	30.06.2022	31.12.2021	Variação	30.06.2022	31.12.2021	Variação
Activo						
Disponibilidades	201 888 825	212 206 046	-5%	471 473	382 366	23%
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	239 906 936	186 984 054	28%	560 257	336 920	66%
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	2 527 515	181 656	1291%	5 903	327	1703%
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	184 626 023	162 789 363	13%	431 159	293 324	47%
Investimentos ao custo amortizado	93 161 533	91 706 497	2%	217 561	165 243	32%
Crédito a Clientes	273 753 836	234 174 153	17%	639 300	421 950	52%
Imobilizados	52 412 537	51 874 501	1%	122 399	93 471	31%
Outros activos	16 011 501	28 357 630	-44%	37 392	51 097	-27%
Total de Activo	1 064 288 706	968 273 900	10%	2 485 177	1 744 697	42%
Passivo						
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	21 370 349	26 524 169	-20%	49 862	47 793	4%
Recursos de Clientes e outros empréstimos	779 817 874	678 257 533	15%	1 821 115	1 222 127	49%
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	5	0		0	0	0%
Provisões	4 201 741	3 287 749	28%	9 812	5 924	66%
Passivos por impostos correntes	1 984 497	17 518 310	-89%	4 634	31 566	-85%
Passivos por impostos diferidos	9 238 725	524 756	1661%	21 575	946	2182%
Passivos subordinados	12 901 519	16 704 348	-23%	30 129	30 099	0%
Outros passivos	67 104 423	55 971 373	20%	156 489	100 853	55%
Total do Passivo	896 619 133	798 788 238	12%	2 093 882	1 439 307	45%
Capital próprio						
Capital Social	9 530 007	9 530 007	0%	22 256	17 172	30%
Reservas de reavaliação	3 927 780	974 547	303%	9 173	1 756	422%
Outras reservas e resultados transitados	121 112 950	83 244 796	45%	282 836	149 996	89%
Resultado líquido	33 098 837	75 736 312	-56%	77 296	136 466	-43%
Total do Capital Próprio	167 669 573	169 485 662	-1%	391 560	305 390	28%
Total do Passivo e do Capital Próprio	1 064 288 706	968 273 900	10%	2 485 442	1 744 697	42%

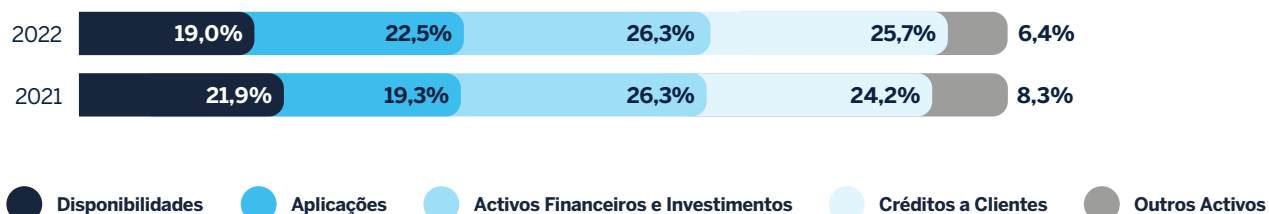
ACTIVO:

A 30 de Junho de 2022 o SBA registou um activo no montante de 1 064 289 milhões Kwanzas, representando um aumento de 10% face ao exercício de 2021. Esta evolução resultou essencialmente do aumento das rubricas de aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (+28%), de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (+13%) e na de crédito a Clientes líquido de imparidade (+17%), que compensaram a diminuição verificada nas rubricas de outros activos (-66%) e Caixa e disponibilidades em bancos centrais (-5%).

Este incremento do activo, decorre da política de investimento seguida pelo Banco, privilegiando activos de risco reduzido com níveis de rentabilidade elevados, nomeadamente aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito.

A estratégia seguida pelo Banco levou a um reforço dos investimentos realizados em activos contratados com o Banco Nacional de Angola nomeadamente contratos de aquisição de títulos com acordo de revenda (REPOs), motivado pela sua crescente rentabilidade e liquidez. Este reforço justifica o aumento da rubrica de aplicações em bancos centrais e outras instituições de crédito.

Por outro lado, o crescimento verificado no crédito concedido foi o reflexo da intenção do Banco em criar um impacto positivo nas comunidades onde opera, concedendo aos seus Clientes novas operações de créditos com taxas de juros competitivas. Este investimento significativo, não permitiu ao Banco incrementar o seu rácio de transformação permanecendo inalterado em 35% em Junho de 2022 face ao registado em 2021. Contrariamente ao crédito reconhecido em activo, os créditos documentários sofreram uma redução significativa em resultado



do processo efectuado pelo executivo angolano de liberalização do mercado cambial tendo parte relevante dos Clientes que realizam a importação de mercadorias recorrido a transferências em moeda estrangeira dada a maior simplicidade do processo em causa.

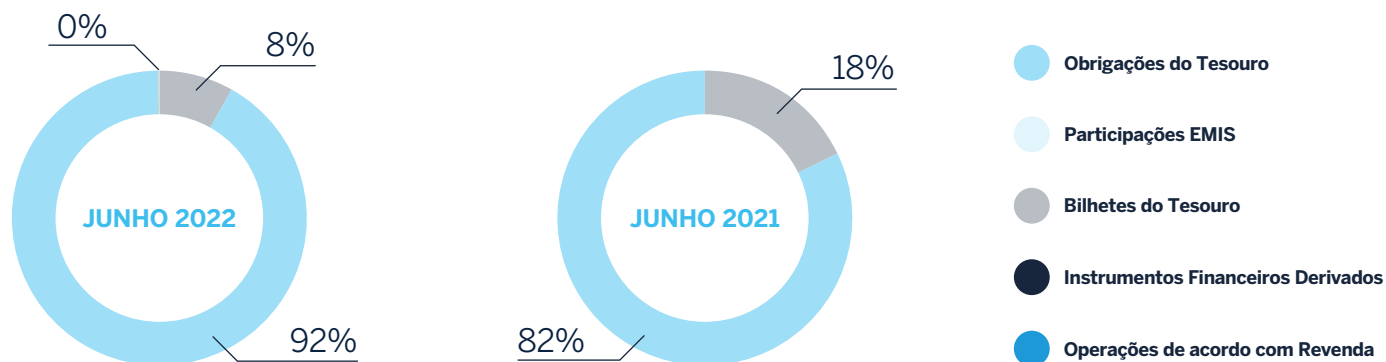
Apesar deste investimento efectuado na concessão de crédito, o Banco manteve uma política de gestão de risco rigorosa, tendo verificado uma diminuição da proporção do crédito vencido no total de crédito bruto para apenas 0,12%, mantendo os níveis de cobertura por imparidade em cerca de 2% do total de crédito. Verifica-se que o Banco tem cerca de 90% das suas

exposições classificadas em stage 1 (sem indícios de dificuldades financeiras) (2021: 84%), as quais são maioritariamente (67%) concedidas a grandes empresas.

Face ao exposto anteriormente, a estrutura de balanço sofreu ligeiras alterações, contudo o modelo de negócio do Banco mantém-se inalterado, estando na sua base uma política de gestão de risco conservadora com um consistente foco na rentabilidade sustentável.

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Taxa Média		(milhares de kwanzas)			(milhares de USD)		
	30.06.2022	31.12.2021	30.06.2022	31.12.2021	Variação	30.06.2022	31.12.2021	Variação
Activos financeiros ao justo valor através de resultados								
Obrigações do Tesouro	n.a.	n.a.	2 337 622	-	-	5 459	0	-
Instrumentos Financeiros Derivados	n.a.	n.a.	166	(8 071)	-102%	0	-15	-103%
Participações EMIS	n.a.	n.a.	189 727	189 727	0%	443	342	30%
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral								
Bilhetes do Tesouro	n.a.	n.a.	22 694 466	5 550 255	309%	52 999	10 001	430%
Obrigações do Tesouro	16,14%	15,84%	161 931 557	157 239 108	3%	378 160	283 323	33%
Investimentos ao custo amortizado								
Bilhetes do Tesouro				-	-	0	0	-
Obrigações do Tesouro - USD	5%	5%	26 987 575	34 723 025	-22%	63 024	62 566	1%
Obrigações do Tesouro - AOA	16%	15%	66 173 958	56 983 472	16%	154 537	102 676	51%
Total	-	-	280 315 071	254 677 516	10%	654 622	458 894	43%
Bilhetes do Tesouro	-	-	22 694 466	5 550 255	309%	52 999	10 001	430%
Obrigações do Tesouro	-	-	255 093 090	248 945 605	2%	595 721	448 566	33%
Instrumentos Financeiros Derivados	-	-	166	(8 071)	-102%	0	(15)	-103%
Participações EMIS	-	-	189 727	189 727	0%	443	342	30%



CRÉDITO

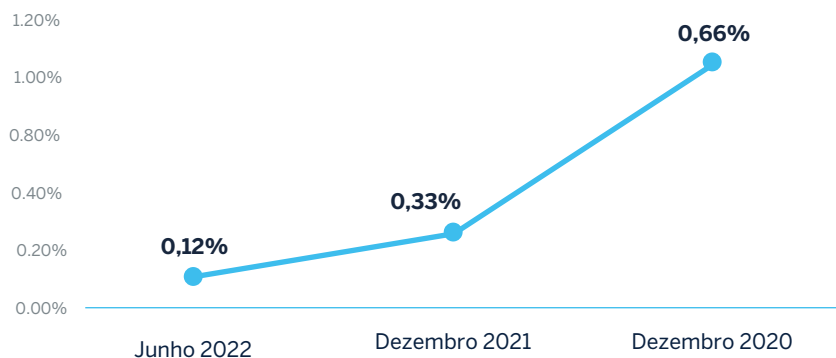
(milhares de kwanzas)

(milhares de USD)

	30.06.2022	31.12.2021	Variação	30.06.2022	31.12.2021	Variação
Operações de crédito	279 289 375	238 167 618	17%	652 234	429 146	52%
Operações de crédito em incumprimento	335 215	791 254	-58%	775	1 426	-46%
Crédito Total	279 624 590	238 958 872	17%	653 010	430 571	52%
Perdas por imparidade	(5 870 754)	(4 784 719)	23%	-13 710	-8 621	59%
Crédito Líquido	273 753 836	234 174 153	17%	639 300	421 950	52%
Garantias prestadas	20 263 054	21 474 004	-6%	47 320	38 693	22%
Cartas de crédito	7 191 615	5 437 928	32%	16 795	9 798	71%
Limites de crédito não utilizados	54 777 259	48 495 977	13%	127 922	87 383	46%
Responsabilidades perante terceiros	82 231 928	75 407 909	9%	192 037	135 875	41%
Provisões para Garantias e Compromissos Assumidos	(202 069)	(219 404)	-8%	-472	-395	19%
Qualidade do crédito						
Crédito em incumprimento/crédito total	0,12%	0,33%	-64%	0,12%	0,33%	-64%
Cobertura de crédito vencido por imparidade para crédito	5,65%	16,54%	-65,81%	5,65%	16,54%	-65,81%

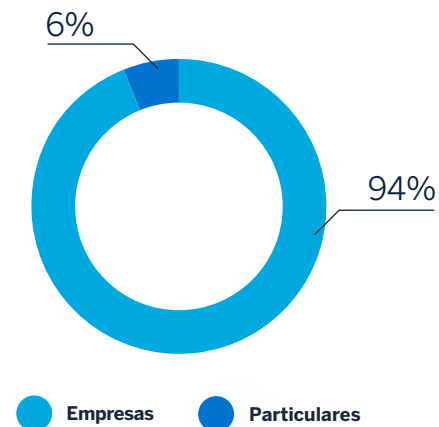
Crédito Concedido

EVOLUÇÃO DO CRÉDITO EM INCUMPRIMENTO¹

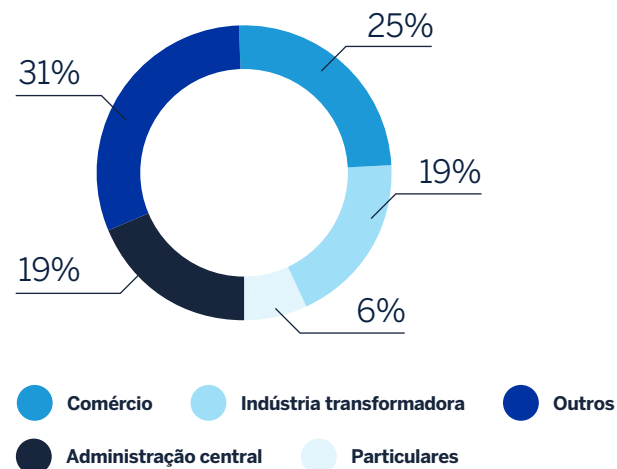


¹Crédito vencido com mais de 90 dias/ crédito concedido bruto

CRÉDITO CONCEDIDO POR TIPO DE CLIENTE



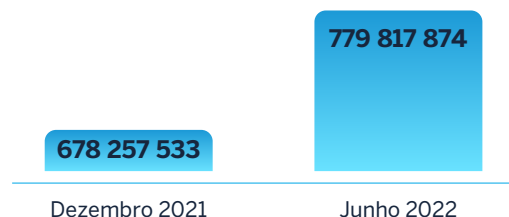
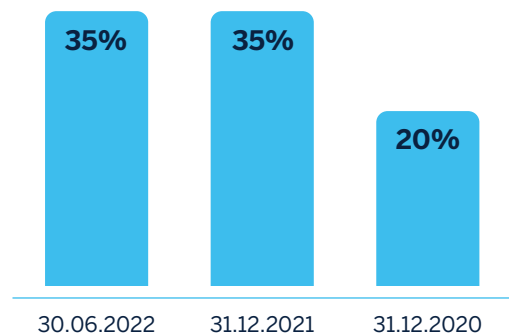
CRÉDITO CONCEDIDO POR SECTOR DE ACTIVIDADE



PASSIVO:

Conforme referido anteriormente, o activo do Banco aumentou sobretudo em resultado do reinvestimento dos ganhos obtidos nos investimentos efectuados, não obstante o Banco incrementou os seus passivos em cerca de 12% para um total de 896 619 milhões de Kwanzas. Este incremento resultou essencialmente do aumento verificado na rubrica de recursos de Clientes e outros empréstimos (+15%) e nos outros passivos (+20%), mais 101 560 milhões de Kwanzas e 11 133 milhões de Kwanzas respectivamente, face a 31 de Dezembro de 2021. No entanto, o aumento verificado na rubrica de outros passivos é essencialmente justificado pelo registo em 2022 de 50 268 milhões de Kwanza de dividendos a pagar face aos 12 400 milhões de Kwanzas registados em 2021.

Por outro lado, importa referir que a rubrica de passivos por impostos corrente apresentou uma redução de 15 533 milhões de Kwanzas (-89%) face a 31 de Dezembro de 2021. Esta diminuição é essencialmente justificada pelo facto do Banco a 30 de Junho de 2022 não ter registado ainda o montante referente ao imposto industrial a pagar.

RECURSOS A CLIENTES**RÁCIO DE TRANSFORMAÇÃO****Fundos Próprios****FUNDOS PRÓPRIOS REGULAMENTARES**

O total de capitais próprios a 30 de Junho de 2022 atingiu 167.670 milhões Kwanzas, que representa um aumento de 24% face a Junho de 2021. Este registo deve-se essencialmente a robustez das reservas e resultados transitados, os quais reforçam a solidez e a posição do Banco no sector financeiro. Os fundos próprios regulamentares aumentaram de 150 424 milhões de Kwanzas em Junho de 2021 para 160 262 milhões de Kwanzas em Junho de 2022.

O rácio de solvabilidade regulamentar, calculado de acordo com o Instrutivo n.º 02/2016, correspondeu a 31% a 30 de Junho de 2022. Este valor mantém-se significativamente acima do limite de solvabilidade exigido pelo Banco Nacional de Angola.

Durante o ano de 2021, o Banco Nacional de Angola emitiu um conjunto de nova regulamentação com vista à criação de equivalência no seu processo de supervisão à verificada na Europa. O primeiro semestre de 2022 foi marcado pela entrada em vigor do novo pacote regulamentar sobre Requisitos Prudenciais, definidos pelo Aviso N.º 8/2021, de 18 de Junho, alterando a metodologia de cálculo do Rácio de Fundos Próprios. Deste modo, o requisito mínimo regulamentar é de 8%, menos 2 pontos percentuais em relação ao limite definido na legislação revogada. Apesar do Banco manter os seus esforços de melhoria dos processos internos de gestão de risco e outros de contributo relevante para esta avaliação, o SBA encontra-se a cumprir com as novas exigências apresentando Fundos próprios de nível I de 147 360 milhões de Kwanzas e de nível II de 12 902 milhões de Kwanzas.

Análise dos resultados

O resultado líquido de 33 098 Milhões de Kwanzas foi o reflexo dos elevados padrões de eficiência e eficácia operacional e do reconhecimento da Marca Standard Bank, reflectindo a solidez, experiência e inovação do Banco, ainda que num contexto macroeconómico adverso.

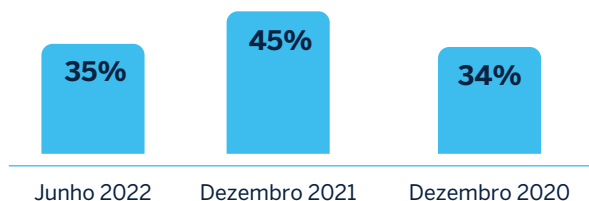
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	(milhares de kwanzas)			(milhares de USD*)		
	30.06.2022	30.06.2021	Variação	30.06.2022	30.06.2021	Variação
Juros e rendimentos similares	51 678 765	41 489 033	25%	120 686	64 225	88%
Juros e encargos similares	(11 641 647)	(6 223 647)	87%	-27 187	-9 634	182%
Margem financeira	40 037 118	35 265 386	14%	93 499	54 590	71%
Resultados de prestação de serviços financeiros	5 864 673	6 167 005	-5%	13 696	9 546	43%
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	(67 764)	(45 424)	49%	-158	-70	125%
Resultados de activos financeiros através de outro rendimento integral	182 058	-	0%	425	0	0%
Resultados cambiais	19 718 917	16 912 533	17%	46 050	26 180	76%
Outros resultados de exploração	(1 567 926)	(2 425 221)	-35%	-3 662	-3 754	-2%
Produto da actividade bancária	64 167 076	55 874 279	15%	149 850	86 493	73%
Custos com pessoal	(13 071 610)	(9 957 010)	31%	-30 526	-15 413	98%
Fornecimentos e serviços de terceiros	(7 435 889)	(6 899 457)	8%	-17 365	-10 680	63%
Depreciações e amortizações do exercício	(2 935 421)	(1 322 144)	122%	-6 855	-2 047	235%
Provisões e Imparidade	(1 485 605)	458 821	-424%	(3 469)	-710	-588%
Resultado antes de impostos	39 238 551	38 154 489	3%	91 634	59 063	55%
Impostos sobre os resultados	(6 139 714)	(5 382 887)	14%	-14 338	-8 333	72%
Resultado líquido	33 098 837	32 771 602	1%	77 296	50 730	52%

*Câmbios a data de fecho

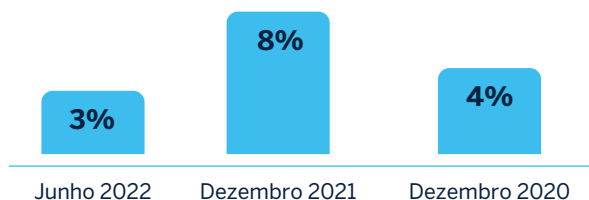
Em 2021 o SBA registou os melhores resultados da sua história, ascendendo a 75 736 milhões de Kwanzas o que representou um crescimento de 110% face ao período homologado. Este resultado permitiu que o SBA registasse um *Return-on-Equity* de 45% e um *Return-on-Assets* de 8% naquele exercício económico. O Banco pretende manter a tendência crescente do seu desempenho financeiro, apresentando em Junho de 2022, 33 099 milhões de Kwanzas de resultados líquidos o que representa um crescimento face ao período homólogo de 1%, permitindo ao Banco registar um *Return-on-Equity* de 35% e um *Return-on-Assets* de 3%.

Para o desempenho financeiro contribuíram os seguintes factores relevantes, i) o incremento de margem financeira de cerca de 14% atingindo os 40 037 milhões de Kwanzas e a ii) evolução nos resultados cambiais de 17% que totalizaram 19 719 milhões de Kwanzas.

EVOLUÇÃO DO ROE



EVOLUÇÃO DO ROA



MARGEM FINANCEIRA

(milhares de kwanzas)

(milhares de USD*)

	30/06/2022	30/06/2021	Variação	30/06/2022	30/06/2021	Variação
Proveitos de títulos e valores mobiliários	25 375 964	28 225 803	-10%	59 261	43 693	36%
Proveitos de créditos	16 442 900	11 194 000	47%	38 399	17 328	122%
Outros juros e proveitos similares	9 859 901	2 069 229	377%	23 026	3 203	619%
Proveitos de instrumentos financeiros activos	51 678 764	41 489 033	25%	120 686	64 225	88%
Custos de depósitos	11 005 769	5 252 264	110%	25 702	8 130	216%
Outros custos e encargos similares	635 877	971 383	-35%	1 485	1 504	-1%
Custos de instrumentos financeiros passivos	11 641 646	6 223 647	87%	27 187	9 634	182%
Margem Financeira	40 037 118	35 265 386	14%	93 499	54 590	71%

*Câmbios a data de fecho

O crescimento verificado na margem financeira durante o primeiro semestre de 2022 resultou do incremento verificado nos rendimentos provenientes de créditos e outros juros e proveitos similares (ascendendo a 26 303 milhões de Kwanzas), face ao período homólogo o total de ambas rubricas cresceu 98%.

O crescimento da margem financeira foi amortecido pela diminuição verificada nos rendimentos provenientes de títulos e valores mobiliários (ascendendo a 25 376 milhões de Kwanzas) em cerca de 10% face ao período homólogo.

Por outro lado, os custos com juros de depósitos sofreram um incremento de cerca de 110% ascendendo a 11 006 milhões de kwanzas, o qual é justificado pela nova política de captação de depósitos seguida pelo Banco com o objectivo de aumentar o seu volume de Clientes.

Por sua vez, o aumento apresentado na margem complementar é ainda influenciado pela evolução positiva verificada nos resultados das operações cambiais em 17% representando um aumento total de 2 806 milhões de Kwanzas face ao período homólogo. Este aumento resulta do facto do Banco se apresentar como um dos Bancos preferenciais para a realização de operações de transferência, nomeadamente para o estrangeiro. Esta preferência pelo Banco para a realização de transferência para o estrangeiro justifica também os elevados resultados cambiais obtidos com as operações de compra e venda de moeda que antecedem as referidas transferências, as quais totalizam um aumento em cerca de 22% durante o primeiro semestre de 2022 face ao período homólogo, ascendendo um total de 19 631 milhões de Kwanzas.

MARGEM COMPLEMENTAR

(milhares de kwanzas)

(milhares de USD*)

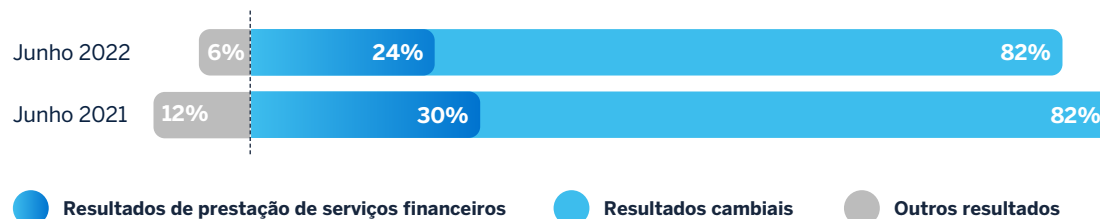
	30.06.2022	30.06.2021	Variação	30.06.2022	30.06.2021	Variação
Resultado de prestação de serviços financeiros	5 864 673	6 167 005	-5%	13 696	9 546	43%
Resultados cambiais	19 718 917	16 912 533	17%	46 050	26 180	76%
Outros resultados	(1 453 632)	(2 470 645)	-41%	-3 395	-3 825	-11%
Margem Complementar	24 129 958	20 608 893	17%	56 351	31 902	77%

*Câmbios a data de fecho

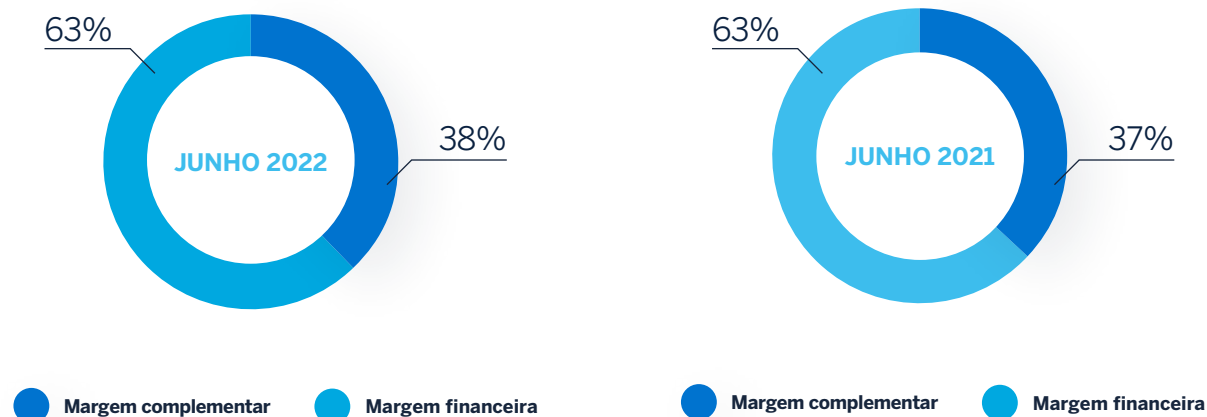
A atenuar os efeitos positivos anteriormente descritos, verificou-se o aumento dos custos de estrutura, nomeadamente custos com pessoal e fornecimentos e serviços de terceiros em 31% e 8%, respectivamente. Este aumento é explicado pela revisão da estrutura salarial dos seus quadros, para que estivessem mais alinhados com a inflação muito elevada que se faz sentir em Angola nos últimos anos (2020 e 2021: 25%), permitindo a manutenção do poder de compra dos seus Colaboradores bem como a sua satisfação em pertencer ao SBA. Da mesma forma, houve a necessidade de actualizar os custos de alguns fornecedores com base na evolução da inflação, por forma a garantir a implementação dos processos de melhoria interna e das aplicações informativas definidos como prioritários pelo Banco, com o objectivo de melhor servir os seus Clientes.

Por fim, e em linha com as práticas do Grupo Standard Bank, o Banco tem uma estratégia fiscal prudente, com o objectivo de mitigar quaisquer consequências financeiras inesperadas e, naturalmente, proteger a sua reputação. Neste contexto, determinou um imposto sobre o seu resultado de cerca de 6 140 milhões de kwanzas, o qual é justificado pelos resultados antes de impostos de cerca 39 239 milhões de Kwanzas verificados em Junho de 2022 e, consequentemente pelo fim dos prejuízos fiscais reportáveis.

Independentemente dos valores registados, o SBA continua a reforçar o seu posicionamento como uma das Instituições Financeiras de Angola com a melhor rentabilidade de capitais próprios. Este nível de rentabilidade, combinado com um rácio de solvabilidade de 31% coloca o SBA no caminho certo para o crescimento e solidez. A capacidade de remunerar os seus accionistas e a constante adopção das melhores práticas de gestão de risco são também prova da confiança e de um modelo de governação ajustado.



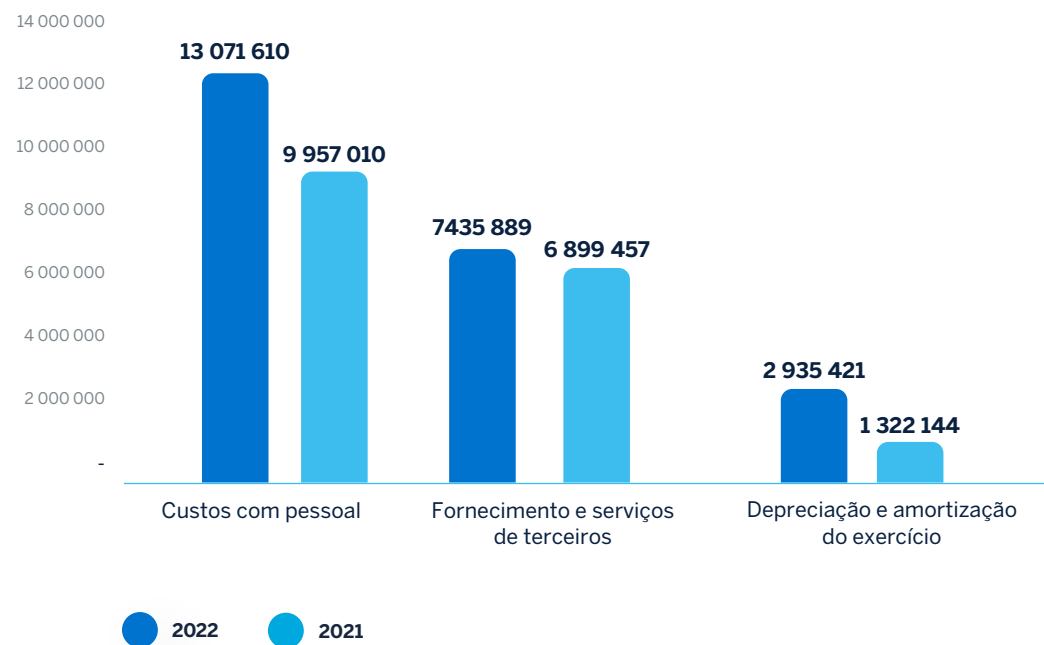
RÁCIO ENTRE A MARGEM COMPLEMENTAR E O MARGEM FINANCEIRA



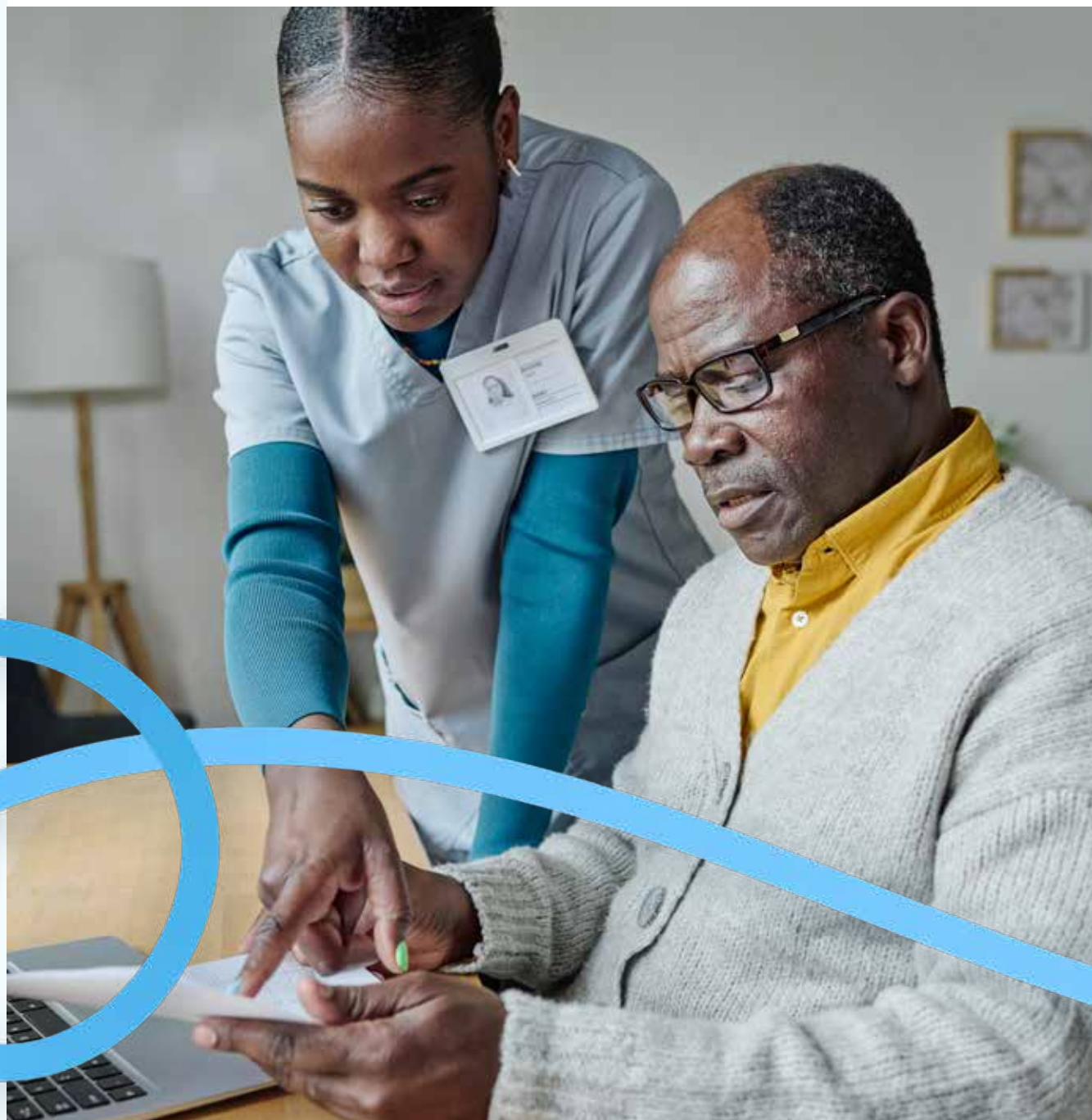
	(milhares de kwanzas)			(milhares de USD*)		
	30.06.2022	30.06.21	Variação	30.06.2022	30.06.2021	Variação
Custos com pessoal	13 071 610	9 957 010	31%	30 526	15 413	98%
Fornecimento e serviços de terceiros	7 435 889	6 899 457	8%	17 365	10 680	63%
Depreciação e amortização do exercício	2 935 421	1 322 144	122%	6 855	2 047	235%
Custos de estrutura	23 442 920	18 178 611	29%	54 746	28 140	95%
Cost-to-Income	37%	33%	12%	37%	33%	12%

*Câmbios a data de fecho

CUSTOS DE ESTRUTURA (MILHÕES DE KWANZAS)



3.6. Impacto Relevante na Sociedade



Responsabilidade social

O Standard Bank de Angola, através do seu programa de responsabilidade social, Heróis de Azul, continua dedicado em prestar apoio às pessoas carenciadas, com vista à promoção do desenvolvimento humano, tendo como foco as áreas da saúde, ensino e educação e a promoção do empreendedorismo.

Entre as acções realizadas em 2022, destacamos as Oficinas de Artes e Ofícios, uma das formas práticas de partilha de conhecimento e orientação.

A distribuição de donativos diversos e acompanhamento nutricional têm sido frequentes, para dar resposta aos inúmeros desafios pós confinamento, período em que a carência em muitas famílias aumentou, retirando o poder de compra de muitas delas.

Em algumas zonas, estamos a motivar a exploração agrícola, numa primeira fase em escala muito pequena, enquanto aprimoramos o programa.

Desde 2021 que o Banco empenha os seus esforços em ajudar os mais carênciados e no empreendedorismo social. Têm sido implementadas iniciativas destinadas ao cuidado, valorização e reactivação de quem mais necessita.

A identificação das melhores soluções, parceiros estratégicos e voluntários empenhados nas missões permite-nos dar um contributo assertivo e dque, de uma forma natural, envolve novos intervenientes.

Em síntese, destacamos:



MAIS DE
450

PARTICIPAÇÕES NOS PROGRAMAS
DE VOLUNTARIADO



PROMOVIDOS

4

WORKSHOPS DE PANIFICAÇÃO



MAIS DE
1400

CONSULTAS MÉDICAS, REALIZADAS
EM 4 MUNICÍPIOS DE LUANDA



CERCA DE

100

JOVENS E ADOLESCENTES BENEFICIÁRIOS
DE OFICINAS DE ARTES E OFÍCIOS



APOIADAS

5

OFICINAS DE PRODUÇÃO DE
SABÃO E DE RECICLAGEM



FORMAÇÃO DE ACTIVISTAS
DA DÁDIVA DE SANGUE,
CREDENCIADOS PELO INSTITUTO
NACIONAL DE SANGUE



heróis de azul
Standard Bank

MANHÃ RECREATIVA
CENTRO DE SAÚDE DO BITA

CACATI

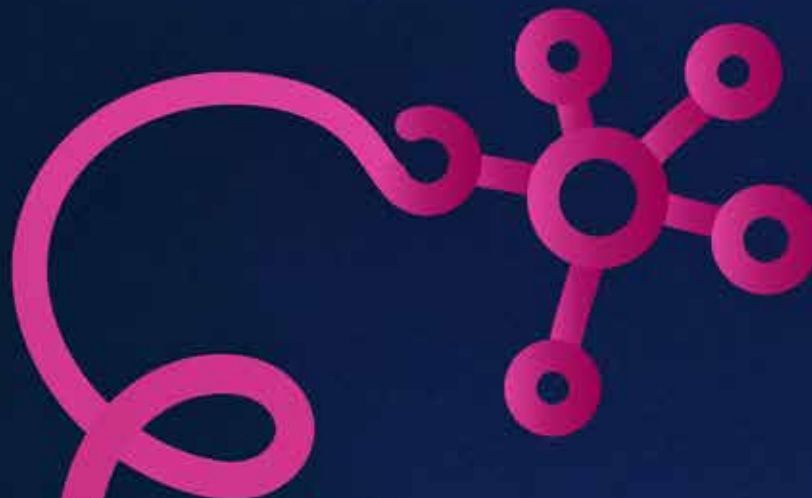
25 JUNHO ÀS 8H

PODES DOAR
ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS | BRINQUEDOS | VESTUÁRIO
MATERIAL DE BIOSSEGURANÇA E GASTÁVEIS HOSPITALAR

Standard Bank DENTISTA ABIA TUBI Chana RENT-A-CAR ALLIOSUS

heroisdeazul@standardbank.co.ao





A valorização do bem-estar

Escolher o que faz bem e promove o bem-estar
e o equilíbrio necessário.

04

Governança Corporativa

A Governança Corporativa é um dos pilares fulcrais do Banco, dada a responsabilidade que detém na execução do enquadramento regulamentar, facilitando a decisão estratégica e a reconciliação do interesse de todos os *stakeholders*.

4.1. Modelo de Governança 186

4.1 O modelo de governação

A estrutura interna do Banco tem em consideração as características inerentes à actividade.

O modelo de governação definido, favorece a distribuição de responsabilidades, com base numa estrutura lógica e consistente, na qual o Conselho de Administração tem um papel fundamental na supervisão do risco e na definição da estratégica, garantindo o cumprimento do enquadramento regulamentar.

O mesmo prevê a delegação de poderes na Comissão Executiva e em Comitês do Conselho de Administração, conservando sempre um controlo efectivo e a garantia de todas as decisões. A sua cultura reconhece que a forma “como faz” é tão importante como “o que faz”.



Princípios orientadores

O Banco adoptou um modelo de Governação Corporativa adequado aos processos organizativos, à gestão corrente e aos riscos inerentes à actividade, em linha com a regulamentação aplicável. Apresenta uma estrutura coerente de gestão de risco, que permite a correcta implementação e monitorização do Sistema de Controlo Interno, assegurando o alinhamento das políticas e processos de Gestão de Risco com a estratégia de negócio.

De acordo com o modelo de governação definido, a administração é exercida pelo Conselho de Administração, que procura equilibrar o seu papel de supervisão do risco e de orientação estratégica com a necessidade de garantir o cumprimento de requisitos regulamentares e aceitação de risco. O modelo de Governação do Banco prevê a delegação de poderes na Comissão Executiva e em Comitês (internos) do Conselho de Administração, mantendo sempre um controlo efectivo e a responsabilidade final de todas as decisões.

Os princípios orientadores da política de governação corporativa cumprem com os requisitos exigidos pela regulamentação do Banco Nacional de Angola (BNA), bem como com os requisitos da Comissão de Mercado de Capitais (CMC) e da Autoridade Geral Tributária (AGT), estando também alinhados com os princípios orientadores do Grupo Standard Bank, e visando garantir a manutenção das melhores práticas, nomeadamente:

- 01 **Promover transparência, responsabilidade e empatia na gestão dos relacionamentos com os *stakeholders***, de forma a garantir que os Clientes sejam tratados de forma justa e consistente;
- 02 **Gerar um impacto positivo na sociedade**, na economia e no meio ambiente por meio da sua actividade;
- 03 **Cumprir com os elevados padrões regulatórios** e de governação, incluindo os do Grupo Standard Bank;
- 04 **Incute uma cultura ética** e de consciência do risco.

Os Avisos n.º 1/2012 e n.º 2/2012 do BNA vieram estabelecer os pilares fundamentais de Governação Corporativa e Controlo Interno das Instituições Financeiras, definindo um conjunto de práticas no âmbito da estrutura de capital, estratégia, modelo de organização societária, transparência das estruturas orgânicas e políticas de gestão de risco, de remuneração e de conflito de interesses.

O modelo de Governação Corporativa é composto pelos seguintes mecanismos:

- **Políticas que regulam a participação dos accionistas do Banco**, sendo de especial relevância as referentes ao exercício dos seus direitos estatutários;
- **Políticas do Conselho de Administração**, dos seus Comitês e da Comissão Executiva;
- **Procedimentos internos que contêm um conjunto de princípios e regras concretas de actuação**, contidas no código de conduta;
- **Organograma que permite uma clara segregação de funções e responsabilidades dos diferentes órgãos**. A distribuição dos pelouros sob alçada de cada administrador executivo é realizada de forma a garantir a segregação entre as funções de negócio, suporte e controlo;
- **Instrumentos utilizados para melhorar a informação prestada aos accionistas** (com destaque para o Relatório e Contas e para a página institucional do Banco na internet) e processos destinados a fazer com que esta informação seja precisa, completa e atempada, incluindo o que está vinculado à relação com o Conselho Fiscal e com o Auditor Externo.

O *framework* de Governação Corporativa encontra-se alinhado com os princípios definidos para Angola e com os princípios do Grupo Standard Bank, de forma a fornecer uma estratégia clara ágil. Alguns exemplos das melhores práticas implementadas são:

- Identificar oportunidades estratégicas de acordo com o apetite ao risco, o qual se encontra aprovado, tendo em consideração uma gestão sã e prudente;
- Promover um ambiente de controlo interno eficaz, de forma a evitar perdas financeiras ou danos reputacionais;
- Ter sempre presente os princípios éticos que regem o SBA e o Grupo, de forma a conseguir os melhores negócios, minimizando os riscos reputacionais.

Organograma



EDUARDO CLEMENTE
ADMINISTRADOR EXECUTIVO

DIRECÇÃO FINANCEIRA

Contabilidade, Controlo financeiro e Reporte
Regulatório

Controlo de Gestão, Controlo de Produtos

Impostos

Compras

Gestão de Tesouraria e Capital

DIRECÇÃO DE ENGENHARIA

Dados

Segurança de Informação

Tecnologia e Operações

Património

DIRECÇÃO DE INOVAÇÃO

Ecossistemas & Parcerias

Aceleração

DIRECÇÃO DE SOLUÇÕES PARA CLIENTES

Produtos Bancários

Produtos de Seguros

Parcerias

Experiência do Cliente

YONNE DE CASTRO
ADMINISTRADORA EXECUTIVA

DIRECÇÃO DE GESTÃO DE RISCO

Crédito

Risco Operacional

Risco de Mercado

Risco de Liquidez e Capital

Recuperação de Crédito

DIRECÇÃO DE COMPLIANCE

Regulatório

Monitorização

Combate Branqueamento de Capitais

Risco de Fraude

DIRECÇÃO DE CONTROLO CAMBIAL

DIRECÇÃO JURIDICA

Governação Corporativa

ASSEMBLEIA GERAL

CONSELHO FISCAL

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

COMISSÃO EXECUTIVA

Comité de Auditoria

Comité de Risco

Comité de Governação de Crédito

Comité de Gestão de Capital Humano

Comité de Engenharia

Comité de Nomeações e Remunerações

Comité de Activos e Passivos

Comité de Gestão de Risco

Comité de Risco de Crédito

Comité de Capital Humano

Comité de *Pricing*

Comité de Novos Produtos

Comité de Projectos

Comité de Compras

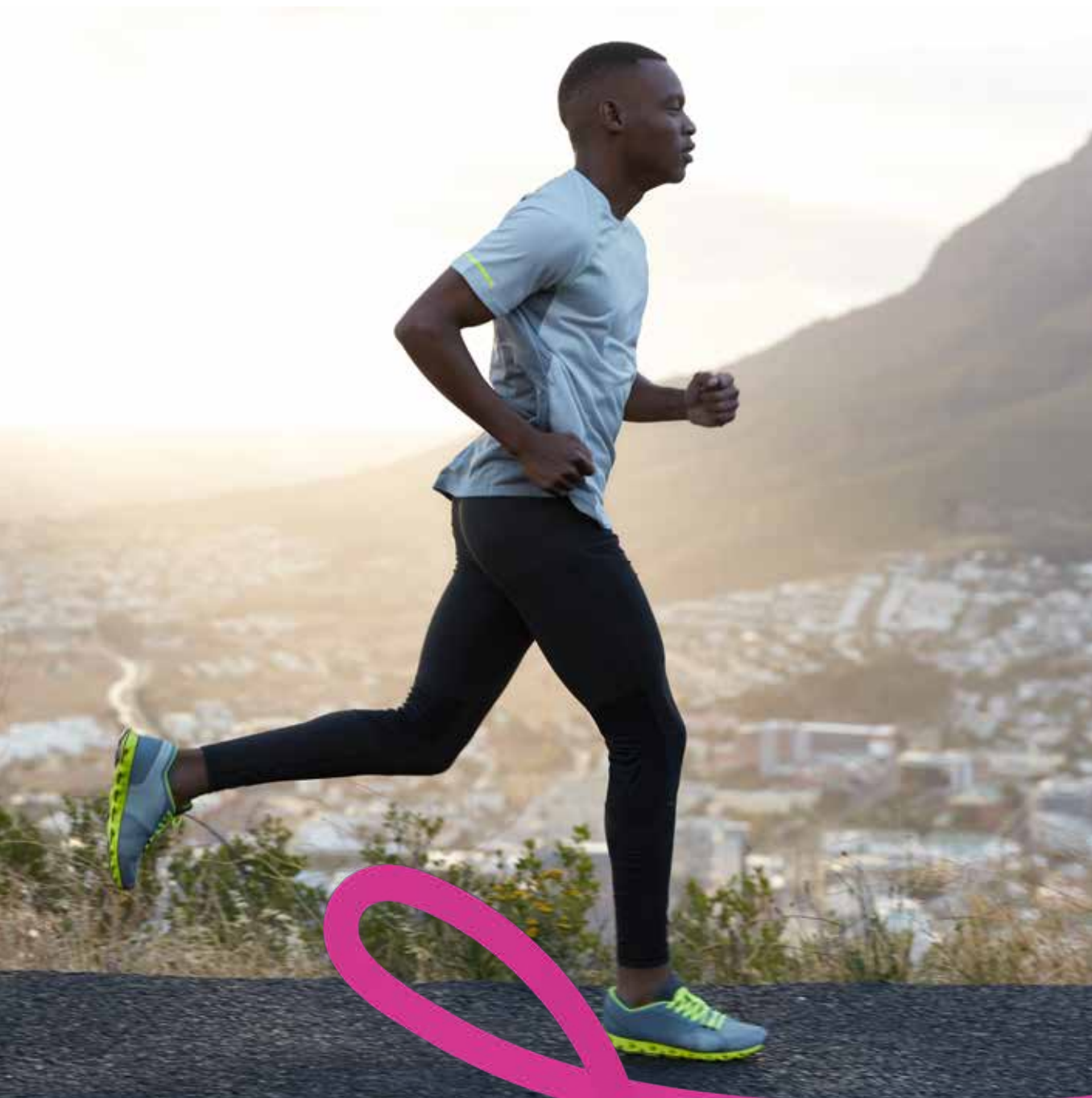
Comité de Análise de Clientes de Alto Risco

Comité de Controlo Interno Financeiro

Comité de Experiência do Cliente

Comité de Governação de Dados e Informação

Comité de Risco de Conduta



O SBA foi autorizado a operar pelo Banco Nacional de Angola a 9 de Março de 2010, tendo iniciado actividade operacional a 27 de Setembro de 2010.

O Capital Social do Banco, no valor de 9 530 006 500,00 Kz (nove mil milhões, quinhentos e trinta milhões, seis mil e quinhentos Kwanzas), está dividido em 1 000 000 acções, encontrando-se repartido por três accionistas minoritários (pessoas individuais fiduciárias do Grupo Standard Bank) e dois accionistas maioritários, nomeadamente:

- Grupo Standard Bank Lda – 50,1%
- AAA Activos Lda. - 49%

De salientar que as acções pertencentes ao accionista AAA Activos Lda., foram apreendidas pela Procuradoria Geral da República de Angola tendo sido nomeado fiel depositário o Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado (IGAPE).

Órgão Sociais

De modo a prevenir a existência de conflitos de interesses ou situações de abuso de informação privilegiada, os membros integrantes dos Órgãos Sociais do Banco regem-se por um Código de Conduta, do qual faz parte um conjunto de regras e deveres de confidencialidade.

Aliada à elevada experiência profissional e competências técnicas, os Órgãos Sociais são ainda reconhecidos pela sua idoneidade moral, cumprindo as normas e padrões do Banco.

A estrutura de Governação Corporativa do SBA segrega funções e responsabilidades entre diversos Órgãos Sociais do Banco, nomeadamente Assembleia Geral, Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

ASSEMBLEIA GERAL

A Assembleia Geral é o Órgão Social constituído por todos os accionistas do SBA e o seu funcionamento é regulado pelos estatutos do Banco. A mesa da Assembleia Geral é constituída por um presidente e um secretário, que são mandatados por 4 anos. **A composição da mesa da Assembleia Geral é a seguinte:**

- **Presidente da mesa da Assembleia Geral**

Sofia Vale

- **Secretário da mesa da Assembleia Geral**

A nomear

A Assembleia Geral tem como competências:

- Eleição dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da mesa da Assembleia Geral;
- Apreciação do relatório anual do Conselho de Administração, incluindo a análise e aprovação das demonstrações financeiras, conforme aprovadas pelo Conselho de Administração e adopção da aplicação de resultados proposta pelo Conselho de Administração, bem como a criação de reservas da Sociedade;
- Aprovação das remunerações dos membros dos Órgãos Sociais;
- Deliberação sobre alterações aos Estatutos;
- Aumento ou redução (incluindo, sem limitação, qualquer reembolso total ou parcial do capital social e pagamento aos accionistas do valor nominal das acções respectivas ou de parte destas, desde que o pagamento seja efectuado através de fundos distribuíveis) do capital da Sociedade, sob reserva do estipulado nos Estatutos;
- Dissolução e liquidação da Sociedade;
- Qualquer fusão ou aquisição que envolva o pagamento de um montante igual ou superior a 25% do capital da Sociedade;
- Qualquer alteração material da actividade principal da Sociedade em cada momento.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração é o Órgão de decisão máximo, com a responsabilidade última pelo controlo dentro dos limites impostos pela lei e pelos estatutos do Banco. Actualmente, este Órgão é composto por 7 membros, que foram nomeados em Assembleia Geral por mandatos de 4 anos. Os Administradores têm acesso ilimitado à equipa de gestão e às informações sobre o Banco, bem como aos recursos necessários para o desempenho das suas responsabilidades.

- **Administrador independente**
Octávio Manuel de Castro Castelo Paulo
- **Administrador não executivo**
António Caroto Coutinho
- **Administrador executivo**
Luís Miguel Fialho Teles
- **Administrador não executivo**
Patrício Bicudo Vilar
- **Administrador não executivo**
Silvano Honório Campos de Araújo
- **Administrador executivo**
Eduardo Miguel Massena Clemente
- **Administradora executiva**
Yonne Lizett de Queiróz de Castro

O Conselho de Administração tem como competências:

- Controlo e gestão corrente da actividade do SBA, dentro dos limites impostos por Lei e pelos Estatutos da Sociedade, sendo a gestão diária da Sociedade delegada na Comissão Executiva;
- Órgão decisório máximo do Banco, com responsabilidade última em matéria de governação.

COMISSÃO EXECUTIVA

A Comissão Executiva foi constituída pelo Conselho de Administração com o intuito de garantir o correcto acompanhamento do exercício da actividade bancária da Sociedade, através da delegação dos poderes de gestão, dentro dos limites estipulados por Lei e pelos Estatutos do Banco. É constituída pelo Presidente da Comissão Executiva e por dois Administradores Executivos. Participam nas reuniões da Comissão Executiva os membros convidados, indicados pelos Administradores Executivos.

- **Presidente da Comissão Executiva**
Luís Miguel Fialho Teles
- **Administrador Executivo**
Eduardo Miguel Massena Clemente
- **Administradora Executiva**
Yonne Lizett de Queiróz de Castro

A Comissão Executiva tem poderes de gestão necessários ou convenientes para o exercício da actividade Bancária, nos termos e com a extensão com que a mesma é configurada no mandato deste órgão e na Lei.

CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal é o Órgão Social com a função de fiscalizar a gestão da Sociedade, zelar pela observância da Lei e dos Estatutos, e verificar os registos contabilísticos e financeiros do Banco. É actualmente composto por quatro membros, um Presidente, dois Vogais e um suplente, em mandatos de 4 anos, estando um suplente por nomear. O seu funcionamento e composição rege-se pelo disposto em legislação aplicável e nos Estatutos.

- **Presidente**
Sérgio Eduardo Sequeira Serrão
- **Vogal**
Fernando Jorge Teixeira Hermes
- **Vogal**
Donald Carmo Calunda Lisboa
- **Suplente**
Eduardo Quental Avelino Bango
- **Suplente**
A nomear

AUDITOR EXTERNO

A fiscalização externa do Banco é actualmente assegurada pela empresa de auditoria KPMG Angola. De acordo com a regulamentação aplicável, designadamente o Aviso n.º 4/14 do BNA, e em conformidade com as orientações do Grupo Standard Bank, o Banco acautelou a independência e a objectividade dos seus auditores externos através da selecção de empresas de auditoria com reconhecimento internacional, cumprindo os requisitos internos de independência e rotatividade a cada 4 anos.

Comités

	COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA DE REUNIÕES	RESPONSABILIDADE
COMITÉS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
Comité de Gestão de Capital Humano	• Presidente: Administrador Não Executivo • Membros: Dois Administradores Não-executivos	Trimestral	• Analisar e aprovar a política de remuneração do Banco e zelar pela nomeação, avaliação e remuneração dos Colaboradores. • Gerir a componente de recursos humanos, tal como a definição de políticas e procedimentos ou a nomeação de Directores. • Acompanhar a componente de avaliação e definir as políticas de recrutamento e contratação.
Comité de Auditoria	• Presidente: Administrador Não Executivo • Membros: Membro do Conselho Fiscal e Administrador Não-Executivo	Trimestral	• Auxiliar no cumprimento das obrigações relativas à salvaguarda de activos e avaliação do Sistema de Controlo Interno e assegurar que os riscos inerentes à actividade são adequadamente geridos e monitorizados. • Analisar a situação financeira do Banco e fazer recomendações ao Conselho de Administração sobre assuntos de natureza financeira, de risco, controlo interno, fraudes e riscos informáticos relevantes, assegurando ainda uma comunicação eficaz entre o Conselho de Administração, a equipa de gestão, os auditores internos, os auditores externos e as autoridades reguladoras.

	COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA DE REUNIÕES	RESPONSABILIDADE
Comité de Risco	• Presidente: Administrador Não Executivo Independente • Membros: Dois Administradores Não-Executivos	Trimestral	• Assegurar a qualidade, integridade e fiabilidade da gestão de risco, gerir e controlar o risco nas seguintes vertentes: – Aconselhar o Conselho de Administração quanto à estratégia de risco. – Supervisionar a implementação da estratégia de risco . – Supervisionar a função de gestão de risco.
Comité de Governação de Crédito	• Presidente: Administrador Não Executivo Independente • Membros: Dois Administradores Não-Executivos	Trimestral	• Assegurar que existe uma efectiva governação do crédito e que é efectuada uma adequada gestão da carteira de crédito. • Monitorizar os créditos concedidos. • Controlar do risco de crédito, incluindo o risco País.
Comité de Engenharia	• Presidente: Administrador Não Executivo • Membros: Administrador Executivo e Administrador Não Executivo Independente	Trimestral	• Assegurar que existe uma efectiva governação e gestão do risco tecnológico, com especial ênfase para a estratégia do SBA.
Comité de Nomeações e Remunerações	• Presidente: Administrador Não Executivo Independente • Membros: Dois Administradores Não-Executivos	Anual	• Identificar, avaliar, incluindo antecedentes, verificação de referências e conflitos de interesse, e recomendar candidatos ao conselho de administração e ao conselho fiscal. • Recomendar aos acionistas, para aprovação, a remuneração dos administradores não executivos, bem como dos membros do Conselho Fiscal.

	COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA DE REUNIÕES	RESPONSABILIDADE
COMITÉS DA COMISSÃO EXECUTIVA			
Comité de Activos e Passivos	• Presidente: PCE • Membros: Administrador Executivo, Director Financeiro, Directora Executiva do segmento Particulares, Directora Executiva do segmento Pequenas e Médias Empresas, Director Executivo de Grande Empresas e Banca de Investimento da Banca Corporativa e de Risco	Mensal	• Estabelecer linhas orientadoras da gestão do risco de liquidez, de mercado e cambial.
Comité de Gestão de Risco	• Presidente: Administradora Executiva • Membros: PCE, Administrador Executivo, Director de Risco, Directora de <i>Compliance</i>, Director de Controlo Cambial, Director de Auditoria Interna, Director de Engenharia, Directora de Pessoas e Cultura, Directora Financeira, Directora de Serviços Jurídicos, Directora Executiva do segmento Particulares - (<i>Consumer & High Networth Clients</i>), Directora Executiva do segmento Pequenas e Médias Empresas - (<i>Business & Commercial Clients</i>), Director Executivo de Grande Empresas e Banca de Investimento da Banca Corporativa - (<i>Corporate and Investment Bank</i>)	Mensal	• Formular estratégias de risco e desenvolver políticas de gestão de risco para aprovação do Conselho de Administração obedecendo aos requisitos regulamentares vigentes. • Adoptar os princípios corporativos e código de boas práticas bancárias por forma a promover a adequada gestão de risco, bem como, rever e avaliar o ambiente de controlo do Banco, incluindo (mas não se limitando) o quadro de risco e garantir que a integridade dos sistemas de controlo de risco, políticas, procedimentos, processos e estratégias são geridos de forma eficaz, em linha com os níveis/apetite de risco aprovados pela Administração.

	COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA DE REUNIÕES	RESPONSABILIDADE
Comité de Risco de Crédito	• Presidente: Director de Risco • Membros: PCE, Directora do segmento Particulares , Directora do segmento Pequenas e Médias Empresas, Director de Grande Empresas e Banca de Investimento da Banca Corporativa), Directora Jurídica, Director de Recuperação de Crédito.	Mensal	• Estabelecer e definir os princípios de assunção do risco de crédito e do quadro geral para uma consistente e unificada governação, identificação, avaliação, gestão e comunicação do risco de crédito. Para fins de cumprimento dos seus deveres e responsabilidades, o Comité de Gestão de Risco de Crédito tem o direito de delegar responsabilidades aos subcomités e / ou indivíduos dentro de mandatos claramente definidos e autoridades delegadas.
Comité de Pricing	• Presidente: CFO • Membros: Administrador Executivo do Pelouro Financeiro, Administrador Executivo do Pelouro <i>Compliance</i>, Directora do segmento Particulares , Directora do segmento Pequenas e Médias Empresas, Director de Grande Empresas e Banca de Investimento da Banca Corporativa - , Director de <i>Client Solutions</i>, Director dos Sistemas de Informação, Director de <i>Compliance</i>, Director de Risco, Director de Banca Transaccional (Grandes Empresas), Director de Mercado de Capitais (Grandes Empresas), Director de Banca de Investimento (Grandes Empresas) e Director de <i>Marketing</i>	Trimestral	• Definir e rever a estratégia de <i>pricing</i> do Banco, tendo em conta: – Os produtos e segmentos em que se pretende posicionar; – A concorrência; – O risco de crédito; – Todas as condicionantes do mercado.

	COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA DE REUNIÕES	RESPONSABILIDADE
Comité de Novos Produtos	• Presidente: CFO • Membros: Directora do segmento Particulares, Directora do segmento Pequenas e Médias Empresas, Director de Grande Empresas e Banca de Investimento da Banca Corporativa, Director de <i>Engineering</i>, Director de Risco, Director de <i>Compliance</i>, Director pelo Departamento Jurídico, Director de <i>Client Solutions</i>, Responsável da Unidade de Negócios que propõe o novo produto, Director de <i>Marketing</i> e Director de Auditoria Interna	Mensal	• Avaliação e aprovação de novos produtos, canais e propostas de serviços.
Comité de Projectos	• Presidente: PCE • Membros: Administradores Executivos, Director de <i>Engineering</i>, Directora do segmento Particulares, Directora do segmento Pequenas e Médias Empresas, Director de Grande Empresas e Banca de Investimento da Banca Corporativa, Directora Financeira, Director de Pessoas e Cultura, Director da Gestão da Transformação (TMO)	Mensal	• Garantir o alinhamento do investimento considerado <i>Change the Bank</i>, nas áreas de sistemas de informação e de negócio, com as iniciativas estratégicas adoptadas pelo SBA e, se pertinente, pelo Grupo Standard Bank. • Os projectos resultantes são executados de acordo com os parâmetros acordados em termos de qualidade, custo, âmbito e prazos, e que eventuais desvios aos parâmetros estabelecidos são adequadamente geridos.

	COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA DE REUNIÕES	RESPONSABILIDADE
Comité de Compras	• Presidente: CFO • Membros: Director Executivo de <i>Procurement</i>, Director de <i>Engineering</i>, Director do Jurídico, Directora do segmento Particulares, Directora segmento Pequenas e Médias Empresas, Director de Grande Empresas e Banca de Investimento da Banca Corporativa, Director de <i>Client Solutions</i>, e Director de Risco	Mensal	• Alinhar as propostas de adjudicação de bens e serviços de terceiras partes com os objectivos do SBA a curto, médio e longo prazo. • Assegurar que todas as propostas, alterações aos contractos e reclamações são resolvidas seguindo um procedimento justo e imparcial e que todas as propostas são sujeitas a uma avaliação adequada. • Assegurar o alinhamento das estratégias de contratação e de celebração de contractos com os objectivos do Negócio.
Comité de Análise de Clientes de Alto Risco	• Presidente: Administradora Executiva • Membros: Administradores Executivos, Directora do segmento Particulares, Directora do segmento Pequenas e Médias Empresas, Director de Grande Empresas e Banca de Investimento da Banca Corporativa Director de Risco, Director do Jurídico e Director do <i>Compliance</i>	Semanal	• Aprovar as relações com Clientes quando estas possam ter implicações ao nível de risco reputacional para o Banco e garantir que o processo de revisão é realizado para todas as relações relevantes, designadamente, Clientes categorizados como de Alto Risco para o Banco, incluindo pessoas politicamente expostas.
Comité de Controlo Interno Financeiro	• Presidente: CFO • Membros: CFO, Director de Engineering, Directora do segmento Particulares, Directora do segmento Pequenas e Médias Empresas, Director de Grande Empresas e Banca de Investimento da Banca Corporativa, Director de <i>Client Solutions</i>	Mensal	• Avaliar a proporcionalidade, eficiência e adequação do controlo interno financeiro do Banco, reduzindo a tolerância para o risco operacional e financeiro.

	COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA DE REUNIÕES	RESPONSABILIDADE
Comité Executivo de Capital Humano	• Presidente: PCE • Membros: Administradores Executivos, Directora do segmento Particulares, Directora do segmento Pequenas e Médias Empresas, Director de Grande Empresas e Banca de Investimento da Banca Corporativa e de Directora de Pessoas e Cultura	Mensal	• Aprovar a política de remuneração do SBA bem como a responsabilidade pela nomeação, avaliação e remuneração dos Colaboradores, acompanhar a componente de avaliações periódicas de desempenho, políticas de recrutamento, rever e aprovar políticas e procedimentos relacionados com Capital Humano.
Comité de Experiência do Cliente	• Presidente: Administrador Executivo • Membros: Administradora Executiva, Director de <i>Client Solutions</i>, Director de Experience, Director de <i>Engineering</i>, Director de Pessoas e Cultura, Director de <i>Marketing</i>, Directora do segmento Particulares, Directora do segmento Pequenas e Médias Empresas, Director de Grande Empresas e Banca de Investimento da Banca Corporativa.)	Mensal	• Ter uma visão global de reclamações, solicitações de Clientes, quebras dos prazos acordados, campanhas de serviços, formações e eventos, por forma a melhorar a cultura organizacional e melhorar de forma consistente a experiência do Cliente com o Banco

	COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA DE REUNIÕES	RESPONSABILIDADE
Comité de Governação de Dados e Informação	• Presidente: PCE • Membros: Administradores Executivos, Director de <i>Engineering</i>, Directora do segmento Particulares, Directora do segmento Pequenas e Médias Empresas, Director de Grande Empresas e Banca de Investimento da Banca Corporativa, Director de <i>Compliance</i>, Director de Risco, Director de Jurídico, Director do <i>Data Office</i>	Mensal	• Estabelecer a estratégia de gestão de dados e informação, bem como as prioridades e decisões de investimentos de sistemas para os principais programas.
Comité de Risco de Conduta	• Presidente: PCE • Membros: Administradores Executivos, Director de <i>Engineering</i>, Directora do segmento Particulares, Directora do segmento Pequenas e Médias Empresas, Director de Grande Empresas e Banca de Investimento da Banca Corporativa, Director de <i>Compliance</i>, Director de Risco, Director de Jurídico, Director de Soluções para Clientes, Director de Pessoas e Cultura, Director de <i>Marketing</i>, Directora Financeira, Director de Inovação e Director de Auditoria Interna	Mensal	• Efectuar uma revisão das estratégias, políticas e estruturas do Banco necessárias para monitorar, compreender, influenciar e responder aos factores que impulsionam a Cultura, Conduta e Ética no mercado em que actua.



Principais Políticas

CÓDIGO DE ÉTICA E CONFLITO DE INTERESSES

O Banco coloca o Cliente no centro da sua actividade, dando primazia aos seus interesses e fazendo do dever de lealdade para com este, o pilar que define o modo de actuação.

A política de conflito de interesses que implementou rege-se pelos mais altos padrões éticos e deontológicos. Por um lado, procura identificar, monitorizar e mitigar situações de potenciais conflitos de interesse que protejam o Banco enquanto Organização, os seus Colaboradores e Clientes, de eventuais danos. Por outro lado, permite assegurar o estrito cumprimento das leis e dos regulamentos aplicáveis.

De modo a poder conduzir a sua actividade de forma coerente, foram identificadas directrizes comuns, tais como a visão, valores e a identidade da marca Standard Bank, que implicam um quadro comum de tomada de decisão. Este quadro está definido com maior clareza no Código de Ética, que foi concebido para facilitar uma maior descentralização, e consequente tomada de decisões de forma mais rápida e eficiente em todos os níveis do Banco.

TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A definição do quadro de governação, gestão de riscos e comunicação de transacções com partes relacionadas, e os empréstimos a partes associadas e relacionadas são os principais objectivos desta política.

POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS

A política de remunerações e benefícios do Banco é fundamental na contratação e retenção dos quadros, garantindo desta forma a motivação dos Colaboradores e proporcionando-lhes boas oportunidades de remuneração e benefícios. De modo a garantir a efectiva execução desta política, são seguidos os seguintes princípios orientadores:

- 
- 01 Cultura de responsabilidade e excelência, através do desempenho individual, competências adquiridas, capacidades técnicas e experiência demonstrada;
 - 02 Abordagem de remuneração com o objectivo de atrair e reter os Colaboradores chave, bem como motivar e premiar o desempenho de excelência;
 - 03 Valor do trabalho, que o SBA define com base nas capacidades, nomeadamente:
 - competência,
 - capacidade técnica,
 - experiência e desempenho e
 - posição ocupada nos diferentes níveis organizacionais;
 - 04 Respeito pelos princípios de remuneração do mercado, de forma a garantir que as diferenças relativas ao valor de mercado são suportadas e justificadas, e que as práticas de remuneração garantem níveis adequados de competitividade;
 - 05 Capacidade financeira da Instituição;
 - 06 Garantia de remuneração (fundamentalmente no que se refere a benefícios), dependente da contribuição dos Colaboradores para a concretização dos dos objectivos do Banco.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Administradores Executivos

No SBA, a remuneração dos membros da Comissão Executiva, tem composição mista, i.e., apresenta uma componente fixa complementada por uma componente variável, determinada em função da conjugação de vários factores, tais como:

- Desempenho individual de cada Administrador referente não só ao ano precedente, mas à consistência de desempenho em anos anteriores.
- Desempenho geral do Banco.
- Respeito pelas regras e normativos inerentes à actividade que desenvolvemos, bem como pelo Código de Conduta.

Administradores não executivos e membros da mesa da Assembleia Geral

Os Administradores não executivos do Conselho de Administração são remunerados pelas funções exercidas através de uma parcela fixa e de senhas de presença em reuniões.

- O Administrador não executivo independente recebe uma remuneração fixa definida directamente pelos accionistas.
- A remuneração da mesa da Assembleia Geral corresponde a um valor fixo consoante a sua presença em reuniões.

Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal corresponde a um valor fixo consoante a sua presença em reuniões. Os valores destas são aprovados pelos accionistas através de deliberação da Assembleia Geral.

A remuneração dos Órgãos Sociais tem em vista a compensação das actividades que desenvolvem no Banco directamente. A remuneração dos Órgãos Sociais engloba a remuneração fixa, remuneração varável e benefícios de longo prazo, como apresentada de seguida.

(milhares de Kwanzas)

	Conselho de Administração			Conselho Fiscal	Comissão Executiva	Total
	Administradores executivos	Membros não executivos	Total			
30 de Junho de 2022						
Remunerações e outros benefícios de curto prazo	788 848	-	788 848	7 439	89 880	886 167
Remunerações variáveis	579 848	-	579 848	4 505	15 940	600 293
Sub total	1 368 696	-	1 368 696	11 944	105 820	1 486 460
Benefícios e outros encargos sociais	-	-	-	-	-	-
Outras remunerações e prémios de antiguidade	-	-	-	-	-	-
Total	1 368 696	-	1 368 696	11 944	105 820	1 486 460
30 de Junho de 2021						
Remunerações e outros benefícios de curto prazo	815 233	-	815 233	6 904	27 000	849 137
Remunerações variáveis	545 455	-	545 455	4 474	8 156	558 085
Sub total	1 360 688	-	1 360 688	11 378	35 156	1 407 222
Benefícios e outros encargos sociais	-	-	-	-	-	-
Outras remunerações e prémios de antiguidade	-	-	-	-	-	-
Total	1 360 688	-	1 360 688	11 378	35 156	1 407 222



A apreciação dos detalhes

A valorização do que nos rodeia é essencial
para alcançar uma vida realizada.

05

Demonstrações financeiras e notas

Queremos transmitir uma mensagem clara e transparente a todos os *stakeholders*, não apenas numa vertente financeira, mas de forma mais abrangente pois a actividade que desenvolvemos e os desafios que enfrentamos não se resumem só a números.

5.1. Demonstrações Financeiras	208
5.2. Notas às Demonstrações Financeiras	214
5.3. Pareceres dos Auditores Externos e do Conselho Fiscal	329

5.1

Demonstrações financeiras



Balanço em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021

Montantes expressos em milhares de Kwanzas, excepto quando expressamente indicado

(milhares de Kwanzas)

BALANÇO CONDENSADO INTERCALAR	Notas	30.06.2022	31.12.2021
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4	113 264 710	119 628 484
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	88 624 115	92 577 562
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	6	239 906 936	186 984 054
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	7	2 527 515	181 656
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	8	184 626 023	162 789 363
Investimentos ao custo amortizado	9	93 161 533	91 706 497
Crédito a clientes	10	273 753 836	234 174 153
Outros activos tangíveis	11	42 438 383	43 199 753
Activos intangíveis	12	9 974 154	8 674 748
Activos por impostos correntes	13	892 277	892 277
Activos por impostos diferidos	13	7 654 664	5 588 505
Outros activos	14	7 464 560	21 876 848
Total do Activo		1 064 288 706	968 273 900
Passivo e capital próprio			
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	15	21 370 349	26 524 169
Recursos de clientes e outros empréstimos	16	779 817 874	678 257 533
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	7	5	-
Provisões	17	4 201 741	3 287 749
Passivos por impostos correntes	13	1 984 497	17 518 310
Passivos por impostos diferidos	13	9 238 725	524 756
Passivos subordinados	18	12 901 519	16 704 348
Outros passivos	19	67 104 423	55 971 373
Total do Passivo		896 619 133	798 788 238
Capital próprio			
Capital Social	20	9 530 007	9 530 007
Reservas de reavaliação	21	3 927 780	974 547
Outras reservas e resultados transitados	21	121 112 949	83 244 796
Resultado líquido		33 098 837	75 736 312
Total do Capital Próprio		167 669 573	169 485 662
Total do Passivo e do Capital Próprio		1 064 288 706	968 273 900

As nota explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração de Resultados dos exercícios findos em 30 de Junho de 2022 e 2021

Montantes expressos em milhares de Kwanzas, excepto quando expressamente indicado

(milhares de Kwanzas)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONDENSADA INTERCALAR	Notas	30.06.2022	30.06.2021
Juros e rendimentos similares	23	51 678 765	41 489 033
Juros e encargos similares	23	(11 641 647)	(6 223 647)
Margem financeira		40 037 118	35 265 386
Rendimentos de serviços e comissões	24	8 654 702	8 144 867
Encargos com serviços e comissões	24	(2 790 029)	(1 977 862)
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	25	(67 764)	(45 424)
Resultados de activos financeiros através de outro rendimento integral	26	182 058	-
Resultados cambiais	27	19 718 917	16 912 533
Outros resultados de exploração	28	(1 567 926)	(2 425 221)
Produto da actividade bancária		64 167 076	55 874 279
Custos com pessoal	29	(13 071 610)	(9 957 010)
Fornecimentos e serviços de terceiros	30	(7 435 889)	(6 899 457)
Depreciações e amortizações do exercício	11 e 12	(2 935 421)	(1 322 144)
Provisões líquidas de anulações	17	(118 907)	(681 955)
Imparidade para crédito a clientes líquida de reversões e recuperações	10	(1 301 821)	(3 101 706)
Imparidade para outros activos líquida de reversões e recuperações	4,5,6,9,14 e 21	(64 877)	4 242 482
Resultado antes de impostos		39 238 551	38 154 489
Impostos sobre os resultados	13	(6 139 714)	(5 382 887)
Resultado líquido		33 098 837	32 771 602
Número médio de acções ordinárias emitidas		1 000 000	1 000 000
Resultados por acção básico (em kwanzas)	31	33 099	32 772
Resultados por acção diluído (em kwanzas)	31	33 099	32 772

As nota explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração do Rendimento Integral dos exercícios findos em 30 de Junho de 2022 e 2021

Montantes expressos em milhares de Kwanzas, excepto quando expressamente indicado

(milhares de Kwanzas)

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL CONDENSADA INTERCALAR	Notas	30.06.2022	30.06.2021
Resultado líquido do exercício		33 098 837	32 771 602
Outro rendimento integral do exercício			
Itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados			
Instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral	8 e 21		
Variações no justo valor		4 567 053	1 324 653
Transferência para resultados por imparidade reconhecida no exercício		(23 618)	133 236
Impostos diferidos das alterações de justo valor		1 590 202	
Total do outro rendimento integral do exercício		2 953 233	1 457 889
Total do rendimento integral do exercício		36 052 070	34 229 491

As nota explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa dos exercícios findos em 30 de Junho de 2022 e 2021

Montantes expressos em milhares de Kwanzas, excepto quando expressamente indicado

(milhares de Kwanzas)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONDENSADA INTERCALAR	Notas	30.06.2022	30.06.2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos	23 e 24	48 174 952	42 730 555
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos	23 e 24	(13 928 303)	(6 740 757)
Pagamentos a empregados e fornecedores	29 e 30	(20 507 499)	(16 856 467)
Outros resultados	27 e 28	18 150 991	14 487 311
Fluxos de caixa antes das alterações nos activos e passivos operacionais		31 890 141	33 620 642
(Aumentos)/Diminuições de activos operacionais:			
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	6	(50 883 428)	49 689 115
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	7 e 25	(2 333 601)	(6 099 462)
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	8 e 26	(12 147 981)	(42 941 504)
Investimentos ao custo amortizado	9	(1 760 641)	94 507 675
Crédito a clientes	10	(39 791 031)	(50 297 061)
Outros activos	13 e 14	12 346 129	497 072
Fluxo líquido proveniente dos activos operacionais		(94 570 552)	45 355 835
(Aumentos)/Diminuições de passivos operacionais:			
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	15	(5 396 782)	12 576 972
Recursos de clientes e outros empréstimos	16 e 18	97 497 100	(20 356 645)
Outros passivos	17 e 19	9 336 549	(1 909 836)
Fluxo líquido proveniente dos passivos operacionais		101 436 868	(9 689 509)
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento		38 756 457	69 286 968
Impostos sobre o rendimento pagos	13	(21 673 527)	(439 631)
CAIXA LÍQUIDA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS		17 082 930	68 847 337
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de outros activos tangíveis, líquidas de alienações	11	(1 178 489)	(3 478 777)
Aquisições de activos intangíveis, líquidas de alienações	12	(914 224)	(1 186 180)
CAIXA LÍQUIDA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		(2 092 713)	(4 664 957)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Distribuição de dividendos	22	(25 307 439)	(16 258 989)
Emissão de responsabilidades representadas por títulos, líquida de reembolsos e compras		-	(2 189)
CAIXA LÍQUIDA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(25 307 439)	(16 261 178)
Variação de caixa e seus equivalentes		(10 317 221)	47 921 202
Caixa e seus equivalentes no início do período	4 e 5	212 206 046	212 701 958
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO		201 888 825	260 623 160
Caixa e equivalentes engloba:			
Caixa	4	14 134 842	10 356 794
Disponibilidades em Bancos Centrais	4	48 670 961	38 616 880
Disponibilidades em Bancos Centrais de natureza obrigatória	4	50 458 907	64 295 695
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	88 624 115	147 353 791
Total		201 888 825	260 623 160

As nota explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração de alterações no capital próprio dos exercícios findos em 30 de Junho de 2022 e 2021

Montantes expressos em milhares de Kwanzas, excepto quando expressamente indicado

(milhares de Kwanzas)

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONDENSADA INTERCALAR	Capital social (Nota 20)	Reservas de reavaliação (Nota 21)	Outras reservas e resultados transitados (Nota 21)				Resultado líquido	Total do capital próprio
			Reserva legal	Resultados transitados	Outras reservas	Total		
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	9 530 007	(1 099 873)	9 530 007	62 889 933	1 209	72 421 149	36 131 088	116 982 371
Outro rendimento integral:								
Alterações de justo valor	-	1 324 653	-	-	-	-	-	1 324 653
Transferência para resultados por imparidade reconhecida no período	-	133 236	-	-	-	-	-	133 236
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	32 771 602	32 771 602
Total de rendimento integral no exercício	-	1 457 889	-	-	-	-	32 771 602	34 229 491
Constituição de reservas	-	-	-	36 131 088	-	36 131 088	(36 131 088)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(16 258 989)	-	(16 258 989)	-	(16 258 989)
Saldo em 30 de Junho de 2021	9 530 007	358 016	9 530 007	82 762 032	1 209	92 293 248	32 771 602	134 952 873
Outro rendimento integral:								
Alterações de justo valor	-	1 013 271	-	-	-	-	-	1 013 271
Transferência para resultados por imparidade reconhecida no exercício	-	128 017	-	-	-	-	-	128 017
Impostos diferidos das alterações de justo valor	-	(524 757)	-	-	-	-	-	(524 757)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	42 964 710	42 964 710
Total de rendimento integral no exercício	-	616 531	-	-	-	-	42 964 710	43 581 241
Distribuição de dividendos	-	-	-	(9 048 450)	-	(9 048 450)	-	(9 048 450)
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	9 530 007	974 547	9 530 007	73 713 580	1 209	83 244 796	75 736 312	169 485 662
Outro rendimento integral:								
Alterações de justo valor	-	4 567 053	-	-	-	-	-	4 567 053
Transferência para resultados por imparidade reconhecida no exercício	-	(23 618)	-	-	-	-	-	(23 618)
Impostos diferidos das alterações de justo valor	-	(1 590 202)	-	-	-	-	-	(1 590 202)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	33 098 837	33 098 837
Total de rendimento integral no exercício	-	2 953 233	-	-	-	-	33 098 837	36 052 070
Constituição de reservas	-	-	-	75 736 312	-	75 736 312	(75 736 312)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(37 868 156)	-	(37 868 156)	-	(37 868 156)

As nota explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

5.2 Notas às demonstrações financeiras



Nota 1 - Nota Introdutória

O Standard Bank de Angola, S.A. (doravante também designado por “Banco” ou “SBA”), é um Banco de capitais privados com sede no *Inara Business Park & Gardens*, Torre 1, 8º andar, Talatona, Angola. O Banco foi autorizado a operar pelo Banco Nacional de Angola em 9 de Março de 2010, tendo iniciado a sua actividade operacional em 27 de Setembro de 2010.

O Banco tem como objectivo o exercício da actividade bancária nos termos permitidos por lei, que inclui a obtenção de recursos de terceiros sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com seus recursos próprios, na concessão de empréstimos, depósitos no Banco Nacional de Angola (BNA), aplicações em instituições de crédito, aquisição de títulos e em outros activos, para os quais se encontra devidamente autorizado. Presta ainda outros serviços bancários e realiza diversos tipos de operações em moeda estrangeira.

No que se refere à estrutura accionista e conforme detalhado na Nota 20 o Banco é detido maioritariamente pelo Standard Bank da África do Sul em 51%. Na Nota 32 encontram-se detalhados os principais saldos e transacções com accionistas e outras entidades relacionadas.

Em Junho de 2022 e Dezembro de 2021, o Banco terminou o ano com 19 agências abertas.

Nota 2 - Políticas Contabilísticas

BASES DE APRESENTAÇÃO

No âmbito do disposto no Aviso nº 05/2019 de 30 de Agosto, do Banco Nacional de Angola, as demonstrações financeiras do Standard Bank de

Angola, S.A. são preparadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* (IFRS).

As demonstrações financeiras do Banco agora apresentadas reportam-se a 30 de junho de 2022. Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com a norma IAS 34 Relato Financeiro Intercalar (“IAS 34”). Consequentemente, estas demonstrações financeiras não incluem toda a informação requerida pelas IFRS, pelo que devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2021. As políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco na sua preparação são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras com referência a 30 de Junho de 2021, excepto no que se refere às novas normas emitidas.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras do Standard Bank de Angola, S.A. agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 30 de Junho de 2022.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de kwanzas, a moeda do ambiente económico no qual o Banco se encontra, arredondado ao milhar mais próximo. Foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados e activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral. Os outros

activos e passivos financeiros e os activos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

Os câmbios de kwanzas face às divisas relevantes para a actividade do Banco eram os seguintes nas datas de referência abaixo:

	30.06.2022	31.12.2021	30.06.2021
USD	428,209	554,981	653,652
EUR	448,463	628,738	774,839

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Banco efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras do Banco em 30 de Junho de 2022 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 26 de Setembro de 2022.

As políticas contabilísticas são consistentes com as reportadas em anos anteriores.

2.1 COMPARABILIDADE DA INFORMAÇÃO

O Banco adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para os períodos que se iniciaram em ou após 1 de Janeiro de 2019. As políticas contabilísticas são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício anterior.

2.2 CRÉDITO A CLIENTES

O crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Banco, cuja intenção não é a de venda no curto prazo, os quais são registados na data em que o montante do crédito é adiantado ao cliente. O crédito a clientes é inicialmente registado ao seu justo valor e subsequentemente ao custo amortizado líquido de imparidade. Os custos/proveitos de transacção associados fazem parte da taxa de juro efectiva destes instrumentos financeiros reconhecidos na margem financeira. A componente dos juros é reconhecida na rubrica “Juros e rendimentos similares”, com base no método da taxa de juro efectiva e de acordo com os critérios descritos na Nota 2.12. Adicionalmente são periodificadas, pelo prazo da vida das operações, na margem de crédito as comissões cobradas relacionadas com as operações de crédito.

O crédito a clientes é desreconhecido do balanço quando (i) os direitos contratuais do Banco relativos aos respectivos fluxos de caixa expiraram, (ii) o Banco transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, (iii) não obstante o Banco ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos foi transferido, ou (iv) quando não existem perspectivas realistas da recuperação dos créditos, numa perspectiva, e para créditos

colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, sendo os mesmos abatidos ao activo.

2.2.1 Imparidade (IFRS 9)

A IFRS 9 estabeleceu um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” pelo que o evento de perda não necessita assim de ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral (OCI ou Other comprehensive income).

No caso do risco de crédito de um activo financeiro não ter aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o activo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

No caso do risco de crédito ter aumentado significativamente, o activo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respectiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida.

Uma vez verificando-se o evento de perda (o que actualmente se designa por “prova objectiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afectada directamente ao instrumento em causa, incluindo o tratamento do respectivo juro.

2.1.1.1 Expected Credit Loss (ECL)

Os ECL são uma estimativa de probabilidade das perdas de crédito.

Os *inputs* chave para a mensuração dos ECL são previsivelmente as seguintes variáveis:

- Probabilidade de Incumprimento (*Probability of Default* ou PD);
- Perda dado o Incumprimento (*Loss Given Default* ou LGD); e
- Exposição em Incumprimento (*Exposure at Default* ou EAD).

Estes parâmetros derivam de modelos estatísticos internos desenvolvidos e outros dados históricos que derivam de modelos regulatórios, sendo ajustados para reflectir informação prospectiva.

As estimativas de PD são estimativas a uma determinada data, calculadas com base num modelo de notações estatísticas, e obtidas utilizando ferramentas de notações criadas para as várias categorias de contrapartes e exposições. Estes modelos estatísticos são baseados em dados compilados internamente, compreendendo tanto factores qualitativos como factores quantitativos. Onde se encontrarem disponíveis dados de mercado, estes podem também ser utilizados para obter a PD de grandes contrapartes CIB. Se uma contraparte ou exposição migrar entre classes de notação, isso dá origem a uma mudança na estimativa da PD associada. As PDs são estimadas considerando as maturidades contratuais das exposições e taxas de pagamento antecipado estimado.

A perda dado o incumprimento (LGD) corresponde à percentagem de dívida que não será recuperada em caso de default do Cliente. O cálculo da LGD é realizado com base em informação interna histórica, considerando os fluxos de caixa associados aos contratos desde o momento de default até à sua regularização ou até ao momento

em que não existam expectativas de recuperação relevantes, tendo em consideração um cálculo ponderado das recuperações provenientes de exposições colateralizadas e não colateralizadas. Para Particulares e Pequenas e Médias Empresas, foi acordado para efeitos de consistência pelo Grupo Standard Bank, o pressuposto de que a LGD não inclui recuperações de contratos abatidos ao activo.

A EAD representa a exposição esperada na eventualidade de incumprimento. O Banco obtém a EAD da exposição actual às contrapartes e as mudanças potenciais para o montante nos termos do contrato, incluindo amortização, e pagamentos antecipados. A EAD dos activos financeiros corresponde ao valor bruto detido no incumprimento.

Para posições extrapatrimoniais (limites não utilizados, cartas de crédito e garantias financeiras), a EAD considera o valor descontado, bem como os potenciais montantes futuros que poderão ser levantados ou amortizados no âmbito do contrato. Para esta estimativa, o Banco considera o valor nominal das posições extrapatrimoniais multiplicado pelo Credit Conversion Factor (CCF) tendo em conta os níveis de risco apresentados na Tabela 2 do Aviso nº 09/2016 do Banco Nacional de Angola, onde posições com risco elevado são ponderadas a 100%, posições com risco médio são ponderadas a 50%, posições com risco médio/baixo são ponderadas a 20% e posições com risco baixo são ponderadas a 0% e para as restantes exposições são aplicados CCF's com base no modelo fornecido pelo SB Group ou alternativamente tendo por base a metodologia definida internamente com base em informação histórica.

Para Particulares e Pequenas e Médias Empresas, os limites não utilizados são considerados pelo modelo de imparidade como exposições patrimoniais.

2.2.1.2 Análise individual e colectiva

Para Particulares e Pequenas e Médias Empresas, o modelo de imparidade do Banco para os créditos no Estágio 3 é efectuado numa base individual. Para créditos no Estágio 1 e 2 é efectuado numa base colectiva, agrupando a carteira por segmento (*Business & Commercial Client* ou BCC e *Consumer & High Net Worth Client* ou CHNW) e por produto (empréstimos à habitação, leasing, descobertos, empréstimos de médio e longo prazo, cartões de crédito e cartas de crédito).

Para Grandes Empresas e Banca de Investimento (segmento *Wholesale*), o modelo de imparidade do Banco é efectuado numa base individual, tendo em conta um modelo de rating para cada classe de activo.

2.2.1.3 Aumento significativo do risco de crédito (*Significant increase in credit risk* ou SICR)

No âmbito da IFRS 9, na determinação de que o risco de crédito (isto é risco de incumprimento) aumentou consideravelmente num instrumento financeiro desde o seu reconhecimento inicial, devendo nessa medida transitar de estágio 1 para estágio 2, o Banco considera a informação razoável e suportável que é relevante e disponível sem grande custo ou esforço, incluindo tanto informação qualitativa como quantitativa, e a análise baseada na experiência histórica do Banco, análise técnica do crédito e informação prospectiva.

Primeiramente, o Banco identifica de que forma um aumento significativo do risco de crédito ocorreu para uma exposição comparando a probabilidade

de incumprimento (PD) para a restante vida do contrato à data de reporte, com a PD da restante vida do contrato para este ponto no tempo que foi estimado no reconhecimento inicial da exposição. No segmento Grandes Empresas e Banca de Investimento, a degradação do rating (três notas ou uma nota, dependendo do rating inicial) atribuído ao cliente é um evento para a identificação de aumento significativo de risco de crédito.

Avaliar se o risco de crédito aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial de um instrumento financeiro requer a identificação da data de reconhecimento inicial do instrumento. Para certos instrumentos de crédito de carácter renovável (por exemplo cartões de crédito e descobertos bancários), a data em que o crédito foi concedido pode ter sido há muito tempo atrás e a modificação

2.2.1.4 Níveis de risco de crédito (Estágios)

O Banco aloca cada exposição a um determinado nível de risco de crédito (Estágio), entre 1, 2 ou 3, com base numa variedade de dados que é determinada de forma preditiva do risco de incumprimento, e aplicando julgamento experimentado de crédito. Os níveis de risco de crédito são definidos usando factores qualitativos e quantitativos que são indicadores do risco de incumprimento (*default*). Estes factores podem variar dependendo da natureza da exposição e do tipo de cliente.

Os níveis de risco de crédito são definidos e calibrados para que o risco do incumprimento aumente exponencialmente à medida que o risco de crédito se deteriora. Nesse sentido, a diferença entre o risco de incumprimento e o risco de crédito nos níveis 1 e 2 é inferior à diferença entre os riscos de crédito nos níveis 2 e 3.

Cada exposição será alocada ao seu nível de risco de crédito no momento do reconhecimento inicial, com base na informação disponível acerca do cliente. Todas as exposições são sujeitas a uma monitorização constante, que pode resultar em transferências de um nível de risco de crédito para outro.

O Banco considera contratos com mais de 90 dias de atraso no Estágio 3. Adicionalmente, considera no Estágio 2 contratos com mais de 30 dias de atraso, que tenham apresentado um aumento significativo do risco de crédito ou contratos que estejam na watchlist. Os restantes contratos são considerados no Estágio 1.

Para as exposições no Estágio 1, o período de mensuração do ECL é de 12 meses (ou o seu período remanescente de maturidade, caso seja inferior a 12 meses). Para as exposições no Estágio 2 ou 3, o período de mensuração do ECL é toda a vida útil da exposição (*lifetime*).

2.2.1.5 Estrutura Temporal da PD

Os níveis de risco de crédito serão um input primário para a determinação da estrutura temporal da PD nas exposições. O Banco recolhe indicadores de performance e de incumprimento acerca das suas exposições tendo em consideração o identificador geográfico, o tipo de produto e cliente, e o nível de risco de crédito. Para determinados portfólios, pode também ser utilizada a informação obtida de agências de notação de crédito externas.

O Banco utiliza modelos estatísticos para analisar os dados recolhidos e gerar estimativas da PD para o restante período da exposição.

Esta análise inclui a identificação e calibração das relações entre as variações das taxas de incumprimento e as variações nos principais

factores macroeconómicos, bem como numa análise mais aprofundada do impacto de determinados factores (por exemplo, experiência de reestruturações) no risco de incumprimento. Para a maioria das exposições, os indicadores macroeconómicos chave incluem o crescimento do PIB, taxas de juro de benchmark e os níveis de desemprego.

Para as exposições de indústrias específicas e regiões, a análise poderá ser estendida às correspondentes matérias primas e/ou preços do mercado imobiliário.

2.2.1.6 Definição de *default*

No âmbito da IFRS 9, o Banco considera os seus activos financeiros como estando em *default* quando:

- O devedor não irá ser capaz de pagar as suas obrigações de crédito na totalidade, sem recurso pelo Banco ao accionar as garantias detidas (no caso de existência das mesmas); ou
- O devedor encontra-se em incumprimento há pelo menos 90 dias de alguma obrigação material do contrato a realizar junto do Banco. No caso dos descobertos bancários, considera-se que existe incumprimento quando:

(i) O mutuário tenha excedido o limite recomendado por mais de 90 dias, ou seja, o mutuário em causa não tenha conseguido reduzir o montante em dívida, no referido prazo, para um valor dentro do limite autorizado; ou

(ii) For recomendado ao mutuário um limite inferior ao montante em dívida do mutuário e o mutuário em causa não tenha conseguido reduzir o montante em dívida no prazo de 90 dias para um valor dentro do novo limite recomendado; ou

(iii) O Banco conceda crédito a uma pessoa sem limite autorizado, cujo crédito não seja pré-pago no prazo de 90 dias.

Na verificação do incumprimento (*default*), o Banco considera os seguintes indicadores:

- Qualitativos: quebras de cláusulas ou covenants contratuais;
- Quantitativos: estado de incumprimento e o não pagamento de outra obrigação do mesmo devedor ao Banco;
- Outros indicadores baseados em dados desenvolvidos internamente ou obtidos externamente.

Os *inputs* da avaliação de quando um instrumento financeiro se encontra em *default*, e da sua significância, podem variar ao longo do tempo para reflectir modificações nas circunstâncias.

Os activos financeiros em estado de *default* são considerados no Estágio 3.

2.2.1.7 Informação prospectiva

No âmbito da IFRS 9, o Banco incorpora informação prospectiva tanto na avaliação do aumento significativo do risco de crédito de um instrumento desde o seu reconhecimento inicial, como na mensuração dos ECL.

O Banco formula um “cenário base” de perspectiva futura das variáveis económicas relevantes e um conjunto representativo de outras possíveis projecções de cenários, com base nos conselhos do Comité de Gestão de Risco de Crédito (CRMC), de especialistas económicos, e uma variedade de considerações actuais e de projecção de informação externa. Este processo envolve o desenvolvimento de dois ou mais cenários económicos e a consideração das probabilidades

relativas de cada desfecho. A informação externa inclui dados económicos e projecções publicadas por entidades governamentais e autoridades monetárias nos países onde o Banco desenvolve operações, organizações supranacionais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico e o Fundo Monetário Internacional, e analistas privados académicos e do sector.

O cenário base representa o resultado mais provável e é alinhado com a informação utilizada pelo Banco para outros efeitos, tais como planeamento estratégico e orçamentação. Os restantes cenários representam resultados mais optimistas ou pessimistas. O Banco leva a cabo testes de stress periódicos com choques mais extremos para calibrar e determinar outros cenários representativos, sempre que considere adequado.

O Banco identifica os drivers chave de risco de crédito e perdas de crédito para cada portfolio de instrumentos financeiros e, utilizando uma análise dos dados históricos, estima relações entre as variáveis macroeconómicas, o risco de crédito e as perdas de crédito. Estes drivers chave incluem taxas de juro, taxas de desemprego e projecções do PIB. As relações previsíveis entre os indicadores chave, o incumprimento e as taxas de perdas nos diversos portfolios de activos financeiros foram desenvolvidos com base na análise de dados históricos sobre os últimos 5 anos.

Os cenários económicos utilizados são aprovados pelo Comité de Gestão de Risco de Crédito (CRMC).

Para Particulares e Pequenas e Médias Empresas, esta informação prospectiva é incluída na ECL no Estágio 2. Para Grandes Empresas e Banca de Investimento, a informação prospectiva é incluída

no modelo de *rating* de cada cliente

2.2.1.8 Activos financeiros curados

O Banco analisa continuamente se os *triggers* que levaram contratos ao estado de *default* (Estágio 3) ainda existem. São mantidos no Estágio 3 os contratos que entraram em *default* durante pelo menos 6 meses, mesmo que já não apresentem indícios de imparidade. Se os contratos tiverem prestações trimestrais ou com periodicidade superior, será decidido no CRMC quando é que estes contratos podem ser transferidos do Estágio 3.

Um activo financeiro será transferido do Estágio 2 para o Estágio 1 quando não apresentar critérios de aumento significativo do risco de crédito e estiver curado.

2.2.1.9 Activos financeiros modificados

Os termos contratuais de um empréstimo podem ser modificados por um conjunto de razões, incluindo mudanças de condições de mercado, retenção de clientes, e outros factores não directamente relacionados com uma actual ou potencial deterioração de crédito do cliente. Um empréstimo existente no qual os termos tenham sido modificados através da negociação deve ser avaliado quanto ao seu possível desreconhecimento. Caso os termos do empréstimo renegociado sejam significativamente diferentes, o mesmo deve ser desreconhecido, e o empréstimo renegociado, reconhecido como um novo empréstimo ao justo valor, calculando a sua nova taxa de juro efectiva.

Se os termos do contrato não forem significativamente diferentes, a renegociação ou modificação não é elegível para desreconhecimento e o Banco recalcula o montante contabilístico bruto na data de modificação descontando os

fluxos de caixa contratuais do activo financeiro modificado usando a taxa de juro efectiva original do activo. A diferença entre essa quantia escriturada e a quantia escriturada bruta do activo original é reconhecida como um ganho ou perda de modificação. Quaisquer custos ou comissões suportadas com a modificação ajustam a quantia escriturada do activo financeiro modificado e são amortizados ao longo do restante prazo do activo financeiro modificado.

No âmbito da IFRS 9, quando os termos de um activo financeiro são modificados, e a modificação não resulta em desreconhecimento, a determinação do aumento significativo do risco de crédito reflecte a comparação da PD da vida remanescente à data de reporte com base nos termos modificados, com a PD da vida remanescente estimada com base nos dados do reconhecimento inicial e nos termos originais do contrato.

O Banco renegoceia os empréstimos de clientes em dificuldades financeiras (referido como “actividades de reestruturação”) para maximizar as oportunidades de cobrança e minimizar o risco de incumprimento. No âmbito da Política de Reestruturação do Banco, a reestruturação é elegível numa base selectiva caso o devedor se encontre actualmente em incumprimento ou se existir um risco elevado de incumprimento e exista evidência de que o devedor tenha efectuado todas as diligências para realizar os pagamentos nos termos do contrato original e seja expectável que o devedor seja capaz de cumprir os termos revistos.

Os termos revistos normalmente incluem uma extensão da maturidade, uma modificação dos períodos de pagamento de juros e alterações aos termos das cláusulas contratuais (*covenants*) do

empréstimo. Ambos os empréstimos de retalho e empresa são sujeitos à Política de Reestruturação. O Comité de Crédito do Banco revê regularmente os reportes da actividade de reestruturação.

Para activos financeiros modificados como resultado da aplicação da Política de Reestruturação do Banco, a estimativa da PD reflecte a forma como a modificação melhorou a capacidade do Banco para obter o pagamento de capital e juros e a experiência passada da actividade de reestruturação em situações similares. Como parte do processo, o Banco avalia a performance de pagamento do devedor de acordo com as modificações dos termos contratuais e considera vários indicadores de comportamento.

A reestruturação é normalmente um indicador qualitativo de incumprimento e de imparidade de crédito, sendo as expectativas de reestruturação relevantes para o julgamento da existência do aumento de risco de crédito significativo. Após a reestruturação, o cliente necessita de demonstrar ser um bom cumpridor durante um período de tempo mínimo de 2 anos para que se verifique a sua desmarcação de reestruturado por dificuldades financeiras e a PD ser considerada como tendo diminuído de forma a que o ajustamento de crédito criado seja revertido e mensurado num montante igual à ECL de 12 meses (Estágio 1).

Em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, o Banco não possui activos que tenham preenchido estes requisitos para o desreconhecimento no período de reporte.

2.2.1.10 Definição de classes de risco

No âmbito da determinação das perdas por imparidade para créditos analisados em base colectiva, o Banco efectua a classificação das exposições nas seguintes classes de risco:

i) “Carteira de crédito Normal”: empréstimos que estão a decorrer dentro dos prazos expectáveis e nunca foram reestruturados / modificados devido a dificuldades financeiras do cliente ou empréstimos que nunca entraram em incumprimento;

ii) “Carteira de crédito Curado (Cliente curado)”: empréstimos que entraram em incumprimento e foram curados (actualmente em vigor) devido à capacidade do Cliente em realizar o reembolso integral e restabelecer o status de desempenho;

iii) “Carteira de crédito reestruturado (reestruturado)”: empréstimos com prazos originais que foram reestruturados ou modificados pelo banco devido a dificuldades financeiras dos Clientes, resultando no Cliente ser capaz de fornecer o reembolso total no cumprimento dos termos modificados / reestruturados do contrato.

2.2.2 Processo de avaliação de colaterais

A avaliação das garantias é assegurada de forma regular para que o Banco disponha de informação actualizada sobre o valor destes instrumentos e, consequentemente, da sua capacidade de mitigação do risco das operações de crédito.

Os sistemas operacionais do Banco geram relatórios que permitem monitorar as datas nas quais deverão ser feitas as reavaliações de colaterais.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado em moeda nacional com base nas avaliações periódicas de peritos qualificados independentes, tendo em conta o exposto na Directiva N.º 01/DSB/2020 de 30 de Outubro de 2020.

2.2.2.1 Fase de concessão de crédito

No âmbito das condições de aprovação das

operações de crédito, sempre que é definida a necessidade de obter uma garantia por parte do cliente, caso a tipologia da garantia ou colateral identificada implique um pedido de avaliação para a definição e validação do seu valor, o Banco solicita avaliação da garantia junto de empresas de avaliação externa devidamente certificadas.

2.2.2.2 Fase de acompanhamento de crédito

Relativamente ao processo de reavaliação periódica de colaterais, tendo por base os requisitos do Aviso nº 10/2014 emitido pelo BNA, nomeadamente no que respeita aos critérios que foram definidos para a realização de uma nova avaliação dos colaterais hipotecários, foi definido que o Banco será responsável pela identificação das garantias que são sujeitas a reavaliação e por desencadear o respectivo processo junto de avaliadores externos.

O Banco solicita, a entidades idóneas vocacionadas para o efeito, avaliações formais e trianuais de imóveis industriais e comerciais no mínimo de dois em dois anos, sempre que a posição em risco represente:

(i) Um montante igual ou superior a 1% (um por cento) do total da carteira de crédito ou igual ou superior a 100 milhões de kwanzas; ou

(ii) Situações de crédito vencido há mais de 90 (noventa) dias e/ou outros indícios de imparidade; ou

(iii) Situações em que sejam identificadas alterações de outra natureza nas condições de mercado com um potencial impacto relevante no valor dos activos imobiliários e/ou num grupo ou mais de activos imobiliários com características semelhantes.

Alternativamente, caso as condições acima

referidas não sejam cumpridas, o Banco solicita avaliações de 3 em 3 anos, em linha com a Política do Grupo Standard Bank.

2.2.2.3 Fase de recuperação de crédito

Sempre que relevante no âmbito do processo de recuperação de crédito e de forma a determinar o montante recuperável do crédito através da execução das garantias existentes ou para suportar uma operação de reestruturação de crédito, o Banco pode solicitar a reavaliação das garantias associadas aos empréstimos sempre que tiver um incumprimento acima de 90 dias.

O valor de avaliação de cada tipo de garantia é determinado tendo por base as especificidades de cada um destes instrumentos, considerando os seguintes critérios:

(i) Imóveis

O valor de avaliação que é considerado como valor garantido corresponde ao valor mínimo entre o valor de avaliação, obtido nos termos do disposto na Nota 2.2.2.2 acima, e o montante máximo de hipoteca, ao qual é previamente subtraído o montante de outras hipotecas não pertencentes ao Banco e com prioridade sobre o mesmo, sempre que essa informação estiver disponível.

Os valores e datas de avaliação das garantias são registados no sistema de gestão de colaterais.

(ii) Penhor de Depósitos a Prazo

O valor da garantia corresponde ao valor nominal do depósito, bem como os respectivos juros (caso se encontrem igualmente penhorados).

(iii) Outras garantias recebidas

Relativamente a outras garantias recebidas, designadamente penhores de equipamentos, é

considerado o valor de mercado determinado com base numa avaliação actualizada, com uma antiguidade inferior a um ano, a ser realizada por uma entidade idónea e com competência específica tendo em conta a natureza particular de cada garantia recebida. É condição necessária para a avaliação desta tipologia de garantias, a validação da propriedade, salvaguarda e condições de funcionamento dos bens subjacentes.

As eventuais excepções a esta regra são sujeitas a julgamento profissional, e são aplicados descontos ajustados à natureza específica dos activos.

No caso de não existir uma avaliação da garantia, ou não se conseguir garantir a propriedade e salvaguarda dos bens, o valor da garantia recebida não é considerado para efeitos de apuramento de perdas por imparidade.

Tendo em conta as dificuldades subjacentes a uma correcta e criteriosa avaliação deste tipo de garantias recebidas, o Banco tem optado por seguir uma abordagem conservadora e não as considerar enquanto mitigadores de risco de crédito, para efeitos do apuramento da imparidade de crédito.

2.2.3 Reversão de imparidade

Se, num período subsequente, a quantia da perda por imparidade diminuir e a diminuição puder ser objectivamente relacionada com um acontecimento que ocorra após o reconhecimento da imparidade, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida. A quantia da reversão é reconhecida nos resultados do exercício.

2.2.4 Abate de instrumentos financeiros

A anulação contabilística de instrumentos financeiros é efectuada quando não existem perspectivas realistas de recuperação, numa perspectiva económica, quando estes instrumentos

se encontram totalmente provisionados e, para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos. Essa anulação é efectuada pela utilização de perdas de imparidade correspondendo a 100% do valor dos créditos considerados como não recuperáveis.

2.2.5 Cartas de crédito

O Banco reclassifica para Crédito a clientes, por contrapartida de Outros passivos, todas as cartas de crédito para as quais já tenha recebido toda a documentação de suporte necessária para proceder aos pagamentos contratualmente definidos, uma vez que a partir desse momento a responsabilidade dos pagamentos passa a ser efectiva. Assim existe um registo do passivo do Banco na rubrica Outros passivos (Nota 19), por contrapartida da responsabilidade do cliente para com o Banco na rubrica de Crédito a clientes (Nota 10).

2.2.6 Crédito titulado

Os activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em mercado e que o Banco não tenha a intenção de venda imediata num futuro próximo são classificados nesta categoria. Estes activos financeiros que incluem, nomeadamente obrigações não cotadas e papel comercial, são inicialmente registados ao seu justo valor e subsequentemente ao custo amortizado líquido de imparidade.

2.3 OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

2.3.1 Classificação dos activos financeiros

A IFRS 9 preconiza uma abordagem de classificação e mensuração para activos financeiros que reflecte o modelo de negócio utilizado na gestão do activo bem como as características dos seus fluxos de

caixa.

A IFRS 9 inclui 3 categorias principais de classificação de activos financeiros: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral (*Fair value through other comprehensive income* ou FVOCI) e mensurados ao justo valor através de resultados (*Fair value through profit and loss* ou FVTPL).

A classificação dos activos financeiros baseia-se em dois critérios de determinação, nomeadamente: (i) nas características dos fluxos de caixa contratuais do activo financeiro e (ii) no modelo de negócio da entidade para a gestão dos seus activos financeiros.

Um activo ou passivo financeiro é inicialmente mensurado no balanço ao justo valor acrescido de custos de transacção directamente atribuíveis à aquisição ou emissão, excepto se forem itens registados ao justo valor através de resultados em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos como gastos do exercício.

De acordo com a IFRS 13, entende-se por justo valor o preço que seria recebido pela venda de um activo ou pago para transferir um passivo numa transacção efectuada entre participantes no mercado à data da mensuração. Na data de contratação ou de início de uma operação o justo valor é geralmente o valor da transacção.

Avaliação do modelo de negócio

O modelo de negócio reflecte a forma como o Banco efectua a gestão dos seus activos na óptica de geração de fluxos de caixa, isto é, se os activos são geridos com o intuito de i) recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou ii) de se receber os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa resultantes da venda desses activos. Para estes

dois tipos de portfolios, o Banco deve avaliar e testar se os fluxos de caixa do instrumento financeiro correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida (Teste “solely payments of principal and interest” ou SPPI), isto é, se os fluxos de caixa contratuais são consistentes com um contracto de empréstimo básico, em que o juro inclui apenas considerações relativas ao valor temporal do dinheiro, risco de crédito e margem de lucro que é consistente com um contracto de crédito básico ou se apresentam exposição ao risco ou volatilidades inconsistentes com um contracto de crédito básico, situação que determina que o instrumento financeiro deva ser classificado e mensurado ao justo valor através de resultados.

Se não se cumprir nenhuma destas situações anteriores, os activos financeiros são reconhecidos ao justo valor através de resultados, como é o caso dos títulos detidos para negociação, que são geridos com o objectivo de serem vendidos no curto prazo.

A informação a considerar nesta avaliação inclui:

- As políticas e objectivos estabelecidos para o *portfolio* e a operacionalidade prática dessas políticas, incluindo a forma como a estratégia da gestão se foca no recebimento de juros contratualizados, na manutenção de perfil específico de taxa de juro, no *match* entre os activos e os passivos que os financiam ou na realização de fluxos de caixa através da venda de activos;
- A forma como a *performance* do *portfolio* é avaliada e reportada aos órgãos de gestão do Banco;
- A avaliação dos riscos que afectam a *performance*

do modelo de negócio (e dos activos financeiros geridos no âmbito desse modelo de negócio) e a forma como estes riscos são geridos;

- A forma como a remuneração dos gestores do negócio depende do justo valor dos activos sob gestão ou dos fluxos de caixa contratuais recebidos; e
- A frequência, volume e *timing* das vendas nos períodos anteriores, os motivos para as referidas vendas, e as expectativas sobre vendas futuras. Contudo, a informação sobre as vendas não deverá ser considerada isoladamente, mas como parte de uma avaliação global da forma como o Banco estabelece objectivos de gestão dos activos financeiros e de como os fluxos de caixa são obtidos.

Avaliação dos fluxos de caixa contratuais no que respeita ao recebimento exclusivo de capital e juros (SPPI)

Nesta avaliação, “capital” é definido como o justo valor do activo financeiro no reconhecimento inicial. “Juro” é definido como a contrapartida pelo valor temporal do dinheiro, o risco de crédito associado ao montante em dívida, outros riscos e custos associados à actividade (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), bem como uma margem de lucro.

Aquando da avaliação dos fluxos de caixa contratuais no que respeita ao recebimento de capital e juro, o Banco considera os termos contratuais do instrumento, o que inclui a análise da existência de situações em que estes podem modificar o *timing* e o montante dos fluxos de caixa para que não cumpram esta condição, nomeadamente:

- Eventos contingentes que possam modificar a

periodicidade e o montante dos fluxos de caixa;

- Características que resultam em alavancagem;
- Cláusulas de pagamento antecipado e de extensão da maturidade;
- Cláusulas que possam limitar o direito de reclamar os fluxos de caixa em relação a activos específicos (por exemplo, contratos com cláusulas que impedem o acesso a activos em caso de *default*); e
- Características que podem modificar a compensação pelo valor temporal do dinheiro (por exemplo, reinicialização periódica das taxas de juro).

As taxas de juro em determinados empréstimos de retalho feitos pelo Banco são baseadas em taxas *standard* variáveis (“SVRs”) estabelecidas ao critério do Banco. As SVRs são geralmente baseadas numa taxa do Banco Central de uma jurisdição específica incluindo um *spread* discricionário. Nestes casos, o Banco irá avaliar de que modo as características discricionárias são consistentes com o critério SPPI considerando um conjunto de factores, incluindo de que forma:

- Os devedores poderão antecipar os pagamentos sem penalidades significativas;
- A competição de mercado assegura que a taxa de juro é consistente entre bancos; e
- Estruturas de protecção regulatória ou de consumidor requerem que o Banco trate os consumidores de forma justa.

Todos os empréstimos de retalho do Banco e certos empréstimos corporativos de taxa fixa contêm características que possibilitam a antecipação de pagamento.

Um contrato com possibilidade de pagamento antecipado é consistente com o critério SPPI, se o montante de pagamento antecipado representar montantes de capital e juro não pagos do montante de capital em dívida, que poderão incluir uma compensação razoável pela antecipação de pagamento.

Adicionalmente, um pagamento antecipado é consistente com o critério SPPI, se o activo financeiro for adquirido ou originado com um prémio ou desconto relativamente ao seu valor contratual, o pagamento antecipado representar substancialmente o montante nominal do contrato adicionado do juro periodificado (mas não pago, que pode incluir uma compensação razoável pela antecipação de pagamento), e o justo valor do pagamento antecipado é insignificante no reconhecimento inicial.

O Banco classifica e valoriza os seus instrumentos de dívida em:

2.3.1.1 Investimentos ao custo amortizado

Um activo financeiro é mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objectivo é deter o activo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante de capital e juro em vigor (SPPI).

Estes activos financeiros são reconhecidos ao custo no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado, usando o método da taxa de juro efectiva. O juro é calculado através do método da taxa de juro efectiva e reconhecido na rubrica de “Juros e rendimentos similares”, de acordo com os critérios descritos na Nota 2.12. As perdas

por imparidade são reconhecidas em resultados quando identificadas.

2.3.1.2 Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (FVOCI)

Um activo financeiro é classificado na categoria de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral se cumprir cumulativamente as seguintes condições:

- o activo financeiro for detido no âmbito de um modelo de negócio em que o objectivo é a recolha dos seus fluxos de caixa contratuais e a venda desse activo financeiro, mantendo-se o rendimento de juros a afectar os resultados; e
- os seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante de capital e juro em vigor (SPPI).

Os activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidos inicialmente ao justo valor, incluindo os custos ou proveitos associados às transacções e posteriormente mensurados ao seu justo valor. As alterações no valor contabilístico são registadas por contrapartida de outro rendimento integral até ao momento em que os activos sejam alienados ou até ao reconhecimento de perdas de imparidade, caso em que passam a ser reconhecidos em resultados, assim como os rendimentos de juros e ganhos e perdas por diferenças de câmbio, também estes reconhecidos em resultados.

Na alienação dos activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos em outro rendimento integral são reconhecidos na rubrica “Resultados de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral” da demonstração dos resultados. A flutuação cambial

dos títulos de dívida em moeda estrangeira é registada na demonstração de resultados na rubrica de “Resultados cambiais”. Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos com base na taxa de juro efectiva na rubrica de “Juros e rendimentos similares”, incluindo um prémio ou desconto, quando aplicável, de acordo com os critérios descritos na Nota 2.12.

2.3.1.3 Activos financeiros ao justo valor através de resultados (FVTPL)

Os activos financeiros ao justo valor através de resultados são instrumentos financeiros que não se enquadram nas categorias anteriormente referidas.

Adicionalmente, o Banco pode designar irrevogavelmente um activo financeiro, que cumpra os critérios para ser mensurado ao custo amortizado ou ao FVOCI, ao justo valor através de resultados, no momento do seu reconhecimento inicial, se tal eliminar ou reduzir significativamente uma incoerência na mensuração ou no reconhecimento (*accounting mismatch*), que de outra forma resultaria da mensuração de activos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas sobre os mesmos em diferentes bases.

O Banco classificou os “Activos financeiros ao justo valor através de resultados” nas seguintes rubricas:

a) Activos financeiros detidos para negociação

Os activos financeiros classificados nesta rubrica são adquiridos com o objectivo de venda no curto prazo; no momento do reconhecimento inicial fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e para os quais existe evidência de um padrão recente de tomada de lucros no curto prazo; ou enquadram-se na definição de derivado (excepto no caso de um derivado classificado como de cobertura).

b) Activos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados

Nesta rubrica são classificados os instrumentos de dívida cujos fluxos de caixa contratuais não correspondem apenas a reembolsos de capital e pagamento de juros sobre o capital em dívida (SPPI).

c) Activos financeiros designados ao justo valor através de resultados (*Fair Value Option*)

Nesta rubrica são classificados os activos financeiros que o Banco optou por designar ao justo valor através de resultados para eliminar o *accounting mismatch*.

Considerando que as transacções efectuadas pelo Banco no decurso normal da sua actividade são em condições de mercado, os activos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transacções reconhecidos em resultados no momento inicial. As variações subsequentes de justo valor destes activos financeiros são reconhecidas em resultados.

A avaliação destes activos é efectuada diariamente com base no justo valor, tendo em consideração o risco de crédito próprio e das contrapartes das operações. No caso das obrigações e outros títulos de rendimento fixo, o valor de balanço inclui o montante dos juros corridos e não cobrados.

Os ganhos e perdas resultantes de alteração de justo valor são reconhecidos na rubrica “Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados” da demonstração de resultados.

Os derivados de negociação com um justo valor positivo são incluídos na rubrica “Activos

financeiros detidos para negociação”, sendo os derivados de negociação com justo valor negativo incluídos na rubrica “Passivos financeiros detidos para negociação”.

As operações de derivados são sujeitas a análise de risco de crédito, sendo o respectivo valor ajustado por contrapartida da rubrica “Resultados cambiais” da demonstração de resultados.

2.3.2 Instrumentos de capital

Os instrumentos de capital são instrumentos que satisfazem a definição de capital na perspectiva do emitente, isto é, são instrumentos que não contêm uma obrigação contratual de pagamento e que evidenciam um interesse residual no activo líquido do emissor, como por exemplo as acções. Os investimentos em instrumentos de capital são por norma classificados como detidos para negociação e contabilizados ao justo valor através de resultados. Caso o modelo de negócio e consequentemente o propósito da aquisição do conjunto de investimentos seja o de deter em carteira por tempo indeterminado para valorização, deve ser reconhecido na categoria de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, não podendo reclassificar posteriormente na carteira de negociação (condição irrevogável). As variações de justo valor e o resultado da venda destes títulos são contabilizados em outro rendimento integral. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao seu reconhecimento. Não é reconhecida imparidade para instrumentos de capital ao justo valor através de outro rendimento integral, sendo os respectivos ganhos ou perdas acumuladas registados em variações de justo valor transferidos para resultados transitados no momento do seu desreconhecimento.

2.3.3 Classificação dos passivos financeiros

Um instrumento financeiro é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual de uma liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou outro activo financeiro, independente da sua forma legal.

No momento do seu reconhecimento inicial, os passivos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- Passivos financeiros ao custo amortizado;
- Passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Os passivos financeiros classificados na categoria de “Passivos financeiros ao justo valor através de resultados” incluem:

- Passivos financeiros detidos para negociação

Nesta rubrica são classificados os passivos emitidos com o objectivo de recompra no curto prazo, os que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e para os quais exista evidência de um padrão recente de tomada de lucros no curto prazo ou que se enquadrem na definição de derivado (excepto no caso de um derivado classificado como de cobertura).

- Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (*Fair Value Option*)

O Banco pode designar irrevogavelmente um passivo financeiro ao justo valor através de resultados, no momento do seu reconhecimento inicial, se for cumprida pelo menos uma das seguintes condições:

- o passivo financeiro é gerido, avaliado e reportado internamente ao seu justo valor; o

- a designação elimina ou reduz significativamente o *mismatch* contabilístico das transacções.

O Banco classifica os seus passivos financeiros como mensurados ao custo amortizado, sendo divulgado nestas notas anexas às demonstrações financeiras o apuramento do justo valor destes passivos.

Os passivos financeiros ao custo amortizado incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos e outros passivos subordinados.

Os passivos financeiros ao custo amortizado são inicialmente reconhecidos ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado. Os juros são periodificados pelo prazo das operações e reconhecidos na rubrica de “Juros e rendimentos similares”. Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados são registados ao justo valor.

As mais e menos valias apuradas no momento da recompra de passivos financeiros são reconhecidas em “de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados” no momento em que ocorrem.

2.3.4 Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

No momento do seu reconhecimento inicial todos os instrumentos financeiros serão registados pelo seu justo valor. Para os instrumentos financeiros que não são registados pelo justo valor através de resultados, o justo valor é ajustado adicionando ou subtraindo os custos de transacção directamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. No caso dos instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados, os custos de transacção directamente atribuíveis são reconhecidos imediatamente em

resultados. Os custos de transacção são definidos como gastos directamente atribuíveis à aquisição ou alienação de um activo financeiro, ou à emissão ou assunção de um passivo financeiro, que não teriam sido incorridos se o Banco não tivesse efectuado a transacção. Estes incluem, por exemplo, comissões pagas a intermediários (tais como promotores) e despesas de formalização de hipotecas.

2.3.4.1 Reconhecimento e mensuração ao custo amortizado

O custo amortizado de um activo ou passivo financeiro é o montante pelo qual um activo ou passivo financeiro é reconhecido inicialmente, deduzido de recebimentos de capital, acrescido ou deduzido de amortizações acumuladas, decorrentes da diferença entre o valor inicialmente reconhecido e o montante na maturidade, menos as reduções decorrentes de perdas por imparidade.

2.3.4.2 Reconhecimento e mensuração ao justo valor

O justo valor é o preço que seria recebido ao vender um activo ou pago para transferir um passivo numa transacção corrente entre participantes de mercado à data da mensuração ou, na sua ausência, o mercado mais vantajoso a que o Banco tem acesso para efectuar a transacção aquela data. O justo valor de um passivo também reflecte o risco de crédito do próprio Banco.

Quando disponível, o justo valor de um investimento é mensurado utilizando a sua cotação de mercado num mercado activo para aquele instrumento. Um mercado é considerado activo se houver frequência e volume de transacções suficientes de forma a que exista uma cotação de preços numa base constante.

Se não houver cotação num mercado activo, o Banco utiliza técnicas de valorização que

maximizem a utilização de dados de mercado observáveis e minimizem a utilização de dados não observáveis em mercado. A técnica de valorização escolhida incorpora todos os factores que um participante no mercado levaria em consideração para calcular um preço para a transacção.

2.3.4.3 Identificação e mensuração de imparidade

Adicionalmente à análise de imparidade sobre os créditos a clientes, em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade para todos os restantes activos financeiros que não estejam registados ao justo valor através de resultados.

Em conformidade com a IFRS 9, o Banco avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para as acções e outros instrumentos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado abaixo do custo de aquisição, e (ii) para os títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos ao custo amortizado, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva

original do activo financeiro e são registadas por contrapartida de resultados. Estes activos são apresentados no balanço líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um activo com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato. Ainda em relação aos investimentos ao custo amortizado, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, a perda potencial acumulada em reservas é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, em que as mais-valias subsequentes são reconhecidas em reservas.

2.3.5 Transferências entre categorias de instrumentos financeiros

O Banco apenas procederá à transferência de activos financeiros caso haja uma alteração ao modelo de negócio da entidade para a gestão dos seus activos financeiros.

Estas transferências são efectuadas de forma prospectiva, a partir da data de reclassificação, com base no justo valor dos activos transferidos,

determinado na data da transferência. A diferença entre este justo valor e o respectivo valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade do activo, com base no método da taxa de juro efectiva. O montante em outro rendimento integral existente na data da transferência é também reconhecido em resultados com base no método da taxa de juro efectiva. De acordo com a IFRS 9, não são expectáveis que as mudanças no modelo de negócio ocorram com frequência. Os passivos financeiros não podem ser reclassificados entre categorias.

Durante o corrente ano, o Banco não transferiu activos financeiros entre categorias.

2.3.6 Desreconhecimento

O Banco desreconhece os seus activos financeiros quando expiram todos os direitos aos fluxos de caixa futuros. Numa transferência de activos, o desreconhecimento apenas pode ocorrer quando substancialmente todos os riscos e benefícios dos activos financeiros foram transferidos ou na qual o Banco nem transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios e não mantém controlo dos activos financeiros.

O Banco procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados, extintos ou expirados.

2.3.7 Instrumentos financeiros derivados

O Banco pode realizar operações de instrumentos financeiros derivados, no âmbito da sua actividade, gerindo posições próprias com base em expectativas de evolução dos mercados ou satisfazendo as necessidades dos seus Clientes. Todos os instrumentos derivados são registados na data da sua negociação ao justo valor e as variações de justo valor reconhecidas

em resultados, excepto se se qualificarem como cobertura de fluxos de caixa ou investimento líquido em cobertura, entendida como a parte do item coberto pelo instrumento de cobertura, deve ser o mesmo que o rácio de cobertura que se utiliza para efeitos de gestão.

Quando um instrumento financeiro derivado é utilizado para cobrir variações cambiais de elementos monetários activos ou passivos, não é aplicado qualquer modelo de contabilidade de cobertura. Qualquer ganho ou perda associado ao derivado é reconhecido em resultados do exercício, assim como as variações do risco cambial dos elementos monetários subjacentes.

a) Cobertura de justo valor

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de justo valor são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do activo, passivo ou grupo de activos e passivos a cobrir no que diz respeito ao risco coberto. Se a relação de cobertura deixa de cumprir com os requisitos da contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a categoria de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada, posteriormente (o ajustamento realizado ao montante contabilístico de um instrumento de cobertura, em que o método da taxa de juro efectivo é utilizado, é amortizado através de resultados pelo período até à sua maturidade e reconhecido na rubrica de “Juros e rendimentos similares”). Caso o activo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, os ganhos ou perdas acumuladas pelas variações do risco de taxa de juro associado ao item de cobertura até à data da descontinuação

da cobertura, são amortizados por resultados pelo período remanescente do item coberto.

b) Cobertura de fluxos de caixa

As variações de justo valor dos derivados que se qualificam para coberturas de fluxos de caixa são reconhecidas em capitais próprios - reservas de fluxos de caixa- na parte efectiva das relações de cobertura. As variações de justo valor da parcela inefectiva das relações de cobertura são reconhecidas por contrapartida de resultados, no momento em que ocorrem. Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para resultados do exercício nos períodos em que o item coberto afecta resultados. Quando o instrumento de cobertura é desreconhecido, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos de contabilidade de cobertura ou é revogada, a relação de cobertura é descontinuada prospectivamente.

Desta forma, as variações de justo valor acumuladas em capitais próprios até à data da descontinuação da cobertura podem ser diferidas pelo prazo remanescente do instrumento coberto, e reconhecidas de imediato em resultados do exercício, no caso so instrumento coberto se ter extinguido.

2.4 OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

2.4.1 Reconhecimento e mensuração

Os outros activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade. O custo inclui despesas que são directamente

atribuíveis à aquisição dos bens (custo de aquisição, custo de instalação de equipamentos, custos de desalfandegamento e impostos de importação de imobilizado, e outros custos adicionais associados à compra de imobilizado).

As obras em edifícios arrendados são capitalizadas enquanto activos próprios do Banco, sendo depreciadas entre o menor da sua vida útil e o prazo de arrendamento dos respetivos contratos.

2.4.2 Custos subsequentes

Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

2.4.3 Depreciações

Os terrenos não são depreciados. As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

	Número de Anos
Imóveis de serviço próprio	50
Obras em imóveis arrendados	4 a 7
Equipamento	
Mobiliário e material	4 a 8
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Equipamento informático/ATM	3 a 6
Material de transporte	3 a 4
Equipamento de segurança	4 a 15

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, a IAS 36 – Imparidade de activos exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados, sendo revertidas quando os factos que lhes deram origem deixem de se verificar (as reversões de perdas por imparidade são efetuadas até ao limite de valor que os activos teriam caso nunca tivessem sido reconhecidas perdas por imparidade).

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.4.4 Locações

A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamento para ambas as partes de um contrato, sendo estas o arrendatário (cliente) e o proprietário (fornecedor). O princípio central desta norma é que, o arrendatário e o proprietário, devem reconhecer todos os direitos e obrigações decorrentes dos acordos de arrendamento, no balanço patrimonial.

Na óptica do proprietário, os arrendamentos continuam a ser classificados como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros. Na óptica do arrendatário, a norma introduz um modelo contabilístico de arrendatário individual, em que um activo de direito de uso (ROU - right of use) juntamente com um passivo de arrendamento para os pagamentos futuros, deve ser reconhecido para todos os arrendamentos com prazo superior a 12 meses, a menos que o activo subjacente seja de baixo valor.

2.4.4.1 Isenções de reconhecimento

Além das exclusões de âmbito acima, um arrendatário pode optar por não aplicar o reconhecimento e os requisitos da IFRS 16 sobre:

- arrendamentos de curto prazo – arrendamentos que, na data de início, têm um prazo de arrendamento inferior ou igual a 12 meses (devem ser aplicados consistentemente a todos os activos subjacentes da mesma classe); e
- arrendamentos para os quais o activo subjacente é de baixo valor e inferiores a USD 5 000 para activos não dependentes e inferiores a ZAR 250 000 para activos dependentes/combinados, segundo a Política do Grupo.

2.4.4.2 Reconhecimento e mensuração

Na data de início o arrendatário deve reconhecer um activo de direito de uso e um passivo de arrendamento.

	Mensuração inicial	Mensuração subsequente
Activos de direito de uso	Custo (mensuração inicial do passivo de arrendamento) mais custos directos iniciais.	Modelo de Custo: Custo menos depreciação acumulada e imparidade acumulada. O activo de ROU é depreciado pelo menor prazo entre o prazo do arrendamento e a vida útil, excepto se for provável que o arrendatário exerça uma opção de compra, onde, nesse caso, devemos utilizar a vida útil.
Passivo de arrendamento	Pelo valor actual dos pagamentos de arrendamento futuros. Os pagamentos de arrendamento serão descontados usando a taxa de juro implícita no arrendamento, se essa taxa puder ser prontamente determinada. Se não, usar a taxa de empréstimo incremental do arrendatário.	O arrendatário deve mensurar o passivo de arrendamento da seguinte forma: • aumentar o valor contabilístico para reflectir juros sobre o passivo de arrendamento; • reduzir o valor contabilístico para reflectir os pagamentos feitos

Os pagamentos de arrendamento compreendem:

- Pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos em substância, menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber);
- Pagamentos de aluguer variáveis que dependem de um índice ou taxa;
- Valores esperados a pagar pelo arrendatário sob garantias de valor residual;
- O preço de exercício de uma opção de compra, se for razoavelmente certo que o arrendatário exerça essa opção; e
- Pagamentos de multas pelo término do contrato de arrendamento, se o prazo do arrendamento

reflectir que o arrendatário exerce a opção de rescindir o arrendamento.

Dado que não é possível determinar facilmente a taxa de juros implícita na locação (parágrafo 26 da IFRS 16), os pagamentos da locação são descontados segundo a taxa de juro incremental de financiamento do locatário a qual incorpora a curva de taxa de juro sem risco (curva swap), acrescido de um spread de risco do Banco, aplicada sobre o prazo médio ponderado de cada contrato de locação. Para os contratos com termo é considerada essa data como a data fim da locação, para os outros contratos sem termo é avaliado o prazo no qual o mesmo terá força executória. Na avaliação da força executória é

tido em consideração as cláusulas particulares dos contratos bem como a legislação vigente relativamente ao Arrendamento Urbano.

Subsequentemente é mensurado da seguinte forma:

- Pelo aumento da sua quantia escriturada de forma a reflectir os juros sobre o mesmo;
- Pela diminuição da sua quantia escriturada de forma a reflectir os pagamentos de locação.

A quantia escriturada é remensurada de forma a reflectir quaisquer reavaliações ou alterações da locação, bem como para reflectir a revisão de pagamentos de locação fixos em substância e a revisão do prazo da locação.

O Banco reavalia um passivo de locação (e calcula o respectivo ajustamento relacionado ao activo sob direito de uso) sempre que:

- houver uma alteração do prazo da locação ou na avaliação de uma opção de compra do activo subjacente, situação em que o passivo de locação é remensurado, descontando os pagamentos de locação revistos utilizando uma taxa de desconto revista;
- houver uma alteração dos montantes a pagar ao abrigo de uma garantia de valor residual, ou dos pagamentos futuros de locação resultantes da alteração de um índice ou taxa utilizados para determinar esses pagamentos, situação em que o passivo de locação é remensurado, descontando os pagamentos de locação revistos utilizando uma taxa de desconto inalterada (a menos que a alteração dos pagamentos de locação resulte de uma alteração das taxas de juro variáveis, nesse caso deverá ser utilizada uma taxa de desconto revista); e

- um contrato de locação é alterado mas essa alteração à locação não é contabilizada como uma locação distinta, situação em que o passivo de locação é remensurado, descontando os pagamentos de locação revistos utilizando uma taxa de desconto revista.

Os activos sob direito de uso são depreciados/amortizados desde a data de entrada em vigor até ao fim da vida útil do activo subjacente, ou até ao final do prazo da locação, caso este seja anterior. Se a locação transferir a propriedade do activo subjacente, ou se o custo do activo sob direito de uso reflectir o facto de o Banco exercer uma opção de compra, o activo sob direito de uso deve ser depreciado/amortizado desde a data de entrada em vigor até ao fim da vida útil do activo subjacente. A depreciação/amortização começa na data de entrada em vigor da locação.

Os principais registos contabilísticos decorrentes da IFRS 16 detalham-se conforme segue:

- Na demonstração dos resultados:
 - registo em “Margem financeira” do gasto de juros relativo aos passivos de locação;
 - registo em “Outros gastos administrativos” dos montantes relativos a contratos de locação de curto prazo e contratos de locação de activos de baixo valor; e
 - registo em “Amortizações” do custo de depreciação dos activos sob direito de uso.
- No balanço:
 - registo em “Outros activos tangíveis”, pelo reconhecimento dos activos sob direito de uso; e
 - registo em “Outros passivos” pelo valor dos passivos de locação reconhecidos.

- Na demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica Fluxos de caixa de actividades operacionais – Pagamentos (de caixa) a empregados e a Fornecedores inclui montantes relativos a contratos de locação de curto prazo e a contratos de locação de activos de baixo valor e a rubrica (Aumento)/Diminuição em outras contas de passivo inclui montantes relativos a pagamentos de partes de capital do passivo de locações, conforme detalhado na Demonstração dos fluxos de caixa.

Impacto na óptica do locador

De acordo com a IFRS 16, os locadores classificam as locações como financeiras ou operacionais.

2.5 ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os activos intangíveis apenas são reconhecidos quando (i) sejam identificáveis, (ii) seja provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros e (iii) o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade. O custo de aquisição dos activos intangíveis compreende (i) preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e taxas após a dedução de quaisquer descontos e (ii) qualquer custo directamente atribuível à preparação do activo para o seu uso pretendido. Após a sua contabilização inicial, o Banco mensura os seus activos intangíveis pelo modelo do custo.

2.5.1 Software

Os custos incorridos com a aquisição e software a terceiras entidades são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Banco necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados linearmente pelo período da vida útil estimado de 3 a 5 anos.

2.5.2 Encargos com projectos de investigação e desenvolvimento

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Até à presente data, o Banco não reconheceu quaisquer activos intangíveis gerados internamente.

2.5.3 Certificados escolares

Os custos incorridos com a aquisição dos certificados escolares são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes certificados geram e continuarão a gerar benefícios económicos, e têm uma vida útil indefinida pelo que não são amortizados.

2.6 EMPRÉSTIMO DE TÍTULOS E TRANSACÇÕES COM ACORDO DE RECOMPRA

Títulos vendidos com acordo de recompra (repos) por um preço fixo ou por um preço que iguale o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística referida na Nota 2.3. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições de crédito ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa de juro efectiva.

Títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguale o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições de crédito ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa de juro efectiva.

2.7 INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Os investimentos em filiais e associadas são contabilizados nas demonstrações financeiras do Banco ao seu custo histórico deduzido de quaisquer perdas por imparidade.

Subsidiárias são entidades (incluindo fundos de investimento e veículos de securitização) controladas pelo Banco. O Banco controla uma entidade quando está exposta, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as actividades relevantes dessa entidade (controlo de facto).

As empresas associadas são entidades nas quais o Banco tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que o Banco exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso o Banco detenha, directa ou indirectamente, menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que o Banco não possui influência significativa, excepto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa por parte do Banco é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- representação no Conselho de Administração ou órgão de direcção equivalente;
- participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- transacções materiais entre o Banco e a participada;
- intercâmbio de pessoal de gestão; e
- fornecimento de informação técnica essencial.

2.7.1 Imparidade

O valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e associadas é avaliado sempre que existam sinais de evidência de imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias ou associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior. O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos activos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

2.8 ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA (IFRS 5)

O Banco classifica em activos não correntes detidos para venda os imóveis detidos por recuperação de

crédito cuja finalidade não é o uso continuado na actividade do Banco mas sim a realização do seu valor contabilístico através de uma transacção de uma venda que deverá ser muito provável ocorrer no prazo de um ano.

Estes activos são mensurados inicialmente pelo menor entre o seu justo valor líquido de custos de venda e o valor contabilístico do crédito existente na data em que foi efectuada a dação ou arrematação judicial do bem.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado em moeda nacional com base nas avaliações periódicas de peritos qualificados independentes, tendo em conta o exposto na Directiva N.º 01/DSB/2020 de 30 de Outubro de 2020 e a alienação dos mesmos tendo em conta o exposto na Directiva N.º 01/DSB/DRO/2020 de 14 de Fevereiro de 2020.

A mensuração subsequente destes activos é efectuada ao menor do seu valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido dos custos de venda, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

2.9 IMPOSTOS SOBRE LUCROS (IAS 12)

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos ao justo valor através de outro rendimento integral e de derivados

de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

2.9.1 Imposto Corrente

Os impostos correntes correspondem ao valor apurado relativamente ao rendimento tributável do exercício, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de exercícios anteriores.

2.9.2 Imposto Industrial

A 30 de Junho de 2022, o Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Regime Geral de Tributação e sujeito actualmente a uma taxa de imposto de 35% nos termos da Lei n.º 26/20, de 20 de Julho, que altera o Código do Imposto Industrial, aprovado pela Lei n.º 19/14, de 22 de Outubro.

Nos termos da Lei supracitada, foi de igual modo estipulado um aumento do prazo de reporte dos prejuízos fiscais para 5 (cinco) anos¹, bem como entre outros, foram efectuadas alterações quanto ao tratamento fiscal das variações cambiais e a dedutibilidade fiscal das provisões, de forma a determinar que as perdas por imparidade em créditos garantidos não são dedutíveis para efeitos fiscais, excepto a parte não garantida.

Nos termos do Código do Imposto Industrial o Banco é objecto de liquidação provisória numa única prestação a ser efectuada no mês de Agosto, apurada através da aplicação de uma taxa de 2%

sobre o resultado derivado das operações de intermediação financeira, apurados nos primeiros seis meses do exercício fiscal anterior, excluídos os proveitos sujeitos a Imposto sobre a Aplicação de Capitais (“IAC”), independentemente da existência de matéria colectável no exercício.

No entanto, o Banco encontra-se dispensado de efectuar a liquidação e pagamento provisório do Imposto Industrial sobre as vendas sempre que apresentar prejuízo fiscal no exercício anterior.

O Código do Imposto Industrial determina que os sujeitos a IAC são deduzidos para efeitos de determinação do lucro tributável em sede do Imposto Industrial, não constituindo o IAC um custo fiscalmente dedutível.

Os rendimentos de Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano após 1 de Janeiro de 2013 encontram-se sujeitos a Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC), à taxa de 10% (5% no caso de títulos de dívida admitidos à negociação em mercado regulamentado e que apresentem uma maturidade igual ou superior a três anos) e a Imposto Industrial: (i) no caso das mais ou menos valias obtidas (incluindo eventuais reavaliações cambiais sobre a componente do capital); e (ii) no reconhecimento do desconto relativamente aos títulos adquiridos ou emitidos a valor descontado. Os rendimentos sujeitos a IAC encontram-se excluídos do Imposto Industrial.

2.9.3 Imposto Diferido

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores

contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com excepção do goodwill, não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro, e a Gestão consegue controlar a tempestividade da sua realização.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

O Banco procede, conforme estabelecido na IAS 12 – Imposto sobre o Rendimento, parágrafo 74, à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) tenha o direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e (ii) os activos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e activos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os activos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou activos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

1. Os prejuízos fiscais verificados a partir do exercício de 2017 são passíveis de dedução em 5 (cinco) anos. Na contagem do prazo de dedução dos prejuízos fiscais verificados nos exercícios de 2017 e 2018 considera-se o prazo já decorrido desde o momento em que foram apurados.

2.9.4 Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC)

O IAC incide, genericamente, sobre os rendimentos provenientes das aplicações financeiras do Banco, é retido na fonte pelo BNA e os respectivos rendimentos estão excluídos de tributação em sede de Imposto Industrial. Por estes motivos, o Banco considera estarem cumpridas as condições para considerar, à luz da IAS 12, que o IAC é um imposto sobre o rendimento. A taxa varia entre 5% (no caso de juros, prémios de amortização ou reembolso e outras formas de remuneração de títulos de dívida pública, obrigações, títulos de participação ou outros títulos análogos emitidos por qualquer sociedade, que se encontrem admitidos à negociação em mercado regulamentado e a sua emissão apresente uma maturidade igual ou superior a três anos) e 15%.

Adicionalmente, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Código do Imposto Industrial, não é aceite como custo dedutível para efeitos de apuramento da matéria colectável o próprio IAC, bem como, por outro lado, deduzir-se-ão ao lucro tributável, os rendimentos sujeitos a IAC, conforme o disposto na alínea b) no n.º 1 do artigo 47.º do Código do Imposto Industrial..

2.9.5 Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)

A Lei n.º 7/19 que aprova o Código do Imposto Sobre o Valor Acrescentado entrou em vigor em 1 de Outubro de 2019, com uma taxa de 14%, que revoga o Regulamento do Imposto de Consumo, republicado pelo Decreto Legislativo Presidencial n.º 3-A/14, de 21 de Outubro, e ainda revoga o Imposto de Selo sobre as operações aduaneiras previsto na Verba n.º 15 da tabela a que se refere o Decreto Legislativo Presidencial n.º 3/14, de 21 de Outubro, que aprova Revisão e Republicação do Código do Imposto de Selo.

A Lei que aprova o Código do IVA também introduziu algumas relevantes alterações ao Código do Imposto de Selo, passando o Banco esta isento de Imposto de Selo previsto na verba n.º 23.3 da tabela a que se refere o Decreto Legislativo Presidencial n.º 3/14 e sobre as operações de financiamento, locação financeira, reporte, seguros e resseguros que sejam sujeitas e não isentas de Imposto sobre o Valor Acrescentado.

O regime de IVA define também o regime de cativação, em que o Banco actua como agente cativador de 50% do IVA liquidado por parte dos seus fornecedores, com algumas exceções definidas na Lei 17/19, de 13 de Agosto, que altera a Lei que aprova o Código do Imposto Sobre o Valor Acrescentado, nas alíneas a) a f) do n.º 5 do artigo 21.º.

No que respeita aos serviços prestados, o Banco tem obrigação de liquidar IVA nas operações de locação financeira mas na componente do capital amortizado e juros de mora cobrados aos clientes, com excepção das operações isentas, nos termos da alínea i) do número do artigo 12.º do Código do Imposto Sobre o Valor Acrescentado.

O Banco tem simultâneo operações sujeitas e não sujeitas que lhe confere, o direito à dedução e operações isentas que lhe restringem esse direito, desta forma apenas pode deduzir o IVA incorrido aos montantes de aquisição de bens e serviços na proporção das operações que conferem esse direito.

Não obstante o acima exposto, o Banco adoptou o método de afectação real para deduzir a totalidade do IVA suportado na aquisição de bens das operações de leasing ou VAF que conferem o direito à dedução, porém exclui a possibilidade dedução do imposto suportado nas operações

que não conferem esse direito, nos termos dos artigos 22.º e 24.º do Código do Imposto Sobre o Valor Acrescentado.

Em Abril de 2019 entrou em vigor o Regime Jurídico das Faturas e Documentos Equivalentes (RJFDE). Desta forma, o Banco cumpre com regras em matéria de faturação nos termos deste Regime e emite faturas genéricas através de software certificado pela AGT.

2.9.6 Outros impostos

O Banco está igualmente sujeito a impostos indirectos, designadamente, impostos aduaneiros, Imposto de Selo, Imposto de Consumo (até Outubro de 2019), bem como outras taxas.

2.10 Benefícios aos empregados

2.10.1 Remuneração variável paga aos Colaboradores e administradores

O Banco atribui remunerações variáveis aos seus colaboradores e administradores em resultado do seu desempenho (prémios de desempenho). Compete ao Comité de Gestão de Capital Humano fixar os respectivos critérios de alocação a cada colaborador e administrador, respectivamente, sempre que a mesma seja atribuída. A remuneração variável atribuída aos colaboradores e administradores é registada por contrapartida de resultados no exercício a que dizem respeito, apesar do seu pagamento ocorrer apenas no exercício seguinte (Nota 19).

2.10.2 Provisão para férias e subsídio de férias

A Lei Geral do Trabalho determina que o montante de subsídio de férias pagável aos trabalhadores em determinado exercício é um direito por eles adquirido no ano imediatamente anterior. Consequentemente, o Banco releva

contabilisticamente no exercício os valores relativos a férias e subsídio de férias pagáveis no ano seguinte, e férias não gozadas pagáveis em caso de saída do colaborador (Nota 19).

2.11 Provisões e passivos contingentes (IAS 37)

São reconhecidas provisões quando (i) o Banco tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

A mensuração das provisões tem em conta os princípios definidos na IAS 37 no que respeita à melhor estimativa do custo expectável, ao resultado mais provável das acções em curso e tendo em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo.

Nos casos em que o efeito do desconto é material, as provisões correspondem ao valor actual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por contrapartida de resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente, procedendo apenas à sua divulgação.

2.12 Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros activos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares (Nota 23), de acordo com os prazos das operações subjacentes, utilizando a taxa de juro efectiva da transação sobre o valor contabilístico bruto da transação.

Os juros reconhecidos pelo método da taxa de juro efectiva de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral também são reconhecidos em margem financeira (Nota 23) assim como dos activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

A taxa de juro efectiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efectiva, o Banco inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção, excepto para activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Os proveitos com juros reconhecidos em resultados associados a contratos classificados no stage 1 ou 2 são apurados aplicando a taxa de juro efectiva de cada contrato sobre o seu valor de balanço bruto. O valor de balanço bruto de um contrato é o seu custo amortizado, antes da dedução da respectiva imparidade. Para os activos financeiros incluídos no estágio 3, os juros

são reconhecidos em resultados com base no seu valor de balanço líquido (deduzido de imparidade). O reconhecimento de juros é realizado sempre forma prospectiva, i.e., para activos financeiros que entrem em estágio 3 os juros são reconhecidos sobre o custo amortizado (líquido de imparidade) nos períodos subsequentes.

Para activos financeiros originados ou adquiridos em imparidade de crédito (POCIs) a taxa de juro efectiva reflecte as perdas de crédito esperadas na determinação dos fluxos de caixa futuros expectáveis a receber do activo financeiro.

Para os instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles que forem classificados como instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro, a componente de juro não é autonomizada das alterações no seu justo valor, sendo classificada como Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados. Para derivados de cobertura do risco de taxa de juro e associados a activos financeiros ou passivos financeiros reconhecidos na categoria de justo valor através de resultados, a componente de juro é reconhecida em juros e rendimentos similares ou em juros e encargos similares (Nota 23). Com referência a 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, o Banco não tem estas operações.

2.13 Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos resultantes de serviços e comissões (Nota 24) são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- i) quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efectuado no período a que respeitam;
- ii) quando resultam de uma prestação de serviços,

o seu reconhecimento é efectuado quando o referido serviço está concluído.

Quando são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro, os proveitos resultantes de serviços e comissões são registados na margem financeira (Nota 23).

2.14 Resultados de activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados e de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Os resultados de activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados (Nota 25) incluem os ganhos e perdas gerados por activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, nomeadamente das carteiras de negociação e de outros activos e passivos ao justo valor através de resultados, incluindo derivados embutidos e dividendos associados a estas carteiras. As variações de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura e dos instrumentos cobertos, quando aplicável a relações de cobertura de justo valor, também aqui são reconhecidas. O Banco não tem contabilidade de cobertura.

Os resultados de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral incluem as valias nas vendas desta categoria de activos financeiros.

2.15 Garantias Financeiras e Compromissos

Garantias financeiras (Nota 22) são contratos que obrigam o Banco a efectuar pagamentos

específicos de forma a reembolsar o detentor por uma perda incorrida em virtude de um devedor falhar o cumprimento de um pagamento. Compromissos (Nota 22) são compromissos firmes com o objectivo de fornecer crédito ao abrigo de condições pré-determinadas.

Passivos que decorrem de garantias financeiras ou compromissos dados para fornecer um empréstimo a uma taxa de juro abaixo do valor de mercado são inicialmente reconhecidos ao justo valor, sendo o justo valor inicial amortizado durante o período de vida útil da garantia ou compromisso. Subsequentemente o passivo é registado ao mais alto entre o valor amortizado e o valor presente de qualquer pagamento expectável para liquidar.

2.16 Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional (Kwanzas) à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados. Os activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao custo histórico são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor é determinado e reconhecido

por contrapartida de resultados, com excepção daqueles reconhecidos em activos ao justo valor através de outro rendimento integral.

As compras e vendas de moeda estrangeira a liquidar até dois dias, são registadas em balanço nas rubricas de Outros activos (Nota 14) e Outros passivos (Nota 19).

2.17 Resultados por acção

Os resultados por acção básicos (Nota 31) são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Banco.

Para o resultado por acção diluído, o número médio de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias tratadas como diluidoras. Emissões contingentes ou potenciais são tratadas como diluidoras quando a sua conversão para acções faz decrescer o resultado por acção.

Se o resultado por acção for alterado em resultado de uma emissão a prémio ou desconto ou outro evento que altere o número potencial de acções ordinárias ou alterações nas políticas contabilísticas, o cálculo do resultado por acção para todos os períodos apresentados é ajustado retrospectivamente.

2.18 Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, e com risco de variação de justo valor imaterial, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

Nota 3 – Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça as estimativas necessárias para decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Banco são apresentadas nesta Nota, tendo como objectivo melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pelo Banco e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco é apresentada na Nota 2 anexa às demonstrações financeiras.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Banco poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

3.1 JUSTO VALOR DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS E OUTROS ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação

é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

A situação conjuntural dos mercados financeiros, nomeadamente em termos de liquidez, pode influenciar o valor de realização dos instrumentos financeiros não cotados em algumas situações específicas, nomeadamente a sua alienação antes da respectiva maturidade.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados nas Notas 7, 8 e 34.

3.2 CLASSIFICAÇÃO DE ACTIVOS FINANCEIROS

A classificação e mensuração dos activos financeiros depende dos resultados dos testes SPPI (análise das características dos fluxos de caixa contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e do teste do modelo de negócio.

O Banco determina o modelo de negócio tendo em consideração a forma como os grupos de activos financeiros são geridos em conjunto para atingir um objectivo de negócio específico. Esta avaliação requer julgamento, na medida em que têm de ser considerados, entre outros, os seguintes aspectos: a forma como o desempenho dos activos é

avaliada; os riscos que afetam o desempenho dos activos e a forma como esses riscos são geridos; e a forma de retribuição dos gestores dos activos.

O Banco monitoriza os activos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral que sejam desreconhecidos antes da sua maturidade, para perceber os motivos subjacentes à sua alienação e determinar se são consistentes com o objectivo do modelo de negócio definido para esses activos. Esta monitorização insere-se no processo de avaliação contínua pelo Banco do modelo de negócio dos activos financeiros que permaneçam em carteira, para determinar se o mesmo é adequado e, caso não seja, se houve uma alteração do modelo de negócio e consequentemente uma alteração prospectiva da classificação desses activos financeiros (Notas 7, 8, 9 e 10).

3.3 PERDAS POR IMPARIDADE DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO OU AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL (OCI)

O Banco efectua uma revisão periódica dos instrumentos financeiros de forma a avaliar a existência de perdas por imparidade, conforme referido na política contabilística descrita na Nota 2.3.

O processo de avaliação de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a probabilidade de incumprimento (PD), a perda dado o incumprimento (LGD), a avaliação da existência de aumento significativo no risco de crédito do activo financeiro desde o seu reconhecimento inicial, a definição de

grupos de activos com características de risco de crédito comuns, as notações de risco, o valor dos colaterais associado a cada operação e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros, quer do momento do seu recebimento.

Durante os exercícios de 2020 e 2021, os modelos de cálculo da imparidade foram aprimorados devido à Pandemia de COVID-19, no entanto, apesar da considerável pressão exercida pela pandemia na economia angolana, não ocorreram mudanças materiais nas premissas. Foram tomadas medidas de monitoramento e acompanhamento pelas equipas de negócio, de formas a assegurar que planos de acção para evitar a redução da qualidade da carteira de crédito seriam tomadas de forma proactiva, tendo sido priorizados clientes que não se encontravam em incumprimento antes do COVID-19.

Em Junho de 2021, o Banco Nacional de Angola orientou aos bancos comerciais que fosse concedida uma moratória não superior a 6 meses, podendo esse período ser prolongado pelo Banco Nacional de Angola, caso as circunstâncias assim o determinem, aos clientes que assim solicitassem e apresentassem as devidas evidências do impacto da pandemia do COVID-19, visando garantir a estabilidade financeira da economia. No entanto, não foram solicitadas moratórias pelos clientes ao abrigo desta iniciativa.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas para os instrumentos financeiros ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral apresentadas nas Notas 4, 5, 6, 8, 9 e 10, com o consequente impacto nos resultados do Banco.

3.4 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO E IMPOSTOS DIFERIDOS

Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efectuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício e apresentados na Nota 13.

A Administração Geral Tributária tem a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco durante um período de cinco anos. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal, que pela sua probabilidade, o Conselho de Administração considera que não terão efeito materialmente relevante ao nível das demonstrações financeiras.

Nota 4 – Caixa e disponibilidades em bancos centrais

A rubrica de caixa e disponibilidades em bancos centrais é composto por:

(milhares de Kwanzas)

	30.06.2022	31.12.2021
Caixa	14 134 842	13 353 605
Disponibilidades em bancos centrais	99 129 868	106 274 879
Banco Nacional de Angola	99 129 868	106 274 879
	113 264 710	119 628 484

Em 30 de Junho de 2022, a rubrica Disponibilidades no Banco Nacional de Angola inclui depósitos de carácter obrigatório, no montante de 50 458 911 milhares de kwanzas (2021: 63 552 125 milhares de kwanzas), que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de reservas mínimas obrigatórias. De acordo com o Instrutivo nº 02/2021 do Banco Nacional de Angola, de 10 de Fevereiro de 2021, e de acordo com a Directiva nº 06/DMA/2022 do Banco Nacional de Angola, de 02 de Junho de 2022, as reservas mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no BNA em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, são apuradas de acordo com a seguinte tabela:

		Moeda Nacional	Moeda Estrangeira
Taxas sobre Base de Incidência			
Governo Central, Governos Locais e Administradores Municipais	Apuramento Diário	100%	100%
Outros Sectores	Apuramento Semanal	19%	22%

[1] 80% deste saldo deve ser através de obrigações do tesouro em USD (Nota 9)

O cumprimento das reservas mínimas obrigatórias, para um dado período de observação semanal (Outros Sectores), é concretizado tendo em consideração o valor médio dos saldos dos depósitos junto do Banco durante o referido período. Em 30 de Junho de 2022, o montante de exigibilidades totais (Governo Central, Governos Locais, Administrações Locais e Outros Sectores) ascende a 154 159 386 milhares de kwanzas (2021: 167 011 701 milhares de kwanzas).

Para o cumprimento das reservas mínimas em moeda estrangeira, a legislação aplicável considera elegíveis as Obrigações do Tesouro em moeda estrangeira pertencentes à carteira própria registada no SIGMA emitidas a partir de 2015, até 80% da exigibilidade efectiva, e o saldo referente ao fecho diário da conta de depósitos à ordem em moeda nacional no montante de 2% da média da base de incidência sobre os depósitos privados em moeda estrangeira. Para o cumprimento das reservas mínimas em moeda nacional, são elegíveis os créditos em moeda nacional concedidos ao Abrigo do Aviso nº 10/2020 de 01 de Abril de 2020.

Em 30 de Junho de 2022 estes saldos ascendem a 105 444 090 milhares de kwanzas (2021: 103 459 576 milhares de kwanzas), estando relacionados com Títulos do Tesouro em moeda estrangeira e os contractos ao abrigo do Aviso nº 10/2020.

Em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, com a entrada em vigor da Directiva 13/2019 de 27 de Dezembro de 2019, que refere que deve ser considerada uma LGD de 0% para a carteira de disponibilidades e aplicações constituídas junto do Banco Nacional de Angola, não houve a constituição de imparidades.

Nota 5 – Disponibilidades em outras instituições de crédito

O saldo da rubrica disponibilidades em outras instituições de crédito é composto, quanto à sua natureza, como segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	30.06.2022	31.12.2021
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país		
Outras disponibilidades	22 264	72 372
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	88 601 851	92 505 190
Valor aplicado	88 604 052	92 507 376
Imparidade acumulada	(2 201)	(2 186)
	88 624 115	92 577 562

As disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro incluem contas à ordem remuneradas com o Standard Bank de África do Sul.

Em 30 de Junho de 2022, o Banco calculou imparidades de acordo com a IFRS 9 para as disponibilidades em outras instituições de crédito no valor de 2 201 milhares de kwanzas (2021: 2 186 milhares de kwanzas). Em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021 as exposições estavam classificadas no estágio 1.

Nota 6 – Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito

Esta rubrica em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021 é analisada como segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	30.06.2022	31.12.2021
Aplicações em instituições de crédito no país		
Operações com acordo de revenda	222 318 817	119 006 349
Juros corridos	3 424 760	1 389 521
	225 743 577	120 395 870
Aplicações em instituições de crédito		
Aplicações de muito curto prazo	14 163 359	66 588 184
Valor aplicado	14 163 236	66 598 316
Juros corridos	4 368	153
Imparidade acumulada	(4 245)	(10 285)
	239 906 936	186 984 054

Em 30 de Junho de 2022, as operações com acordo de revenda correspondem a repos celebrados com o Banco Nacional de Angola, com uma taxa de juro média ponderada de 8.925% e as aplicações em instituições de crédito de muito curto prazo em moeda estrangeira de 1.398%.

Em 31 de Dezembro de 2021, as operações com acordo de revenda correspondem a repos celebrados com o Banco Nacional de Angola, com uma taxa de juro ponderada de 12.547% e as aplicações em instituições de crédito de muito curto prazo em moeda estrangeira de 0.055%.

Em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021 as exposições estavam classificadas no estágio 1.

Nota 7 – Activos e Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, a rubrica activos financeiros ao justo valor através de resultados apresenta os seguintes valores:

(milhares de Kwanzas)

30.06.2022	Moeda	Indexante	Taxa média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Prémio/ Desconto	Ajuste do justo valor	Valor de Balanço
Activos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados									
Obrigações do Tesouro	AOA	n.a.	-	2 328 400	2 338 526	80 500	(476)	(80 928)	2 337 622
Participação EMIS Capital	AOA	n.a.	n.a.	182 580	182 580	-	-	-	182 580
Participação EMIS Prestações acessórias não remuneradas	AOA	n.a.	n.a.	7 147	7 147	-	-	-	7 147
Activos financeiros detidos para negociação									
Instrumentos Financeiros Derivados	AOA	n.a.	-	-	-	-	-	166	166
				2 518 127	2 528 253	80 500	(476)	(80 762)	2 527 515

(milhares de Kwanzas)

31.12.2021	Moeda	Indexante	Taxa média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Prémio/ Desconto	Ajuste do justo valor	Valor de Balanço
Activos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados									
Participação EMIS Capital	AOA	n.a.	n.a.	182 580	182 580	-	-	-	182 580
Participação EMIS Prestações acessórias não remuneradas	AOA	n.a.	n.a.	7 147	7 147	-	-	-	7 147
Activos financeiros detidos para negociação									
Instrumentos Financeiros Derivados	AOA	n.a.	-	-	-	-	-	(8 071)	(8 071)
				189 727	189 727	-	-	-	181 656

(milhares de Kwanzas)

Os activos financeiros ao justo valor através de resultados encontram-se mensurados ao justo valor de acordo com o nível 2, em conformidade com o disposto na IFRS 13 (Nota 33), com exceção da participação da EMIS (nível 3).

O movimento dos ativos e passivos financeiros valorizados no nível 3 da hierarquia de justo valor durante os exercícios de 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, pode ser analisado como segue:

Activos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados		
	30.06.2022	31.12.2021
Saldo inicial da carteira	189 727	71 544
Aquisições	-	118 183
Saldo final da carteira	189 727	189 727

Em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, o escalonamento dos activos financeiros ao justo valor através de resultados por prazos de maturidade residual é como segue:

(milhares de Kwanzas)

	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	De um a cinco anos	Duração indeterminada	Total
Obrigações do Tesouro	1 935 517	402 105	-	-	2 337 622
Participação EMIS	-	-	-	189 727	189 727
Saldo em 30 de Junho de 2022	1 935 517	402 105	-	189 727	2 527 349
Participação EMIS	-	-	-	189 727	189 727
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	-	-	-	189 727	189 727

DERIVADOS

Em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021 as rubricas de Derivados tiveram a seguinte composição:

(milhares de Kwanzas)

	30.06.2022	31.12.2021
Activos financeiros detidos para negociação		
Instrumentos Financeiros Derivados		
FX Forward	166	-
FX Option	-	(8 071)
	166	(8 071)
Passivos financeiros detidos para negociação		
Instrumentos Financeiros Derivados		
FX Forward	(5)	-
FX Option	-	-
	(5)	-
Saldo final da Carteira	161	(8 071)

Em 30 de Junho de 2022, os instrumentos financeiros derivados correspondem a Forwards Cambiais contratadas com sociedades não financeiras, com maturidade em Julho de 2022.

Em 31 de Dezembro de 2021, os instrumentos financeiros derivados correspondem a Opções Cambiais contratados com sociedades não financeiras, com maturidades em Janeiro de 2022.

A 30 de Junho de 2022 não existem nocionais dos Opções Cambiais, enquanto que a 31 de Dezembro de 2021 encontram-se reconhecidos nas rubricas extrapatrimoniais, tendo um montante de 4 700 000 milhares de kwanzas. A 30 de Junho de 2022 os nocionais dos Forwards, ascendem a 4 057 milhares de kwanzas.

Em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, o escalonamento dos derivados por prazos de maturidade residual é como segue:

(milhares de Kwanzas)

	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	De um a cinco anos	Duração indeterminada	Total
Activos financeiros detidos para negociação					
Instrumentos Financeiros Derivados					
FX Forward	166	-	-	-	166
	166	-	-	-	166
Passivos financeiros detidos para negociação					
Instrumentos Financeiros Derivados					
FX Forward	(5)	-	-	-	(5)
	(5)	-	-	-	(5)
Saldo em 30 de Junho de 2022	161	-	-	-	161

(milhares de Kwanzas)

	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	De um a cinco anos	Duração indeterminada	Total
Activos financeiros detidos para negociação					
Instrumentos Financeiros Derivados					
FX Option	(8 071)	-	-	-	(8 071)
	(8 071)	-	-	-	(8 071)
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	(8 071)	-	-	-	(8 071)

Nota 8 – Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Esta rubrica em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021 é analisada como segue:

(milhares de Kwanzas)

30.06.2022	Moeda	Indexante	Taxa média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Prémio/Desconto	Ajuste do justo valor	Valor de Balanço
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral									
Bilhetes do Tesouro	AOA	n.a.	n.a.	23 534 520	22 039 885	-	699 766	(45 185)	22 694 466
Obrigações do Tesouro	AOA	Taxa fixa	16.14%	158 144 600	140 790 472	5 910 898	9 571 011	5 659 176	161 931 557
				181 679 120	162 830 357	5 910 898	10 270 777	5 613 991	184 626 023

(milhares de Kwanzas)

31.12.2021	Moeda	Indexante	Taxa média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Prémio/Desconto	Ajuste do justo valor	Valor de Balanço
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral									
Bilhetes do Tesouro	AOA	n.a.	n.a.	5 871 835	5 019 519	-	536 795	(6 059)	5 550 255
Obrigações do Tesouro	AOA	Taxa fixa	15.88%	162 218 800	142 418 397	6 138 259	7 629 453	1 052 999	157 239 108
				168 090 635	147 437 916	6 138 259	8 166 248	1 046 940	162 789 363

Os activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral estão mensurados ao justo valor de acordo com o nível 2, em conformidade com o disposto na IFRS 13 (Nota 33).

O modelo de valorização do justo valor da carteira de activos ao justo valor através de outro rendimento integral considera como taxa de desconto as correspondentes às últimas emissões dos bilhetes de tesouro e obrigações do tesouro verificadas em cada data de referência para a totalidade da carteira de bilhetes de tesouro e obrigações emitidas em Kwanzas (excluindo obrigações indexadas ao dólar).

Em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, o escalonamento dos activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral por prazos de vencimento residual é como segue:

(milhares de Kwanzas)

	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	De um a cinco anos	Total
Bilhetes do Tesouro	15 921 668	6 772 798	-	22 694 466
Obrigações do Tesouro	35 042 740	71 034 131	55 854 686	161 931 557
Saldo em 30 de Junho de 2022	50 964 408	77 806 929	55 854 686	184 626 023
Bilhetes do Tesouro	2 789 109	2 761 146	-	5 550 255
Obrigações do Tesouro	27 583 211	56 256 803	73 399 094	157 239 108
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	30 372 320	59 017 949	73 399 094	162 789 363

Nota 9 – Investimentos ao custo amortizado

Em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, a rubrica de investimentos ao custo amortizado apresenta os seguintes valores:

(milhares de Kwanzas)

30.06.2022	Moeda	Indexante	Taxa média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Prémio/ Desconto	Ajuste do justo valor	Imparidade Acumulada	Valor de Balanço
Investimentos ao custo amortizado										
Bilhetes do Tesouro	AOA	n.a.	n.a.	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações do Tesouro	USD	n.a.	5.00%	27 084 194	27 084 194	78 996	-	-	(175 615)	26 987 575
Obrigações do Tesouro	AOA	Taxa fixa	16.40%	66 756 700	61 789 813	2 920 769	2 305 327	-	(841 951)	66 173 958
				93 840 894	88 874 007	2 999 765	2 305 327	-	(1 017 566)	93 161 533

(milhares de Kwanzas)

31.12.2021	Moeda	Indexante	Taxa média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Prémio/ Desconto	Ajuste do justo valor	Imparidade Acumulada	Valor de Balanço
Investimentos ao custo amortizado										
Bilhetes do Tesouro	AOA	n.a.	n.a.	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações do Tesouro	USD	n.a.	5.00%	35 102 548	35 102 548	102 383	-	-	(481 906)	34 723 025
Obrigações do Tesouro	AOA	Taxa fixa	16.01%	59 394 700	51 916 723	2 339 651	3 299 421	-	(572 323)	56 983 472
				94 497 248	87 019 271	2 442 034	3 299 421	-	(1 054 229)	91 706 497

O justo valor da carteira de investimentos ao custo amortizado encontra-se apresentado na Nota 34.

Em 30 de Junho de 2022, tendo em consideração a Directiva 13/2019 do BNA de 27 de Dezembro de 2019, o Banco registou uma reversão de imparidade pela redução da PD em conformidade com a notação de rating de Angola publicada no estudo da Moody's aplicável ao exercício em questão. Em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021 as exposições estavam classificadas nos estágios 1 e 2.

(milhares de Kwanzas)

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Bilhetes do Tesouro	-	-	-	-
Obrigações do Tesouro	66 173 957	26 987 576	-	93 161 533
Saldo em 30 de Junho de 2022	66 173 957	26 987 576	-	93 161 533
Bilhetes do Tesouro	-	-	-	-
Obrigações do Tesouro	56 983 472	34 723 025	-	91 706 497
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	56 983 472	34 723 025	-	91 706 497

As perdas por imparidade em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021 para as obrigações e bilhetes do tesouro foram apuradas com base nos parâmetros de risco de crédito fornecidos pela agência de rating internacional Moody's.

Na avaliação da existência de aumento significativo de risco de crédito em 30 de Junho de 2022 para a carteira de instrumentos ao custo amortizado, a qual deve ser efectuada desde a data de aquisição dos activos financeiros, o Banco considerou que as Obrigações e Bilhetes do Tesouro com risco Estado Angolano adquiridas após Abril de 2016 reuniam as condições para se manterem no Estágio 1, na medida em que aquando da sua aquisição o risco soberano Angolano já era de B1 - highly speculative, pelo que o risco implícito já existia, não tendo sofrido alterações significativas até 30 de Junho de 2022 (apenas registou dois downgrades de rating). Da mesma forma, as Obrigações e Bilhetes do Tesouro adquiridas antes de Abril de 2016, na medida em que a 30 de Junho de 2022 já sofreram mais de 2 downgrades no rating desde a data de aquisição, cumprem com os critérios para serem consideradas em Estágio 2 (aumento significativo de risco de crédito).

Em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, o escalonamento dos investimentos ao custo amortizado por prazos de vencimento é como segue:

(milhares de Kwanzas)

	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	De um a cinco anos	Total
Bilhetes do Tesouro	-	-	-	-
Obrigações do Tesouro	5 473 588	41 301 954	46 385 991	93 161 533
Saldo em 30 de Junho de 2022	5 473 588	41 301 954	46 385 991	93 161 533
Bilhetes do Tesouro	-	-	-	-
Obrigações do Tesouro	22 281 010	42 634 542	26 790 945	91 706 497
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	22 281 010	42 634 542	26 790 945	91 706 497

Nota 10 – Crédito a Clientes

Esta rubrica em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021 é analisada como segue:

(milhares de Kwanzas)

	30.06.2022	31.12.2021
Crédito interno		
A empresas	262 229 224	223 039 039
Empréstimos	249 439 743	196 483 744
Descobertos	11 991 102	17 545 404
Leasing	435 136	325 121
Cartas de crédito	363 243	8 684 770
A particulares	17 060 151	15 128 579
Habitação	1 547 286	1 573 688
Consumo e outros	15 512 865	13 554 891
	279 289 375	238 167 618
Crédito e juros vencidos		
Até 3 meses	-	-
De 3 meses a 1 ano	299 633	316 166
De 1 a 3 anos	35 582	475 088
	335 215	791 254
	279 624 590	238 958 872
Perdas por imparidade	(5 870 754)	(4 784 719)
	273 753 836	234 174 153

Em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021 a rubrica de Crédito a clientes inclui, por contrapartida de Outros passivos (Nota 19), as cartas de crédito cuja documentação para proceder aos pagamentos contratualmente definidos foi recebida na totalidade, uma vez que a partir desse momento a responsabilidade dos pagamentos passa a ser efectiva.

Em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, a rubrica Crédito a clientes inclui, respectivamente, 2 041 161 milhares de kwanzas e 1 340 470 milhares de kwanzas relativos ao ajustamento do justo valor dos créditos concedidos a colaboradores (Nota 14).

Em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, a rubrica Crédito a clientes inclui, respectivamente, 151 788 299 milhares de kwanzas e 154 950 627 milhares de kwanzas relativos aos créditos concedidos ao sector real da economia.

O escalonamento do crédito a clientes por prazos de vencimento residual, em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, é como segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	30.06.2022	31.12.2021
Até 3 meses	14 286 860	37 289 008
De 3 meses a um ano	9 097 977	16 107 800
De um a cinco anos	225 534 910	149 591 732
Mais de cinco anos	30 275 783	35 150 145
Duração indeterminada	429 060	820 187
	279 624 590	238 958 872

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade evidenciadas no Crédito a Clientes foram os seguintes:

	(milhares de Kwanzas)	
	30.06.2022	31.12.2021
Saldo inicial	4 784 719	2 765 665
Dotações	1 557 441	4 089 013
Utilizações (Nota 23)	(294 427)	(491 184)
Reversões	(107 985)	(1 561 403)
Diferenças de câmbio e outras	(68 994)	(17 371)
Saldo final	5 870 754	4 784 719

Em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, as Utilizações (Nota 22) correspondem aos créditos desreconhecidos do balanço (abatidos ao activo). Adicionalmente, a sua variação anual inclui uma recuperação de 125 672 milhares de kwanzas referentes a créditos anteriormente abatidos ao activo, 3 231 milhares de kwanzas de juros curados e 18 732 milhares de kwanzas de variação cambial.

A distribuição do crédito a clientes por tipo de taxa é como segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	30.06.2022	31.12.2021
Taxa fixa	98 740 033	93 625 987
Taxa variável	180 884 557	145 332 885
	279 624 590	238 958 872

O detalhe das exposições e imparidade do crédito concedido a clientes constituída por segmento e por intervalo de dias de atraso é como segue:

1. POR SEGMENTO

(milhares de Kwanzas)

Segmento	Exposição 30.06.2022										Imparidade 30.06.2022			
	Exposição total	Crédito em Estágio 1	Do qual curado	Do qual reestruturado	Crédito em Estágio 2	Do qual em curado	Do qual reestruturado	Crédito em Estágio 3	Do qual reestruturado		Imparidade total	Crédito em Estágio 1	Crédito em Estágio 2	Crédito em Estágio 3
Grandes Empresas e Banca de Investimento	193 724 019	164 949 173	-	3 572 889	28 774 846	-	8 568 518	-	-	-	(3 250 727)	(1 492 640)	(1 758 087)	-
Pequenas e Médias Empresas	68 505 500	66 850 581	2 002 055	-	975 611	-	-	679 308	679 017		(1 188 624)	(48 905)	(499 779)	(639 940)
Particulares	17 395 071	15 395 305	37 940	-	1 540 172	1 031	-	459 594	14 743		(1 431 403)	(200 165)	(771 644)	(459 594)
Total	279 624 590	247 195 059	2 039 995	3 572 889	31 290 629	1 031	8 568 518	1 138 902	693 760		(5 870 754)	(1 741 710)	(3 029 510)	(1 099 534)

(milhares de Kwanzas)

Segmento	Exposição 31.12.2021										Imparidade 31.12.2021			
	Exposição total	Crédito em Estágio 1	Do qual curado	Do qual reestruturado	Crédito em Estágio 2	Do qual em curado	Do qual reestruturado	Crédito em Estágio 3	Do qual reestruturado		Imparidade total	Crédito em Estágio 1	Crédito em Estágio 2	Crédito em Estágio 3
Grandes Empresas e Banca de Investimento	179 911 208	146 710 686		4 019 938	33 200 522		18 247 809				(2 779 629)	(1 148 324)	(1 631 305)	
Pequenas e Médias Empresas	43 517 959	42 088 336			1 032 382			397 241			(781 304)	(35 844)	(348 219)	(397 241)
Particulares	15 529 705	13 996 370	22 070		1 015 513	18 677		517 822	10 240		(1 223 786)	(130 826)	(575 138)	(517 822)
Total	238 958 872	202 795 392	22 070	4 019 938	35 248 417	18 677	18 247 809	915 063	10 240		(4 784 719)	(1 314 994)	(2 554 662)	(915 063)

2. POR INTERVALO DE DIA DE ATRASO

(milhares de Kwanzas)

Segmento	Exposição 30.06.2022									Imparidade 30.06.2022								
	Estágio 1			Estágio 2			Estágio 3			Estágio 1			Estágio 2			Estágio 3		
	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias
Grandes Empresas e Banca de Investimento	164 949 173	-	-	28 774 846	-	-	-	-	-	-	(1 492 640)	-	-	(1 758 087)	-	-	-	-
Pequenas e Médias Empresas	66 850 581	-	-	975 606	5	-	679 015	-	293	-	(48 905)	-	-	(499 778)	(1)	-	(639 647)	-
Particulares	15 395 305	-	-	1 325 640	214 532	-	124 672	-	334 922	-	(200 165)	-	-	(605 495)	(166 149)	-	(124 672)	(334 922)
Total	247 195 059	-	-	31 076 092	214 537	-	803 687	-	335 215	(1 741 710)	-	-	(2 863 360)	(166 150)	-	(764 319)	-	(335 215)

(milhares de Kwanzas)

Segmento	Exposição 31.12.2021									Imparidade 31.12.2021								
	Estágio 1			Estágio 2			Estágio 3			Estágio 1			Estágio 2			Estágio 3		
	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias
Grandes Empresas e Banca de Investimento	146 710 686	-	-	33 200 522	-	-	-	-	-	-	(1 148 324)	-	-	(1 631 305)	-	-	-	-
Pequenas e Médias Empresas	42 088 336	-	-	1 039 704	3	-	-	-	389 916	-	(35 844)	-	-	(348 218)	(1)	-	-	(397 241)
Particulares	13 982 718	-	13 652	894 897	113 291	-	137 461	-	387 686	-	(130 793)	(33)	(491 327)	(83 811)	-	(123 748)	-	(394 074)
Total	202 781 740	-	13 652	35 135 123	113 294	-	137 461	-	777 602	(1 314 961)	-	(33)	(2 470 850)	(83 812)	-	(123 748)	-	(791 315)

O detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de concessão das operações relativas a 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021 é como segue:

(milhares de Kwanzas)

Ano de concessão	30.06.2022								
	Grandes Empresas e Banca de Investimento			Pequenas e Médias Empresas			Particulares		
	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída
2017 e anteriores	7	3 857 899	(44 742)	7	5 930 001	(7 090)	2 362	588 000	(24 875)
2018	3	5 140	(297)	-	-	-	1 206	142 379	(5 209)
2019	3	270 737	(2 577)	-	-	-	490	321 960	(125 614)
2020	20	5 010 831	(43 342)	15	988 299	(89)	1 175	1 256 424	(117 257)
2021	18	28 217 674	(833 169)	18	9 156 396	(573)	1 114	3 037 647	(305 344)
2022	55	156 361 738	(2 326 600)	117	52 430 804	(1 180 872)	2 584	12 048 661	(853 104)
Total	106	193 724 019	(3 250 727)	157	68 505 500	(1 188 624)	8 931	17 395 071	(1 431 403)

(milhares de Kwanzas)

Ano de concessão	31.12.2021								
	Grandes Empresas e Banca de Investimento			Pequenas e Médias Empresas			Particulares		
	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída
2016 e anteriores	7	6 621 089	(48 802)	7	6 537 602	(84 613)	2 463	648 087	(41 164)
2017	-	-	-	3	79 353	(81 495)	1 263	146 056	(7 761)
2018	2	314 708	(1 636)	14	834 318	(328 462)	563	480 396	(142 163)
2019	11	10 590 855	(80 687)	26	1 793 394	(17 239)	1 354	2 066 454	(191 264)
2020	8	29 694 608	(951 498)	23	10 854 507	(249 625)	1 270	4 349 676	(400 756)
2021	64	132 689 948	(1 697 006)	72	23 418 785	(19 870)	1 788	7 839 036	(440 678)
Total	92	179 911 208	(2 779 629)	145	43 517 959	(781 304)	8 701	15 529 705	(1 223 786)

O detalhe do montante de exposição bruta de crédito e do montante de imparidade constituída para as exposições analisadas por segmento e sector de actividade, individual e colectivamente, com referência a 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, é como segue:

1. POR SEGMENTO

(milhares de Kwanzas)

30.06.2022	Grandes Empresas e Banca de Investimento		Pequenas e Médias Empresas		Particulares		Total	
	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Imparidade individual	193 724 019	(3 250 727)	679 308	(639 940)	459 593	(459 593)	194 862 920	(4 350 260)
Imparidade colectiva	-	-	67 826 192	(548 684)	16 935 478	(971 810)	84 761 670	(1 520 494)
Total	193 724 019	(3 250 727)	68 505 500	(1 188 624)	17 395 071	(1 431 403)	279 624 590	(5 870 754)

(milhares de Kwanzas)

31.12.2021	Grandes Empresas e Banca de Investimento		Pequenas e Médias Empresas		Particulares		Total	
	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Imparidade individual	179 911 208	(2 779 629)	389 916	(397 241)	517 822	(517 822)	180 818 946	(3 694 692)
Imparidade colectiva	-	-	43 128 043	(384 063)	15 011 883	(705 964)	58 139 926	(1 090 027)
Total	179 911 208	(2 779 629)	43 517 959	(781 304)	15 529 705	(1 223 786)	238 958 872	(4 784 719)

2. POR SECTOR DE ACTIVIDADE

(milhares de Kwanzas)

30.06.2022	Administração central		Comércio por grosso		Construção		Indústria transformadora		Particulares		Outras		Total	
	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Imparidade individual	51 920 11	(759 466)	33 052 840	(638 257)	3	(3)	41 188 250	(180 914)	459 592	(459 593)	68 242 223	(2 312 027)	194 862 920	(4 350 260)
Imparidade colectiva	-	-	36 958 607	(2 589)	320 510	(6 478)	10 759 979	(38 565)	16 935 479	(971 810)	19 787 096	(501 052)	84 761 670	(1 520 494)
Total	51 920 011	(759 466)	70 011 447	(640 846)	320 513	(6 481)	51 948 229	(219 479)	17 395 071	(1 431 403)	88 029 319	(2 813 079)	279 624 590	(5 870 754)

(milhares de Kwanzas)

31.12.2021	Administração central		Comércio por grosso		Construção		Indústria transformadora		Particulares		Outras		Total	
	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Imparidade individual	46 678 506	(694 909)	54 204 279	(438 960)	3	(3)	36 837 208	(163 255)	517 822	(517 822)	42 581 128	(1 879 743)	180 818 946	(3 694 692)
Imparidade colectiva	-	-	34 543 358	(370 491)	28 170	(21)	7 575 994	(6 663)	15 011 883	(705 964)	980 521	(6 888)	58 139 926	(1 090 027)
Total	46 678 506	(694 909)	88 747 637	(809 451)	28 173	(24)	44 413 202	(169 918)	15 529 705	(1 223 786)	43 561 649	(1 886 631)	238 958 872	(4 784 719)

Em termos de geografia, a totalidade do crédito concedido é em Angola.

As tabelas abaixo apresentam, com referência a 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, a composição do crédito a clientes, com detalhe do crédito vincendo e vencido, acréscimos e diferimentos e imparidades de crédito por estágio e por classe de incumprimento. Os acréscimos e diferimentos incorporam os acréscimos de juros (vincendos) e a especialização das comissões associadas aos contratos de crédito.

1. POR ESTÁGIO

(milhares de Kwanzas)

Crédito a clientes	30.06.2022			Total
	Estágios de imparidade			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	
Com imparidade atribuída com base em análise individual	165 033 993	28 885 000	805 849	194 724 842
Crédito e juros vencidos	29 492	3	332 291	361 786
Imparidade	(1 492 640)	(1 758 087)	(1 099 533)	(4 350 260)
Com imparidade atribuída com base em análise colectiva	86 737 564	2 479 618	-	89 217 182
Crédito e juros vencidos	-	-	-	-
Imparidade	(249 071)	(1 271 423)	-	(1 520 494)
Acréscimos e diferimentos	(4 605 989)	(73 992)	761	(4 679 220)
Total	245 453 349	28 261 119	39 368	273 753 836

(milhares de Kwanzas)

Crédito a clientes	31.12.2021			Total
	Estágios de imparidade			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	
Com imparidade atribuída com base em análise individual	140 818 836	33 464 308	137 342	174 420 486
Crédito e juros vencidos	9 182 478		774 900	9 957 378
Imparidade	(1 148 324)	(1 631 305)	(915 063)	(3 694 692)
Com imparidade atribuída com base em análise colectiva	55 033 496	1 454 569	-	56 488 065
Crédito e juros vencidos	949 141	586 857		1 535 998
Imparidade	(166 670)	(923 357)		(1 090 027)
Acréscimos e diferimentos	(3 188 559)	(257 317)	2 821	(3 443 055)
Total	201 480 398	32 693 755		234 174 153

A decomposição dos montantes brutos e da imparidade de crédito da carteira de crédito a clientes, analisada por classes de incumprimento e pela tipologia de análise de imparidade realizada pelo Banco em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021 apresenta-se como segue:

1. POR CLASSE DE INCUMPRIMENTO

(milhares de Kwanzas)

Crédito a clientes	Crédito vincendo	30.06.2022				Total
		Classe de incumprimento				
		Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	
Com imparidade atribuída com base em análise individual	194 724 842	-	-	-	-	194 724 842
Crédito e juros vencidos	-	26 571	-	299 289	35 926	361 786
Imparidade	(4 014 643)	(402)	-	(299 289)	(35 926)	(4 350 260)
Com imparidade atribuída com base em análise colectiva	86 737 564	2 268 234	211 384	-	-	89 217 182
Crédito e juros vencidos	-	-	-	-	-	-
Imparidade	(249 070)	(1 271 424)	-	-	-	(1 520 494)
Acréscimos e diferimentos	(4 719 500)	33 012	3 154	3 700	414	(4 679 220)
Total	272 479 193	1 055 991	214 538	3 700	414	273 753 836

(milhares de Kwanzas)

(milhares de Kwanzas)

Crédito a clientes	Crédito vincendo	31.12.2021				Total
		Classe de incumprimento				
		Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	
Com imparidade atribuída com base em análise individual	174 420 486	-	-	-	-	174 420 486
Crédito e juros vencidos	-	9 183 802	-	318 217	455 359	9 957 378
Imparidade	(2 811 008)	(92 369)	-	(321 483)	(469 832)	(3 694 692)
Com imparidade atribuída com base em análise colectiva	56 488 065	-	-	-	-	56 488 065
Crédito e juros vencidos	-	1 410 752	111 586	-	13 660	1 535 998
Imparidade	(708 201)	(297 982)	(83 812)	-	(32)	(1 090 027)
Acréscimos e diferimentos	(3 407 252)	(41 532)	1 618	3 266	845	(3 443 055)
Total	223 982 090	10 162 671	29 392			234 174 153

O detalhe da carteira de créditos reestruturados por medida de reestruturação aplicada é como segue:

(milhares de Kwanzas)

Medida aplicada	30.06.2022											
	Crédito em Estágio 1			Crédito em Estágio 2			Crédito em Estágio 3			Total		
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade
Extensão de prazo	-	-	-	-	-	-	2	14 743	(14 885)	2	14 743	(14 885)
Conversão de produtos	-	-	-	-	-	-	1	679 017	(639 647)	1	679 017	(639 647)
Redução da Taxa de Juro (Aviso 10/2020)	2	3 572 889	(5 855)	3	8 568 518	(888 705)	-	-	-	5	12 141 407	(894 560)
Total	2	3 572 889	(5 855)	3	8 568 518	(888 705)	3	693 760	(654 532)	8	12 835 167	(1 549 092)

(milhares de Kwanzas)

Medida aplicada	31.12.2021											
	Crédito em Estágio 1			Crédito em Estágio 2			Crédito em Estágio 3			Total		
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade
Extensão de prazo	-	-	-	-	-	-	4	10 240	(10 361)	4	10 240	(10 361)
Conversão de produtos	-	-	-	2	8 191 981	(619 530)	-	-	-	2	8 191 981	(619 530)
Redução da Taxa de Juro (Aviso 10/2020)	2	4 019 938	(7 551)	2	10 055 828	(24 805)	-	-	-	4	14 075 766	(32 356)
Total	2	4 019 938	(7 551)	4	18 247 809	(644 335)	4	10 240	(10 361)	10	22 277 987	(662 247)

A tabela abaixo apresenta com referência a 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, o crédito reestruturado com o detalhe do valor vencendo, vencido e imparidade para empresas e particulares.

(milhares de Kwanzas)

Crédito reestruturado	30.06.2022			
	Crédito			Imparidade
	Vencendo	Vencido	Total	
Empresas	12 820 423	-	12 820 423	(1 534 207)
Particulares	5 337	9 406	14 743	(14 885)
Consumo	5 337	9 406	14 743	(14 885)
Total	12 825 760	9 406	12 835 166	(1 549 092)

(milhares de Kwanzas)

Crédito reestruturado	31.12.2021			
	Crédito			Imparidade
	Vencendo	Vencido	Total	
Empresas	22 267 746	-	22 267 746	(651 886)
Particulares	3 568	6 673	10 241	(10 361)
Consumo	3 568	6 673	10 241	(10 361)
Total	22 271 314	6 673	22 277 987	(662 247)

(milhares de Kwanzas)

	30.06.2022	31.12.2021
Saldo inicial da carteira de créditos reestruturados (bruto de imparidade)	22 277 987	7 732 809
Créditos reestruturados no período	684 354	22 270 748
Juros corridos da carteira de créditos reestruturados	50 078	134 178
Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total)	(10 184 417)	(7 851 292)
Créditos reclassificados de "reestruturado" para "normal"	(560)	(10 750)
Outros	7 725	2 294
Saldo final da carteira de créditos reestruturados (bruto de imparidade)	12 835 167	22 277 987

O detalhe do justo valor das garantias subjacentes à carteira de crédito dos segmentos de empresas, construção e promoção imobiliária e habitação é como segue:

(milhares de Kwanzas)

Justo valor	30.06.2022											
	Empresas				Construção e promoção imobiliária				Habitação			
	Imóveis		Outras garantias reais		Imóveis		Outras garantias reais		Imóveis		Outras garantias reais	
	Número de imóveis	Montante	Número	Montante	Número de imóveis	Montante	Número	Montante	Número de imóveis	Montante	Número	Montante
< 50 MAOA	48	30 000	18	44 846	4	-	-	-	49	264 528	5	-
>= 50 MAOA e < 100 MAOA	-	-	-	-	1	54 292	-	-	12	809 363	2	103 604
>= 100 MAOA e < 500 MAOA	-	-	-	-	-	-	-	-	18	3 255 449	4	640 450
>= 500 MAOA e < 1.000 MAOA	1	626 827	3	1 785 382	-	-	-	-	2	1 042 412	-	-
>= 1.000 MAOA e < 2.000 MAOA	6	8 062 255	1	1 054 612	-	-	-	-	-	-	-	-
>= 2.000 MAOA e < 5.000 MAOA	5	16 985 424	5	16 177 377	-	-	-	-	-	-	-	-
>= 5.000 MAOA	11	154 595 530	5	49 644 631	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	71	180 300 036	32	68 706 848	5	54 292	-	-	81	5 371 752	11	744 054

(milhares de Kwanzas)

Justo valor	31.12.2021											
	Empresas				Construção e promoção imobiliária				Habitação			
	Imóveis		Outras garantias reais		Imóveis		Outras garantias reais		Imóveis		Outras garantias reais	
	Número de imóveis	Montante	Número	Montante	Número de imóveis	Montante	Número	Montante	Número de imóveis	Montante	Número	Montante
< 50 MAOA	1	30 000	1	45 299	-	-	-	-	4	171 735	-	-
>= 50 MAOA e < 100 MAOA	-	-	-	-	1	54 292	-	-	9	615 892	1	66 452
>= 100 MAOA e < 500 MAOA	-	-	3	709 198	-	-	-	-	13	2 869 303	6	1 243 152
>= 500 MAOA e < 1.000 MAOA	1	626 827	2	1 443 295	-	-	-	-	1	685 402	-	-
>= 1.000 MAOA e < 2.000 MAOA	5	6 235 413	1	1 244 771	-	-	1	1 683 500	-	-	-	-
>= 2.000 MAOA e < 5.000 MAOA	3	11 217 429	6	20 005 443	-	-	-	-	-	-	-	-
>= 5.000 MAOA	6	91 476 768	5	61 539 482	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	16	109 586 437	18	84 987 488	1	54 292	1	1 683 500	27	4 342 332	7	1 309 604

O rácio financiamento-garantia dos segmentos de empresas, construção e promoção imobiliária e habitação é como segue:

(milhares de Kwanzas)

Segmento / Rácio	30.06.2022					
	Número de imóveis	Número de outras garantias reais	Crédito em Estágio 1	Crédito em Estágio 2	Crédito em Estágio 3	Imparidade
Empresas						
Sem garantia associada	n.a.	n.a.	77 429 213	8 992 545	288	(1 303 376)
< 50%	47	7	47 265 798	643 012	-	(59 177)
>= 50% e < 75%	-	2	20 994 297	823 468	-	(241 456)
>= 75% e <100%	-	2	30 286	5 146 785	-	(400 102)
>= 100%	24	11	81 827 007	13 192 982	679 017	(2 411 714)
Construção e promoção imobiliária						
Sem garantia associada	n.a.	n.a.	-	-	3	(3)
< 50%	4	-	88 813	-	-	(10)
>= 50% e < 75%	1	-	99 519	-	-	(6 460)
Habitação						
Sem garantia associada	n.a.	n.a.	-	-	-	-
< 50%	42	5	644 983	-	-	(374)
>= 100%	37	6	571 527	38 219	117 683	(129 956)
Total	155	33	228 951 443	28 837 011	796 991	(4 552 628)

(milhares de Kwanzas)

Segmento / Rácio	31.12.2021					
	Número de imóveis	Número de outras garantias reais	Crédito em Estágio 1	Crédito em Estágio 2	Crédito em Estágio 3	Imparidade
Empresas						
Sem garantia associada	n.a.	n.a.	96 363 795	16 659 707	43	(976 539)
< 50%	-	-	26 045 650	1 876 558	262 728	(592 683)
>= 75% e <100%	-	4	6 249 358	-	-	(85 829)
>= 100%	16	14	60 112 049	14 237 493	127 143	(1 902 041)
Construção e promoção imobiliária						
Sem garantia associada	n.a.	n.a.	-	-	3	(3)
>= 100%	1	1	28 170	1 466 472	-	(3 839)
Habitação						
Sem garantia associada	n.a.	n.a.	-	-	-	-
< 50%	-	-	770 292	-	-	(803)
>= 100%	27	7	617 520	65 754	120 122	(128 224)
Total	44	26	190 186 834	34 305 984	510 039	(3 689 961)

A distribuição da carteira de crédito medida por graus de risco internos é como segue:

(milhares de Kwanzas)

Segmento	30.06.2022						
	Grau de risco Baixo			Grau de risco Médio		Grau de risco Elevado	
	A	B	C	D	E	F	G
Grandes Empresas e Banca de Investimento	-	107 067	193 605 314	-	11 638	-	-
Pequenas e Médias Empresas	-	-	68 143 915	5	48 085	313 455	40
Particulares	-	-	16 009 718	149 051	256 768	506 085	473 449
Total	-	107 067	277 758 947	149 056	316 491	819 540	473 489

(milhares de Kwanzas)

Segmento	31.12.2021						
	Grau de risco Baixo			Grau de risco Médio		Grau de risco Elevado	
	A	B	C	D	E	F	G
Grandes Empresas e Banca de Investimento	47 424	7 248 191	172 615 593	-	-	-	-
Pequenas e Médias Empresas	-	-	43 128 043	-	7	-	389 909
Particulares	-	-	14 586 917	39 538	226 294	79 827	597 129
Total	47 424	7 248 191	230 330 553	39 538	226 301	79 827	987 038

Em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, os níveis de risco internos de A a G apresentados na tabela acima estão de acordo com a classificação do Instrutivo n.º 09/2015 do BNA sobre a metodologia para a constituição de provisões. Este Instrutivo ainda é aplicável para efeitos dos rácios prudenciais.

A tabela abaixo apresenta o movimento do valor contabilístico bruto dos activos financeiros por classe de activo e estágio:

(milhares de Kwanzas)

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Valor Contabilístico bruto em 31 de Dezembro de 2020	614 336 964	74 697 635	939 737	689 974 336
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)	65 182 188	-	-	65 182 188
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)	122 792 996	19 488 285	-	142 281 281
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)	1 824 677	-	-	1 824 677
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)	89 032 526	-	-	89 032 526
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	200 788 870	47 790 095	-	248 578 965
Crédito a clientes (Nota 10)	134 715 706	7 419 255	939 737	143 074 698
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)				
Novos activos financeiros adquiridos ou originados	66 085 774			66 085 774
Outras alterações	(38 688 214)			(38 688 214)
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)				
Novos activos financeiros adquiridos ou originados	170 344 757	16 649 582		186 994 339
Outras alterações	(122 792 996)	(19 488 285)		(142 281 281)
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)				
Outras alterações	(1 643 021)			(1 643 021)
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)				
Novos activos financeiros adquiridos ou originados	106 943 727			106 943 727
Outras alterações	(33 186 890)			(33 186 890)
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)				
Novos activos financeiros adquiridos ou originados	22 698 834	-		22 698 834
Outras alterações	(165 931 908)	(12 585 163)		(178 517 071)
Crédito a clientes (Nota 10)				
Transferência para estágio 1		14 341 118	(19 045)	14 322 073
Transferência para estágio 2	(14 341 118)		364 506	(13 976 612)
Transferência para estágio 3	19 045	(364 506)		(345 461)
Alterações devido a modificações que não resultaram em desreconhecimento				-
Novos activos financeiros adquiridos ou originados	145 035 473	18 802 493	39 098	163 877 064
Activos financeiros que foram desreconhecidos	(2 560 591)	(311 884)	(13 307)	(2 885 782)
Créditos abatidos ao activo			(218 050)	(218 050)
Outras alterações	(60 073 123)	(4 638 060)	(177 876)	(64 889 059)

(milhares de Kwanzas)

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Valor Contabilístico bruto em 31 de Dezembro de 2021	686 246 713	87 102 930	915 063	774 264 706
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)	92 579 748	-	-	92 579 748
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)	170 344 757	16 649 582	-	186 994 339
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)	181 656	-	-	181 656
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)	162 789 363	-	-	162 789 363
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	57 555 796	35 204 932	-	92 760 728
Crédito a clientes (Nota 10)	202 795 392	35 248 416	915 063	238 958 872
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)				
Novos activos financeiros adquiridos ou originados	37 532 254			37 532 254
Activos financeiros que foram desreconhecidos	(8 757 205)			(8 757 205)
Outras alterações	(32 728 480)			(32 728 480)
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)				
Novos activos financeiros adquiridos ou originados	227 060 556	12 850 626		239 911 182
Outras alterações	(170 344 757)	(16 649 583)		(186 994 340)
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)				
Novos activos financeiros adquiridos ou originados	2 345 859			2 345 859
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)				
Novos activos financeiros adquiridos ou originados	51 930 519			51 930 519
Outras alterações	(30 093 859)			(30 093 859)
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)				
Novos activos financeiros adquiridos ou originados	32 309 609	-		32 309 609
Outras alterações	(22 849 498)	(8 041 740)		(30 891 238)
Crédito a clientes (Nota 10)				
Transferência para estágio 1		56 743	21 333	78 076
Transferência para estágio 2	(56 743)		(2 053)	(58 796)
Transferência para estágio 3	(21 333)	2 053		(19 280)
Alterações devido a modificações que não resultaram em desreconhecimento				-
Novos activos financeiros adquiridos ou originados	85 515 448	335 449	685 108	86 536 005
Activos financeiros que foram desreconhecidos	(6 371 332)	(1 109 623)	(1 326)	(7 482 281)
Créditos abatidos ao activo	-	-	(220 681)	(220 681)
Outras alterações	(34 666 373)	(3 242 409)	(258 542)	(38 167 324)
Valor Contabilístico bruto em 30 de Junho de 2022	817 051 378	71 304 446	1 138 902	889 494 726
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)	88 626 317	-	-	88 626 317
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)	227 060 556	12 850 625	-	239 911 181
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)	2 527 515	-	-	2 527 515
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)	184 626 023	-	-	184 626 023
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	67 015 907	27 163 192	-	94 179 099
Crédito a clientes (Nota 10)	247 195 059	31 290 629	1 138 902	279 624 590

A tabela abaixo apresenta o movimento da perda esperada por classe de activo e estágio:

(milhares de Kwanzas)

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Perda esperada a 31 de Dezembro de 2020	(8 414 234)	(6 346 955)	(755 164)	(15 516 353)
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)	(660)	-	-	(660)
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)	(2 615)	(12 144)	-	(14 759)
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	(7 302 304)	(5 432 965)	-	(12 735 269)
Crédito a clientes (Nota 10)	(1 108 655)	(901 846)	(755 164)	(2 765 665)
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)				
Novos activos financeiros adquiridos ou originados	(1 071)			(1 071)
Alterações nos modelos/parâmetros de risco	(455)			(455)
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)				
Novos activos financeiros adquiridos ou originados	(1 162)	(9 123)		(10 285)
Alterações nos modelos/parâmetros de risco	2 615	12 144		14 759
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)				
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)				
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)				
Novos activos financeiros adquiridos ou originados	(313 999)	-		(313 999)
Crédito a clientes (Nota 10)				
Transferência para estágio 1		(231 001)	(12 281)	(243 282)
Transferência para estágio 2	231 001		4 820	235 821
Transferência para estágio 3	12 281	(4 820)		7 461
Aumentos devido a alterações no risco de crédito		(916 388)	(554 520)	(1 470 908)
Diminuições devido a alterações no risco de crédito	1 323 715			1 323 715
Créditos abatidos ao activo			491 184	491 184
Alterações devido a modificações que não resultaram em desreconhecimento				-
Novos activos financeiros adquiridos ou originados	(1 781 909)	(747 093)	(89 103)	(2 618 105)
Activos financeiros que foram desreconhecidos	-	237 688	-	237 688
Alterações nos modelos/parâmetros de risco				-
Taxa de câmbio e outros movimentos	17 195	175		17 370

(milhares de Kwanzas)

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Perda esperada a 31 de Dezembro de 2021	(1 882 040)	(3 054 317)	(915 063)	(5 851 420)
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)	(2 185)	-	-	(2 185)
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)	(1 162)	(9 123)	-	(10 285)
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	(572 322)	(481 909)	-	(1 054 231)
Crédito a clientes (Nota 10)	(1 306 371)	(2 563 285)	(915 063)	(4 784 719)
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)				
Novos activos financeiros adquiridos ou originados	(256)			(256)
Activos financeiros que foram desreconhecidos	919			919
Alterações nos modelos/parâmetros de risco	(678)			(678)
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)				
Novos activos financeiros adquiridos ou originados	(120)	(4 125)		(4 245)
Alterações nos modelos/parâmetros de risco	1 162	9 123		10 285
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)				
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)				
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)				
Novos activos financeiros adquiridos ou originados	(461 966)	-	-	(461 966)
Alterações nos modelos/parâmetros de risco	192 339	306 292		498 631
Crédito a clientes (Nota 10)				
Transferência para estágio 1		3 021	(5 629)	(2 608)
Transferência para estágio 2	(3 021)		2 608	(413)
Transferência para estágio 3	5 629	(2 608)		3 021
Aumentos devido a alterações no risco de crédito	(123 221)	(449 671)	(1 131)	(574 023)
Diminuições devido a alterações no risco de crédito	526 768		222 999	749 767
Créditos abatidos ao activo			294 427	294 427
Novos activos financeiros adquiridos ou originados	(906 020)	(32 204)	(697 745)	(1 635 969)
Taxa de câmbio e outros movimentos	64 525	15 237		79 762
Perda esperada a 30 de Junho de 2022	(2 587 141)	(3 218 375)	(1 099 534)	(6 905 050)
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)	(2 200)	-	-	(2 200)
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)	(120)	(4 125)	-	(4 245)
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	(841 949)	(175 617)	-	(1 017 566)
Crédito a clientes (Nota 10)	(1 741 710)	(3 029 510)	(1 099 534)	(5 870 754)

Nota 11 – Outros activos tangíveis

Em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, esta rubrica apresentou o seguinte movimento:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2021	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências	30.06.2022
Custos					
Imóveis					
De serviço próprio	31 878 775	-	-	518 023	32 396 798
Obras em imóveis arrendados	1 665 386	-	(14 798)	-	1 650 588
	33 544 161	-	(14 798)	518 023	34 047 386
Equipamento					
Equipamento informático	5 504 151	36 898	(141)	170 355	5 711 263
Mobiliário e material	2 230 960	4 609	(9 198)	2 552	2 228 923
Máquinas e ferramentas	3 707 898	295 248	(3 437)	22 463	4 022 172
Material de transporte	1 154 373	92 985	-	-	1 247 358
Outros	391 137	2 797	-	(13 841)	380 093
	12 988 519	432 537	(12 776)	181 529	13 589 809
Imobilizado em curso					
Obras em imóveis	258 244	13 601	-	(547)	271 298
Equipamento	212 495	36 805	-	(87 694)	161 606
Outros	773 152	331 072	-	(611 311)	492 913
	1 243 891	381 478	-	(699 552)	925 817
Direito de Uso					
Imóveis	3 877 204	393 557	-	-	4 270 761
	3 877 204	393 557	-	-	4 270 761
	51 653 775	1 207 572	(27 574)	-	52 833 773
Amortizações acumuladas					
Imóveis					
De serviço próprio	(517 781)	(336 812)	-	-	(854 593)
Obras em imóveis arrendados	(1 090 060)	(58 876)	14 798	-	(1 134 138)
Outros	-	-	-	-	-
	(1 607 841)	(395 688)	14 798	-	(1 988 731)
Equipamento					
Equipamento informático	(2 264 208)	(577 700)	141	-	(2 841 767)
Instalações interiores	-	-	-	-	-
Mobiliário e material	(517 335)	(146 442)	7 974	-	(655 803)
Equipamento de segurança	-	-	-	-	-
Máquinas e ferramentas	(905 057)	(355 299)	3 149	-	(1 257 207)
Material de transporte	(581 651)	(125 838)	-	-	(707 489)
Outros	(1 976)	(235)	-	-	(2 211)
	(4 270 227)	(1 205 514)	11 264	-	(5 464 477)
Direito de Uso					
Imóveis	(2 575 954)	(366 228)	-	-	(2 942 182)
	(2 575 954)	(366 228)	-	-	(2 942 182)
	43 199 753	(759 858)	(1 512)	-	42 438 383

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2020	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências	31.12.2021
Custos					
Imóveis					
De serviço próprio	1 278 188	2 215 448	-	28 385 139	31 878 775
Obras em imóveis arrendados	1 507 529	134 953	(254 058)	276 962	1 665 386
	2 785 717	2 350 401	(254 058)	28 662 101	33 544 161
Equipamento					
Equipamento informático	1 807 726	645 621	(6 919)	3 057 723	5 504 151
Mobiliário e material	616 367	435 920	(340 073)	1 518 746	2 230 960
Máquinas e ferramentas	1 084 011	1 447 974	(17 364)	1 193 277	3 707 898
Material de transporte	671 272	150 769	(22 709)	355 041	1 154 373
Outros	1 054 494	16 025	56	(679 438)	391 137
	5 233 870	2 696 309	(387 009)	5 445 349	12 988 519
Imobilizado em curso					
Obras em imóveis	32 271 799	(16 851)	-	(31 996 704)	258 244
Equipamento	2 331 137	10 311	(15 413)	(2 113 540)	212 495
Outros	13 645	756 713	-	2 794	773 152
	34 616 581	750 173	(15 413)	(34 107 450)	1 243 891
Direito de Uso					
Imóveis	3 339 739	628 448	(90 983)	-	3 877 204
	3 339 739	628 448	(90 983)	-	3 877 204
	45 975 907	6 425 331	(747 463)	-	51 653 775
Amortizações acumuladas					
Imóveis					
De serviço próprio	(109 051)	(408 730)	-	-	(517 781)
Obras em imóveis arrendados	(1 283 847)	(56 007)	249 794	-	(1 090 060)
Outros	-	-	-	-	-
	(1 392 898)	(464 737)	249 794	-	(1 607 841)
Equipamento					
Equipamento informático	(1 473 667)	(797 444)	6 903	-	(2 264 208)
Instalações interiores	-	-	-	-	-
Mobiliário e material	(467 166)	(223 762)	173 593	-	(517 335)
Equipamento de segurança	-	-	-	-	-
Máquinas e ferramentas	(421 711)	(497 654)	14 308	-	(905 057)
Material de transporte	(387 924)	(216 433)	22 706	-	(581 651)
Outros	(1 512)	(408)	(56)	-	(1 976)
	(2 751 980)	(1 735 701)	217 454	-	(4 270 227)
Direito de Uso					
Imóveis	(1 918 874)	(657 080)	-	-	(2 575 954)
	(1 918 874)	(657 080)	-	-	(2 575 954)

Em 30 de Junho de 2022 o imobilizado em curso inclui 925 817 milhares de kwanzas relacionado, maioritariamente, à despesas diversas relacionadas a construção da nova Sede do Standard Bank de Angola, S.A. e ao projecto de implementação de 80 ATM's (2021: 995 798 milhares de kwanzas).

Em 30 de Junho de 2022 a linha Máquinas e Ferramentas inclui 691 885 milhares de kwanzas relacionados ao sistema de segurança electrónica instalado na nova sede e na nova agência sede do Standard Bank de Angola, S.A e 444 568 milhares de kwanzas relacionados à aquisição de Geradores para as instalações.

Nota 12 – Activos intangíveis

Em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, esta rubrica apresentou o seguinte movimento:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2021	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências	30.06.2022
Activos intangíveis					
Adquiridos a terceiros					
Sistema de tratamento automático de dados	9 349 856	797 565	-	753 645	10 901 066
Certificados escolares	80 083	-	-	-	80 083
Imóveis	192 280	1 386 686	-	-	1 578 966
Activos intangíveis em curso	1 501 510	116 659	-	(753 645)	864 524
	7 372 266	2 300 910	-	-	13 424 639
Amortização acumulada					
Sistema de tratamento automático de dados	(2 448 981)	(1 001 504)	-	-	(3 450 485)
	(986 762)	(1 001 504)	-	-	(3 450 485)
	6 385 504	1 299 406	-	-	9 974 154

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2020	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências	31.12.2021
Activos intangíveis					
Adquiridos a terceiros					
Sistema de tratamento automático de dados	1 702 466	2 491 604	(66 680)	5 222 466	9 349 856
Certificados escolares	120 945	-	(40 862)	-	80 083
Imóveis	-	192 280	-	-	192 280
Activos intangíveis em curso	5 548 855	1 175 121	-	(5 222 466)	1 501 510
	7 372 266	3 859 005	(107 542)	-	11 123 729
Amortização acumulada					
Sistema de tratamento automático de dados	(986 762)	(1 487 725)	25 506	-	(2 448 981)
	(986 762)	(1 487 725)	25 506	-	(2 448 981)
	6 385 504	2 371 280	(82 036)	-	8 674 748

Em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, as aquisições com activos intangíveis em curso estão relacionadas com diversos projectos e softwares que foram sendo desenvolvidos e que

irão permitir prestar um melhor serviço ao Cliente. Em 2022 destaca-se a compra do *Software Sales Force* e a melhoria no projecto do SB24, onde as empresas serão migradas para a nova plataforma.

Nota 13 – Impostos

O Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Regime Geral do Imposto Industrial desde Agosto de 2020 com entrada em vigor da Lei n.º 26/20 de Julho, Lei que altera o Código do Imposto Industrial, e a tributação dos seus rendimentos é efectuada a 35%.

O saldo da rubrica Activos por impostos correntes e Activos por impostos diferidos correspondem as liquidações provisórias e retenções de imposto industrial sofridas em períodos anteriores, bem como impostos diferidos constituídos sobre as provisões, imparidades de crédito com garantias cobertas e prejuízos fiscais, respectivamente.

A composição dos activos e passivos por impostos tem a seguinte composição:

(milhares de Kwanzas)

	30.06.2022	31.12.2021
Activos por impostos correntes	892 277	892 277
Activos por impostos diferidos	7 654 664	5 588 505
Total	8 546 941	6 480 782

(milhares de Kwanzas)

	30.06.2022	31.12.2021
Passivos por impostos correntes	1 984 497	17 518 310
Imposto Aplicação de Capitais	1 748 383	1 628 255
Imposto Industrial a pagar	-	15 653 941
Contingência fiscal (IFRIC23)	236 114	236 114
Passivos por impostos diferidos	9 238 725	524 756
Outros Passivos (Nota 20)	370 896	505 821
IVA	370 896	505 821
Total	11 594 118	18 548 887

Foi registado um passivo em conformidade com a IFRIC 23 respeitante a contingências fiscais (AOA 236 114) relacionadas com impostos sobre o rendimento (nomeadamente IAC), bem como o IAC sobre os rendimentos de títulos no valor de milhares AOA 1 748 383.

Na rubrica de passivos por impostos diferidos, se encontra registado o montante de milhares AOA 7 123 766, relativo as variações cambiais potenciais favoráveis em conformidade com a Lei n.º 26/20, de 20 de Julho – Lei que altera o Código do Imposto Industrial e milhares AOA 2 114 958 sobre reservas de justo valor.

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço a 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021 podem ser analisados como segue:

(milhares de Kwanzas)

	Activo		Passivo	
	30.06.2022	31.12.2021	30.06.2022	31.12.2021
Prejuízos fiscais reportáveis	6 760 203	1 665 644	-	-
Variações cambiais favoráveis potenciais	-	3 220 221	7 123 766	-
Imparidades de crédito com colateral	600 015	480 528	-	-
Outros	294 446	222 112	2 114 958	524 756
Activo/(passivo) por imposto diferido	7 654 664	5 588 505	9 238 725	524 756

O imposto reconhecido em resultados e reservas em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021 teve as seguintes origens:

	30.06.2022		31.12.2021	
	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados
Prejuízos fiscais reportáveis	-	6 760 203	-	1 665 644
Variações cambiais favoráveis potenciais	-	(8 721 835)	-	3 220 221
Provisões de despesas aceites fiscalmente	-	(295 740)	-	222 112
Imparidades de crédito com colateral	-	119 487	-	480 528
Reservas do justo valor	2 114 958	-	-	-
Impostos Diferidos	2 114 958	(2 137 885)	-	5 588 505
Impostos Correntes				
Imposto Industrial	-	(4 001 829)	-	(21 476 516)
Imposto sobre Aplicação de Capitais	-	(504 579)	-	(15 653 941)
Contingência fiscal (IFRIC23)	-	(3 497 250)	-	(5 822 575)
Total de imposto reconhecido	2 114 958	(6 139 714)	-	(15 888 010)

A reconciliação da taxa de imposto, na parte respeitante ao montante reconhecido em resultados, pode ser analisada como segue:

	30.06.2022		31.12.2021	
	%	Valor	%	Valor
Resultado antes de impostos		39 238 551		91 624 322
Imposto apurado com base na taxa de imposto	35.0%	13 733 493	35.0%	32 068 513
Benefícios fiscais em rendimentos de títulos	-29.4%	(11 521 918)	-23.8%	(21 783 626)
Provisões não previstas	0.7%	266 185	0.0%	-
(Proveitos)/Custos não dedutíveis	1.8%	708 566	6.0%	5 490 487
Constituição de Imposto diferido activo/passivo	22.7%	8 898 088	-6.1%	(5 588 505)
Imposto de Aplicação de Capitais	8.9%	3 497 250	6.4%	5 822 575
Variações cambiais não realizadas (Proveito)	-26.4%	(10 340 218)	0.0%	-
Imposto Industrial	1.3%	504 579	0.0%	-
Outros	1.0%	393 689	-0.1%	(121 434)
Imposto do exercício	15.6%	6 139 714	17.3%	15 888 010

Os rendimentos de títulos da dívida pública resultantes de Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano, após 31 de Dezembro de 2011 estão sujeitos a tributação sede de Imposto sobre a Aplicação da Capitais, conforme definido na alínea k) do n.º 1 do artigo 9º do Decreto Legislativo Presidencial n.º 2/14 de 20 de Outubro.

De acordo com o disposto no artigo 47.º do Código do Imposto Industrial (Lei n.º 19/14, de 22 de Outubro) na determinação da matéria tributável deduzir-se-ão os rendimentos sujeitos a Imposto sobre a Aplicação de Capitais.

Desta forma, na determinação do lucro tributável para os exercícios findos em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, tais rendimentos foram deduzidos ao lucro tributável.

O custo apurado com a liquidação de Imposto de Aplicação de Capitais não é fiscalmente aceite para o apuramento da matéria colectável, conforme disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 18º do Código de Imposto Industrial.

A Autoridade Tributária tem a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de cinco anos (2017 a 2021), podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correcções ao lucro tributável.

O Conselho de Administração do Banco entende que eventuais liquidações adicionais que possam resultar destas revisões não serão significativas para as demonstrações financeiras anexas.

O detalhe dos activos por impostos correntes é analisado como segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	30.06.2022	31.12.2021
Liquidações provisórias	871 224	871 224
Retenções na fonte	21 053	21 053
Saldo	892 277	892 277

Em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, o saldo da rubrica liquidações provisórias corresponde à liquidação provisória obrigatória efectuada no mês de Agosto, apurada através da aplicação de uma taxa de 2% sobre o resultado derivado das operações de intermediação financeira, apurados nos primeiros seis meses do período fiscal anterior, excluídos os proveitos sujeitos a imposto sobre aplicação de capitais (Nota 2.9.1).

Em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, a rubrica Passivos por impostos correntes, no montante de 1 984 497 milhares de kwanzas, diz respeito ao valor do acréscimo de custos com Imposto sobre a Aplicação da Capitais a liquidar pelo Banco das Obrigações do Tesouro e Bilhetes do Tesouro em carteira e do passivo contingente.

Nota 14 – Outros activos

A rubrica Outros activos em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021 é analisada como segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	30.06.2022	31.12.2021
Compra e Venda de Moeda estrangeiras	1 529 743	15 947 012
Outros activos	2 722 097	1 935 758
Outros devedores	1 191 373	979 253
Despesas com custo diferido	2 133 585	2 744 285
Proveitos a receber	881 307	689 867
Outras operações a regularizar	2 864	544 242
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	41 629	-
	8 502 598	22 840 417
Perdas por imparidade	(1 038 038)	(963 569)
	7 464 560	21 876 848

Em 30 de Junho de 2022, as compras e vendas de moeda estrangeira a liquidar até dois dias inclui 1 529 743 milhares de kwanzas registados em balanço nas rubricas de Outros activos (Nota 14) e Outros passivos (Nota 19), de acordo com os critérios descritos na Nota 2.16.

Em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, a rubrica Outros activos inclui, respectivamente, 2 041 161 milhares de kwanzas e 1 340 470 milhares de kwanzas relativos ao ajustamento de justo valor dos créditos concedidos a colaboradores (Nota 10).

Em 30 de Junho de 2022, a rubrica Outros devedores inclui 759 364 milhares de kwanzas relativos a adiantamentos a fornecedores que aguardavam a realização do serviço (2021: 367 799 milhares de kwanzas).

A rubrica Despesas com custo diferido inclui, em 30 de Junho de 2022, 288 029 milhares de kwanzas referente aos diferentes seguros do Banco (2021: 897 673 milhares de kwanzas).

Em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, a rubrica de Outras operações a regularizar inclui operações de compra e venda de moeda a aguardar liquidação financeira, tendo as mesmas sido liquidadas nos primeiros dias de Julho de 2022 e Janeiro de 2021, respectivamente.

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade em Outros activos são apresentados como segue:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2021	Dotações	Reversões	Outras movimentações	Variação Cambial	30.06.2022
Perdas por Imparidade (Activo)						
Perdas por imparidade nos Outros Activos	963 569	198 327	(123 858)	-	(1)	1 038 038

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2020	Dotações	Reversões	Outras movimentações	Variação Cambial	31.12.2021
Perdas por Imparidade (Activo)						
Perdas por imparidade nos Outros Activos	166 550	798 356	(387)	(951)	-	963 569

Em 30 de Junho de 2022, as perdas por imparidade em Outros activos incluem uma provisão multirisco para eventuais perdas relacionadas com bens e equipamentos no valor de 190 900 milhares de kwanzas (2021: 180 900 milhares de kwanzas).

Nota 15 – Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito

A rubrica Outros activos em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021 é analisada como segue:

(milhares de Kwanzas)

	30.06.2022	31.12.2021
Recursos próprios ou de terceiros em trânsito		
Valores pendentes de contagem	983 616	570 796
Outras operações pendentes de liquidação	19 798 671	25 519 494
Outros recursos	588 062	433 879
	21 370 349	26 524 169

Em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, a rubrica Valores pendentes de contagem regista os sacos de notas que entraram nas agências mas que ainda não foram contados e reclassificados para as contas de depósitos de clientes.

Em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, a rubrica Outras operações pendentes de liquidação inclui as utilizações dos cartões de débito de clientes a liquidar no dia seguinte e saldos de POS não encerrados.

Nota 16 – Recursos de Clientes e outros empréstimos

O saldo da rubrica Recursos de clientes e outros empréstimos é composto, quanto à sua natureza, como segue:

(milhares de Kwanzas)

	30.06.2022	31.12.2021
Depósitos à ordem	560 379 719	506 917 663
Depósitos a prazo	204 904 736	152 977 388
Depósitos recebidos como colateral	14 187 672	17 282 655
Outros depósitos	345 747	1 079 827
	779 817 874	678 257 533

Em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, o valor na rubrica Depósitos recebidos como colateral é referente na totalidade a montantes cativos para garantia de crédito concedido e cartas de crédito.

Em 30 de Junho de 2022, o valor na rubrica de Outros depósitos inclui depósitos de clientes a prazo em Kwanzas indexados a Dólares Norte Americanos no valor de 518 milhares de kwanzas.

O escalonamento dos Recursos de clientes e outros empréstimos por prazos de vencimento, em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, é como segue:

(milhares de Kwanzas)

	30.06.2022	31.12.2021
Exigível à vista	574 913 139	525 280 145
Exigível a prazo		
Até 3 meses	173 529 338	135 874 337
De 3 meses a um ano	31 375 397	17 103 051
De um a cinco anos	-	-
	204 904 735	152 977 388

Em 30 de Junho de 2022, os depósitos a prazo em Kwanza e USD são remunerados a uma taxa média de 10,89% e 0,69%, respectivamente (2021: 13,07% e 0,25%, respectivamente).

Nota 17 – Provisões

Em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, a rubrica Provisões apresenta os seguintes movimentos:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2021	Dotações	Reversões	Utilizações	Variação cambial	Outras Movimentações	30.06.2022
Provisões (Passivo)							
Outras provisões para riscos e encargos	3 068 345	989 361	(855 643)	(36 155)	(2 836)	836 600	3 999 672
Provisões para garantias e compromissos assumidos (Nota 23)	219 404	228 391	(243 202)	-	(2 524)	-	202 069
	3 287 749	1 217 752	(1 098 845)	(36 155)	(5 360)	836 600	4 201 741

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2020	Dotações	Reversões	Utilizações	Variação cambial	Transferências	31.12.2021
Provisões (Passivo)							
Outras provisões para riscos e encargos	2 293 681	1 355 804	(545 011)	(188 511)	(431)	152 813	3 068 345
Provisões para garantias e compromissos assumidos (Nota 23)	502 662	197 625	(479 256)	-	(1 627)	-	219 404
	2 796 343	1 553 429	(1 024 267)	(188 511)	(2 058)	152 813	3 287 749

O saldo da rubrica de provisões visa a cobertura de determinadas contingências devidamente identificadas, decorrente da actividade do Banco, sendo revistas em cada data de reporte de forma a reflectir a melhor estimativa do montante e respectiva probabilidade de pagamento.

Em 30 de Junho de 2022, as Outras provisões para riscos e encargos incluem 1 515 621 milhares de kwanzas (2021: 1 187 656 milhares de kwanzas) de provisões para responsabilidades eventuais com reformas, de acordo com a Lei nº 2/2000 e com os artigos 218º e 262º da Lei Geral do Trabalho (Nota 2.11). Em 2015 foi publicada a Lei nº 7/2015 (Lei Geral do Trabalho) que veio revogar a Lei nº 2/2000 e que deixou de prever a necessidade de constituição de provisões para responsabilidades eventuais com reformas. O Banco encontra-se a analisar de que forma irá reverter este montante em benefícios aos colaboradores.

Em 30 de Junho de 2022, as Outras provisões para riscos e encargos incluem adicionalmente uma provisão para contingências diversas no montante de 13 161 milhares de kwanzas (2021: 381 053 milhares de kwanzas) e 296 614 milhares de kwanzas (2021: 318 858 milhares de kwanzas) relativa a contingências judiciais. Inclui ainda uma provisão para férias não gozadas no montante de 1 075 465 milhares de kwanzas (2021: 781 984 milhares de kwanzas).

Em 30 de Junho de 2022, as Provisões para garantias e compromissos assumidos em extrapatrimoniais, nomeadamente, garantias bancárias, limites de descobertos bancários e cartas de crédito ascendem a 202 069 milhares de kwanzas (2021: 219 404 milhares de kwanzas).

Nota 18 – Passivos subordinados

Esta rubrica é analisada como segue:

(milhares de kwanzas)

Empresa emitente	Designação	Moeda	Data de emissão	Valor de Emissão (em USD)	Valor de Balanço em milhares de Kwanzas		Taxa de juro	Maturidade
					30.06.2022	31.12.2021		
Standard Bank South Africa, SA	Dívida subordinada	USD	03/12/2018	30 000 000	12 901 519	16 704 348	Libor +3,92% (4,92% desde 03/12/2023)	03/12/2028 (possibilidade de reembolso antecipado a partir do 5º ano)

Nota 19 – Outros passivos

A rubrica Outros passivos em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021 é analisada como segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	30.06.2022	31.12.2021
Cartas de crédito (Nota 10)	392 979	9 310 401
Saldos com entidades relacionadas	3 599 218	4 850 151
Compra e venda de moedas estrangeiras	1 532 872	16 050 264
Custos administrativos e de comercialização a pagar	3 257 467	3 570 421
Obrigações com pessoal (Nota 2.10)	2 440 098	3 873 378
Locações	1 702 149	1 580 534
Encargos fiscais a pagar - retidos de terceiros	1 337 066	1 812 094
Outros	1 106 744	1 344 696
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	370 896	505 821
Outras comissões a diferir	-	(31 185)
Fornecedores	945 641	584 280
Contribuição para a Segurança Social	150 142	115 820
Outras operações a regularizar	167	3 870
Dividendos a pagar	50 268 984	12 400 828
	67 104 423	55 971 373

Em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, a rubrica Cartas de crédito inclui, por contrapartida da rubrica Crédito a clientes (Nota 10), os contratos de cartas de crédito cuja documentação para proceder aos pagamentos contratualmente definidos foi recebida na totalidade, uma vez que a partir desse momento a responsabilidade dos pagamentos passa a ser efectiva.

Em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, os saldos com entidades relacionadas incluem essencialmente a comissão de franchising a pagar e custos incorridos com pessoal do Grupo Standard Bank cedido ao Banco.

Em 30 de Junho de 2022, a rubrica Dividendos a pagar inclui os dividendos acumulados aprovados para distribuição pelo Banco aos seus accionistas (Nota 21).

Em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, o saldo da rubrica Obrigações com pessoal inclui os custos a pagar com férias e subsídio de férias dos colaboradores.

Em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, o saldo da rubrica Custos administrativos e de comercialização a pagar diz respeito a acréscimo de custos com fornecimentos de terceiros, não facturados.

Em 30 de Junho de 2022, os custos por compra e venda de moeda estrangeira a liquidar até dois dias inclui 1 529 743 milhares de kwanzas registados em balanço nas rubricas de Outros activos (Nota 14) e Outros passivos (Nota 19), de acordo com os critérios descritos na Nota 2.16 no montante de 1 532 872 milhares de kwanzas (2021: 15 947 011 milhares de kwanzas).

Nota 20 – Capital Social

ACÇÕES ORDINÁRIAS

Em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, o capital social do Banco, no valor de 9 530 007 milhares de kwanzas, encontrava-se representado por 1 000 000 acções ordinárias, totalmente subscritas e realizadas por diferentes accionistas, nomeadamente:

	Nº acções	Valor nominal em milhares de Kwanzas	% Capital Social	
			30.06.2022	31.12.2021
Standard Bank Group Limited	509 996	4 860 265	51%	51%
AAA Activos, Lda.	490 000	4 669 703	49%	49%
Outros accionistas	4	39	0%	0%
	1 000 000	9 530 007	100%	100%

De salientar que o accionista maioritário é o Standard Bank Group Limited e as acções pertencentes ao accionista AAA Activos Lda., foram apreendidas pela Procuradoria Geral da República de Angola tendo sido nomeado fiel depositário o Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado (IGAPE).

Nota 21 – Reservas, Resultados Transitados e Outro Rendimento Integral

Os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

(milhares de Kwanzas)

	Reservas de reavaliação	Outras reservas e resultados transitados			
		Reserva legal	Resultados transitados	Outras reservas	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	(1 099 873)	9 530 007	62 889 933	1 209	72 421 149
Outro rendimento integral:					
Alterações de justo valor	2 337 924	-	-	-	-
Transferência para resultados por imparidade reconhecida no exercício	261 253	-	-	-	-
Impostos diferidos das alterações de justo valor	(524 757)	-	-	-	-
Total de rendimento integral no exercício	2 074 420	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	36 131 088	-	36 131 088
Distribuição de dividendos	-	-	(25 307 439)	-	(25 307 439)
Outros movimentos	-	-	(2)	-	(2)
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	974 547	9 530 007	73 713 582	1 209	83 244 796
Outro rendimento integral:					
Alterações de justo valor	4 567 053	-	-	-	-
Transferência para resultados por imparidade reconhecida no exercício	(23 618)	-	-	-	-
Impostos diferidos das alterações de justo valor	(1 590 202)	-	-	-	-
Resultado Líquido do exercício	-	-	-	-	-
Total de rendimento integral no exercício	2 953 233	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	75 736 312	-	75 736 312
Distribuição de dividendos	-	-	(37 868 156)	-	(37 868 156)
Outros movimentos	-	-	(3)	-	(3)
Saldo em 30 de Junho de 2022	3 927 780	9 530 007	111 581 733	1 209	121 112 949

As reservas de reavaliação representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, líquidas de imparidade reconhecida em resultados no período e/ou em períodos anteriores.

Em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, a Reserva legal no montante de 9 530 007 milhares de kwanzas só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o Capital.

A legislação angolana aplicável exige que a Reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do seu capital social.

Durante o ano de 2022 foi aprovada a distribuição de dividendos aos Accionistas no montante de 37 868 156 milhares de kwanzas, dos quais 50 268 984 milhares encontram-se a aguardar liquidação (Nota 19).

Em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, o valor das opções sobre acções é de 1 209 milhares de kwanzas.

Nota 22 – Rubricas extrapatrimoniais

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de Kwanzas)

	30.06.2022	31.12.2021
Responsabilidades de terceiros		
Garantias recebidas	425 040 608	296 571 880
	425 040 608	296 571 880
Responsabilidades perante terceiros		
Garantias prestadas	20 263 054	21 474 004
Cartas de crédito	7 191 615	5 437 928
Limites de crédito não utilizados	54 777 259	48 495 977
	82 231 928	75 407 909
Responsabilidades por prestação de serviços		
Depósito e guarda de valores	235 401 834	276 070 763
	235 401 834	276 070 763
Operações cambiais		
Compras de moedas estrangeiras a liquidar	-	-
Vendas de moedas estrangeiras a liquidar	-	-
	-	-
Valor actual dos créditos		
Créditos mantidos no activo	282 106 332	241 224 972
Créditos abatidos (Nota 10)	3 691 971	3 519 676
	285 798 303	244 744 648

As garantias prestadas são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Banco.

As cartas de crédito são compromissos irrevogáveis, por parte do Banco, por conta dos seus clientes, de pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas. As cartas de crédito são registadas no balanço a partir do momento em que toda a documentação é recebida pelo Banco.

Os limites de crédito não utilizados são, na sua totalidade, irrevogáveis e, de forma geral, são contratados por prazos fixos de um ano. Substancialmente

todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade, quer do cliente, quer do negócio que lhe está subjacente, sendo que o Banco requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

Os instrumentos financeiros contabilizados como Responsabilidades perante terceiros estão sujeitos aos mesmos procedimentos de aprovação e controlo aplicados à carteira de crédito nomeadamente quanto à avaliação da adequação das provisões constituídas (Nota 2.2.1). A exposição máxima de crédito é representada pelo valor nominal que poderia ser perdido relativo aos passivos contingentes e outros compromissos assumidos pelo Banco na eventualidade de incumprimento pelas respectivas contrapartes, sem ter em consideração potenciais recuperações de crédito ou colaterais.

Em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, as provisões para prestação de garantias e compromissos assumidos ascendiam a 202 069 milhares de kwanzas e 219 404 milhares de kwanzas, respectivamente (Nota 17).

Nota 23 – Margem Financeira

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Kwanzas)

	30.06.2022			30.06.2021		
	De activos/ passivos ao custo amortizado e activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total	De activos/ passivos ao custo amortizado e activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total
Juros e rendimentos similares						
Juros de crédito a clientes	16 442 900	-	16 442 900	11 194 000	-	11 194 000
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	16 343	16 343	-	72 049	72 049
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	156 527	-	156 527	431 607	-	431 607
Juros de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	17 812 960	-	17 812 960	10 967 244	-	10 967 244
Juros de investimentos ao custo amortizado	7 546 661	-	7 546 661	17 186 510	-	17 186 510
Outros juros e proveitos similares	9 703 374	-	9 703 374	1 637 623	-	1 637 623
	51 662 422	16 343	51 678 765	41 416 984	72 049	41 489 033
Juros e encargos similares						
Juros de recursos de bancos centrais e instituições de crédito	209 332	-	209 332	87 103	-	87 103
Juros de responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	396 217	-	396 217
Juros de recursos de clientes	11 005 769	-	11 005 769	5 252 264	-	5 252 264
Juros de passivos subordinados	304 836	-	304 836	398 790	-	398 790
Juros de locações	121 710	-	121 710	89 273	-	89 273
Juros de derivados	-	-	-	-	-	-
	11 641 647	-	11 641 647	6 223 647	-	6 223 647
Margem Financeira	40 020 775	16 343	40 037 118	35 193 337	72 049	35 265 386

Em 30 de Junho de 2022, a rubrica de juros de crédito a clientes inclui o montante de 468 966 milhares de kwanzas relativo a comissões contabilizadas de acordo com o método da taxa de juro efectiva (2021: 16 083 milhares de kwanzas).

A tabela abaixo apresenta os ganhos líquidos ou perdas líquidas em instrumentos financeiros:

(milhares de Kwanzas)

	30.06.2022					
	Por contrapartida de resultados			Por contrapartida do outro rendimento integral		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Activo						
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	156 526	-	156 526	-	-	-
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	16 817	(474)	16 343	-	-	-
Juros de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	17 812 960	-	17 812 960
Juros de investimentos ao custo amortizado	7 546 661	-	7 546 661	-	-	-
Juros de crédito a clientes	16 448 772	(5 872)	16 442 900	-	-	-
Outros juros e proveitos similares	9 703 374	-	9 703 374	-	-	-
	33 872 150	(6 346)	33 865 804	17 812 960	-	17 812 960
Passivo						
Juros de recursos de clientes	420	(11 006 189)	(11 005 769)	-	-	-
Juros de recursos de outras instituições de crédito	-	(209 331)	(209 331)	-	-	-
Juros de passivos subordinados	-	(304 836)	(304 836)	-	-	-
Juros de locações	-	(121 710)	(121 710)	-	-	-
	420	(11 642 066)	(11 641 646)	-	-	-
Margem Financeira	33 872 570	(11 648 412)	22 224 158	17 812 960	-	17 812 960

(milhares de Kwanzas)

	30.06.2021					
	Por contrapartida de resultados			Por contrapartida do outro rendimento integral		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Activo						
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	431 606	-	431 606	-	-	-
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	89 065	(17 016)	72 049	-	-	-
Juros de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	10 967 244	-	10 967 244
Juros de investimentos ao custo amortizado	17 186 510	-	17 186 510	-	-	-
Juros de crédito a clientes	11 194 001	-	11 194 001	-	-	-
Outros juros e proveitos similares	1 637 623	-	1 637 623	-	-	-
	30 538 805	(17 016)	30 521 789	10 967 244	-	10 967 244
Passivo						
Juros de recursos de clientes	8 921	(5 261 185)	(5 252 264)	-	-	-
Juros de recursos de outras instituições de crédito	-	(87 103)	(87 103)	-	-	-
Juros de passivos subordinados	-	(398 790)	(398 790)	-	-	-
Juros de locações	-	(89 273)	(89 273)	-	-	-
Juros de responsabilidades representadas por títulos	-	(396 217)	(396 217)	-	-	-
	8 921	(6 232 568)	(6 223 647)	-	-	-
Margem Financeira	30 547 726	(6 249 584)	24 298 142	10 967 244	-	10 967 244

A tabela abaixo apresenta os rendimentos e gastos de juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado:

(milhares de Kwanzas)

	30.06.2022			30.06.2021		
	Rendimentos	Gastos	Líquido	Rendimentos	Gastos	Líquido
Activo						
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	156 527	-	156 527	431 607	-	431 607
Juros de investimentos ao custo amortizado	7 546 661	-	7 546 661	17 186 510	-	17 186 510
Juros de crédito a clientes	16 448 771	(5 872)	16 442 899	11 194 000	-	11 194 000
Outros juros e proveitos similares	9 703 374	-	9 703 374	1 637 623	-	1 637 623
	33 855 333	(5 872)	33 849 461	30 449 740	-	30 449 740
Passivo						
Juros de recursos de clientes	420	(11 006 189)	(11 005 769)	8 921	(5 261 185)	(5 252 264)
Juros de recursos de outras instituições de crédito	-	(209 331)	(209 331)	-	(87 103)	(87 103)
Juros de passivos subordinados	-	(304 836)	(304 836)	-	(398 790)	(398 790)
Juros de locações	-	(121 710)	(121 710)	-	(89 273)	(89 273)
Juros de responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	(396 217)	(396 217)
	420	(11 642 066)	(11 641 646)	8 921	(6 232 568)	(6 223 647)
Margem Financeira relativa a instrumentos ao custo amortizado	33 855 753	(11 647 938)	22 207 815	30 458 661	(6 232 568)	24 226 093

A tabela abaixo apresenta os rendimentos e gastos de juros de instrumentos financeiros mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral:

(milhares de Kwanzas)

	30.06.2022			30.06.2021		
	Rendimentos	Gastos	Líquido	Rendimentos	Gastos	Líquido
Activo						
Juros de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	17 812 960	-	17 812 960	10 967 244	-	10 967 244
Margem Financeira relativa a instrumentos ao justo valor através de outro rendimento integral	17 812 960	-	17 812 960	10 967 244	-	10 967 244

A tabela abaixo apresenta os rendimentos e gastos de juros de instrumentos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados:

(milhares de Kwanzas)

	30.06.2022			30.06.2021		
	Rendimentos	Gastos	Líquido	Rendimentos	Gastos	Líquido
Activo						
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	16 817	(474)	16 343	89 065	(17 016)	72 049
Margem Financeira relativa a instrumentos ao justo valor através de resultados	16 817	(474)	16 343	89 065	(17 016)	72 049

Nota 24 – Rendimentos e encargos de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Kwanzas)

Descrição	30.06.2022	30.06.2021
Rendimentos de serviços e comissões		
Por transferências	3 378 146	2 773 603
Por operações de crédito	1 430 410	1 298 480
Por compensação electrónica	1 176 464	847 613
Por outros serviços bancários prestados	(113 425)	176 149
Por créditos documentários	257 125	418 673
Outros rendimentos	1 108 277	891 269
Por levantamentos	369 909	446 423
Por manutenção de conta	289 304	240 413
Por mediação	295 159	262 507
Por consultoria financeira	216 798	645 844
Por garantias prestadas	228 383	132 099
Por transporte de valores recebidos	16 112	50 761
Por emissão de cheques	2 040	1 033
	8 654 702	8 184 867
Encargos com serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados por terceiros	2 384 259	1 560 625
Por transporte de valores	405 770	417 237
	2 790 029	1 977 862
	5 864 673	6 207 005

Com referência a 30 de Junho de 2022, a rubrica de Serviços bancários prestados por terceiros inclui um montante de 766 972 milhares de Kwanzas referentes à taxa de custódia aplicável às reservas excedentárias, conforme Instrutivo nº 14/2020 de 04 de Agosto.

A tabela abaixo apresenta os rendimentos e gastos com comissões não incluídos no cálculo da taxa de juro efectiva de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral:

(milhares de Kwanzas)

	30.06.2022			30.06.2021		
	Rendimentos	Gastos	Líquido	Rendimentos	Gastos	Líquido
Activo						
Por operações de crédito	1 430 410	-	1 430 410	1 298 480	-	1 298 480
Por transporte de valores recebidos	16 112	-	16 112	50 761	-	50 761
Por mediação	295 159	-	295 159	262 507	-	262 507
Por consultoria financeira	86 652	-	86 652	261 114	-	261 114
Outros rendimentos	1 108 277	-	1 108 277	891 269	-	891 269
Por serviços bancários prestados por terceiros	-	(766 972)	(766 972)	-	(339 724)	(339 724)
	2 936 610	(766 972)	2 169 638	2 764 131	(339 724)	2 424 407
Passivo						
Por outros serviços bancários prestados	(182 097)	-	(182 097)	91 436	-	91 436
Por transferências	3 378 146	-	3 378 146	2 733 604	-	2 733 604
Por manutenção de conta	289 304	-	289 304	240 413	-	240 413
Por emissão de cheques	2 040	-	2 040	1 033	-	1 033
Por levantamentos	369 909	-	369 909	446 423	-	446 423
Por transporte de valores	-	(405 770)	(405 770)	-	(417 237)	(417 237)
Por compensação electrónica	1 176 464	-	1 176 464	847 613	-	847 613
Por serviços bancários prestados por terceiros	-	(1 617 287)	(1 617 287)	-	(1 220 901)	(1 220 901)
	5 033 766	(2 023 057)	3 010 709	4 360 522	(1 638 138)	2 722 384
Extrapatrimoniais						
Por créditos documentários	257 125	-	257 125	418 673	-	418 673
Por garantias prestadas	228 383	-	228 383	132 098	-	132 098
Por outros serviços bancários prestados	68 672	-	68 672	84 713	-	84 713
Por consultoria financeira	130 146	-	130 146	384 730	-	384 730
	684 326	-	684 326	1 020 214	-	1 020 214
	8 654 702	(2 790 029)	5 864 673	8 144 867	(1 977 862)	6 167 005

Nota 25 – Resultados de activos financeiros ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Kwanzas)

	30.06.2022			30.06.2021		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Resultados de activos ao justo valor através de resultados						
De emissores públicos	10 274	(73 812)	(63 538)	77 826	-	77 826
Instrumentos Financeiros Derivados	57	(1 071)	(1 014)	25	(113 607)	(113 582)
De depósitos de clientes em AOA indexados ao USD	-	(3 212)	(3 212)	-	(9 668)	(9 668)
	10 274	(77 024)	(67 764)	77 826	(9 668)	(45 424)

Nota 26 – Resultados de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Kwanzas)

	30.06.2022			30.06.2021		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Resultados de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral						
De emissores públicos	182 058	-	182 058	-	-	-
	182 058	-	182 058	-	-	-

Nota 27 – Resultados Cambiais

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Kwanzas)

Descrição	30.06.2022	30.06.2021
Resultados de operações de compra e venda de moeda	19 631 750	16 081 102
Resultados da reavaliação de activos e passivos	87 167	831 431
	19 718 917	16 912 533

Nota 28 – Outros resultados de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Kwanzas)

Descrição	30.06.2022	30.06.2021
Outros proveitos / (custos) de exploração		
Impostos directos e indirectos	(1 189 490)	(1 312 829)
Quotizações e donativos	(175 228)	(297 650)
Perdas operacionais	(139 999)	(137 411)
Outros proveitos de exploração	(61 699)	(590 307)
Outros ganhos e perdas em outros activos tangíveis	(1 510)	(87 024)
	(1 567 926)	(2 425 221)

Em 30 de Junho de 2022, a rubrica Impostos directos e indirectos, inclui 1 189 470 milhares de kwanzas de custos com o Impostos sobre o Valor Acrescentado (IVA).

Nota 29 – Custos com pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Kwanzas)

	30.06.2022	30.06.2021
Custos directos		
Salários e subsídios	10 014 810	7 665 399
Bónus de performance	1 506 408	1 019 993
Encargos sociais obrigatórios	610 495	460 853
Outros	235 436	118 767
	12 367 149	9 265 012
Custos indirectos	704 461	691 998
	13 071 610	9 957 010

Em 30 de Junho de 2022 e 2021, a rubrica Salários e subsídios inclui diversos subsídios atribuídos aos colaboradores, nomeadamente, subsídio de alojamento, subsídio de transporte, subsídio de férias e mês de férias, no montante de 1 216 515 milhares de kwanzas e 1 252 033 milhares de kwanzas, respectivamente.

Em 30 de Junho de 2022 e 2021, o número de trabalhadores do Banco corresponde a 669 e 645, respectivamente.

Em 30 de Junho de 2022 e 2020 os colaboradores dividiam-se nas seguintes categorias profissionais:

	30.06.2022	30.06.2021
Administradores executivos	2	2
Director	30	32
Coordenador	347	304
Técnico	280	287
Orgãos Sociais	-	10
Administrativo	10	10
	669	645

A 30 de Junho de 2022 e 2021, as remunerações e outros benefícios associados aos Órgãos Sociais do Banco detalham-se como segue:

(milhares de Kwanzas)

	Conselho de Administração			Conselho Fiscal	Comissão Executiva	Total
	Administradores executivos	Membros não executivos	Total			
30 de Junho de 2022						
Remunerações e outros benefícios de curto prazo	788 848	-	788 848	7 439	89 880	886 167
Remunerações variáveis	579 848	-	579 848	4 505	15 940	600 293
	1 368 696	-	1 368 696	11 944	105 820	1 486 460
30 de Junho de 2021						
Remunerações e outros benefícios de curto prazo	815 233	-	815 233	6 904	27 000	849 137
Remunerações variáveis	545 455	-	545 455	4 474	8 156	558 085
	1 360 688	-	1 360 688	11 378	35 156	1 407 222

Nota 30 – Fornecimentos e serviços de terceiros

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Kwanzas)

Descrição	30.06.2022	30.06.2021
Comissão de franchising e outros custos com o Grupo	3 010 969	2 119 303
Auditorias, Consultorias e Outros Serviços	1 162 613	1 758 573
Alugueres	21 886	82 859
Segurança, Conservação e Reparação	568 698	547 892
Transporte, Deslocações e Alojamentos	110 653	12 028
Comunicações	387 172	416 566
Outros Fornecimentos de Terceiros	1 577 765	1 346 201
Seguros	362 532	422 486
Materiais diversos	161 103	130 260
Água e Energia	72 498	63 289
	7 435 889	6 899 457

Nota 31 – Resultados por Acção

RESULTADOS POR ACÇÃO BÁSICOS

Os resultados por acção básicos são calculados efectuando a divisão do resultado atribuível aos accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o ano.

(milhares de Kwanzas)

	30.06.2022	30.06.2021
Resultado Líquido	33 098 837	32 771 602
Número médio de acções ordinárias em circulação	1 000 000	1 000 000
	33 099	32 772

RESULTADOS POR ACÇÃO DILUÍDOS

Os resultados por acção diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de acções ordinárias em circulação e ao resultado líquido do Banco.

Os resultados por acção diluídos não diferem dos resultados por acção básicos.

Nota 32 – Transacção com partes relacionadas

O valor das transacções do Banco com partes relacionadas em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, assim como os respectivos custos e proveitos reconhecidos no período em análise, resume-se como segue:

(milhares de Kwanzas)

BALANÇO	30.06.2022			31.12.2021		
	Accionista	Subsidiárias e participadas de accionistas	Orgãos sociais	Accionista	Subsidiárias e participadas de accionistas	Orgãos sociais
Activo						
Disponibilidades em outras instituições de crédito						
Standard Bank South Africa	-	38 871 893	-	-	78 874 108	-
Standard Bank Mauricias	-	256	-	-	331	-
Stanbic Ibtc Bank Plc	-	3 288	-	-	4 302	-
Standard Bank Namibia	-	4 186	-	-	-	-
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito						
Standard Bank South Africa	-	1 316 978	-	-	49 948 887	-
Crédito a clientes						
Crédito a habitação	-	-	-	11 221	-	-
Cartões de crédito	-	-	1 044	827	-	109
Outros activos						
Standard Bank South Africa	-	163	-	-	39 701	-
Total	-	40 196 764	1 044	12 048	128 867 329	109
Passivo						
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito						
Standard Bank South Africa						
Recursos de clientes e outros empréstimos						
AAA Activos, Lda	1 244 348	-	-	1 273 017	-	-
AAA Seguros, SA	-	1	-	-	2	-
Outros	112 708	4 659 692	297 745	195 252	4 110 564	202 650
Passivos subordinados						
Standard Bank South Africa	-	12 793 087	-	-	16 599 711	-
Outros passivos						
Standard Bank South Africa	-	23 206 210	-	-	5 146 388	-
AAA Activos, Lda	-	30 956 078	-	-	-	-
Standard Bank Namibia	-	70 417	-	-	35 131	-
Standard Bank London	-	249 362	-	-	8 564 817	-
Outros	298	-	-	-	-	-
Total	1 357 354	71 934 847	297 745	1 468 269	34 456 613	202 650

(milhares de Kwanzas)

RESULTADOS	30.06.2022			30.06.2021		
	Accionista	Subsidiárias e participadas de accionistas	Orgãos sociais	Accionista	Subsidiárias e participadas de accionistas	Orgãos sociais
Juros e rendimentos similares						
Standard Bank Isle of Man	-	-	-	-	-	-
Standard Bank South Africa	-	81 425	-	-	56 790	-
Juros e encargos similares						
Standard Bank South Africa	-	(304 836)	-	-	(398 790)	-
Rendimentos e encargos de serviços e comissões						
Standard Bank South Africa	-	-	-	-	-	-
Standard Bank Isle of Man	-	-	-	-	-	-
Resultados cambiais						
Standard Bank South Africa	-	(39 786)	-	-	98 733	-
Custos com o pessoal						
Standard Bank South Africa	-	(44 124)	-	-	(114 297)	-
Fornecimentos e serviços de terceiros						
Standard Bank South Africa	-	(2 801 874)	-	-	(2 528 854)	-
AAA Activos, Lda	-	-	-	-	-	-
Total	-	(3 109 195)	-	-	(2 886 418)	-

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão do Banco pode ser analisado na Nota 30.

Todas as transacções efectuadas com partes relacionadas são realizadas a preços normais de mercado, obedecendo ao princípio do justo valor.

Nota 33 – Justo valor de activos e passivos financeiros

O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa. A geração de fluxos de caixa dos diferentes instrumentos é feita com base nas respectivas características financeiras e as taxas de desconto utilizadas consideram as operações mais recentemente concedidas pelo Banco.

Assim, o justo valor obtido encontra-se influenciado pelos parâmetros utilizados no modelo de avaliação, que necessariamente incorporam algum grau de subjectividade, e reflecte exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros.

O justo valor dos activos e passivos financeiros para o Banco é apresentado como segue:

(milhares de Kwanzas)

(Em milhões de Euros)						
	Custo Amortizado	Valorizados ao Justo Valor			Total Valor de Balanço	Justo Valor
		Cotações de mercado	Modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado		
		(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 3)		
30 de Junho de 2022						
Caixa e disponibilidades bancos centrais	113 264 710	-	-	-	113 264 710	113 264 710
Disponibilidades em outras instituições de crédito	88 624 115	-	-	-	88 624 115	88 624 115
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	239 906 936	-	-	-	239 906 936	239 906 936
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	2 337 788	189 727	2 527 515	2 527 515
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	184 626 023	-	184 626 023	184 626 023
Investimentos ao custo amortizado	93 161 533	-	-	-	93 161 533	93 156 496
Crédito a clientes	273 753 836	-	-	-	273 753 836	272 716 764
Activos financeiros	808 711 130	-	186 963 811	189 727	995 864 668	994 822 559
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	21 370 349	-	-	-	21 370 349	21 370 349
Recursos de clientes e outros empréstimos	779 817 874	-	-	-	779 817 874	760 520 109
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	-	-
Passivos subordinados	12 901 519	-	-	-	12 901 519	12 901 519
Passivos financeiros	814 089 742	-	-	-	814 089 742	794 791 977

(milhares de Kwanzas)

	Custo Amortizado	Valorizados ao Justo Valor			Total Valor de Balanço	Justo Valor
		Cotações de mercado	Modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado		
		(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 3)		
31 de Dezembro de 2021						
Caixa e disponibilidades bancos centrais	119 628 484	-	-	-	119 628 484	119 628 484
Disponibilidades em outras instituições de crédito	92 577 562	-	-	-	92 577 562	92 577 562
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	186 984 054	-	-	-	186 984 054	186 984 054
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	181 656	181 656	181 656
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	162 789 363	-	162 789 363	162 789 363
Investimentos ao custo amortizado	91 706 497	-	-	-	91 706 497	91 554 837
Crédito a clientes	234 174 153	-	-	-	234 174 153	234 824 158
Activos financeiros	725 070 750	-	162 789 363	181 656	888 041 769	888 540 114
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	26 524 169	-	-	-	26 524 169	26 524 169
Recursos de clientes e outros empréstimos	678 257 533	-	-	-	678 257 533	678 371 644
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	-	-
Passivos subordinados	16 704 348	-	-	-	16 704 348	16 704 348
Passivos financeiros	721 486 050	-	-	-	721 486 050	721 600 161

A tabela abaixo apresenta o valor contabilístico dos instrumentos financeiros com referência a 30 de Junho de 2022 e 30 de Junho de 2021:

(milhares de Kwanzas)

	30-06-2022				
	Valorizados ao justo valor	Valorizados ao custo amortizado	Valorizados ao custo histórico	Imparidade	Valor Líquido
Activos					
Caixa e disponibilidades bancos centrais	-	113 264 710	-	-	113 264 710
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	88 626 316	-	(2 201)	88 624 115
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	239 911 181	-	(4 245)	239 906 936
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	2 527 515		-	-	2 527 515
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	184 626 023		-	-	184 626 023
Investimentos ao custo amortizado	-	94 179 099	-	(1 017 566)	93 161 533
Crédito a clientes	-	279 624 590	-	(5 870 754)	273 753 836
Activos financeiros	187 153 538	815 605 896	-	(6 894 766)	995 864 668
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	-	21 370 349	-	-	21 370 349
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	779 817 874	-	-	779 817 874
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	-
Passivos subordinados	-	12 901 519	-	-	12 901 519
Passivos financeiros	-	814 089 742	-	-	814 089 742
Total	187 153 538	1 516 154	-	(6 894 766)	181 774 926

(milhares de Kwanzas)

	31-12-2021				
	Valorizados ao justo valor	Valorizados ao custo amortizado	Valorizados ao custo histórico	Imparidade	Valor Líquido
Activos					
Caixa e disponibilidades bancos centrais	-	119 628 484	-	-	119 628 484
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	92 579 746	-	(2 184)	92 577 562
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	186 994 339	-	(10 285)	186 984 054
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	181 656	-	-	-	181 656
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	162 789 363	-	-	-	162 789 363
Investimentos ao custo amortizado	-	92 760 727	-	(1 054 230)	91 706 497
Crédito a clientes	-	238 958 872	-	(4 784 719)	234 174 153
Activos financeiros	162 971 019	730 922 168	-	(5 851 418)	888 041 769
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	-	26 524 169	-	-	26 524 169
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	678 257 533	-	-	678 257 533
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	-
Passivos subordinados	-	16 704 348	-	-	16 704 348
Passivos financeiros	-	721 486 050	-	-	721 486 050
Total	162 971 019	9 436 118	-	(5 851 418)	166 555 719

O Banco utiliza a seguinte hierarquia de justo valor, com três níveis na valorização de instrumentos financeiros (activos ou passivos), a qual reflecte o nível de julgamento, a observabilidade dos dados utilizados e a importância dos parâmetros aplicados na determinação da avaliação do justo valor do instrumento, de acordo com o disposto na IFRS 13:

Nível 1: O justo valor é determinado com base em preços cotados não ajustados, capturados em transacções em mercados activos

envolvendo instrumentos financeiros idênticos aos instrumentos a avaliar. Existindo mais que um mercado activo para o mesmo instrumento financeiro, o preço relevante é o que prevalece no mercado principal do instrumento, ou o mercado mais vantajoso para os quais o acesso existe;

Nível 2: O justo valor é apurado a partir de técnicas de avaliação suportadas em dados observáveis em mercados activos, sejam dados directos (preços, taxas, spreads...) ou indirectos (derivados), e pressupostos de valorização semelhantes aos que

uma parte não relacionada usaria na estimativa do justo valor do mesmo instrumento financeiro. Inclui ainda instrumentos cuja valorização é obtida através de cotações divulgadas por entidades independentes mas cujos mercados têm liquidez mais reduzida; e,

Nível 3: O justo valor é determinado com base em dados não observáveis em mercados activos, com recurso a técnicas e pressupostos que os participantes do mercado utilizariam para avaliar os mesmos instrumentos, incluindo hipóteses

acerca dos riscos inerentes, à técnica de avaliação utilizada e aos *inputs* utilizados e contemplados processos de revisão da acuidade dos valores assim obtidos.

O Banco considera um mercado activo para um dado instrumento financeiro, na data de mensuração, dependendo do volume de negócios e da liquidez das operações realizadas, da volatilidade relativa dos preços cotados e da prontidão e disponibilidade da informação, devendo, para o efeito verificar as seguintes condições mínimas:

- Existência de cotações diárias frequentes de negociação no último ano;
- As cotações acima mencionadas alteram-se com regularidade;
- Existem cotações executáveis de mais do que uma entidade.

Um parâmetro utilizado numa técnica de valorização é considerado um dado observável no mercado se estiverem reunidas as condições seguintes:

- Se o seu valor é determinado num mercado activo;
- Se existe um mercado OTC e é razoável assumir-se que se verificam as condições de mercado activo, com a excepção da condição de volumes de negociação; e,
- O valor do parâmetro pode ser obtido pelo cálculo inverso dos preços dos instrumentos financeiros e ou derivados onde os restantes parâmetros necessários à avaliação inicial são observáveis num mercado líquido ou num mercado OTC que cumprem com os parágrafos anteriores.

A 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021 o activo financeiro ao justo valor classificado no

nível 3 da hierarquia de justo valor da IFRS 13 diz respeito à participação na EMIS.

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros registados no balanço ao custo amortizado são analisados como segue:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Aplicações em Bancos Centrais e em outras instituições de crédito

Estes activos são de muito curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do seu respectivo justo valor.

Activos financeiros ao justo valor através de resultados e Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Estes instrumentos financeiros estão contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base as cotações de mercado (Bid-price), sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito e o risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respectivos.

Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte semelhante mas referentes ao mercado monetário interbancário. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação adequados. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

As taxas de juro de mercado para os títulos em Kwanzas são apuradas com base nas taxas de juro dos bilhetes do tesouro e nas obrigações do tesouro emitidas para as várias maturidades.

Caso exista opcionalidade envolvida, utilizam-se os modelos standard considerando as superfícies de volatilidade aplicáveis. Sempre que se entenda que não existem referências de mercado de qualidade suficiente ou que os modelos disponíveis não se aplicam integralmente face às características do instrumento financeiro, utilizam-se cotações específicas fornecidas por uma entidade externa, tipicamente a contraparte do negócio.

Investimentos ao custo amortizado

O justo valor destes instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis. Caso não existam, o justo valor é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

Crédito a Clientes

O justo valor do crédito a Clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. As taxas de desconto utilizadas são as taxas actuais praticadas para empréstimos com características similares.

Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito

O justo valor destes passivos é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros, considerando que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. Estes passivos são de muito curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do seu respectivo justo valor.

Recursos de Clientes e outros empréstimos

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas praticadas para os depósitos com características similares à data do balanço. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são renovadas por períodos inferiores a um ano, não existem diferenças materialmente relevantes no seu justo valor.

Passivos subordinados e responsabilidades representadas por títulos

O justo valor é baseado em cotações de mercado

quando disponíveis; caso não existam, é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as taxas actuais praticadas para empréstimos com características similares.

Relativamente às taxas de câmbio, o Banco utiliza nos seus modelos de avaliação a taxa *spot* observada no mercado no momento da avaliação.

Nota 34 – Balanço e Demonstração de Resultados por segmento

Nos termos do requerido pela IFRS 8, as divulgações por segmentos são apresentadas de seguida de acordo com a informação tal como é analisada pelos Órgãos de Gestão do Banco:

- Particulares;
- Pequenas e Médias Empresas
- Grandes Empresas e Banca de Investimento

Em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, o balanço por segmento é apresentado como segue:

(milhares de Kwanzas)

BALANÇO	30.06.2022			
	Particulares	Pequenas e Médias Empresas	Grandes Empresas e Banca de Investimento	Total
Activo				
Crédito a clientes	13 183 361	60 431 458	185 043 426	
Empréstimos				258 658 245
Descobertos	2 183	6 841 679	5 093 820	11 937 682
Leasing	745 906	19 166	-	765 072
Cartas de crédito	-	24 573	336 046	360 619
Cartões de crédito	615 435	-	-	615 435
Habitação	1 416 783	-	-	1 416 783
Total de activos afectos	15 963 668	67 316 876	190 473 282	273 753 836
Activos não afectos				790 534 870
Total de Activo				1 064 288 706
Passivo				
Recursos de clientes e outros empréstimos	92 149 226	112 726 154	574 942 494	779 817 874
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-
Total de passivos afectos	92 149 226	112 726 154	574 942 494	779 817 874
Passivos não afectos				116 801 259
Total do Passivo				896 619 133

(milhares de Kwanzas)

31.12.2021				
	Particulares	Pequenas e Médias Empresas	Grandes Empresas e Banca de Investimento	Total
Activo				
Crédito a clientes				
Empréstimos	11 513 819	33 807 002	159 679 953	205 000 774
Descobertos	12 115	8 620 854	8 773 552	17 406 522
Leasing	764 276	308 799	-	1 073 075
Cartas de crédito	-	-	8 678 074	8 678 074
Cartões de crédito	571 047	-	-	571 047
Habitação	1 444 661	-	-	1 444 661
Total de activos afectos	14 305 918	42 736 656	177 131 579	234 174 153
Activos não afectos				734 099 747
Total de Activo				968 273 900
Passivo				
Recursos de clientes e outros empréstimos	80 385 467	112 922 290	484 949 776	678 257 533
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-
Total de passivos afectos	80 385 467	112 922 290	484 949 776	678 257 533
Passivos não afectos				120 530 705
Total do Passivo				798 788 238

(milhares de Kwanzas)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	30.06.2022			
	Particulares	Pequenas e Médias Empresas	Grandes Empresas e Banca de Investimento	Total
Juros e rendimentos similares	2 109 040	3 211 031	46 358 694	51 678 765
Juros e encargos similares	(658 228)	(507 138)	(10 476 281)	(11 641 647)
Margem financeira	1 450 812	2 703 893	35 882 413	40 037 118
Rendimentos de serviços e comissões	4 126 613	2 681 766	1 846 323	8 654 702
Encargos com serviços e comissões	(1 075 437)	(698 685)	(1 015 907)	(2 790 029)
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	-	-	(67 764)	(67 764)
Resultados de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	-
Resultados de activos financeiros através de outro rendimento integral	-	-	182 058	182 058
Resultados cambiais	5 674 696	5 748 525	8 295 696	19 718 917
Outros resultados de exploração	(259 235)	(153 768)	(1 154 923)	(1 567 926)
Produto da actividade bancária	9 917 449	10 281 731	43 967 896	64 167 076
Custos com pessoal	(4 328 156)	(2 942 332)	(5 801 122)	(13 071 610)
Fornecimentos e serviços de terceiros	(2 151 667)	(1 312 596)	(3 971 626)	(7 435 889)
Depreciações e amortizações do exercício	(363 223)	(313 077)	(2 259 121)	(2 935 421)
Provisões líquidas de anulações	(170 609)	(121 384)	173 086	(118 907)
Imparidade para crédito a clientes líquida de reversões e recuperações	(389 692)	(394 644)	(517 485)	(1 301 821)
Imparidade para outros activos líquida de reversões e recuperações	83 469	1 910	(150 256)	(64 877)
Resultado antes de impostos	2 597 571	5 199 608	31 441 372	39 238 551
Impostos sobre os resultados	(613 971)	(613 971)	(4 911 772)	(6 139 714)
Resultado líquido	1 983 600	4 585 637	26 529 600	33 098 837

(milhares de Kwanzas)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	30.06.2021			
	Particulares	Pequenas e Médias Empresas	Grandes Empresas e Banca de Investimento	Total
Juros e rendimentos similares	1 580 979	2 318 790	37 589 264	41 489 033
Juros e encargos similares	1 663 592	2 259 224	(10 146 463)	(6 223 647)
Margem financeira	3 244 571	4 578 014	27 442 801	35 265 386
Rendimentos de serviços e comissões	6 825 878	5 933 183	(4 614 194)	8 144 867
Encargos com serviços e comissões	(522 935)	(535 635)	(919 292)	(1 977 862)
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	-	-	(45 424)	(45 424)
Resultados de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	-
Resultados de activos financeiros através de outro rendimento integral	-	-	-	-
Resultados cambiais	(62 289)	5 791	16 969 031	16 912 533
Outros resultados de exploração	(511 921)	(374 247)	(1 539 053)	(2 425 221)
Produto da actividade bancária	8 973 304	9 607 106	37 293 870	55 874 280
Custos com pessoal	(4 495 227)	(3 844 190)	(1 617 593)	(9 957 010)
Fornecimentos e serviços de terceiros	(2 068 777)	(1 788 587)	(3 042 093)	(6 899 457)
Depreciações e amortizações do exercício	(501 118)	(338 090)	(482 936)	(1 322 144)
Provisões líquidas de anulações	(155 053)	(149 403)	(377 499)	(681 955)
Imparidade para crédito a clientes líquida de reversões e recuperações	(238 526)	(133 802)	(2 729 378)	(3 101 706)
Imparidade para outros activos líquida de reversões e recuperações	(5 476)	(136)	4 248 094	4 242 482
Resultado antes de impostos	1 509 126	3 352 897	33 292 466	38 154 489
Impostos sobre os resultados	-	-	(5 382 887)	(5 382 887)
Resultado líquido	1 509 126	3 352 897	27 909 579	32 771 602

Nota 35 – Gestão de Riscos da Actividade

O Banco está sujeito a riscos de diversa ordem no âmbito do desenvolvimento da sua actividade. A gestão dos riscos é efectuada de forma centralizada em relação aos riscos específicos de cada negócio.

A política de gestão de risco do Banco visa a manutenção, em permanência, de uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a actividade desenvolvida, assim como a correspondente avaliação do perfil de risco/retorno por linha de negócio.

Neste âmbito, assume uma particular relevância o acompanhamento e controlo dos principais tipos de riscos financeiros - crédito, mercado, liquidez e operacional - a que se encontra sujeita a actividade do Banco.

PRINCIPAIS CATEGORIAS DE RISCO

Crédito – O risco de crédito encontra-se associado ao grau de incerteza de recuperação do investimento e do seu retorno, por incapacidade de um devedor (e do seu garante, se existir), provocando deste modo uma perda financeira para o credor. O risco de crédito encontra-se patente em títulos de dívida ou outros saldos a receber.

Mercado – O conceito de risco de mercado reflecte a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxas (de juro e de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando quer as correlações existentes entre eles, quer as respectivas volatilidades. Assim, o Risco de Mercado engloba o risco de taxa de juro, cambial e outros riscos de preço.

Liquidez – O risco de liquidez reflecte a incapacidade

do Banco cumprir com as suas obrigações associadas a passivos financeiros a cada data de vencimento, sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de acesso ao financiamento (risco de financiamento) e/ou de venda dos seus activos por valores inferiores aos valores habitualmente praticados em mercado (risco de liquidez de mercado).

Operacional – Como risco operacional entende-se a perda potencial resultante de falhas ou inadequações nos processos internos, nas pessoas ou nos sistemas, ou ainda as perdas potenciais resultantes de eventos externos.

ORGANIZAÇÃO INTERNA

O Standard Bank de Angola encara a gestão dos riscos como elemento central da visão e estratégia da Instituição. Assim, o modelo de gestão do risco é independente das áreas geradoras do risco e apresenta mecanismos de decisão e controlo directamente dependentes do Conselho de Administração.

A gestão dos riscos é da competência do Conselho de Administração e dos seus comités. O Conselho de Administração é o órgão responsável pela estratégia do risco na instituição apoiando-se em Comités que têm como principais funções o aconselhamento do Órgão de Administração no que respeita à estratégia de Gestão do Risco e à supervisão da actuação da função de gestão do risco conforme prevista pelo BNA.

O Conselho de Administração delega na Comissão Executiva a gestão corrente dos riscos. Ao nível da Comissão Executiva o pelouro da gestão do risco é da competência do Presidente da Comissão Executiva.

A função de gestão do risco é exercida de forma

autónoma e independente pela Direcção de Risco destinada a identificar, avaliar, monitorizar, controlar e prestar informações de todos os riscos relevantes da actividade desenvolvida pela Instituição.

Para o Standard Bank de Angola a gestão do Risco é também uma forma de otimizar o uso do capital e a selecção das melhores oportunidades de negócio, ponderando a relação entre o risco e o retorno para melhor responder às necessidades dos Clientes e maximizar a criação de valor para os nossos accionistas.

Assim, e seguindo as melhores práticas internacionais o modelo de gestão do Risco obedece ao princípio das “Três Linhas de Defesa”, tendo subjacente a atribuição de responsabilidades aos diversos intervenientes na gestão do Risco, e define de forma clara a delegação de poderes e os canais de comunicação que estão formalizados nas políticas do Banco.

A responsabilidade pela gestão do Risco dentro de cada linha de actuação encontra-se no nível funcional e dos comités do Conselho de Administração. Estas linhas de defesa garantem a segregação de funções e independência do modelo. As três linhas de actuação são descritas de seguida:

1. Gestão das Unidades de Negócio e de Suporte

O principal responsável pela Gestão do Risco do Banco. A apreciação, avaliação e mensuração de riscos é um processo contínuo que está integrado nas actividades quotidianas do negócio. Este processo inclui a implementação de estrutura de Gestão do Risco, identificação de problemas e tomada de medidas correctivas sempre que necessário.

2. Gestão do Risco

As funções de Gestão do Risco do Banco são

primariamente responsáveis pela definição da estrutura de Gestão do Risco e políticas, proporcionando a supervisão e informação independente para a gestão executiva através do Comité de Gestão de Risco de Crédito e do Comité de Gestão de Activos e Passivos.

As funções de Gestão do Risco das unidades de negócios visam implementar o modelo de Gestão do Risco, aprovar os limites de aceitação de risco dentro de mandatos específicos e fornecer uma visão geral da eficácia da Gestão do Risco pela primeira linha de defesa.

3. Auditoria Interna

Fornece uma avaliação independente da adequação e eficácia do Sistema de Controlo Interno do Banco, do quadro global de Gestão do Risco, através da aprovação de um Plano de Auditoria anual e consequente emissão de relatórios para o Conselho de Administração e seus Comités.

AVALIAÇÃO DE RISCOS

Risco de Crédito – Os modelos de risco de crédito desempenham um papel essencial no processo

de decisão de crédito. O processo de decisão de operações da carteira de crédito baseia-se num conjunto de políticas recorrendo a modelos de *scoring* para as carteiras de Clientes Particulares e de *rating* para o segmento de Empresas.

As decisões de crédito dependem das classificações de risco e do cumprimento de diversas regras sobre a capacidade financeira e o comportamento dos proponentes.

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição do Banco ao risco de crédito:

(milhares de Kwanzas)

	Valor contabilístico bruto	30.06.2022 Imparidade	Valor contabilístico líquido
Patrimoniais			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais (Nota 4)	113 264 710	-	113 264 710
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)	88 626 316	(2 201)	88 624 115
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)	239 911 181	(4 245)	239 906 936
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)	2 527 515	-	2 527 515
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)	184 626 023	-	184 626 023
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	94 179 099	(1 017 566)	93 161 533
Crédito a clientes (Nota 10)	279 624 590	(5 870 754)	273 753 836
	1 002 759 434	(6 894 766)	995 864 668
Extrapatrimoniais			
Garantias prestadas (Nota 22)	20 263 054	(37 236)	20 225 818
Cartas de crédito (Nota 22)	7 191 615	(12 145)	7 179 470
Limites não utilizados (Nota 22)	54 777 259	(152 688)	54 624 571
	82 231 928	(202 069)	82 029 859
Total	1 084 991 362	(7 096 835)	1 077 894 527

(milhares de Kwanzas)

	Valor contabilístico bruto	31.12.2021 Imparidade	Valor contabilístico líquido
Patrimoniais			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais (Nota 4)	119 628 484	-	119 628 484
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)	92 579 748	(2 186)	92 577 562
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)	186 994 339	(10 285)	186 984 054
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)	181 656	-	181 656
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)	162 789 363	-	162 789 363
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	92 760 728	(1 054 231)	91 706 497
Crédito a clientes (Nota 10)	238 958 872	(4 784 719)	234 174 153
	893 893 190	(5 851 421)	888 041 769
Extrapatrimoniais			
Garantias prestadas (Nota 23)	21 474 004	(31 780)	21 442 224
Cartas de crédito (Nota 23)	5 437 928	(1 816)	5 436 112
Limites não utilizados (Nota 23)	48 495 977	(185 809)	48 310 168
	75 407 909	(219 404)	75 188 505
Total	969 301 099	(6 070 825)	963 230 274

Relativamente ao nível da qualidade do risco de crédito dos activos financeiros, em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021 é como segue:

(milhares de Kwanzas)

Origem do rating			Nível de rating	30.06.2022		
				Exposição bruta	Imparidade	Exposição líquida
Patrimoniais	Rating externo	B+ a B-	182 804 141	1 016 806	183 820 947	
	Rating interno	AAA a AA-	18 082 504	(6 230)	18 076 274	
		A+ a A-	52 675 550	(1 410)	52 674 140	
		BBB+ a BBB-	368 298 685	(26 956)	368 271 729	
		BB+ a BB-	156 796 425	(478 531)	156 317 894	
		B+ a B-	130 189 169	(3 903 559)	126 285 609	
		< B-	8 018 663	(874 920)	7 143 743	
		Baixo	83 191 276	(249 010)	82 942 266	
		Médio	1 568 583	(1 271 423)	297 160	
		Elevado	1 134 439	(1 099 533)	34 906	
Total			1 002 759 434	(6 894 766)	995 864 668	

(milhares de Kwanzas)

Origem do rating			Nível de rating	31.12.2021		
				Exposição bruta	Imparidade	Exposição líquida
Patrimoniais	Rating externo	B+ a B-	208 871 584	(1 053 509)	207 818 075	
	Rating interno	AAA a AA-	20 527 510	(8 146)	20 519 364	
		A+ a A-	19 550 136	(2 314)	19 547 822	
		BBB+ a BBB-	343 507 869	(32 412)	343 475 457	
		BB+ a BB-	147 093 038	(268 541)	146 824 497	
		B+ a B-	92 696 593	(2 018 825)	90 677 768	
		< B-	2 598 795	(462 584)	2 136 211	
		Baixo	56 084 706	(166 670)	55 918 036	
		Médio	2 061 668	(923 357)	1 138 311	
		Elevado	901 291	(915 063)	(13 772)	
Total			893 893 190	(5 851 421)	888 041 769	

As tabelas abaixo apresentam com referência a 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021 a exposição ao risco de crédito por classe de activo financeiro, nível de rating e estágio.

(milhares de Kwanzas)

Classe de activo financeiro	Rating	30.06.2022			
		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Patrimoniais					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais (Nota 4)	BBB+ a BBB-	113 264 710	-	-	113 264 710
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)	AAA a AA-	7 040	-	-	7 040
	A+ a A-	49 723 813	-	-	49 723 813
	BBB+ a BBB-	256	-	-	256
	BB+ a BB-	38 895 208			38 895 208
	BB+ a BB-	1 316 978	-	-	1 316 978
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)	BBB+ a BBB-	225 743 577	12 850 626	-	238 594 203
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)	A+ a A-	189 728			189 728
	B+ a B-	2 337 787	-	-	2 337 787
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)	B+ a B-	184 626 023	-	-	184 626 023
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	B+ a B-	67 015 909	27 163 190	-	94 179 099
Crédito a clientes (Nota 10)	AAA a AA-	10 835 507	7 239 957	-	18 075 464
	A+ a A-	2 762 009	-	-	2 762 009
	BBB+ a BBB-	16 436 184	3 332	-	16 439 516
	BB+ a BB-	114 861 163	1 723 076	-	116 584 239
	B+ a B-	20 060 583	11 789 818	-	31 850 401
	< B-	-	8 018 663	-	8 018 663
	Caa-C	-	-	-	-
	Baixo	83 191 276	-	-	83 191 276
	Médio	-	1 568 583	-	1 568 583
	Elevado	-	-	1 134 439	1 134 439
	Total do Valor Contabilístico Bruto		931 267 750	70 357 245	1 134 439
Provisão para perdas		(2 585 984)	(3 209 249)	(1 099 533)	(6 894 766)
Valor Contabilístico Líquido		928 681 766	67 147 996	34 906	995 864 668

(milhares de Kwanzas)

Classe de activo financeiro	Rating	31.12.2021			
		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Patrimoniais					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais (Nota 4)	BBB+ a BBB-	119 628 484	-	-	119 628 484
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)	AAA a AA-	49 029	-	-	49 029
	A+ a A-	13 741 281	-	-	13 741 281
	BBB+ a BBB-	66 084 928	-	-	66 084 928
	BB+ a BB-	12 704 510			12 704 510
	BB+ a BB-	49 948 887	-	-	49 948 887
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)	BBB+ a BBB-	120 395 870	16 649 583	-	137 045 453
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)	BB+ a BB-	181 656	-	-	181 656
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)	B+ a B-	162 789 363	-	-	162 789 363
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	B+ a B-	57 555 796	35 204 932	-	92 760 728
	AAA a AA-	11 393 052	9 085 428	-	20 478 480
	A+ a A-	5 808 855	-	-	5 808 855
Crédito a clientes (Nota 10)	BBB+ a BBB-	20 749 004	-	-	20 749 004
	BB+ a BB-	82 597 042	1 660 944	-	84 257 986
	B+ a B-	26 162 733	19 855 354	-	46 018 087
	< B-	-	2 598 795	-	2 598 795
	Baixo	56 084 706	-	-	56 084 706
	Médio	-	2 061 668	-	2 061 668
	Elevado	-	-	901 291	901 291
Total do Valor Contabilístico Bruto		805 875 196	87 116 703	901 291	893 893 190
Provisão para perdas		(1 882 041)	(3 054 317)	(915 063)	(5 851 421)
Valor Contabilístico Líquido		803 993 155	84 062 387	(13 772)	888 041 769

A repartição por sectores de actividade da exposição ao risco de crédito, em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, encontra-se apresentada como segue:

(milhares de Kwanzas)

	30.06.2022						
	Exposição		Garantias Prestadas	Exposição total	Peso relativo	Imparidade	
	Vincendo	Vencido				Valor	Imparidade/ Exposição total
Empresas							
Administração central	723 134 844	-	-	723 134 844	67%	1 024 012	0%
Actividade Financeira	-	-	9 442 713	9 442 713	1%	2 286	0%
Comércio por grosso e a retalho	113 161 774	242	37 915 739	151 077 755	14%	1 889 342	-1%
Educação	679 017	-	-	679 017	0%	639 647	-94%
Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	52 698 514	10	7 344 454	60 042 978	6%	799 685	-1%
Alojamento e restauração	971 008	-	-	971 008	0%	123	0%
Construção	9 946 999	3	4 296 961	14 243 962	1%	31 231	0%
Indústria transformadora	52 120 269	-	2 731 928	54 852 197	5%	42 599	0%
Indústrias extractivas	25 007 131	-	12 083 825	37 090 956	3%	302 756	-1%
Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	-	31	-	31	0%	31	-100%
Transportes, Armazenagem e Comunicação	7 629 085	-	5 736 840	13 365 925	1%	933 719	-7%
Particulares							
Consumo	14 755 172	331 149	1 855 010	16 941 331	2%	1 272 091	-8%
Habitação	1 547 286	-	824 456	2 371 741	0%	130 502	-6%
Outros fins	776 392	508	3	776 903	0%	28 811	-4%
Total	1 002 427 491	331 943	82 231 928	1 084 991 362	100%	7 096 835	-1%

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2021						
	Exposição		Garantias Prestadas	Exposição total	Peso relativo	Imparidade	
	Vincendo	Vencido				Valor	Imparidade/ Exposição total
Empresas							
Administração central	654 934 318	-	-	654 934 318	68%	1 066 702	0%
Actividade Financeira	-	-	12 926 809	12 926 809	1%	5 400	0%
Comércio por grosso e a retalho	61 188 743	5	10 122 257	71 311 005	7%	1 411 421	-2%
Educação	-	389 871	120 912	510 783	0%	397 196	-78%
Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	49 337 983	5	3 846 113	53 184 100	5%	1 184 249	-2%
Alojamento e restauração	0	31	-	31	0%	31	-100%
Construção	1 466 472	3	7 065 969	8 532 443	1%	29 942	0%
Indústria transformadora	44 298 355	-	28 768 993	73 067 348	8%	338 365	0%
Indústrias extractivas	7 615 990	-	3 181 799	10 797 789	1%	78 753	-1%
Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	36 591 369	-	4 348 742	40 940 111	4%	292 322	-1%
Transportes, Armazenagem e Comunicação	15 887 322	2	1 515 333	17 402 658	2%	13 498	0%
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	3 141 303	-	623 810	3 765 113	0%	26 209	-1%
Saúde e Acção Social	3 511 714	-	500 392	4 012 106	0%	2 816	0%
Produção e distribuição de electricidade, de gás e de água	-	-	400 000	400 000	0%	135	0%
Particulares							
Consumo	12 757 443	387 686	1 986 780	15 131 909	2%	1 047 937	-7%
Habituação	1 573 688	-	-	1 573 688	0%	129 026	-8%
Outros fins	797 234	13 653	-	810 887	0%	46 823	-6%
Total	893 101 935	791 255	75 407 909	969 301 099	100%	6 070 825	-1%

A concentração geográfica do risco de crédito em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021 é de 100% em Angola, com excepção das aplicações de liquidez que são com o Grupo Standard Bank (África do Sul).

RISCO DE MERCADO

No que respeita à informação e análise de risco de mercado é assegurado o reporte regular sobre as carteiras de activos financeiros. Ao nível das carteiras próprias, encontram-se definidos diversos limites de risco. Estão igualmente definidos diferentes limites de exposição por Emitente, por tipo/classe de activo e nível de qualidade de crédito

(rating). São ainda definidos limites de *Stop Loss* e *Loss Trigger* para as posições na categoria de justo valor através de resultados e na categoria de justo valor através de outro rendimento integral.

A análise de sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos financeiros a variações das taxas de câmbio à data de 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021 é apresentada como segue:

(milhares de Kwanzas)

	30.06.2022					
	-20%	-10%	-5%	+5%	+10%	+20%
Moeda						
Dólares dos Estados Unidos da América	518 466	259 233	129 616	(129 616)	(259 233)	(518 466)
Euros	88 643	44 322	22 161	(22 161)	(44 322)	(88 643)
Outras moedas	(11 196)	(5 598)	(2 799)	2 799	5 598	11 196
Total	595 913	297 956	148 978	(148 978)	(297 956)	(595 913)

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2021					
	-20%	-10%	-5%	+5%	+10%	+20%
Moeda						
Dólares dos Estados Unidos da América	636 744	318 372	159 186	(159 186)	(318 372)	(636 744)
Euros	1 540 845	770 423	385 211	(385 211)	(770 423)	(1 540 845)
Outras moedas	35 780	17 890	8 945	(8 945)	(17 890)	(35 780)
Total	2 213 369	1 106 684	553 342	(553 342)	(1 106 684)	(2 213 369)

O resultado do *stress test* apresentado corresponde ao impacto esperado (antes de impostos) nos capitais próprios.

RISCO DE TAXA DE JURO

Este risco refere-se ao risco presente e/ou futuro sobre os lucros e o capital do Banco decorrente de movimentos adversos nas taxas de juro que afetem as posições da carteira bancária do Banco.

As alterações das taxas de juro afetam os lucros de um banco alterando o nível da margem financeira gerada a partir de activos, passivos e rubricas extrapatrimoniais sensíveis à taxa de juro. O valor económico de um banco também é afetado quando as taxas de juro mudam, dado que o valor atual e as datas dos fluxos de caixa futuros se alteram, afetando assim o valor subjacente dos seus activos, passivos e rubricas extrapatrimoniais.

O risco de taxa de juro na carteira bancária do Standard Bank de Angola referente a 30 de Junho 2022 foi reportado ao Banco Nacional de Angola como segue:

MOEDA NACIONAL

(milhares de Kwanzas)

30.06.2022	Exposições por Intervalo de Maturidade ou Refixação da Taxa - Impacto na Situação Líquida					
	Moeda Nacional					
	Banda	Activos (+)	Passivos (-)	Elementos Extra-Patrimoniais		Posição (+/-)
				(+)	(-)	
	à vista - 1 mês	16 400 701	49 787 923			(33 387 222)
	1 - 3 meses	224 886 388	127 274 613			97 611 775
	3 - 6 meses	25 841 750	19 945 443			5 896 307
	6 - 12 meses	70 237 923	13 517 960			56 719 963
	1 - 2 anos	68 202 884	6 915			68 195 969
	2 - 3 anos	24 564 311	-			24 564 311
	3 - 4 anos	11 640 265	-			11 640 265
	4 - 5 anos	-	-			-
	5 - 7 anos	-	-			-
	7 - 10 anos	-	-			-
	10 - 15 anos	-	-			-
	15 - 20 anos	-	-			-
	> 20 anos	-	-			-
						4 845 874
		337 366 763	210 525 939			231 241 368

Impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juros :	4 845 874
Fundos Próprios Regulamentares :	160 261 869
Impacto no Valor Económico / Fundos Próprios Regulamentares :	3,02%

(milhares de Kwanzas)

30.06.2022	Exposições por Intervalo de Maturidade ou Refixação da Taxa - Impacto na Margem de Juros					
	Moeda Nacional					
	Banda	Activos (+)	Passivos (-)	Elementos Extra-Patrimoniais	Posição (+/-)	Factor de Ponderação (F)
				(+) (-)		
	à vista	-	-		-	2.00%
	à vista - 1 mês	16 400 701	49 787 923		(33 387 222)	1.92%
	1 - 2 meses	201 379 377	65 748 738		135 630 639	1.75%
	2 - 3 meses	23 507 012	61 525 875		(38 018 864)	1.58%
	3 - 4 meses	10 291 518	6 235 067		4 056 451	1.42%
	4 - 5 meses	2 988 960	12 225 623		(9 236 664)	1.25%
	5 - 6 meses	12 561 272	1 484 752		11 076 520	1.08%
	6 - 7 meses	5 246 929	16 944		5 229 986	0.92%
	7 - 8 meses	6 125 257	666 984		5 458 273	0.75%
	8 - 9 meses	26 623 466	273 369		26 350 097	0.58%
	9 - 10 meses	9 217 800	4 053 747		5 164 053	0.42%
	10 - 11 meses	-	7 118 100		(7 118 100)	0.25%
	11 - 12 meses	23 024 472	1 388 817		21 635 654	0.08%
		337 366 763	210 525 939			210 525 939

Impacto acumulado dos Instrumentos sensíveis à taxa de juros até um ano :	1 456 660
Margem de Juros :	79 109 950
Impacto acumulado dos Instrumentos sensíveis à Taxa de Juros até um ano em percentagem da MJ :	1.84%

MOEDA ESTRANGEIRA (USD)

(milhares de Kwanzas)

30.06.2022	Exposições por Intervalo de Maturidade ou Refixação da Taxa - Impacto na Situação Líquida						
	Moeda Estrangeira (USD)						
	Banda	Activos (+)	Passivos (-)	Elementos Extra-Patrimoniais		Posição (+/-)	Factor de Ponderação (A)
(+)				(-)			
à vista - 1 mês	12 849 504	13 860 805			(1 011 301)	0%	(809)
1 - 3 meses	31 196 057	17 845 388			13 350 669	0%	42 722
3 - 6 meses	27 163 190	43 344			27 119 846	1%	195 263
6 - 12 meses	-	593 956			(593 956)	1%	(8 494)
1 - 2 anos	-	-			-	3%	-
2 - 3 anos	-	-			-	4%	-
3 - 4 anos	-	-			-	6%	-
4 - 5 anos	-	-			-	8%	-
5 - 7 anos	-	-			-	10%	-
7 - 10 anos	-	-			-	13%	-
10 - 15 anos	-	-			-	19%	-
15 - 20 anos	-	-			-	22%	-
> 20 anos	-	-			-	26%	-
							228 682
	71 208 751	32 343 494			38 865 257		

Impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juros :	228 682
Fundos Próprios Regulamentares :	160 261 869
Impacto no Valor Económico / Fundos Próprios Regulamentares :	0,14%

(milhares de Kwanzas)

30.06.2022	Exposições por Intervalo de Maturidade ou Refixação da Taxa - Impacto na Margem de Juros					
	Moeda Estrangeira (USD)					
	Banda	Activos (+)	Passivos (-)	Elementos Extra-Patrimoniais		Posição (+/-)
				(+)	(-)	
	à vista	-	-			-
	à vista - 1 mês	12 849 504	13 860 805			(1 011 301)
	1 - 2 meses	31 196 057	1 468 304			29 727 753
	2 - 3 meses	-	16 377 084			(16 377 084)
	3 - 4 meses	-	472			(472)
	4 - 5 meses	-	42 872			(42 872)
	5 - 6 meses	27 163 190	-			27 163 190
	6 - 7 meses	-	429			(429)
	7 - 8 meses	-	-			-
	8 - 9 meses	-	-			-
	9 - 10 meses	-	36 071			(36 071)
	10 - 11 meses	-	1 285			(1 285)
	11 - 12 meses	-	556 171			(556 171)
		71 208 751	32 343 494			

Impacto acumulado dos Instrumentos sensíveis à taxa de juros até um ano :	534 277
Margem de Juros :	1 900 123
Impacto acumulado dos Instrumentos sensíveis à Taxa de Juros até um ano em percentagem da MJ :	28,12%

O risco de taxa de juro na carteira bancária do Standard Bank de Angola referente a 30 de Junho 2022 foi reportado ao Banco Nacional de Angola como segue:

MOEDA NACIONAL

(milhares de Kwanzas)

31.12.2021	Exposições por Intervalo de Maturidade ou Refixação da Taxa - Impacto na Situação Líquida					
	Moeda Nacional					
	Banda	Activos (+)	Passivos (-)	Elementos Extra-Patrimoniais		Posição (+/-)
				(+)	(-)	
	à vista - 1 mês	45 711 030	59 046 456			(13 335 426)
	1 - 3 meses	138 699 554	64 741 427			73 958 127
	3 - 6 meses	34 549 937	12 466 523			22 083 414
	6 - 12 meses	63 455 108	1 216 408			62 238 700
	1 - 2 anos	71 478 721	-			71 478 721
	2 - 3 anos	29 604 053	-			29 604 053
	3 - 4 anos	-	-			-
	4 - 5 anos	-	-			-
	5 - 7 anos	-	-			-
	7 - 10 anos	-	-			-
	10 - 15 anos	-	-			-
	15 - 20 anos	-	-			-
	> 20 anos	-	-			-
						4 584 195
		282 415 629	137 470 814			246 027 589

Impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juros :	4 584 195
Fundos Próprios Regulamentares :	189 364 224
Impacto no Valor Económico / Fundos Próprios Regulamentares :	2,42%

(milhares de Kwanzas)

31.12.2021	Exposições por Intervalo de Maturidade ou Refixação da Taxa - Impacto na Margem de Juros					
	Moeda Nacional					
	Banda	Activos (+)	Passivos (-)	Elementos Extra-Patrimoniais		Posição (+/-)
				(+)	(-)	
	à vista	-	-			-
	à vista - 1 mês	45 711 030	59 046 456			(13 335 426)
	1 - 2 meses	128 621 995	32 623 970			95 998 026
	2 - 3 meses	10 077 558	32 117 457			(22 039 899)
	3 - 4 meses	20 424 988	12 144 925			8 280 063
	4 - 5 meses	-	214 133			(214 133)
	5 - 6 meses	14 124 949	107 465			14 017 484
	6 - 7 meses	2 129 613	100 020			2 029 593
	7 - 8 meses	16 717 687	586 959			16 130 729
	8 - 9 meses	23 053 507	100 807			22 952 699
	9 - 10 meses	6 362 290	421 521			5 940 769
	10 - 11 meses	2 967 930	1 725			2 966 206
	11 - 12 meses	12 224 080	5 377			12 218 704
		282 415 629	137 470 814			1 656 904

Impacto acumulado dos Instrumentos sensíveis à taxa de juros até um ano :	1 656 904
Margem de Juros :	70 721 085
Impacto acumulado dos Instrumentos sensíveis à Taxa de Juros até um ano em percentagem da MJ :	2,34%

MOEDA ESTRANGEIRA (USD)

(milhares de Kwanzas)

31.12.2021	Exposições por Intervalo de Maturidade ou Refixação da Taxa - Impacto na Situação Líquida					
	Moeda Estrangeira (USD)					
	Banda	Activos (+)	Passivos (-)	Elementos Extra-Patrimoniais		Posição (+/-)
				(+)	(-)	
	à vista - 1 mês	83 852 204	19 494 318			64 357 885
	1 - 3 meses	-	17 153 498			(17 153 498)
	3 - 6 meses	-	2 636 545			(2 636 545)
	6 - 12 meses	35 204 932	783 575			34 421 357
	1 - 2 anos	-	-			-
	2 - 3 anos	-	-			-
	3 - 4 anos	-	-			-
	4 - 5 anos	-	-			-
	5 - 7 anos	-	-			-
	7 - 10 anos	-	-			-
	10 - 15 anos	-	-			-
	15 - 20 anos	-	-			-
	> 20 anos	-	-			-
						469 837
		119 057 135	40 067 936			78 989 199

Impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juros :	469 837
Fundos Próprios Regulamentares :	189 364 224
Impacto no Valor Económico / Fundos Próprios Regulamentares :	0,25%

(milhares de Kwanzas)

31.12.2021	Exposições por Intervalo de Maturidade ou Refixação da Taxa - Impacto na Margem de Juros					
	Moeda Estrangeira (USD)					
	Banda	Activos (+)	Passivos (-)	Elementos Extra-Patrimoniais	Posição (+/-)	Factor de Ponderação (F)
				(+) (-)		
	à vista	-	-	-	2%	-
	à vista - 1 mês	83 852 204	19 494 318	64 357 885	2%	1 235 671
	1 - 2 meses	-	17 152 136	(17 152 136)	2%	(300 162)
	2 - 3 meses	-	1 362	(1 362)	2%	(22)
	3 - 4 meses	-	-	-	1%	-
	4 - 5 meses	-	13 897	(13 897)	1%	(174)
	5 - 6 meses	-	2 622 648	(2 622 648)	1%	(28 325)
	6 - 7 meses	-	333 488	(333 488)	1%	(3 068)
	7 - 8 meses	-	355 117	(355 117)	1%	(2 663)
	8 - 9 meses	-	-	-	1%	-
	9 - 10 meses	-	611	(611)	0%	(3)
	10 - 11 meses	-	-	-	0%	-
	11 - 12 meses	35 204 932	94 358	35 110 573	0%	28 088
		119 057 135	40 067 936			929 342
Impacto acumulado dos Instrumentos sensíveis à taxa de juros até um ano :						929 342
Margem de Juros :						1 765 106
Impacto acumulado dos Instrumentos sensíveis à Taxa de Juros até um ano em percentagem da MJ :						52,65%

Segundo as tabelas acima, é possível constatar que nos dois períodos, nomeadamente 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, o impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juro nos fundos próprios regulamentares do Banco esteve dentro do limite de 20% tanto em moeda nacional como em moeda estrangeira, neste caso o dólar americano (que continua a ser a única moeda estrangeira cujos elementos expostos ao risco de taxa de juro representam mais de 5% da carteira bancária tal como verificado no exercício passado).

Para além do requisito de reporte de risco de taxa de juro na carteira bancária ao Banco Nacional de Angola, o Banco deve também reportar, ao ALCO local e do Grupo, métricas internas de risco de taxa de juro na carteira bancária e para efeitos de consolidação por parte do Grupo Standard Bank, o Banco deve reportar o risco de taxa de juro de acordo com os requisitos do regulador sul-africano (SARB) que tem Basileia III como base.

De acordo com os requisitos do regulador sul-africano, os fluxos de caixa esperados dos activos e passivos são agrupados na respectiva banda temporal tendo em conta a data de refixação (para os instrumentos de taxa variável) ou maturidade contratual (para os instrumentos de taxa fixa) e isto permite determinar os gaps de taxa de juro para cada uma das bandas temporais. Esta análise é efectuada de forma consolidada tendo em conta o balanço total do Banco sendo que não há necessidade de se efectuar uma análise separada por moeda.

Os quadros seguintes reflectem os gaps de taxa de juro reportados ao Grupo Standard Bank para efeitos de consolidação junto ao regulador sul-africano (SARB), com referência aos períodos de 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021:

(milhares de Kwanzas)

Junho 2022	Datas de refixação / Datas de maturidade								Total
	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	
Activos	604 062 936	128 947 314	39 483 136	18 841 581	38 745 673	7 373 875	363 249	226 357 384	1 064 175 148
Passivos e Fundos Próprios	254 402 588	7 321 709	13 199 920	3 611 739	-	-	128 416	785 510 777	1 064 175 148
Exposição líquida	349 660 348	121 625 606	26 283 217	15 229 842	38 745 673	7 373 875	234 833	(559 153 393)	-

(milhares de Kwanzas)

Dezembro 2021	Datas de refixação / Datas de maturidade								Total
	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	
Activos	651 001 195	25 113 894	43 735 599	25 062 726	11 984 191	-	-	211 376 294	968 273 900
Passivos e Fundos Próprios	319 601 094	35 751 252	7 747 499	4 971	28 472	-	-	605 140 612	968 273 900
Exposição líquida	331 400 100	(10 637 358)	35 988 101	25 057 755	11 955 719	-	-	(393 764 317)	-

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de activos e passivos financeiros do Banco, para o exercício findo a 30 de Junho de 2022 e 2021, bem como os respectivos saldos médios e os proveitos e custos do exercício:

(milhares de Kwanzas)

	30.06.2022			30.06.2021		
	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média
Aplicações						
Crédito a clientes	198 151 381	16 442 899	8%	151 815 664	11 194 000	7%
Disponibilidades	245 742 448	81 425	0%	275 109 289	56 790	0%
Carteira de Títulos	238 842 690	25 426 164	11%	244 002 330	28 263 955	12%
Aplicações interbancárias	140 066 972	9 728 277	7%	46 889 080	1 974 288	4%
Total Aplicações	822 803 491	51 678 765		717 816 363	41 489 033	
Recursos						
Depósitos de clientes	653 059 128	11 005 771	2%	599 476 499	5 251 380	1%
Outros recursos	17 543 179	635 876	4%	23 299 964	972 267	4%
Total Recursos	670 602 307	11 641 647		622 776 463	6 223 647	
Margem Financeira		40 037 118			35 265 386	

A repartição dos activos e passivos, a 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, por moeda, é analisado como segue:

(milhares de Kwanzas)

	30.06.2022					31.12.2021				
	Kwanzas	USD	EUR	Outros	Total	Kwanzas	USD	EUR	Outros	Total
Activo										
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	30 195 683	82 383 279	638 362	47 386	113 264 710	40 748 618	78 396 421	405 551	77 894	119 628 484
Disponibilidades em outras instituições de crédito	8 027	70 737 030	15 270 708	2 608 350	88 624 115	72 373	66 398 165	22 137 626	3 969 398	92 577 562
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	225 743 577	12 846 501	-	1 316 858	239 906 936	120 395 870	66 588 184	-	-	186 984 054
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	2 527 515	-	-	-	2 527 515	181 656	-	-	-	181 656
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	184 626 023	-	-	-	184 626 023	162 789 363	-	-	-	162 789 363
Investimentos ao custo amortizado	66 173 957	26 987 576	-	-	93 161 533	56 983 473	34 723 024	-	-	91 706 497
Crédito a clientes	242 528 767	31 190 054	35 015	-	273 753 836	208 421 022	17 129 222	8 605 576	18 333	234 174 153
Outros activos tangíveis	42 438 383	-	-	-	42 438 383	43 199 753	-	-	-	43 199 753
Activos intangíveis	9 974 154	-	-	-	9 974 154	8 674 748	-	-	-	8 674 748
Activos por impostos correntes	892 277	-	-	-	892 277	892 277	-	-	-	892 277
Activos por impostos diferidos	7 654 664	-	-	-	7 654 664	5 588 505	-	-	-	5 588 505
Outros activos	5 941 660	852 919	641 797	28 184	7 464 560	21 501 812	2 899 181	(2 550 699)	26 554	21 876 848
Total de activo	818 704 687	224 997 359	16 585 882	4 000 778	1 064 288 706	669 449 470	266 134 197	28 598 054	4 092 179	968 273 900
Passivo										
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	(21 363 330)	(7 019)	-	-	(21 370 349)	(1 262 083)	(21 196 604)	(4 048 717)	(16 765)	(26 524 169)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(550 473 187)	(212 345 814)	(16 509 136)	(489 737)	(779 817 874)	(433 808 094)	(221 967 501)	(21 834 851)	(647 087)	(678 257 533)
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	(5)	-	-	-	(5)	-	-	-	-	-
Provisões	(4 182 158)	(6 838)	(12 666)	(79)	(4 201 741)	(3 273 212)	(13 125)	(1 408)	(4)	(3 287 749)
Passivos por impostos correntes	(1 950 642)	(33 855)	-	-	(1 984 497)	(17 474 432)	(43 878)	-	-	(17 518 310)
Passivos por impostos diferidos	(9 238 725)	-	-	-	(9 238 725)	(524 756)	-	-	-	(524 756)
Passivos subordinados	-	(12 901 519)	-	-	(12 901 519)	-	(16 704 348)	-	-	(16 704 348)
Outros passivos	(60 847 503)	(2 294 642)	(507 296)	(3 454 982)	(67 104 423)	(32 554 387)	(9 392 460)	(10 417 303)	(3 607 223)	(55 971 373)
Total do passivo	(648 055 550)	(227 589 687)	(17 029 098)	(3 944 798)	(896 619 133)	(488 896 964)	(269 317 916)	(36 302 279)	(4 271 079)	(798 788 238)
Activo/(Passivo) líquido	170 649 137	(2 592 328)	(443 216)	55 980	167 669 573	180 552 506	(3 183 719)	(7 704 225)	(178 900)	169 485 662

Em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, a rubrica de Activos financeiros ao justo valor através de resultados e a rubrica Recursos de Clientes e outros empréstimos apresentam na coluna USD, respectivamente, os títulos em Kwanzas indexados a Dólares Norte Americanos e os depósitos em Kwanzas indexados a Dólares Norte Americanos.

RISCO DE LIQUIDEZ

O Banco reporta o risco de liquidez ao Banco Nacional de Angola de acordo com o Instrutivo N.º 14/2021 publicado em 27 de Setembro de 2021. Segundo o referido instrutivo, as instituições financeiras devem remeter ao Banco Nacional de Angola informação individual sobre a distribuição

das suas posições do balanço e extrapatrimoniais por bandas temporais através de mapas de liquidez devidamente preenchidos e com os cálculos do rácio de liquidez e de observação.

Deste modo, as instituições financeiras devem remeter, em base individual, os seguintes mapas de liquidez:

- Mapa considerando apenas os fluxos de caixa em todas as moedas;
- Mapa considerando apenas os fluxos de caixa em moeda nacional; e
- Mapa considerando os fluxos de caixa em moedas estrangeiras significativas para as instituições, de forma individual. Uma moeda estrangeira deve ser considerada significativa quando o passivo denominado nesta moeda exceder 5% do total do passivo da instituição.

De acordo com o referido instrutivo, as instituições financeiras devem manter os rácios de liquidez e de observação em todas as moedas e em moeda nacional não inferiores a 110% e, rácio de liquidez e observação em moeda estrangeira significativa não inferiores a 160%.

Os mapas de liquidez em moeda nacional e estrangeira devem ser submetidos ao Banco Nacional de Angola com uma periodicidade

quinzenal enquanto o mapa de liquidez que considera os fluxos de caixa em todas as moedas deve ser submetido mensalmente àquela instituição.

O Standard Bank de Angola reportou os rácio de liquidez e de observação referente a 30 de Junho 2022 ao Banco Nacional de Angola como segue:

TODAS AS MOEDAS

Rácio de Liquidez e Observação (BNA) Todas as moedas			
	Junho 2022	31 Days	1-3 months
Total activos líquidos		217 448 821	
Valores em tesouraria		14 134 842	
Disponibilidades em bancos centrais		99 129 867	
Activos elegíveis como garantia em operações de crédito do BNA		15 580 060	
Disponibilidades em instituições financeiras		88 604 052	
Total saída de fluxo de caixa		211 783 157	52 304 449
Depósitos à ordem		182 855 383	-
Depósitos a prazo		15 859 845	50 732 155
Outros depósitos		11 479 337	-
Compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros		-	1 572 294
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com instituições financeiras bancárias		1 588 592	-
Total entrada de fluxo de caixa		122 288 619	118 484 155
Créditos		12 504 452	5 972 231
Títulos e valores mobiliários		-	38 036 035
Operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda		109 784 167	112 511 924
Desfasamento		127 954 283	194 133 990
Desfasamento acumulado		127 954 283	194 133 990
Rácio de liquidez		243%	
Rácios de observação			471%

MOEDA NACIONAL

Rácio de Liquidez e Observação (BNA) Moeda Nacional			
	Junho 2022	31 Days	1-3 months
Total activos líquidos		45 775 744	
Valores em tesouraria		10 218 001	
Disponibilidades em bancos centrais		19 977 683	
Activos elegíveis como garantia em operações de crédito do BNA		15 580 060	
Disponibilidades em instituições financeiras		-	
Total saída de fluxo de caixa		143 965 328	50 399 065
Depósitos à ordem		121 380 207	-
Depósitos a prazo		10 419 723	48 868 323
Outros depósitos		10 576 805	-
Compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros		-	1 530 742
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com instituições financeiras bancárias		1 588 592	-
Total entrada de fluxo de caixa		113 937 027	117 831 528
Créditos		4 152 860	5 319 603
Títulos e valores mobiliários		-	38 036 035
Operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda		109 784 167	112 511 924
Desfasamento		15 747 444	83 179 906
Desfasamento acumulado		15 747 444	83 179 906
Rácio de liquidez		127%	
Rácios de observação			265%

MOEDA ESTRANGEIRA (USD)

Rácio de Liquidez e Observação (BNA) Moeda Estrangeira (USD)			
	Junho 2022	31 Days	1-3 months
Total activos líquidos		153 108 095	
Valores em tesouraria		3 231 094	
Disponibilidades em bancos centrais		79 152 184	
Activos elegíveis como garantia em operações de crédito do BNA		-	
Disponibilidades em instituições financeiras		70 724 817	
Títulos e valores mobiliários		-	
Total saída de fluxo de caixa		61 319 057	1 866 826
Depósitos à ordem		55 038 006	-
Depósitos a prazo		5 440 122	1 863 832
Outros depósitos		840 929	-
Compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros		-	2 994
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com instituições financeiras bancárias		-	
Total entrada de fluxo de caixa		119 270	652 628
Créditos		119 270	652 628
Títulos e valores mobiliários		-	-
Operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda			
Desfasamento		91 908 309	90 694 110
Desfasamento acumulado		91 908 309	90 694 110
Rácio de liquidez		250%	
Rácios de observação			4958%

Por sua vez, os rácio de liquidez e de observação do Standard Bank de Angola referente a 31 de Dezembro de 2021 foi reportado ao Banco Nacional de Angola como segue:

TODAS AS MOEDAS

Rácio de Liquidez e Observação (BNA) Todas as moedas			
Dezembro 2021	31 Days	1-3 months	
Total activos líquidos	322 194 108		
Valores em tesouraria	13 335 802		
Disponibilidades em bancos centrais	107 241 000		
Activos elegíveis como garantia em operações de crédito do BNA	104 869 000		
Disponibilidades em instituições financeiras	92 507 375		
Títulos e valores mobiliários	4 240 931		
Total saída de fluxo de caixa	217 094 520	24 162 432	
Depósitos à ordem	171 793 783	-	
Depósitos a prazo	27 462 238	22 717 572	
Outros depósitos	17 451 285	-	
Compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros	387 214	1 444 860	
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com instituições financeiras bancárias	-		
Total entrada de fluxo de caixa	19 295 807	97 153 384	
Créditos	4 933 537	11 088 750	
Operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda	14 362 270	86 064 634	
Desfasamento	124 395 395	197 386 347	
Desfasamento acumulado	124 395 395	197 386 347	
Rácio de liquidez	163%		
Rácios de observação		917%	

MOEDA NACIONAL

Rácio de Liquidez e Observação (BNA) Moeda Nacional		
Dezembro 2021	31 Days	1-3 months
Total activos líquidos	150 819 600	
Valores em tesouraria	9 305 158	
Disponibilidades em bancos centrais	32 404 511	
Activos elegíveis como garantia em operações de crédito do BNA	104 869 000	
Disponibilidades em instituições financeiras	-	
Títulos e valores mobiliários	4 240 931	
Total saída de fluxo de caixa	135 180 131	24 040 485
Depósitos à ordem	99 707 161	-
Depósitos a prazo	19 826 267	22 672 657
Outros depósitos	15 259 490	-
Compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros	387 214	1 367 828
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com instituições financeiras bancárias	-	-
Total entrada de fluxo de caixa	19 295 806	96 686 974
Créditos	4 933 537	10 622 340
Operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda	14 362 270	86 064 634
Desfasamento	34 935 274	107 581 763
Desfasamento acumulado	34 935 274	107 581 763
Rácio de liquidez	130%	
Rátios de observação		548%

MOEDA ESTRANGEIRA (USD)

Rácio de Liquidez e Observação (BNA) Moeda Estrangeira (USD)			
	Dezembro 2021	31 Days	1-3 months
Total activos líquidos		144 622 873	
Valores em tesouraria		3 551 729	
Disponibilidades em bancos centrais		74 836 368	
Activos elegíveis como garantia em operações de crédito do BNA		-	
Disponibilidades em instituições financeiras		66 234 776	
Títulos e valores mobiliários		-	
Total saída de fluxo de caixa		73 356 055	121 946
Depósitos à ordem		63 620 147	-
Depósitos a prazo		7 635 971	44 915
Outros depósitos		2 099 936	-
Compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros		-	77 031
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com instituições financeiras bancárias		-	
Total entrada de fluxo de caixa		156 941	466 410
Créditos		156 941	466 410
Operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda			
Desfasamento		71 423 759	71 768 222
Desfasamento acumulado		71 423 759	71 768 222
Rácio de liquidez		198%	
Rátios de observação			58952%

De acordo com as tabelas acima consegue verificar-se que o Banco tem cumprido com o limite mínimo do referido rácio de Liquidez e de observação, tendo os submetidos todos ao Banco Nacional de Angola por via email tal como orientado pelo Regulador em virtude de a plataforma do Sistema de Supervisão das Instituições Financeira (SSIF) estar em desenvolvimento para acomodar as

alterações implementadas pelo novo instrutivo do rácio de liquidez.

Para além de reportar os rácios que traduzem o risco de liquidez ao Banco Nacional de Angola, o Standard Bank de Angola, deve também fazer uma avaliação do risco de liquidez usando métricas internas definidas pelo Comité de Activos e

Passivos (ALCO) que também estabelece limites de tolerância e alertas de apetência ao risco para cada uma dessas métricas. Este controlo é reforçado com a execução mensal de análises de sensibilidade, com o objectivo de caracterizar o perfil de risco do Banco e assegurar que as suas obrigações num cenário de crise de liquidez são cumpridas.

O controlo dos níveis de liquidez tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. O risco de liquidez é monitorizado diariamente, sendo elaborados diversos relatórios, para efeitos de controlo e para acompanhamento e apoio à tomada de decisão pelo Comité de Activos e Passivos (ALCO).

Sem prejuízo das medidas de risco de liquidez reportadas ao Banco Nacional de Angola e das medidas internas reportadas ao Comité de Activos e Passivos (ALCO) local e ao do Grupo, o

Banco deve também, para efeitos de consolidação por parte do Grupo Standard Bank, reportar as medidas de risco de liquidez de acordo com os requisitos do regulador sul-africano (SARB), que tem como base Basileia III.

O relatório de risco de liquidez com base nos requisitos do regulador sul-africano inclui duas secções referentes ao risco de liquidez, nomeadamente a secção que reflecte os gaps estruturais de liquidez do Banco de acordo com as abordagens contratual e comportamental; e a secção onde é apresentado o rácio de liquidez (LCR) consolidado do Banco.

A avaliação da situação de liquidez com base nos gaps estruturais de liquidez é efectuada, em particular, com base nos fluxos de caixa futuros estimados para vários horizontes temporais, tendo em conta o balanço do Banco, determinando-se assim o gap de liquidez acumulado para vários horizontes temporais.

Em 30 de Junho 2022 e 31 de Dezembro de 2021, o gap contratual de liquidez do Banco de acordo com as regras do regulador sul-africano (SARB) apresentava a seguinte estrutura:

(milhares de Kwanzas)

Junho 2022	Prazos residuais contratuais						Total
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 2 meses	Entre 2 a 3 meses	Mais de 3 meses	Não Contratual	
Activos	179 220 071	131 917 529	108 932 659	76 268 062	512 187 187	55 763 198	1 064 288 706
Passivos e Fundos Próprios	589 385 213	54 523 127	70 592 436	71 055 329	98 100 721	180 631 879	1 064 288 706
Gap de liquidez	(410 165 142)	77 394 402	38 340 223	5 212 732	414 086 466	(124 868 681)	-
Gap acumulado de liquidez	(410 165 142)	(332 770 740)	(294 430 517)	(289 217 785)	124 868 681	-	-

(milhares de Kwanzas)

Dezembro 2021	Prazos residuais contratuais						Total
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 2 meses	Entre 2 a 3 meses	Mais de 3 meses	Não Contratual	
Activos	174 798 771	104 693 688	52 672 563	79 228 292	480 472 578	76 408 008	968 273 900
Passivos e Fundos Próprios	556 940 514	53 118 824	3 465 669	132 333 855	31 922 712	190 492 326	968 273 900
Gap de liquidez	(382 141 743)	51 574 864	49 206 894	(53 105 564)	448 549 866	(114 084 318)	-
Gap acumulado de liquidez	(382 141 743)	(330 566 879)	(281 359 985)	(334 465 548)	114 084 318	-	-

Por sua vez, os gaps comportamentais de liquidez de acordo com as regras do regulador sul-africano (SARB) a 30 de Junho 2022 e 31 de Dezembro de 2021 apresentavam a seguinte estrutura:

(milhares de Kwanzas)

junho 2022	Gaps comportamentais de liquidez						
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 2 meses	Entre 2 a 3 meses	Mais de 3 meses	Não Contratual	Total
Activos	349 729 122	140 669 740	112 242 195	70 619 747	335 264 705	55 763 198	1 064 288 706
Passivos e Fundos Próprios	44 742 618	128 642 860	109 215 257	100 546 266	500 509 826	180 631 879	1 064 288 706
Gap de liquidez	304 986 503	12 026 880	3 026 938	(29 926 519)	(165 245 121)	(124 868 681)	-
Gap acumulado de liquidez	304 986 503	317 013 383	320 040 321	290 113 802	124 868 681	-	-

(milhares de Kwanzas)

dezembro 2022	Gaps comportamentais de liquidez						
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 2 meses	Entre 2 a 3 meses	Mais de 3 meses	Não Contratual	Total
Activos	262 700 192	131 094 863	61 391 146	123 093 815	320 342 084	69 651 800	968 273 900
Passivos e Fundos Próprios	47 499 481	122 823 262	39 753 204	160 041 714	390 410 379	207 745 860	968 273 900
Gap de liquidez	215 200 711	8 271 602	21 637 941	(36 947 898)	(70 068 295)	(138 094 060)	-
Gap acumulado de liquidez	215 200 711	223 472 312	245 110 254	208 162 356	138 094 060	-	-

Após análise das tabelas acima pode-se constatar que os gaps comportamentais são mais favoráveis que os gaps contratuais sendo que isto deve-se à forma que os perfis de maturidade dos activos e passivos são definidos em ambas as abordagens. A abordagem contratual classifica todos os depósitos não contratuais, tal como as contas a

ordem e poupança, na faixa temporal à vista e a abordagem comportamental tem em consideração a estabilidade destes depósitos não contratuais para definir o seu perfil de maturidade através de uma análise de volatilidade dos mesmos, com base num modelo estatístico.

(milhares de Kwanzas)

Detalhe dos instrumentos financeiros por exposição ao risco de taxa de juro					
Junho 2022	Exposição a		Não Sujeito a risco de taxa de Juros	Derivados	Total
	Taxa Fixa	Taxa Variavel			
Activos					
Disponibilidades em Bancos Centrais			113 264 710		113 264 710
Disponibilidades em Intituições Financeiras	225 759 395	63 892 033	38 879 622		328 531 051
Crédito a clientes		273 753 836			273 753 836
Títulos	280 315 071				280 315 071
Outros Activos	-	-	68 424 038		68 424 038
Total	506 074 466	337 645 869	220 568 370	-	1 064 288 706
Passivos					
Depósitos a Ordem			(596 155 076)		(596 155 076)
Depósitos a Prazo		(205 033 147)			(205 033 147)
Dívida Subordinada		(12 901 518)			(12 901 518)
Responsabilidade representada por títulos	-				-
Outors Passivos			(82 529 391)		(82 529 391)
Fundos Próprios	-	-	(167 669 574)		(167 669 574)
Total	-	(217 934 665)	(846 354 041)	-	(1 064 288 706)

(Milhares de Kwanzas)

Detalhe dos instrumentos financeiros por exposição ao risco de taxa de juro					
Dezembro 2021	Exposição a		Não Sujeito a risco de taxa de Juros	Derivados	Total
	Taxa Fixa	Taxa Variavel			
Activos					
Disponibilidades em Bancos Centrais			119 628 484		119 628 484
Disponibilidades em Intituições Financeiras	120 395 870	80 227 103	78 938 641		279 561 614
Crédito a clientes		234 174 154			234 174 154
Títulos	254 677 516				254 677 516
Outros Activos	-	-	80 232 132		80 232 132
Total	375 073 386	314 401 257	278 799 257	-	968 273 900
Passivos					
Depósitos a Ordem			(551 804 314)		(551 804 314)
Depósitos a Prazo		(152 977 388)			(152 977 388)
Dívida Subordinada		(16 704 348)			(16 704 348)
Responsabilidade representada por títulos	-				-
Outors Passivos			(72 868 411)		(72 868 411)
Fundos Próprios	-	-	(173 919 439)		(173 919 439)
Total	-	(169 681 736)	(798 592 164)	-	(968 273 900)

(Milhares de Kwanzas)

Totalidade dos fluxos de caixa contratuais										
30 junho 2022	Prazos residuais contratuais									
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 Ano	Entre 1 a 3 Anos	Entre 3 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Não Contratual	Total
Activos										
Disponibilidades em Bancos Centrais	62 805 803	-	-	-	-	50 458 907	-	-	-	113 264 710
Disponibilidades em Intuições Financeiras	92 025 682	109 905 122	122 834 833	3 765 414	-	-	-	-	-	328 531 051
Crédito a Clientes	24 379 500	5 840 160	23 900 488	39 300 277	35 753 616	106 914 652	38 070 691	5 838 467	(6 244 015)	273 753 836
Títulos	-	16 170 569	38 482 055	24 808 448	67 462 637	118 500 750	14 890 612	-	-	280 315 071
Outros Activos	3 029	-	-	996 163	113 311	4 131	5 300 191	-	62 007 213	68 424 038
Total Activos	179 214 014	131 915 851	185 217 376	68 870 302	103 329 564	275 878 440	58 261 494	5 838 467	55 763 198	1 064 288 706
Passivos e Fundos Próprios										
Depósitos a Ordem	(596 155 076)	-	-	-	-	-	-	-	-	(596 155 076)
Depósitos a Prazo	(264 679)	(41 171 385)	(132 317 659)	(17 199 211)	(14 063 194)	(7 019)	-	-	(10 000)	(205 033 147)
Dívida Subordinada	-	-	-	-	-	-	-	(12 901 518)	-	(12 901 518)
Responsabilidade representada por títulos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Passivos	(6 747 219)	(13 351 019)	(9 328 339)	(12 343 096)	(3 627 797)	(18 472 103)	-	(5 707 513)	(12 952 305)	(82 529 391)
Fundos Próprios	-	-	-	-	-	-	-	-	(167 669 574)	(167 669 574)
Total Passivos e Fundos Próprios	(603 166 974)	(54 522 404)	(141 645 998)	(29 542 307)	(17 690 991)	(18 479 122)	-	(18 609 031)	(180 631 879)	(1 064 288 706)
Gap de liquidez	(423 952 960)	77 393 447	43 571 378	39 327 995	85 638 573	257 399 318	58 261 494	(12 770 564)	(124 868 681)	-
Gap acumulado de liquidez	(423 952 960)	(346 559 513)	(302 988 135)	(263 660 140)	(178 021 567)	79 377 751	137 639 245	124 868 681	-	-

(Milhares de Kwanzas)

Totalidade dos fluxos de caixa contratuais										
31 dezembro 2021	Prazos residuais contratuais									
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 Ano	Entre 1 a 3 Anos	Entre 3 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Não Contratual	Total
Activos										
Disponibilidades em Bancos Centrais	56 076 359	-	-	-	-	63 552 125	-	-	-	119 628 484
Disponibilidades em Intuições Financeiras	93 956 799	90 647 247	94 957 570	-	-	-	-	-	-	279 561 616
Crédito a Clientes	29 983 459	5 811 704	22 136 412	36 767 020	26 218 349	78 137 293	27 739 659	13 134 274	(5 754 016)	234 174 154
Títulos	-	8 234 737	14 806 871	33 110 705	59 266 191	135 673 106	3 585 906	-	-	254 677 516
Outros Activos	536 170	-	-	-	-	-	3 889 758	(601 808)	76 408 012	80 232 132
	180 552 787	104 693 688	131 900 853	69 877 725	85 484 540	277 362 524	35 215 323	12 532 466	70 653 996	968 273 902
Passivos e Fundos Próprios										
Depósitos a Ordem	(551 804 314)	-	-	-	-	-	-	-	-	(551 804 314)
Depósitos a Prazo	(77 596)	(24 770 772)	(126 741 660)	(1 387 360)	-	-	-	-	-	(152 977 388)
Dívida Subordinada	-	-	-	-	-	-	-	(16 704 348)	-	(16 704 348)
Responsabilidade representada por títulos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Passivos	(5 058 604)	(28 348 052)	(9 057 863)	(4 337 248)	(6 085 987)	(3 398 610)	(2 169)	(6 990)	(16 572 888)	(72 868 411)
Fundos Próprios	-	-	-	-	-	-	-	-	(173 919 439)	(173 919 439)
	(556 940 514)	(53 118 824)	(135 799 523)	(5 724 608)	(6 085 987)	(3 398 610)	(2 169)	(16 711 338)	(190 492 327)	(968 273 900)
Gap de liquidez	(376 387 727)	51 574 864	(3 898 670)	64 153 117	79 398 553	273 963 914	35 213 154	(4 178 872)	(119 838 331)	2
Gap acumulado de liquidez	(376 387 727)	(324 812 863)	(328 711 533)	(264 558 416)	(185 159 863)	88 804 051	124 017 205	119 838 333	2	-

(Milhares de Kwanzas)

Detalhe dos instrumentos financeiros com exposição ao risco de taxa de juro em função da data de maturidade ou de refixação										
30 junho 2022	Datas de refixação / Datas de Maturidade									
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 Ano	Entre 1 a 3 Anos	Entre 3 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Não Contratual	Total
Activos										
Crédito a Bancos	92 025 682	109 905 122	122 834 833	3 765 414	-	-	-	-	-	328 531 051
Crédito a Clientes	24 379 500	5 840 160	23 900 488	39 300 277	35 753 616	106 914 652	38 070 691	5 838 467	(6 244 015)	273 753 836
Títulos	-	16 170 569	38 482 055	24 808 448	67 462 637	118 500 750	14 890 612	-	-	280 315 071
Total Activos	116 405 182	131 915 851	185 217 376	67 874 139	103 216 253	225 415 402	52 961 303	5 838 467	(6 244 015)	882 599 958
Passivos										
Depósitos a Ordem										
Depósitos a Prazo	(264 679)	(41 171 385)	(132 317 659)	(17 199 211)	(14 063 194)	(7 019)	-	-	(10 000)	(205 033 147)
Dívida Subordinada	-	-	-	-	-	-	-	(12 901 518)	-	(12 901 518)
Responsabilidade representada por títulos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Passivos	(264 679)	(41 171 385)	(132 317 659)	(17 199 211)	(14 063 194)	(7 019)	-	(12 901 518)	(10 000)	(217 934 665)
Exposição Líquida	116 140 503	90 744 466	52 899 717	50 674 928	89 153 059	225 408 383	52 961 303	(7 063 051)	(6 254 015)	664 665 293

(Milhares de Kwanzas)

Detalhe dos instrumentos financeiros com exposição ao risco de taxa de juro em função da data de maturidade ou de refixação										
31 dezembro 2021	Datas de refixação / Datas de Maturidade									
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 Ano	Entre 1 a 3 Anos	Entre 3 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Não Contratual	Total
Activos										
Crédito a Bancos	93 956 799	90 647 247	94 957 570	-	-	-	-	-	-	279 561 616
Crédito a Clientes	29 983 459	5 811 704	22 136 412	36 767 020	26 218 349	78 137 293	27 739 659	13 134 274	(5 754 016)	234 174 154
Títulos	-	8 234 737	14 806 871	33 110 705	59 266 191	135 673 106	3 585 906	-	-	254 677 516
Total Activos	123 940 258	104 693 688	131 900 853	69 877 725	85 484 540	213 810 399	31 325 565	13 134 274	(5 754 016)	768 413 286
Passivos										
Depósitos a Ordem										
Depósitos a Prazo	(77 596)	(24 770 772)	(126 741 660)	(1 387 360)	-	-	-	-	-	(152 977 388)
Dívida Subordinada	-	-	-	-	-	-	-	(16 704 348)	-	(16 704 348)
Responsabilidade representada por títulos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Passivos	(77 596)	(24 770 772)	(126 741 660)	(1 387 360)	-	-	-	(16 704 348)	-	(169 681 736)
Exposição Líquida	123 862 662	79 922 916	5 159 193	68 490 365	85 484 540	213 810 399	31 325 565	(3 570 074)	(5 754 016)	598 731 550

GESTÃO DE CAPITAL E RÁCIO DE FUNDOS PRÓPRIOS REGULAMENTARES

O primeiro semestre de 2022 foi marcado pela entrada em vigor do novo pacote regulamentar sobre Requisitos Prudenciais, definidos pelo Aviso N° 8/2021, de 18 de Junho, alterando a metodologia de cálculo do Rácio de Fundos Próprios. Deste modo, o requisito mínimo regulamentar é de 8%, menos 2 pontos percentuais em relação ao limite definido na legislação revogada.

Os Fundos Próprios Regulamentares, conforme o Instrutivo n° 19/2021, incluem:

1. Fundos Próprios Principais de Nível 1 – compreendem dentre outros (i) o Capital Social realizado; (ii) resultados transitados de exercícios anteriores; (iii) reservas legais, estatutárias e outras reservas provenientes de resultados não distribuídos, ou constituídas para o aumento de capital, (iv) resultado líquido do exercício em curso (v) Imobilizações incorpóreas líquidas das amortizações; (vi) Activos por impostos diferidos que dependam de rendibilidade futura.
2. Fundos Próprios Adicionais de Nível 1 – Compreendem (i) Acções preferenciais ; (ii) Instrumentos híbridos e/ou convertíveis; (iii) Outros instrumentos de Fundos Próprios Adicionais de Nível 1 aprovados pelo BNA.
3. Fundos Próprios de Nível 2 – Compreendem dentre outros: (i) Acções preferenciais remíveis; (iii) Outros instrumentos de Fundos Próprios de Nível 2 cujas condições de emissão foram

previamente aprovadas pelo Banco Nacional de Angola, Reservas provenientes da reavaliação dos imóveis de uso próprio.

Para o apuramento dos Requisitos de Fundos Próprios, em primeira instância, é evidenciado o Risco de Crédito e Risco de Crédito de Contraparte (Instrutivo n.º 03/2021); a posterior o Risco de Mercado (Instrutivo n.º 16/21); o Risco Operacional (Instrutivo n.º 13/21); Risco de Ajustamento de Avaliação de Crédito (Instrutivo n.º 18/21); e por último o Risco de Liquidação e Transacções Incompletas (Instrutivo n.º 17/21). Os Activos Ponderados pelo Risco (RWAs), consubstanciam-se na ponderação dos resultados de cada requisito por 12.5. Apurados os componentes do Rácio, depreende-se que por cada 12.5 unidades de RWAs o Banco aloca no mínimo uma unidade Capital.

Caso haja excesso nos Limites Prudenciais aos Grandes Riscos (Instrutivo n° 19/2021), serão acrescidos aos Requisitos Mínimos de Fundos Próprios.

O Rácio de Alavancagem (Instrutivo N°20/2021), fornece uma interpretação alternativa aos Fundos Próprios, por sua vez relacionando os Fundos Próprios de nível 1 e a Exposição total.

Um sumário do rácio de fundos próprios do Banco para 30 de Junho de 2022, 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 apresenta-se como segue:

		(milhares de Kwanzas)		
		30.06.2022	31.12.2021*	31.12.2020*
Risco de crédito e risco de crédito de contraparte	A	27 512 109	31 674 442	24 338 117
Risco mercado e risco de crédito de contraparte na carteira de negociação	B	10 817	445 132	2 416 734
Risco operacional	C	13 704 348	10 252 746	7 781 371
Risco de Liquidação/Entrega	D	-	-	-
Risco de Ajustamento da Avaliação de Crédito (CVA)	E	-	-	-
Excesso aos Limites prudenciais aos grandes riscos	F	-	-	-
Total Requisitos de Fundos Próprios	G = A + B + C + D + E + F	41 227 274	42 372 319	34 536 221
Fundos Próprios				
Fundos Próprios Principais de Nível 1	H	147 360 350	173 623 947	112 711 861
Fundos Próprios Adicionais de Nível 1	I	-	-	-
Fundos Próprios de Nível 2	J	12 901 519	15 740 276	18 589 230
Total Fundos Próprios Regulamentares	K = H + I + J	160 261 869	189 364 223	131 301 091
Exposição Total	L	1 072 824 844	N/A	N/A
Requisitos Mínimos de Fundos Próprios				
FPR	$M = K / (G * 12.5)$	31.1%	44.7%	38.0%
Tier 1	$N = (H + I) / (G * 12.5)$	28.6%	41.0%	32.6%
CET 1	$O = H / (G * 12.5)$	28.6%	41.0%	32.6%
Rácio de Alavancagem	$P = (H + I) / L$	13.7%	N/A	N/A

*Os rácios de fundos próprios regulamentares constantes da tabela acima referente a 31 de Dezembro de 2021 e 2020 foram calculados nos termos do Aviso 02/2016, revogados pelo Aviso 8/2021.

Nota 36 – Reforma dos índices de referência das taxas de juro

As autoridades reguladoras financeiras a nível mundial têm vindo a promover durante os últimos anos o abandono da utilização dos indexantes IBOR e a sua substituição por indexantes sem risco, o que originou a necessidade de uma transição dos indexantes LIBOR para os novos indexantes recomendados pelos grupos de trabalho criados nas diferentes jurisdições.

Esta transição acelerou-se com a comunicação da cessação dos indexantes LIBOR a partir do início de 2022, o que implica que os participantes de mercado passem a utilizar novos indexantes sem risco e alterarem os contratos afetados pela cessação da publicação dos indexantes LIBOR.

O Banco tem adoptado uma postura activa, de forma a identificar e colmatar os riscos inerentes e assegurar uma transição adequada, nomeadamente no que diz respeito a riscos legais e de litigância, decorrentes dos contratos com referência a indexantes que serão descontinuados e à necessidade de alteração de redação, riscos operacionais decorrentes da necessidade de adaptações tecnológicas, de processos e controlo, riscos financeiros e contabilísticos pela utilização e alteração de indexantes, assim como risco reputacional.

O Banco considera a sua exposição a LIBOR como não material, dado o reduzido volume de activos e passivos relacionados com estes indexantes. A LIBOR do USD é o único indexante em termos de exposição.

Para o caso em concreto do Banco, a taxa LIBOR será substituída pela SOFR (Secured Overnight Financing Rate), que tem como base o mercado de recompra dos EUA, no qual o dinheiro é temporariamente trocado por títulos do tesouro americano. A partir de 01 de Janeiro de 2022, todos os novos créditos concedidos em moeda estrangeira (ME) serão contratados com os novos indexantes.

O detalhe dos instrumentos financeiros que ainda não fizeram a transição para uma taxa de juro alternativa sem risco, em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, apresenta-se como segue:

(milhares de kwanzas)

Reforma da IBOR	30.06.2022							
	Exposição Bruta				Exposição que ainda não fez a transição para uma taxa alternativa de juro de referência			
	Activos	Passivos	Extrapatrimonial	Total	Activos	Passivos	Extrapatrimonial	Total
Mensurados ao Custo Amortizado								
Crédito a Clientes	10 227 232	-	-	10 227 232	10 227 232	-	-	10 227 232
Dividia Subordinada (Nota 18)	-	(12 846 258)	-	(12 846 258)	-	(12 846 258)	-	(12 846 258)
Total	10 227 232	(12 846 258)	-	(2 619 026)	10 227 232	(12 846 258)	-	(2 619 026)

(milhares de kwanzas)

Reforma da IBOR	31.12.2021							
	Exposição Bruta				Exposição que ainda não fez a transição para uma taxa alternativa de juro de referência			
	Activos	Passivos	Extrapatrimonial	Total	Activos	Passivos	Extrapatrimonial	Total
Mensurados ao Custo Amortizado								
Crédito a Clientes	17 062 456	-	-	17 062 456	17 062 456	-	-	17 062 456
Dividia Subordinada (Nota 18)	-	(16 649 430)	-	(16 649 430)	-	(16 649 430)	-	(16 649 430)
Total	17 062 456	(16 649 430)	-	413 026	17 062 456	(16 649 430)	-	413 026

Nota 37 – Normas contábilísticas e interpretações recentemente emitidas

1. IMPACTO DA ADOÇÃO DE NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES ÀS NORMAS QUE SE TORNARAM EFETIVAS PARA OS PERÍODOS ANUAIS QUE SE INICIARAM EM 1 DE JANEIRO DE 2022:

a) Covid 19 – Concessões de rendas Alteração à IFRS 16 – em Maio de 2020, o IASB emitiu “Covid-19 – Concessões de rendas”, que alterou a IFRS 16 Locações. Se certas condições se verificarem, a alteração permite que os arrendatários, como um expediente prático, não avaliem se determinadas concessões de renda relacionadas com o Covid-19 são modificações da locação. Em vez disso, os arrendatários que apliquem o expediente prático deverão contabilizar essas concessões de renda como se não fossem modificações da locação, de modo que, por exemplo, o valor da renda perdoado em ou antes de 30 de junho de 2021 é reconhecido no resultado no mesmo ano em que a concessão é concedida, em vez de ser atribuída ao longo da duração do contrato, como seria o caso se o expediente prático não fosse permitido. A alteração deverá ser aplicada para os períodos anuais com início em ou após 1 de junho de 2020. Em 2021, o IASB, estendeu o expediente prático por 12 meses - ou seja, permitindo que os locatários o apliquem a concessões de renda para as quais qualquer redução nos pagamentos da locação afete apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2022. As alterações de 2021 são efetivas para períodos de relatório anuais com início em ou após 1 de abril de 2021. Os locatários podem aplicá-las antecipadamente. As alterações de 2021 são aplicadas retrospectivamente com o efeito cumulativo da aplicação inicial reconhecido

em resultados transitados. Os requisitos de divulgação do Parágrafo 28 (f) 1 da IAS 8 Políticas Contábilísticas, Alterações nas Estimativas Contábilísticas e Erros não se aplicam na aplicação inicial. Estas modificações não tiveram impacto relevante nas demonstrações financeiras do Banco no exercício de 2022.

b) IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 (alterações) ‘Reforma das taxas de juro de referência - fase 2. Em agosto de 2020, o IASB emitiu a Reforma de Referência da Taxa de Juros - Fase 2, que altera a IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações, IFRS 4 Contratos de Seguro e IFRS 16 Locações. O objetivo das alterações é o de ajudar as entidades a fornecer informações úteis aos utilizadores das demonstrações financeiras e apoiar os preparadores na aplicação das Normas IFRS quando são feitas alterações nos fluxos de caixa contratuais ou relações de cobertura, como resultado da transição de uma taxa de referência IBOR para taxas de referência alternativas, no contexto da reforma das taxas sem risco em curso (‘reforma do IBOR’). As alterações são o resultado da segunda fase do projeto do IASB que trata dos impactos contábilísticos da reforma do IBOR, que originou a Reforma do Referencial da Taxa de Juro (Alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7) emitida pelo IASB em 26 de setembro 2019. Elas complementam a primeira fase do projeto que tratou dos impactos contábilísticos de pré-substituição da reforma do IBOR e que foram emitidos pelo IASB em 2019. As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2021. Estas modificações não tiveram impacto relevante nas demonstrações financeiras do Banco no exercício de 2021.

c) Extensão da isenção temporária de aplicação da IFRS 9 (alterações à IFRS 4). O IASB emitiu “Extensão da Isenção Temporária da Aplicação da IFRS 9 (Alterações à IFRS 4)” em 25 de junho de 2020. O objetivo das alterações é estender a data de expiração da isenção temporária da aplicação da IFRS 9 (ou seja, para 2023), a fim de alinhar as datas de vigência da IFRS 9 Instrumentos Financeiros com a IFRS 17 Contratos de Seguro. Estas modificações não tiveram impacto relevante nas demonstrações financeiras do Banco no exercício de 2021.

2. NORMAS (NOVAS E ALTERAÇÕES) PUBLICADAS, CUJA APLICAÇÃO É OBRIGATÓRIA PARA PERÍODOS ANUAIS QUE SE INICIEM EM OU APÓS 30 DE JUNHO DE 2022:

a) Referências à Estrutura Conceptual (alterações à IFRS 3), Em Maio de 2020, o IASB emitiu “Referências à Estrutura Conceptual”, alterando a IFRS 3 Concentração de Negócios. As alterações atualizaram a IFRS 3, substituindo a referência a uma versão antiga da Estrutura Conceptual por uma referência à versão mais recente, que foi emitida em março de 2018. As alterações devem ser aplicadas a concentrações de negócios para as quais a data de aquisição é no ou após o início do primeiro período de relatório anual com início em ou após 1 de janeiro de 2022. A aplicação antecipada é permitida se, ao mesmo tempo ou antes, uma entidade também aplicar todas as alterações feitas em “Alterações às referências à Estrutura Conceptual nas normas IFRS”, emitidas em Março de 2018.

b) Ativos fixos tangíveis - Receitas antes do uso pretendido, alterações à IAS 16 Ativos fixos tangíveis, Em Maio de 2020, o IASB emitiu “Ativos fixos tangíveis - Receitas antes do Uso Pretendido”, que alterou a IAS 16 Ativos fixos tangíveis. As

alterações proíbem a dedução ao custo de um item do ativo fixo tangível, de qualquer receita da venda de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que seja capaz de operar da forma pretendida pela administração. Em vez disso, a entidade deverá reconhecer em resultados essas receitas de vendas. As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2022, com aplicação antecipada permitida..

c) Contratos Onerosos - Custo de cumprir um contrato. Em Maio de 2020, o IASB emitiu “Contratos Onerosos - Custo de cumprir um contrato”, que alterou a IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. O objetivo das alterações é o de esclarecer os requisitos da IAS 37 sobre contratos onerosos no que diz respeito à avaliação se, num contrato, os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato excedem os benefícios económicos que se esperam receber do mesmo. As alterações devem ser aplicadas para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2022, sendo permitida a sua aplicação antecipada.

d) Melhoramentos do ciclo 2018-2020. Em 14 de Maio de 2020, o IASB emitiu melhoramentos às normas IFRS 2018-2020 contendo as seguintes alterações às IFRS's: (a) permitir que uma entidade, enquanto subsidiária, associada ou joint venture, que adota as IFRS pela primeira vez depois da sua controladora e opta por aplicar o parágrafo D16 (a) da IFRS 1 Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relatório Financeiro, possa mensurar as diferenças de conversão cumulativas usando os valores relatados pela controladora, com base na respetiva data de transição para as IFRS; (b) esclarecer que a referência às taxas no teste de 10 por cento inclui apenas taxas pagas ou

recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro (IFRS 9); (c) remover a confusão potencial em relação ao tratamento de incentivos de locação aplicando a IFRS 16 Locações, conforme ilustrado no Exemplo Ilustrativo 13 que acompanha a IFRS 16; (d) remover o requisito do parágrafo 22 da IAS 41 Agricultura para que as entidades excluam fluxos de caixa para tributação ao mensurar o justo valor aplicando a IAS 41. As alterações serão aplicadas para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2022, com aplicação antecipada permitida.

e) Clarificação dos requisitos de classificação de passivos como corrente ou não corrente (alterações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras). O IASB emitiu em 23 de Janeiro de 2020 uma alteração à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras para clarificar como classificar dívida e outros passivos como corrente e não corrente. As alterações esclarecem um critério da IAS 1 para classificar um passivo como não corrente: a exigência de uma entidade ter o direito de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após o período de relatório. As alterações visam: i) especificar que o direito de uma entidade de diferir a liquidação deve existir no final do período de relatório; ii) esclarecer que a classificação não é afetada pelas intenções ou expectativas da administração sobre se a entidade exercerá seu direito de adiar a liquidação; iii) esclarecer como as condições de empréstimo afetam a classificação; iv) esclarecer os requisitos para classificar passivos que uma entidade irá liquidar, ou possa liquidar, através da emissão dos seus próprios instrumentos patrimoniais. Esta alteração é efetiva para períodos após 1 de Janeiro de 2023.

f) Alterações à IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras e IFRS Practice Statement 2: Divulgações de políticas contabilísticas. Na sequência de feedback obtido sobre a necessidade de existir mais orientação que ajude as empresas a decidir sobre que informação divulgar relativamente às políticas contabilísticas, o IASB emitiu em 12 de Fevereiro de 2021 alterações à IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras e à IFRS Practice Statement 2 – Fazendo julgamentos de materialidade. As principais alterações à IAS 1 incluem: i) exigir que as entidades divulguem informação relativa a políticas contabilísticas materiais em vez de políticas contabilísticas significativas, ii) esclarecer que as políticas contabilísticas relacionadas com transações imateriais são igualmente imateriais e como tal não precisam de ser divulgadas e iii) esclarecer que nem todas as políticas contabilísticas relacionadas com transações materiais são, elas mesmas, materiais para as demonstrações financeiras de uma entidade. O IASB também alterou a IFRS Practice Statement 2 para incluir orientações e dois exemplos adicionais na aplicação de materialidade às divulgações de políticas contabilísticas. Estas alterações são consistentes com a definição revista de material: “A informação relativa a políticas contabilísticas é material se, quando considerada em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, é razoavelmente esperado que influencie as decisões que os principais utilizadores das demonstrações financeiras de uma forma geral tomem com base nessas demonstrações financeiras.” As alterações entram em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2023, mas a sua aplicação antecipada é permitida.

g) Alterações à IAS 8 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros: Definição de Estimativas Contabilísticas.

O IASB emitiu alterações à IAS 8 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros para clarificar como as entidades devem distinguir as alterações nas políticas contabilísticas das alterações nas estimativas contabilísticas, com foco principal na definição e esclarecimentos sobre as estimativas contabilísticas. As alterações introduzem uma nova definição para estimativas contabilísticas: clarificando que são valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração. As alterações também clarificam a relação entre as políticas contabilísticas e as estimativas contabilísticas, especificando que uma entidade desenvolve uma estimativa contabilística para atingir o objetivo estabelecido por uma política contabilística. Os efeitos das alterações em tais dados ou técnicas de mensuração são alterações nas estimativas contabilísticas. As alterações são efetivas para períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2023, com aplicação antecipada permitida, e serão aplicadas prospectivamente às alterações nas estimativas contabilísticas e alterações nas políticas contabilísticas ocorridas no ou após o início do primeiro período de relatório anual ao qual a entidade aplica as alterações.

h) Alterações à IAS 12: imposto diferido relacionado com ativos e passivos decorrentes de uma única transação. O IASB emitiu alterações à IAS 12 - 'Impostos sobre o Rendimento', em 7 de Maio de 2021. As alterações exigem que as empresas reconheçam impostos diferidos sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças

temporárias tributáveis e dedutíveis. Em determinadas circunstâncias, as empresas estão isentas de reconhecer impostos diferidos quando reconhecem ativos ou passivos pela primeira vez. Anteriormente, havia alguma incerteza sobre se a isenção se aplicava a transações como locações e provisões para desmantelamento, isto é, transações no âmbito das quais as empresas reconhecem um ativo e um passivo. As alterações esclarecem que a isenção não se aplica a este tipo de transações e que as empresas são obrigadas a reconhecer impostos diferidos. O objetivo das alterações é reduzir a diversidade na divulgação de impostos diferidos sobre locações e provisões para desmantelamento. As alterações entram em vigor para os períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2023. A aplicação antecipada é permitida.

i) IFRS 17 – Contratos de Seguro, A desenvolver apenas para empresas seguradoras ou que tenham subsidiárias seguradoras, caso contrário referir que não é aplicável. O IASB emitiu em 18 de maio de 2017 uma norma que veio substituir a IFRS 4 e reformar por completo o tratamento a dar aos contratos de seguro. A norma introduz alterações significativas à forma como é mensurado e apresentado a performance dos contratos de seguro com diversos impactos também ao nível da posição financeira. A norma prevê a sua aplicação para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2023.

j) Alterações à IFRS 17 - Contratos de seguro: aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa. O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu uma alteração ao âmbito dos requisitos de transição da IFRS 17 - Contratos de Seguro, proporcionando às seguradoras uma opção com o objetivo de melhorar a utilidade das

informações para os investidores na aplicação inicial da nova Norma. A alteração não afeta quaisquer outros requisitos da IFRS 17. A IFRS 17 e a IFRS 9 - Instrumentos Financeiros têm requisitos diferentes de transição. Para algumas seguradoras, estas diferenças podem causar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro na informação comparativa que apresentam nas demonstrações financeiras ao aplicar a IFRS 17 e a IFRS 9 pela primeira vez. A alteração ajudará as seguradoras a evitar esses desfasamentos contabilísticos temporários e, portanto, aumentará a utilidade da informação comparativa para os investidores. A IFRS 17, incluindo esta alteração, é efetiva para os períodos de relato anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023.

O Banco não antecipa qualquer liquidação significativa decorrente da aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

Nota 38 – Eventos subsequentes

Não temos conhecimento de quaisquer factos ou acontecimentos adicionais posteriores a 30 de Junho de 2022 que justifiquem ajustamentos ou divulgação adicional nas Notas às demonstrações financeiras.

5.3 Pareceres dos Auditores Externos e do Conselho Fiscal



KPMG Angola – Audit, Tax, Advisory, S.A.
Edifício Moncada Prestige – Rua Assalto ao Quartel de Moncada 15 2º
Luanda – Angola
+244 227 28 01 01 – www.kpmg.co.ao

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA

Ao Conselho de Administração do
Standard Bank de Angola, S.A.

Introdução

1. Procedemos à revisão limitada das demonstrações financeiras condensadas intercalares anexas do **Standard Bank de Angola, S.A.** ("Banco"), as quais compreendem o Balanço condensado intercalar em 30 de Junho de 2022 que evidencia um total de 1 064 288 706 milhares de kwanzas e um capital próprio de 167 669 573 milhares de kwanzas, incluindo um resultado líquido de 33 098 837 milhares de kwanzas, as demonstrações dos resultados e do outro rendimento integral condensada intercalar, de alterações no capital próprio condensada intercalar e dos fluxos de caixa condensada intercalar para o período de seis meses findo naquela data e correspondente anexo.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

2. O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriadas destas demonstrações financeiras condensadas intercalares de acordo com a IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a erro ou a fraude.

Responsabilidade do Auditor

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma conclusão sobre estas demonstrações financeiras condensadas intercalares. A revisão limitada a que procedemos foi efectuada de acordo com as Normas Técnicas da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola sobre Trabalhos de Exame Simplificado - Trabalhos Para Rever Demonstrações Financeiras Históricas. Aquela norma requer que concluamos sobre se algo chegou ao nosso conhecimento que nos leve a crer que as demonstrações financeiras condensadas intercalares, no seu todo, não estão preparadas, em todos os aspectos materialmente relevantes, em conformidade com a IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar. Esta norma exige igualmente que demos cumprimento a todos os requisitos éticos relevantes.



4. Uma revisão limitada em conformidade com as Normas Técnicas consiste num trabalho destinado a proporcionar um nível de segurança moderada. O auditor executa procedimentos que consistem principalmente em indagações ao Conselho de Administração e a outros no seio do Banco conforme apropriado, na aplicação de procedimentos analíticos e na avaliação da evidência obtida.
5. Os procedimentos executados numa revisão limitada são substancialmente mais reduzidos do que os procedimentos executados numa auditoria conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Consequentemente, não expressamos uma opinião de auditoria sobre aquelas demonstrações financeiras.

Conclusão

6. Com base na nossa revisão limitada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a crer que as demonstrações financeiras condensadas intercalares referidas no parágrafo 1 acima não apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **Standard Bank de Angola, S.A.** em 30 de Junho de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período de seis meses findo naquela data, em conformidade com a IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar.

Outras Matérias

7. As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e ao período de seis meses findo em 30 de Junho de 2021, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outro Perito Contabilista, que sobre elas emitiu um Relatório do Auditor Independente sem reservas e sem ênfases, datado de 30 de Março de 2022 para o exercício de 2021 e um Relatório do Auditor Independente sem reservas e sem ênfases, datado de 27 de Setembro de 2021 para o semestre findo em 30 de Junho de 2021.

Luanda, 27 de Setembro de 2022

KPMG Angola – Audit, Tax, Advisory, S.A.
Representada por
Maria Inês Rebelo Filipe
(Perito Contabilista com cédula n.º 20140081)

PARECER DO CONSELHO FISCAL
Relativo às Demonstrações Financeiras do 1º. Semestre de 2022

Senhores Accionistas:

Em cumprimento do Artigo 6º. nº.5 do Aviso do BNA nº.05/2019 de 23 de Agosto, apresentamos o nosso Parecer sobre as Demonstrações Financeiras (Balanço, Fluxo de Caixa, Demonstração de Resultados, respectivos anexos e notas) referentes ao 1º. Semestre do Exercício de 2022.

O Conselho Fiscal apreciou a preparação das contas e pôde concluir que as Demonstrações Financeiras relativas ao 1º. Semestre do exercício de 2022, ora apresentadas, satisfazem o que por lei e pelos estatutos do Banco é exigido.

O Conselho Fiscal aproveita para enaltecer a qualidade, quer em termos de conteúdo quer em termos de apresentação, do Relatório do 1º. Semestre de 2022. É realmente um instrumento substancial para uma melhor percepção de toda a actividade financeira e não só, reforçando assim a nossa opinião favorável dos níveis de organização que caracterizam a actividade do Standard Bank.

O Conselho Fiscal não identificou qualquer situação que não estivesse de acordo com os estatutos e com as normas legais, assim como com as práticas contabilísticas aplicáveis.

No âmbito da sua actividade, o Conselho Fiscal tomou conhecimento do Relatório de Auditoria Externa emitido pela KPMG – Angola o qual exprime uma opinião favorável às contas apresentadas

Parecer

Considerando o exposto, o Conselho Fiscal do Standard Bank de Angola, SA é de **PARECER FAVORÁVEL** que as Demonstrações Financeiras sejam aprovadas.

Luanda, 26 de Setembro de 2022

O Conselho Fiscal

Sérgio Serrão
Presidente

Fernando Hermes
Vogal

Donald Lisboa
Vogal



DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração declara que, na medida do seu conhecimento, a informação prestada nas demonstrações financeiras, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do Standard Bank de Angola, S.A, e que o relatório de gestão relativo ao primeiro semestre de 2022, expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho do Standard Bank de Angola, S.A, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas que com que o do Standard Bank de Angola, S.A, se defronta.

Luanda, aos 26 de Setembro de 2022

Octávio Paulo
Administrador Independente Não Executivo
E Presidente do Conselho de Administração

Luis Teles
Administrador Executivo e
Presidente da Comissão Executiva

Standard Bank de Angola, S.A. - Instituição Financeira Bancária.
Inara Business Park & Gardens, Torre 1, Via A2, Distrito Urbano de Talatona, Município de Talatona, Luanda - Angola.
Tel +244 226 432 500 / Tel +244 923 190 888 / Fax +244 226 432 500 / apoiocliente@standardbank.co.ao /
www.standardbank.co.ao
Sociedade Anónima / N.º Reg. Comercial: 631-10 / NIF: 5417093386 / Capital Social: AOA 9.530.006.500,00

Standard Bank **É POSSÍVEL**



Relatório Semestral

2022

